

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 9, DE 2024**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 316/2024**

**OF 374/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 316

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, ato constante da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Brasília, 13 de Junho de 2024.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by '12 A' and a long horizontal stroke.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/03/2018 | Edição: 56 | Seção: 1 | Página: 10

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 374/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Vice-Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado

**PRIMEIRA-SECRETARIA**

Em 24 / 06 / 24 .

De ordem, à Secretaria-Geral  
da Mesa, para as devidas providências.

Chefe de Secretaria



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/06/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5837157** e o código CRC **32144ADE** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.022715/2012-21

SUPER nº 5837157

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Secretaria-Geral da Mesa STP/24/Jun/2024 16:11  
Fonte: 6578 Assin: [Assinatura]  
Origem: SEC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 374/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Vice-Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/06/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5837157** e o código CRC **32144ADE** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.022715/2012-21
Interessado:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
CNPJ:	10.783.898/0001-75
Serviço:	Rádiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME
FISTEL:	50416321461
UF:	Paraíba
Localidade:	Cajazeiras
Sector:	COLEC_OUT
Tipo:	424 - Permissão Frequência Modulada Educativa
Documentos restritos:	-



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Rádiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 29/03/2018, às 10:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2800050** e o código CRC **8D157A7E**.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2800050

DIEGO  
FERNANDES  
CARNEIRO  
SILVA

Assinado de forma digital por DIEGO  
FERNANDES CARNEIRO SILVA  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa  
Física A3, ou=ARSERPRO,  
ou=Autoridade Certificadora  
SERPROACF, cn=DIEGO FERNANDES  
CARNEIRO SILVA  
Dados: 2018.06.11 15:32:40 -03'00'



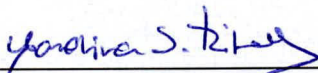
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Delegacia Regional de Santa Catarina

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO

ASSUNTO: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos – FME- em Cajazeiras/PB.  
INTERESSADO(A): INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.  
REFERÊNCIA: 53000.022715/2012-21  
AVISO DE HABILITAÇÃO: Nº 1 de 05/03/2012

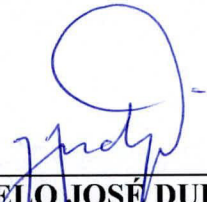
Tendo em vista o protocolo do documento acima citado em 10/05/2012, eu, Carolina Souto Ribeiro, Matrícula nº 1786449, opino pela instauração, nesta data, do competente procedimento relacionado a tal documento, contendo 63 folhas, incluindo esta.

Florianópolis, 14 de maio de 2012.

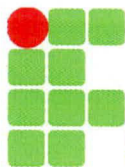
  
\_\_\_\_\_  
**CAROLINA SOUTO RIBEIRO**  
Agente Administrativo

De acordo. Proceda-se à instauração do processo, conforme proposto.

Florianópolis, 14 de maio de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO JOSÉ DUQUE**  
Delegado Regional  
Substituto





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



**REQUERIMENTO DE ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA PARA A  
EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA COM FINALIDADE  
EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVA**

Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, vem, por seu representante legal, solicitar à Vossa Excelência outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora com finalidade exclusivamente educativa na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, no Campus Cajazeiras do IFPB, situado à Rua José Antônio da Silva, nº 300, Bairro Jardim Oásis, CEP 58.900-000.

O referido serviço utilizará o canal 292 E, frequência 106,3 FM, conforme previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do serviço assinalado.

Segue anexa a documentação exigida, no Aviso de Habilitação nº 1, de 05 de março de 2012, de acordo com a regulamentação em vigor.

Nestes termos,

Pede deferimento.

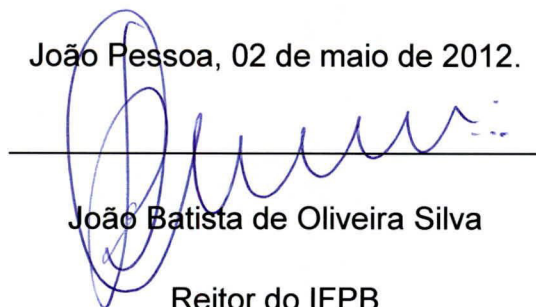
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 022715/2012-21

DRMC - 04

10/05/2012-14:31

João Pessoa, 02 de maio de 2012.

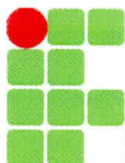
  
João Batista de Oliveira Silva  
Reitor do IFPB

CPF nº 151.395.304-49 / PB



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba

## DECLARAÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que se compromete a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

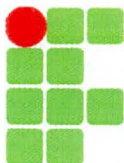
João Pessoa, 02 de maio de 2012.



**João Batista de Oliveira Silva**  
**Reitor do IFPB**







INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA

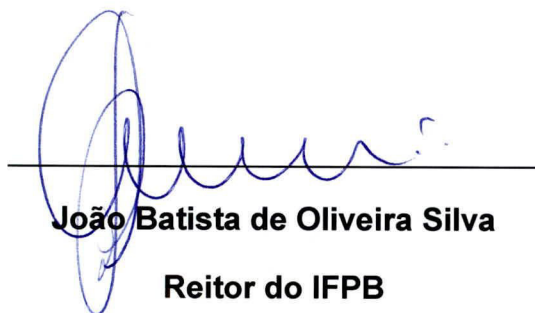


**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba

## **DECLARAÇÃO**

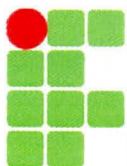
O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplado com a outorga.

João Pessoa, 02 de maio de 2012



**João Batista de Oliveira Silva**  
**Reitor do IFPB**





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba



## DECLARAÇÃO

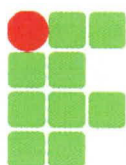
O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que possui recursos financeiros para o empreendimento.

João Pessoa, 02 de maio de 2012



**João Batista de Oliveira Silva**  
**Reitor do IFPB**





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



## ANEXO I

**Proposta de Grade de Programação com vistas à obtenção de outorga de canal FM com finalidade exclusivamente educativa**

**Aviso de Habilitação 01/2012 – Cajazeiras - Canal 292 E / 106,3 FM**

### PROGRAMAÇÃO SEGUNDA A SEXTA

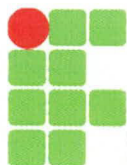
Programação	Horário	Breve Descrição do Programa
Primeiros Acordes (MPB)	00:01	Seleção musical com temas nordestinos para iniciar a madrugada.
No Tabuleiro do Brasil - EBC	05:00	Músicas regionais de todo Brasil.
Viola e Violeiro	06:00	A divulgação da poesia, do cordel e da cantoria nordestina.
Repórter Brasil noticiário - EBC	07:00	Cobertura jornalística nacional com participação de repórteres em eventos distintos.
Boletim da Educação Profissional	07:55	Informação sobre atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Federal, divulgando ações e campanhas do Ministério da Educação, bem como as notícias locais geradas no âmbito do IFPB.
Clássicos Populares	08:00	A música consagrada dos grandes compositores.
Espaço Experimental	08:45	Produção em parceria com as universidades federal e estadual.



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba

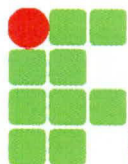


Caravana da Educação	09:00	Aulas com conteúdos curriculares e informações, conhecimentos e habilidades relacionadas a educação profissional e tecnológica na Paraíba. Formatos variados: documentários, dramatizações, diálogos, entrevistas, exposições feitas por um professor / orientador / educador.
Educação em Debate	09:30	Conversa sobre os cursos ofertados pelo IFPB em seus diferentes campi.
Manhã Educativa	10:00	Musical variado com informações sobre a origem de cada obra e seu autor.
A Música de Hoje É...	11:30	A cada dia uma música escolhida, comentada e situada historicamente.
Repórter Nacional – EBC	12:00	Notícias, notas gerada pela central jornalística da EBC.
Comunidade Solidária	12:20	Noticias e informações sobre o trabalho comunitário na região.
Boletim do IFPB	12:30	Informação sobre atividades desenvolvidas no âmbito do Instituto Federal da Paraíba.
Retratos da MPB	12:35	Documento sonoro da música brasileira.
Rádio Instituto Federal	13:00	Programa Nacional da Rede Federal de Educação Profissional.
Você pergunta e o reitor responde	16:00	Conversa do reitor com a comunidade.
Musical do Ouvinte	16:15	As músicas mais solicitadas pelo ouvinte durante a programação.
Agenda Cultural	17:00	Entrevistas com artistas da região ou que estejam desenvolvendo alguma atividade na região.



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



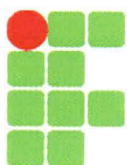
**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba

Comunidade FM	18:30	Jornalismo - participação de lideranças comunitárias da cidade e região. Produzido e apresentado em parceria com a Secretaria de Comunicação do Município.
A Voz do Brasil - EBC	19:00	Jornalismo
No Mundo da Bola - EBC	20:00	Notícias do Esporte.
Instrumentistas Nordestinos	22:00	Composições de todos os ritmos.
Fim de Noite Nova Educativa	23:00	Músicas e poesias



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



## PROGRAMAÇÃO SÁBADO

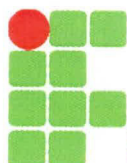
Programação	Horário	
Encontro com a MPB	00:00	Seleção Musical com os grandes intérpretes e compositores que fazem a nossa música.
Fusão Cultural	05:00	A diversidade dos ritmos
Contação de História	06:00	Narradores do povo contando suas histórias.
De Mulher para Mulher	07:00	Programação para aproximar e integrar mais o Brasil e suas muitas e ricas experiências no trabalho das mulheres comunitária e popular na Paraíba.
Brasil Rural - EBC	07:30	Informações e música para o povo da zona rural.
Revista Brasil - EBC	08:00	Panorama noticioso da semana.
Radio Clipping	10:00	Reprise dos melhores momentos dos programas veiculados na semana
Roda de Samba - EBC	13:00	O melhor do samba.
Vozes	15:00	A música sem contrato/alternativa.
Saudade Nacional - EBC	19:00	Recordando os velhos tempos
Nossa América - EBC	22:00	Informativo.
Serestas Brasileiras	23:00	As serestas e os seresteiros.



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



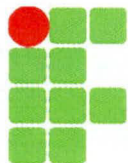
## PROGRAMAÇÃO DOMINGO

Programação	Horário	
Encontro com a MPB	00:00	Seleção Musical com os grandes intérpretes e compositores que fazem a nossa música.
Clássicos do Sertão	03:00	Som regional e muita informação local.
Brasil Rural - EBC	06:00	Informações e música para o povo da zona rural.
Prosa Rural – Programa da Embrapa	07:00	Programa educativo produzido pela Embrapa para difundir as tecnologias desenvolvidas pela empresa para o micro e pequenos produtores rurais
Religiosidade e misticismo	7:15	Programa para tratar da religiosidade apresentando a versão de cada religião sobre temas relevantes para a sociedade
Manhã Regional	08:00	Duas horas só de músicas regionais.
Violas e Violeiros	09:00	Apresentação de Cantoria.
Música e esporte	10:00	Tudo sobre o esporte amador.
Concerto de Domingo - EBC	12:00	Os clássicos mais conhecidos do grande público. Ballets, sinfonias e grandes obras do repertório de concerto.
Coisas do Brasil - EBC	14:00	O Brasil em foco.
Só Futebol	15:00	Informações da rodada do final de semana e retransmissão de jogos.



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba

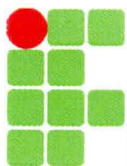
Bate Papo Nacional - EBC	19:00	O Brasil em foco.
Viajando pelo Mundo - EBC	21:00	Curiosidades para quem quer conhecer o mundo sem sair de casa.
Bate Papo Nacional - EBC	19:00	O Brasil em foco.
Viola e Violeiro	22:00	A divulgação da poesia, do cordel e da cantoria nordestina.
Serestas Brasileiras	23:00	As serestas e os seresteiros.



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba

## **DECLARAÇÃO**

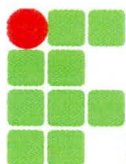
O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) caso seja contemplado com a outorga.

João Pessoa, 02 de maio de 2012

**João Batista de Oliveira Silva**

**Reitor do IFPB**





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



**Ministério da Educação**  
Instituto Federal da Paraíba



## **DECLARAÇÃO**

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto de outorga.

João Pessoa, 02 de maio de 2012

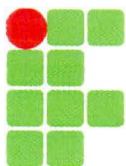


**João Batista de Oliveira Silva**  
**Reitor do IFPB**



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



## DECLARAÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com reitoria sediada na Av. Primeiro de Maio, 720, bairro Jaguaribe, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58015-430, por meio de seu representante legal infra-assinado, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviço de radiodifusão sonora, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, declara junto ao Ministério das Comunicações que possui, nesta data, 18.725 alunos matriculados, sendo 10.047 em Cursos Técnicos, 5.809 em Cursos Superiores de Tecnologia, 969 em Cursos Superiores de Bacharelado, 647 em Cursos Superiores de Licenciatura, 914 em Cursos de Formação Inicial e Continuada e em 38 em Cursos de Especialização (Lato Sensu). No Campus Cajazeiras, são 1.970 alunos matriculados (1.397 em Cursos Técnicos, 365 em Cursos Superiores de Tecnologia, 132 em Curso Superior de Licenciatura e 76 em Cursos de Formação Inicial e Continuada).

João Pessoa, 02 de maio de 2012

**João Batista de Oliveira Silva**

**Reitor do IFPB**



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Av. 1º de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa - Paraíba - CEP: 58.015-430 | Fone: (0xx83) 3208.3000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
229989 SSP PB

CPF  
151.395.304-49

DATA NASCIMENTO  
23/06/1956

PLAÇÃO  
SEVERINO JANUARIO DA SILVA  
DOMERINA DE OLIVEIRA SILVA

PERMISSÃO ☐ ACC ☐ CATEGORIA ☒ B

Nº REGISTRO  
01880007820

VALIDADE  
27/07/2016

1ª HABILITAÇÃO  
10/01/1978

OBSERVAÇÕES  
A ;

Assinatura do Portador  
*João Batista de Oliveira Silva*

LOCAL  
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
01/08/2011

Assinatura do Emissor  
*Rodrigo Coura/ho*

55610200781  
PB022548670

DETRAN - PB (PARAIBA)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

VÁLIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL  
415633085

PROIBIDO PLASTIFICAR  
415633085

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

DATA DE NASCIMENTO  
23/06/56

Nº INSCRIÇÃO  
118091612/79

SEÇÃO  
0099

DATA DE EMISSÃO  
18/09/86

MUNICÍPIO / UF  
JOAO PESSOA / PB

Assinatura  
*João Batista de Oliveira Silva*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

DRMC - 04 M. das Comunicações  
Fls. 15  
Rubrica

CIC

NASCIMENTO  
23.06.56

INSCRIÇÃO NO CPF  
151 395 304 49

CONTRIBUINTE  
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

Assinatura  
*João Batista de Oliveira Silva*

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO  
ELEIÇÃO 2010 - 2º TURNO - 31/10/2010

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

Inscrição: 0118 0916 1279  
NASC: 23/06/1956 ZONA: 0064 SEÇÃO: 0099

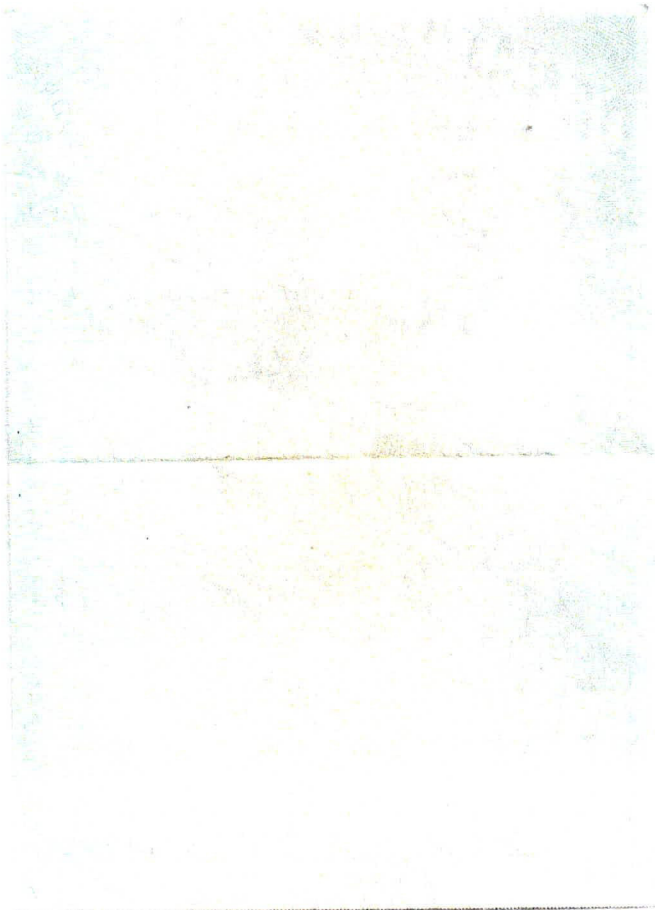
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO  
ELEIÇÃO 2010 - 1º TURNO - 03/10/2010

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

Inscrição: 0118 0916 1279  
NASC: 23/06/1956 ZONA: 0064 SEÇÃO: 0099







DRMC - 04. M. das  
Comunicações  
Fls. 16  
Rubrica: 77



REITORIA  
Fls. 16  
IFPB





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES**  
**FONE: (83) 3621-1581**



N.: 120504003143-91  
PAG: 1

13h40min

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**  
**CÍVEL-CRIMINAL**

CERTIFICO QUE, EM PESQUISA REALIZADA NOS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS NOS CARTÓRIOS COMUNS E/OU ESPECIALIZADOS, ANTERIORES A DATA DE 04/05/2012, EM TODAS AS COMARCAS DO ESTADO, QUE **NADA CONSTA CONTRA:**

**JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA**  
**CPF: 151.395.304-49**  
**Mãe: DOMERINA DE OLIVEIRA SILVA**  
**Pai: SEVERINO JANUARIO DA SILVA**

**OBSERVAÇÕES:**

- 1- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB.
- O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e Identidade).
- 3- Esta Certidão não terá validade para fins de Instrução de Processos Judiciais.
- 4- Ficam excluídos desta certidão os processos no âmbito do Processo Judicial Eletrônico - PJE.

**Atenção:**

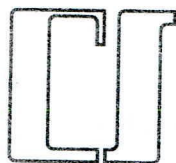
**A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário no endereço <http://www.tjpb.jus.br> por um prazo máximo de 30 dias.**

JOÃO PESSOA, 04 DE MAIO DE 2012

**ENDEREÇO:**  
**Praça Venâncio Neiva, S/N, Centro, João Pessoa - PB**







**SOUTO**

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

2º TABELIONATO DE PROTESTO

5º OFÍCIO DE NOTAS

João Pessoa - PB

CERTIDÃO

NEGATIVA DE PROTESTO

NÚMERO

2012-150218

AEBBCI

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que revendo os Livros de Registro de Protesto a meu cargo, deles NAO CONSTA QUALQUER PROTESTO, nos ultimos cinco anos, de responsabilidade de:.....

NOME....: JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA

ENDERECO: JOAO PESSOA-PB

CPF/DNPJ: 151.395.304-49

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Joao Pessoa, 04/05/2012 O CERTIFICADO E' VERDADE.. DOU FE'..

*Beia Maria Angela Souto Cantalice*  
BEIA MARIA ANGELA SOUTO CANTALICE

2ª Tabelião de Protesto

15:43 Pesquisado por: Dario

PRAÇA 1817 Nº 40 - CENTRO - CEP: 58013-010 - JOÃO PESSOA - PB - FONE: (83) 3241-3040 - FAX: (83) 3241-5784  
e-mail: contato@souto.not.br

Esta certidão é válida somente no original, sem rasuras ou emendas

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada, a partir do dia útil seguinte à expedição, no site [www.souto.not.br](http://www.souto.not.br)

**SOUTO**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.  
J. Pessoa (Pb), \_\_\_\_\_ (Art. 365 - III do CPC)

90.663

João dos Santos de Lima  
Escritor

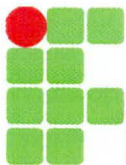
PRÇA 1817, Nº 40  
CEP: 58013-010 - JOÃO PESSOA - PB  
FAX: (83) 3241-5784

04 MAIO 2012



centauro JOÃO PESSOA/PB FONE(83) 3245-7473 - 35 - 037.136 PDYS074/CDR





INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



## DECLARAÇÃO

O abaixo-assinado, dirigente legalmente responsável pelo **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFPB** declara que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

João Pessoa PB, 02 de maio de 2012.

**João Batista de Oliveira Silva**

**Reitor do IFPB**

**CPF nº 151.395.304-49 / PB**



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA**

Inscrição: **011809161279** Zona: 64 Seção: 99

Município: 20516 - JOÃO PESSOA UF: PB

Data de Nascimento: 23/06/1956 Domiciliado desde: 15/04/1986

Filiação: DOMERINA DE OLIVEIRA SILVA  
SEVERINO JANUARIO DA SILVA

Certidão emitida às 13:47 de 04/05/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

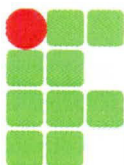
Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**OWØP.ETZZ.U28S.4FEY**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).







INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PARAÍBA



Ministério da Educação  
Instituto Federal da Paraíba



## DECLARAÇÃO

O abaixo-assinado, dirigente legalmente responsável pelo **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFPB** declara que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

João Pessoa PB, 02 de maio de 2012.

**João Batista de Oliveira Silva**

**Reitor**

**CPF nº 151.395.304-49 / PB**



DADOS REFERENTES A : 03/05/12 as 01:05

USUARIO : PETRUCCI

MES DE REFERENCIA : ABRIL (ABERTO)

ANO (ABERTO)

PAGINA : 1

ORGAO : 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

OPCAO CONSOLIDACAO : 03 - AUTARQUIA

CONSULTA : BALANCO ORCAMENTARIO



R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES	410.510,00	410.510,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	115.710,00	115.710,00
RECEITAS AGROPECUARIAS	1.802,00	1.802,00
RECEITAS DE SERVICOS	292.998,00	292.998,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	0,00	0,00
SUBTOTAL I .....	410.510,00	410.510,00
 TOTAL .....	 410.510,00	 410.510,00
DEFICIT TOTAL .....		
 TOTAL GERAL .....	 410.510,00	 410.510,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA

*Francineide B. Oliveira*  
Francineide B. Oliveira  
DCF/IFPB  
CRC 563/R0



DADOS REFERENTES A : 03/05/12 as 01:05

USUARIO : PETRUCCI

MES DE REFERENCIA : ABRIL (ABERTO)

ANO (ABERTO)

PAGINA : 2

ORGAO : 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

OPCAO CONSOLIDACAO : 03 - AUTARQUIA

CONSULTA : BALANCO ORCAMENTARIO



D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMEN	213.304.430,00	213.383.519,29
DESPESAS CORRENTES	169.704.176,00	169.773.265,29
PESSOAL E ENCARGOS SOC	129.304.527,00	128.845.673,00
OUTRAS DESPESAS CORREN	40.399.649,00	40.927.592,29
DESPESAS DE CAPITAL	43.600.254,00	43.610.254,00
INVESTIMENTOS	43.595.254,00	43.605.254,00
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	5.000,00
SUBTOTAL I .....	213.304.430,00	213.383.519,29
TOTAL .....	213.304.430,00	213.383.519,29

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO) \_\_\_\_\_

DADOS REFERENTES A : 03/05/12 as 01:05

USUARIO : PETRUCCI

MES DE REFERENCIA : ABRIL (ABERTO)

ANO (ABERTO)

PAGINA : 3

ORGAO : 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

OPCAO CONSOLIDACAO : 03 - AUTARQUIA

CONSULTA : BALANCO ORCAMENTARIO



D E S P E S A S

DOTACAO INICIAL

DOTACAO ATUALIZADA

TOTAL GERAL .....

213.304.430,00

213.383.519,29

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





EXERCICIO

2012

VARIACOES ATIVAS

160.878.266,61

ORCAMENTARIAS

55.915.945,00

RECEITAS CORRENTES

155.424,55

RECEITA PATRIMONIAL

19.841,94

RECEITA AGROPECUARIA

27.095,78

RECEITA DE SERVICOS

95.649,40

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

12.837,43

DEDUCOES DA RECEITA

20,00-

INTERFERENCIAS ATIVAS

54.474.442,79

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

54.474.442,79

REPASSE RECEBIDO

50.857.959,56

SUB-REPASSE RECEBIDO

3.616.483,23

MUTACOES ATIVAS

1.286.097,66

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA

  
Francineide B. Oliveira  
DCF/IFPB





\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_  
POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29 USUARIO : PETRUCCI  
ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA  
MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)  
BALANCO: VARIACAO PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS



EXERCICIO	
2012	
VARIACOES ATIVAS	
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.286.097,66
AQUISICOES DE BENS	547.166,68
INCORPORACAO DE CREDITOS	738.930,98
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	104.962.321,61
INTERFERENCIAS ATIVAS	762.990,23
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	762.750,23
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	240,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	104.199.331,38
INCORPORACOES DE ATIVOS	91.757.595,65
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	11.786.987,20
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	8.274.133,87
INCORPORACAO DE DIREITOS	71.696.474,58
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	7.505.513,23
CONTINUA...	

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_

POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: VARIACAO PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS



	EXERCICIO
	2012
VARIACOES ATIVAS	
REAVALIACOES DE BENS	7.505.513,23
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	714.008,29
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.222.214,21
AJUSTES FINANCEIROS	4.222.214,21
DEFICIT	0,00

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_  
POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29 USUARIO : PETRUCCI  
ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA  
MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)  
BALANCO: VARIACAO PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: Rubrica

EXERCICIO

2012

VARIACOES PASSIVAS	
VARIACOES PASSIVAS	160.878.266,61
ORCAMENTARIAS	54.904.433,78
DESPESAS CORRENTES	51.041.221,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.943.132,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.520.327,79
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.577.761,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.522.123,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.637,22
DESPESAS DE CAPITAL	245.063,99
INVESTIMENTOS	245.063,99
INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.616.483,23
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.616.483,23
SUB-REPASSE CONCEDIDO	3.616.483,23

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

TELA

BALANCO: VARIACAO PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

VARIACOES PASSIVAS

MUTACOES PASSIVAS

1.664,91

DESINCORPORACOES DE ATIVOS

1.664,91

LIQUIDACAO DE CREDITOS

1.664,91

RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO

81.300.377,39

INTERFERENCIAS PASSIVAS

774.864,21

TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO

762.750,23

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

240,00

MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO

11.873,98

DECRESCIMOS PATRIMONIAIS

80.525.513,18

DESINCORPORACOES DE ATIVOS

31.915.087,38

BAIXA DE BENS IMOVEIS

1.185.086,00

BAIXA DE BENS MOVEIS

684.457,55

BAIXA DE DIREITOS

30.045.543,83

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

TELA:

BALANCO: VARIACAO PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

VARIACOES PASSIVAS	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	4.088.146,73
DESVALORIZACAO DE BENS	3.819.020,00
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	269.126,73
INCORPORACAO DE PASSIVOS	42.874.503,49
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.647.775,58
AJUSTES FINANCEIROS	1.647.775,58
RESULTADO PATRIMONIAL	24.673.455,44
SUPERAVIT	24.673.455,44

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)  
POSICAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58 USUARIO : FRANCINEIDE  
ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA  
MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)  
BALANCO: PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS



EXERCICIO

2012

ATIVO	220.143.064,94
ATIVO FINANCEIRO	79.867.837,58
CREDITOS EM CIRCULACAO	79.867.837,58
CREDITOS A RECEBER	10.652.914,44
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.767.930,04
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	67.446.993,10
ATIVO NAO FINANCEIRO	108.824.706,50
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	60.082.512,46-
CREDITOS EM CIRCULACAO	62.385.023,07-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	67.446.993,10-
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD	45.155,22-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.106.951,50
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	173,75
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA

  
Francineide B. Oliveira  
DCF/IFPB



PQSI CAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58

USUARIO : FRANCINEIDE

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: 32  
RUBRICAS

EXERCICIO

ATIVO	2012
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	2.302.510,61
ESTOQUES	2.302.510,61
MATERIAIS EM TRANSITO	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.202,31
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4.202,31
CREDITOS A RECEBER	4.202,31
PERMANENTE	168.903.016,65
IMOBILIZADO	168.774.184,77
BENS MOVEIS E IMOVEIS	170.127.326,53
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	1.353.141,76-
INTANGIVEL	128.831,88
ATIVO REAL	188.692.544,08
ATIVO COMPENSADO	31.450.520,86
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



POSICAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58

USUARIO : FRANCINEIDE

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: 33

EXERCICIO

2012

ATIVO	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	31.450.520,86
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.044,88
GARANTIAS DE VALORES	137.667,67
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.808.892,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	23.465.473,65
OUTRAS COMPENSACOES	30.442,26

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





POSICAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58

USUARIO : FRANCINEIDE

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO)

ANO (ABERTO)

TELA: 34 4

BALANCO: PATRIMONIAL

TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

PASSIVO

220.143.064,94

PASSIVO FINANCEIRO

65.825.683,47

DEPOSITOS

47.887,26

CONSIGNACOES

4.209,47

RECURSOS DO TESOURO NACIONAL

26.625,05

DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

17.052,74

OBRIGACOES EM CIRCULACAO

65.777.796,21

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

964.831,28

FORNECEDORES - DO EXERCICIO

289.977,32

FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES

608.197,48

PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES

0,00

ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

0,00

DEBITOS DIVERSOS A PAGAR

66.656,48

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



EXERCICIO

2012

PASSIVO

RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	21.567.017,33
A LIQUIDAR	21.567.017,33
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	4.459,46
RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	352.693,30
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	42.888.794,84
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	0,00
PASSIVO NAO FINANCEIRO	62.056.076,71-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	62.056.076,71-
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
PROVISOES	2.398.353,66
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	42.888.794,84-
RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	42.888.794,84-
OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.381,80
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



POSICAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58

USUARIO : FRANCINEIDE

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

TELA:

BALANCO: PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

PASSIVO	
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	21.567.017,33-
PASSIVO REAL	3.769.606,76
PATRIMONIO LIQUIDO	184.922.937,32
PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
PATRIMONIO	0,00
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.946.543,80
RESERVAS	3.974,17
RESULTADOS ACUMULADOS	156.350.979,03
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	156.350.979,03
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
RESULTADO DO PERIODO	24.621.440,32
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	188.692.544,08
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	164.071.103,76-

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





POSICAO ATE: 04Mai2012 AS 00:58

USUARIO : FRANCINEIDE

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO)

ANO (ABERTO)

TELA: 7

BALANCO: PATRIMONIAL TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

PASSIVO	
PASSIVO COMPENSADO	31.450.520,86
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	31.450.520,86
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.044,88
VALORES EM GARANTIA	137.667,67
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	7.808.892,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	23.465.473,65
COMPENSACOES DIVERSAS	30.442,26



PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: 1

		EXERCICIO
		2012
INGRESSOS		238.412.838,43
RECEITAS CORRENTES		155.424,55
RECEITA PATRIMONIAL		19.841,94
RECEITA AGROPECUARIA		27.095,78
RECEITA DE SERVICOS		95.649,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.837,43
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		0,00
DEDUCOES DA RECEITA		20,00-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		54.474.682,79
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		54.474.442,79
REPASSE RECEBIDO		50.857.959,56
SUB-REPASSE RECEBIDO		3.616.483,23
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		3.616.483,23
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA

  
Francineide B. Oliveira  
DCF/IFPB



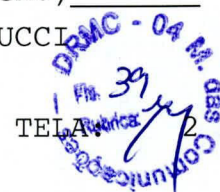
POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS



	EXERCICIO
INGRESSOS	2012
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	240,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	240,00
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	240,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	183.782.751,09
VALORES EM CIRCULACAO	81.767.849,39
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	81.762.503,22
CREDITOS TRIBUTARIOS	23,78
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.322,39
OUTROS CREDITOS	5.322,39
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.647.775,58
VALORES DIFERIDOS	1.647.775,58
DEPOSITOS	47.887,26
CONSIGNACOES	4.209,47
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA

EXERCICIO

2012

INGRESSOS	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	17.052,74
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	26.625,05
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.481.033,63
FORNECEDORES	898.174,80
DO EXERCICIO	289.977,32
DE EXERCICIOS ANTERIORES	608.197,48
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	0,00
RESTOS A PAGAR	22.270.503,55
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	21.567.017,33
CANCELADO	703.486,22
VALORES EM TRANSITO	4.210,66
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	352.693,30
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	42.888.794,84

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)  
POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29 USUARIO : PETRUCCI  
ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA  
MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)  
BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: 4

EXERCICIO

2012

INGRESSOS	
OUTROS DEBITOS	66.656,48
OUTRAS OBRIGACOES	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	33.838.205,23
INCORPORACAO DE DIREITOS	29.605.468,95
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	29.605.468,95
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	10.522,07
EXERCICIOS ANTERIORES	10.522,07
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	4.222.214,21
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	4.222.214,21

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)

POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

TELA:

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

DMC - 04 M. 52  
Fls. 42  
Rubrica: 77  
5

	EXERCICIO
	2012
DISPENDIOS	238.412.838,43
DISPENDIOS	
DESPESAS CORRENTES	51.041.221,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.943.132,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.520.327,79
OUTRAS DESPESAS	7.520.327,79
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.577.761,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.522.123,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	55.637,22
DESPESAS DE CAPITAL	245.063,99
INVESTIMENTOS	245.063,99
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	3.628.597,21
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.616.483,23
SUB-REPASSE CONCEDIDO	3.616.483,23
	CONTINUA...

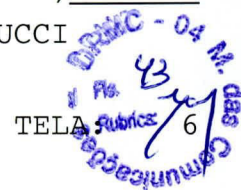
PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_\_\_  
POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29 USUARIO : PETRUCCI  
ÓRGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA  
MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)  
BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS



	EXERCICIO
	2012
DISPENDIOS	
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	3.616.483,23
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	12.113,98
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	240,00
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	240,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	11.873,98
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	183.497.955,58
VALORES EM CIRCULACAO	79.867.558,33
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	79.862.212,16
CREDITOS TRIBUTARIOS	23,78
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.322,39
OUTROS CREDITOS	5.322,39
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.222.214,21
VALORES DIFERIDOS	4.222.214,21
	CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_

POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

TELA: 

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

EXERCICIO

2012

DEPOSITOS

48.108,74

CONSIGNACOES

9.452,46

DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

8.888,04

RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL

29.768,24

OBRIGACOES EM CIRCULACAO

70.895.831,43

FORNECEDORES

2.710.021,87

DE EXERCICIOS ANTERIORES

2.710.021,87

PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR

3.861,33

RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO

37.625.053,53

VALORES EM TRANSITO

284,00

RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA

352.693,30

RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP

30.198.223,57

OUTROS DEBITOS

5.693,83

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF11=DIREITA PF12=RETORNA



\_\_\_ SIAFI2012-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANSINT (BALANCO SINTETICO POR ORGAO)\_\_\_

POSICAO ATE: 03Mai2012 AS 00:29

USUARIO : PETRUCCI

ORGAO: 26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

MES DE REF.: ABRIL (ABERTO) ANO (ABERTO)

BALANCO: FINANCEIRO TP.ADM: 03 - AUTARQUIAS

TELA: 8

EXERCICIO

2012

DISPENDIOS	
OUTRAS OBRIGACOES	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	28.464.242,87
BAIXA DE DIREITOS	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	26.816.467,29
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	26.816.467,29
AJUSTES DE OBRIGACOES	1.647.775,58
AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	1.647.775,58

PF1=AJUDA PF2=DETALHA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE  
PF7=RECUA PF11=DIREITA PF12=RETORNA





DRMC - 04 M. das  
Comunicações  
Fls. 46  
Rubrica

ISSN 1677-7042



SEÇÃO

1

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Ano CXLV Nº 253

Brasília - DF, terça-feira, 30 de dezembro de 2008

## Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	11
Presidência da República.....	15
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	16
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	23
Ministério da Cultura.....	24
Ministério da Defesa.....	29
Ministério da Educação.....	31
Ministério da Fazenda.....	41
Ministério da Integração Nacional.....	61
Ministério da Justiça.....	62
Ministério da Saúde.....	68
Ministério das Cidades.....	72
Ministério das Comunicações.....	74
Ministério de Minas e Energia.....	77
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	83
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	85
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	88
Ministério do Esporte.....	96
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	98
Ministério do Trabalho e Emprego.....	99
Ministério do Turismo.....	100
Ministério dos Transportes.....	104
Ministério Público da União.....	104
Poder Judiciário.....	104
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	112

## Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço da tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e **multicampi**, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

### CAPÍTULO II DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### Seção I Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutai, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

## AVISO

CIRCULOU EM 29/12/2008 A EDIÇÃO EXTRA Nº 252 - A  
Também disponível no endereço: [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br) - Publicações Especiais







XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agro-técnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barcelos, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão;

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins;

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de **campus** da nova instituição.

§ 3º A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5º A relação dos **campi** que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

#### Seção II

##### Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

#### Seção III

##### Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

#### Seção IV

##### Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura **multicampi**, com proposta orçamentária anual identificada para cada **campus** e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos **campi** que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL IMPrensa NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FRANCINE ALVES GUERRA  
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 900, CEP 72610-160, Brasília - DF  
CNPJ: 04.196.453/0001-40  
Fone: 0800 725 6787







§ 2º A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de reitoria.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição, ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispostas sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III) do § 1º deste artigo.

#### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou novo Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e, em seguida, pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1º Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campi de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2º Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1º Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2º A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

....." (NR)

"Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - (CD)-1;

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - (CD)-4;

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

....." (NR)

"Art. 4º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

....." (NR)

"Art. 5º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

....." (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Fernando Haddad  
Paulo Bernardo Silva

#### ANEXO I

##### Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais

Instituição	Sede da Reitoria
Instituto Federal do Acre	Rio Branco
Instituto Federal de Alagoas	Maceió
Instituto Federal do Amapá	Macapá
Instituto Federal do Amazonas	Manaus
Instituto Federal da Bahia	Salvador
Instituto Federal do Paraná	Curitiba
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória
Instituto Federal de Goiás	Goiânia
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Instituto Federal do Maranhão	São Luís
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberlândia
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Instituto Federal do Pará	Belém
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
Instituto Federal de Pernambuco	Recife
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Petropolis
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Terres de São Francisco
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Santa Maria
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
Instituto Federal Catarinense	Blumenau
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
Instituto Federal do Tocantins	Palmas

#### ANEXO II

##### Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais

Escola Técnica Vinculada	Instituto Federal
Colégio Técnico Universitário - UFPA	Instituto Federal do Pará
Colégio Agrícola Nilo Peçanha - UFRN	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFRN	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Escola Técnica - UFRN	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Industrial Prof. Maria Alquati - FURG	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Agrícola de Camboriú - UFSC	Instituto Federal Catarinense
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes - UFSC	Instituto Federal Catarinense

#### ANEXO III

##### Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

Escola Técnica Vinculada	Universidade Federal
Escola Agrícola da Universidade Federal de Roraima - UFR	Universidade Federal de Roraima
Colégio Universitário da UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Escola Técnica de Artes da UFAL	Universidade Federal de Alagoas
Colégio Técnico da UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Escola Técnica de Saúde da UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV	Universidade Federal de Viçosa
Escola de Música da UFP	Universidade Federal do Piauí
Escola de Teatro e Dança da UFP	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPA	Universidade Federal do Pará
Escola Técnica de Saúde da UFPA	Universidade Federal do Pará
Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFPA	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFPA	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola de Floriano da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Teresina da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Técnico da UFRN	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola Agrícola de Jundiaí da UFRN	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Enfermagem de Natal da UFRN	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Música da UFRN	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da UFPA	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen da UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria







130

ISSN 1677-7042

## Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 4, quarta-feira, 7 de janeiro de 2009



06 9012 - ICA - 2009 : Manifestação Cultural Brasileira  
ICA - Instituto de Incentivo à Criança e ao Adolescente de Mogi Mirim.  
CNPJ/CPF: 02.030.097/0001-00  
SP - Mogi-Mirim  
Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 10263 - De Portas Abertas para as Artes (III)  
Tarcísio Nogueira Santório  
CNPJ/CPF: 084.318.297-02  
ES - Vitória

Período de captação: 01/01/2009 a 31/07/2009  
08 6900 - Carnaval de Rua de Santo Angelo RS  
Tatiana Maria Canha  
CNPJ/CPF: 748.007.520-00  
SC - Porto Belo

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
08 7494 - O Segredo do Saber  
Tatiane Pinheiro Silva  
CNPJ/CPF: 334.268.148-97  
SP - Santos

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 2540 - Projeto Música Caigara  
Guanambi Promoções e Eventos Ltda.  
CNPJ/CPF: 06.536.800/0001-08  
RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 4090 - Cidade Juventude  
Timbre Produtora Cultural  
CNPJ/CPF: 91.539.619/0001-24  
RS - Porto Alegre

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 9006 - Eu Vejo Novela  
Verso Brasil Editora Ltda.  
CNPJ/CPF: 03.814.756/0001-62  
RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 0237 - Poços de Caldas Canta  
Majuir - Consultoria e Empreendimentos Ltda.  
CNPJ/CPF: 04.254.039/0001-96  
BA - Salvador

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 11066 - Programação Anual - Centro Municipal de Referência da Música Carioca 2008  
Trio de Janeiro Produções Artísticas Ltda.  
CNPJ/CPF: 06.114.182/0001-08  
RJ - Três Rios

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
06 5116 - Centro Cultural Beto Carrero  
Instituto Beto Carrero  
CNPJ/CPF: 05.877.145/0001-99  
SC - Penha

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
06 10813 - Projeto Fábrica de Brinquedos  
Instituto de Eco Desenvolvimento de Foz do Iguaçu  
CNPJ/CPF: 07.407.585/0001-08  
PR - Foz do Iguaçu

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 9252 - Projeto Spectaculo  
Escola - Fábrica de Espetáculos - "Spectaculo"  
CNPJ/CPF: 03.886.055/0001-39  
RJ - Rio de Janeiro

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 10047 - Clube de Samba e sua Identidade  
Sociedade dos Amigos do Samba do Brasil - Clube do Samba da Bahia  
CNPJ/CPF: 08.638.977/0001-40  
BA - Salvador

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009  
07 0630 - Ancestralidade  
Wilson Luiz de Queiroga  
CNPJ/CPF: 140.608.506-59  
MG - Belo Horizonte

Período de captação: 01/01/2009 a 31/12/2009

# AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

## DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2009

A SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO SUBSTITUTA DA ANINC, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101, de 17 de março de 2008, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente, fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

08-0168- Léo e Bia  
Processo: 01580.016106/2008-70  
Proponente: Oswaldo Montenegro Produções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 31.264.070/0001-80

Valor total do orçamento aprovado: R\$ 968.047,51

Valor aprovado no Artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 232.312,00 para R\$ 0,00

Valor aprovado no Artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 490.951,85 para R\$ 919.645,13

Banco: 001- Agência: 3733-8 Conta Corrente: 7.369-5

Valor aprovado no Artigo 3º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 196.381,28 para R\$ 0,00

Prazo de captação: até 31/12/2008.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente, fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, respectivamente e através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº 10.454 de 13/05/2002.

07-0231 - A Mulher Invisível

Processo: 01580.023138/2007-41

Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 02.020.661/0001-04

Prazo de captação: de 01/01/2009 até 31/12/2009.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente, fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos do art. 3º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 e mediante doações ou patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313, de 23/12/1991.

06-0323 - Mário Wallace Simonsen, o legalista

Processo: 01580.037768/2006-11

Proponente: Zabumba Cinema e Vídeo Ltda

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 52.097.649/0001-76

Prazo de captação: de 01/01/2009 até 31/12/2009.

07-0055 - Farolite Caboclo

Processo: 01580.007260/2007-70

Proponente: De Felipess Filmes e Produções Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 08.427.088/0001-34

Prazo de captação: de 01/01/2009 até 31/12/2009.

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente, fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993, respectivamente.

08-0399 - Coração Vagabundo

Processo: 01580.040666/2008-45

Proponente: Natasha Enterprises Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 04.595.226/0001-33

Prazo de captação: de 01/01/2009 até 31/12/2009.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE  
Substituta

# INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL

## RETIFICAÇÃO

Na Portaria IPHAN nº 42, de 5 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 6 de janeiro de 2009, onde se lê: "Portaria IPHAN nº 42, de 5 de janeiro de 2009", leia-se: Portaria IPHAN nº 1, de 5 de janeiro de 2009.

## Ministério da Defesa

### COMANDO DA MARINHA COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS COMANDO DO 1º DISTRITO NAVAL

#### PORTARIA Nº 543, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008

O COMANDANTE DO 1º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições legais e em conformidade com o art. 78 e art. 79, ambos da Lei nº 8.666/1993, resolve:

Art. 1º Declarar a Rescisão Unilateral, com base no previsto no art. 78, inciso XII, da Lei nº 8.666/1993, em relação ao Contrato nº 81.000/07-058/00, firmado com a Empresa NORENGE ENGENHARIA LTDA., CNPJ 02.545.882/0001-04, cujo objeto é a obra de recuperação do Cais da Bandeira, comunicada por meio do Ofício nº 03-16/Com1PDN - MB, de 11 de agosto de 2008, de acordo com o Parecer Técnico nº CB- 32.2/2008 e seu anexo da DCM, que a esta acompanha, e o fato abaixo especificado:

I) Considerando inaceitável a proposta de equilíbrio econômico-financeiro apresentada pela referida empresa por meio da Carta nº 129/Eng/AB/014/08, de 23 de junho de 2008, para continuação da obra;

Art. 2º Esgotadas as tentativas de negociação junto à referida empresa, dá-se por revogado, unilateralmente, em 11 de agosto de 2008, o Contrato nº 81.000/07-058/00 e seus documentos decorrentes, a bem do interesse público.

Art. 3º No que concerne aos serviços efetuados, cumpre esclarecer que foram indenizados, conforme previsto no § 2º, do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data, ficando automaticamente revogada após o cumprimento do fim a que se destina.

GILBERTO MAX ROFFÉ HIRSCHFELD VALTE

## SECRETARIA DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### PORTARIA Nº 19/MD, DE 6 DE JANEIRO DE 2009

O SECRETÁRIO DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 1º da Portaria nº 536/MD, de 24 de junho de 2003, e considerando o disposto nos Arts. 4º e 6º do Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o Art. 9º do Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição junto ao Ministério da Defesa (MD) do INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO - LACTEC, com sede à BR-116 - Km 98, S/Nº, Centro Politécnico da UFPR, Bairro Jardim das Américas, CEP: 81531-990, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 01.715.975/0001-69 como Organização Especializada Privada, categoria c, no período de 5 de janeiro de 2009 a 4 de janeiro de 2012.

Art. 2º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General-de-Exército JOSÉ ELITO CARVALHO  
SIQUEIRA

## Ministério da Educação

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 4, DE 6 DE JANEIRO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 5º da Lei nº 11.392, de 29 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Estabelecer a relação dos campi que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei nº 11.392, de 29 de dezembro de 2008, conforme denominados no Anexo, que passa a fazer parte da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

- I - Instituto Federal do Acre, composto pelos Campi de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira;
- II - Instituto Federal de Alagoas, composto pelos Campi de Maceió, Sanuba, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Penedo, Piranhas, Arapiraca e Maragogi;
- III - Instituto Federal do Amapá, composto pelos Campi de Macapá e Laranjal do Jari;
- IV - Instituto Federal do Amazonas composto pelos Campi de Manaus-Centro, Manaus-Zona Leste, Manaus-Distrito Industrial, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, Lábrea, Maués, Tabatinga e Farinópolis;
- V - Instituto Federal da Bahia, composto pelos Campi de Salvador, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Santo Amaro, Simões Filho, Valença-Tenho, Porto Seguro, Camaçari, Feira de Santana, Irecê, Ilhéus, Jacobina, Paulo Afonso, Seabra e Jequié;
- VI - Instituto Federal do Basso, composto pelos Campi de Guanambi, Catu, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Bom Jesus da Lapa;
- VII - Instituto Federal do Ceará, composto pelos Campi de Fortaleza, Crato, Iguatu, Maracanaú, Cedro, Juazeiro do Norte, Acaraú, Canindé, Cratêis, Limoeiro do Norte, Quixadá e Sobral;
- VIII - Instituto Federal de Brasília, composto pelos Campi de Brasília, Gama, Samambaia, Planaltina e Taguatinga;







Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO  
Em 5 de janeiro de 2009

Interessado: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Assunto: Operação de emissão de títulos da dívida externa no mercado internacional de capitais, mediante lançamento do título Global 2019, no montante previsto de até US\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de dólares dos Estados Unidos da América), a ser liderada pelos bancos Goldman Sachs & Co. e Merrill Lynch, no âmbito do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Considerando os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento nas disposições do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e considerando, ainda, a autorização contida na Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, da mesma Casa Legislativa, autorizo a contratação, observadas as formalidades de praxe.

GUIDO MANTEGA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA  
FAZENDÁRIA  
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2009

Ratifica os Convênios ICMS 158/08 e 159/08, de 17 de dezembro de 2008.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 3º, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 132ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada no dia 17 de dezembro de 2008, e publicados no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2008:

Convênio ICMS 158/08 - Altera o Convênio ICMS 03/07, que concede a isenção do ICMS na saída de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física.

Convênio ICMS 159/08 - Autoriza os Estados da Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo a reduzir a base de cálculo do ICMS nas saídas interestaduais de Etilenoglicol (MEG).

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO  
Em 6 de janeiro de 2009

Registro ECF SE/CONFAZ Nº. 001/09 -  
Certificado de Conformidade de Hardware  
- 107.751-205.

Nº 1 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em conformidade com o disposto no parágrafo único da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 137, de 15 de dezembro de 2006, comunica que o fabricante de equipamento Emissor de Cupom Fiscal IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, registrou nesta Secretaria Executiva, sob o número 001/09, o Certificado de Conformidade de Hardware de ECF número 107.751-205 relativo ao ECF IF marca IBM, modelo 4610-SJ6, versão 01.00.00, emitido pelo órgão técnico credenciado Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA  
FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Recursos da 29ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênis Nogueira), torre 4, do Edifício-sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 27 DE JANEIRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 15H  
Recurso 4856 - 9900995184 - Recorrente: Liberal S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (atual Bank of America S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários), Dryel Menacker Salgueiro, Mauricio Murgel de Castro, Aldo Floris, Antônio Carlos Braga Lemgruber, Jean Bardawil Filho, Lauro Alberto de Luca e Clóvis Alexandre Cruz. Recorrido: Bacen. Relator: Daniel Augusto Borges da Costa; Revisor: Marco Antonio Martins de Araújo Filho.

Recurso 5288 - 0001023473 - I - Recorrentes: Banco Banestado S.A. (ex-Banco do Estado do Paraná S.A.), Acir Elzir Pinto da Rocha, Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Aristeu Cruz, Aroldo dos Santos Carneiro, Celso da Costa Sabóia-Falcão, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Domingos Tarpo Murta Ramalho, Gunolf Van Kaick, Honório Pettersen Hungria, José Carlos Galvão,



XXXVII - Instituto Federal de São Paulo, composto pelos Campi de São Paulo, Cubatão, Sertãozinho, Guarulhos, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, Salto, Bragança Paulista, São Roque, Campos do Jordão, Barretos, Suzano, Campinas, Catanduva, Avaré, Araraquara, Itapetininga, Birigui, Votuporanga, Registro, Presidente Epitácio e Piracicaba;

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, composto pelos Campi de Palmas, Araguatins, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 530 (Homologação do Concurso para Professor Assistente na área de Nutrição e dietética e Nutrição e exercício físico), de 30/12/2008, publicada no DOU de 31/12/2008, Seção 1, página 96, onde consta: ... 1º - Cláudia Schneider - 8,73 ..., deve constar: ... 1º - Cláudia Domelles Schneider - 8,73 ...

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2009

A Secretária de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.025261/2007-12, registro E-MEC nº 20078402, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Pedagogia, licenciatura, com 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista, localizada na Rua José Rabello Portela, nº 2.364, Vila Popular, na cidade de Várzea Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista Ltda., com sede na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

PORTARIA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2009

A Secretária de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.025263/2007-10, registro E-MEC nº 20078402, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Ciências Contábeis, bacharelado, com 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista, localizada na Rua José Rabello Portela, nº 2.364, Vila Popular, na cidade de Várzea Paulista, no Estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Padre Anchieta de Várzea Paulista Ltda., com sede na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

PORTARIA Nº 3, DE 5 DE JANEIRO DE 2009

A Secretária de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.023666/2007-16, registro E-MEC nº 20077955, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o curso de Química, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, a ser ministrado pela Faculdade Prisma, no âmbito do Instituto Superior de Educação, na Rua Irmã Beata nº 67, bairro Centro, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, mantida pela Prisma Pré-Vestibulares S/C Ltda., com sede na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

PORTARIA Nº 4, DE 5 DE JANEIRO DE 2009

A Secretária de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, conforme consta do Processo nº 23000.025212/2007-80, Registro e-MEC nº 20078659, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Administração, bacharelado, com 110 (cento e dez) vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, a ser ministrado pelas Faculdades Integradas de Duque de Caxias, na Rua Irmã Beata nº 757, Vila Estádio, na cidade de Araputuba, Estado de São Paulo, mantidas pela União Cultural Educacional de Angeles, com sede na mesma cidade e no mesmo Estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, composto pelos Campi de Vitória, Alegre, Colatina-Zona Rural, Colatina, Santa Teófilo, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Serra, Aracruz, Ibatiba, Linhares, Nova Venécia e Vila Velha;

X - Instituto Federal de Goiás, composto pelos Campi de Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Luziânia, Formosa e Anápolis;

XI - Instituto Federal Goiano, composto pelos Campi de Rio Verde, Urutaí, Ceres, Morrinhos e Iporá;

XII - Instituto Federal do Maranhão, composto pelos Campi de São Luiz-Monte Castelo, São Luiz-Maracanã, São Luiz-Centro Histórico, Codó, Imperatriz, Zé Doca, Buriticupu, Açailândia, Santa Inês, Caxias, Timon, Barreirinhas, São Raimundo das Mangabeiras, Bacabal, Barra do Corda, São João dos Patos, Pinheiro e Alcântara;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, composto pelos Campi de Ouro Preto, Bambuí, São João Evangelista, Congonhas, Formiga e Governador Valadares;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, composto pelos Campi de Januária, Salinas, Montes Claros, Pirapora, Araçuaí, Arinos e Almenara;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, composto pelos Campi de Rio Pomba, Barbacena, Juiz de Fora e Muriaé;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, composto pelos Campi de Inconfidentes, Machado e Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, composto pelos Campi de Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba e Paracatu;

XVIII - Instituto Federal do Mato Grosso, composto pelos Campi de Cuiabá, Cuiabá-Bela Vista, São Vicente, Cáceres, Barra do Garças, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína, Pontes e Lacerda e Rorainópolis;

XIX - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, composto pelos Campi de Campo Grande, Nova Andradina, Aquidauana, Ponta Porã, Três Lagoas, Corumbá e Coxim;

XX - Instituto Federal do Pará, composto pelos Campi de Belém, Castanhal, Altamira, Marabá, Nova Marabá, Tucuruí, Abaetetuba, Conceição do Araguaia, Bragança, Itaituba e Santarém;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, composto pelos Campi de João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Picuí, Princesa Isabel, Monteiro, Patos e Cabedelo;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, composto pelos Campi de Recife, Barreiros, Vitória de Santo Antão, Belo Jardim, Pesqueira, Ipojuca, Garanhuns, Caruaru e Afogados da Ingazeira;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, composto pelos Campi de Petrolina, Petrolina-Zona Rural, Floresta, Salgueiro e Ouricuri;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, composto pelos Campi de Teresina-Castel, Teresina-Zona Sul, Floriano, Picos, Parnaíba, Angical, Uruçuí, Corrente, Paulistana, São Raimundo Nonato e Piri-piri;

XXV - Instituto Federal do Paraná, composto pelos Campi de Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavai, Telêmaco Borba e Umuarama;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, composto pelos Campi de Nilópolis, Rio de Janeiro, Pinheiral, Paracambi, Duque de Caxias, Volta Redonda, Realengo e São Gonçalo;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, composto pelos Campi de Campos-Centro, Campos- Guaris, Macaé, Bom Jesus de Itaboraia, Cabo Frio e Itaperuna;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, composto pelos Campi de Natal-Central, Natal-Zona Norte, Mossoró, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Santa Cruz, Caicó, Pau dos Ferros e Apodi;

XXIX - Instituto Federal de Rondônia, composto pelos Campi de Porto Velho, Colorado do Oeste, Ariquemes, Vilhena e Ji-Paraná;

XX - Instituto Federal de Roraima, composto pelos Campi de Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari;

XI - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, composto pelos Campi de Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Res-tinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande;

XXXII - Instituto Federal Sul Rio-Grandense, composto pelos Campi de Pelotas, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Venâncio Aires, Camaquã e Bagé;

XXXIII - Instituto Federal Farroupilha, composto pelos Campi de São Vicente do Sul, Alegrete, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, São Borja e Santo Augusto;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, composto pelos Campi de Florianópolis, Florianópolis-Continente, São José, Jangadeiro, Joinville, Chapecó, Araranguá, Canoinhas, Criciúma, Itapiranga, Itajaí, Lages e São Miguel do Oeste;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, composto pelos Campi de Rio do Sul, Concórdia, Sombrio, Camboriú, Araquari e Videira;

XXXVI - Instituto Federal de Sergipe, composto pelos Campi de Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Itabaiana;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DA RECEITA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Folha: 1 / 1  
Data Atual: 04/05/2012  
Hora Atual: 16:50

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS COM EFEITO DE NEGATIVA**

Número da Certidão  
2012006196

Nº de Controle da Autenticidade  
588.456.536.576

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Cnpj / Cpf 10.783.898/0001-75	Nome/Razão Social INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TEC DA PA
Logradouro AVENIDA PRIMEIRO DE MAIO	Número 00720
Complemento - -	Bairro JAGUARIBE

**DADOS DA CERTIDÃO**

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas e após consulta ao registro das receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa Municipal, fica certificado que, até a presente data, constam em nome do requerente acima qualificado as pendências relacionadas a seguir, cuja exigibilidade encontra-se suspensa, nos termos do artigo 151 da Lei Ordinária Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

**DÉBITOS SUSPENSOS**

Referência	Nº do Título	Nº do Processo	Tipo do Processo	Exercícios
	201201312794		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312794		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312884		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312884		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312886		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312886		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312888		IPTU - Lançamento	2012/
	201201312888		IPTU - Lançamento	2012/

LIBERADA CONFORME PARECER 002/2012-CRF ANEXO AO PROC 2012/049537.

**INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE**

MERCANTIS:

IMOBILIÁRIAS: 000272-1, 206428-6, 207696-9, 207697-7

**OBSERVAÇÕES**

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

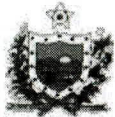
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço joaopessoa.pb.gov.br

Nos termos do artigo 206 da Lei Ordinária Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), esta certidão tem os mesmos efeitos de uma certidão negativa de débitos municipais.

Certidão emitida gratuitamente em 04/05/2012 16:38:54







**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER**

# CERTIDÃO



CÓDIGO: **CAD7.8094.17EB.A85E**

Emitida no dia 04/05/2012 às 09:55:48

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.783.898/0001-75**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



## Validar certidão de débito

Login: visitante Função: DIA\_114 Data: 04/05/2012 09:58:24



## Dados da certidão

- Tipo do Documento: ☐ Inscrição Estadual ☒ CNPJ ☐ CPF
- Número do Documento: 10.783.898/0001-75 \*
- Data de Emissão: 04/05/2012 \*
- Hora da Emissão: 09:55:48 \*
- Código: CAD7.8094.17EB.A85E \*
- Tipo de Certidão: --- \*

Submeter

Limpar

## Certidão de Débito

- Código: CAD7.8094.17EB.A85E
- Contribuinte: 10.783.898/0001-75
- Data da Emissão: 04/05/2012
- Hora da Emissão: 09:55:48
- Data Validade: 03/07/2012
- Situação: REGULAR



&lt;&lt;Voltar

04/05/2012 09:59

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10783898/0001-75  
**Razão Social:** INST FED DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA  
**Nome Fantasia:** IFPB REITORIA  
**Endereço:** AV PRIMEIRO DE MAIO 720 EDIFÍCIO / JAGUARIBE / JOÃO  
PESSOA / PB / 58015-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/04/2012 a 15/05/2012

**Certificação Número:** 2012041615023716994103

Informação obtida em 02/05/2012, às 16:11:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



<https://www.sifge.caixa.gov.br/Empresa/Crf/Crf/FgeCFSImprimirPapel.as...> 02/05/2012



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.783.898/0001-75</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>30/12/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IFPB/REITORIA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>110-4 - AUTARQUIA FEDERAL</b>			
LOGRADOURO <b>AV PRIMEIRO DE MAIO</b>	NÚMERO <b>720</b>	COMPLEMENTO <b>EDIF</b>	
CEP <b>58.015-430</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JAGUARIBE</b>	MUNICÍPIO <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>30/12/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **02/05/2012** às **15:40:11** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva...> 02/05/2012



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA**  
**CNPJ: 10.783.898/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 12:22:09 do dia 02/05/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/10/2012.

Código de controle da certidão: **5AB0.CAF0.C450.8324**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Fazenda

BRASIL



### Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

**CNPJ** : 10.783.898/0001-75

**Data da Emissão** : 02/05/2012

**Hora da Emissão** : 12:22:09

**Código de Controle da Certidão** : 5AB0.CAF0.C450.8324

**Tipo da Certidão** : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 02/05/2012, com validade até 29/10/2012.

[Página Anterior](#)

[Atualize sua página](#) [Política de Privacidade e Uso](#) [Página Inicial](#) [Unidades de Atendimento](#) [Fale Conosco](#) [Receitafone - 146](#) [Ouvidoria](#)



<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/certaut/Cn...> 02/05/2012



DRMC - 04 M. 05  
1. Rs. 58  
RUBICA 74  
30/07/2010



**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL**

**PORTARIAS SAC/MD DE 9 DE JULHO DE 2010**

A SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela alínea "a", inciso I do art. 4º da Portaria nº 808/MD, de 20 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 subsequente, republicada em 11 de junho de 2008 e considerando o disposto no Decreto nº 6.223, de 4 de outubro de 2007, resolve:

Nº 1.118 - EXONERAR IRIS DIAS MACIEL DE LIMA, matrícula SIAPE nº 0.660.705, do cargo de Assistente, código DAS 102.2, do Departamento de Infraestrutura de Navegação Aérea Civil desta Secretaria, a partir de 12 de julho de 2010.

Nº 1.119 - NOMEAR ELIANE DE CASTRO E SILVA, para o cargo de Assistente, código DAS 102.2, do Departamento de Infraestrutura de Navegação Aérea Civil desta Secretaria, a partir de 12 de julho de 2010.

FABIANA TODESCO

**SECRETARIA DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**PORTARIAS SELOM/MD DE 9 DE JULHO DE 2010**

O SECRETÁRIO DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso I do art. 4º da Portaria nº 808/MD, de 20 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 subsequente, republicada no dia 11 de junho de 2008 e considerando o disposto no Decreto nº 6.223, de 4 de outubro de 2007 e Portaria Normativa nº 1.247/MD, de 2 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 170, Seção 1, de 3 de setembro de 2008, resolve:

Nº 1.116 - EXONERAR o Cel R/I RICARDO JOSÉ PESSOA DE MAGALHÃES do cargo de Assistente Militar, código Grupo 0002 (B), do Departamento de Logística da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia deste Ministério, a contar de 1º de julho de 2010.

Nº 1.117 - NOMEAR o Maj QCO MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MAGALHÃES para o cargo de Assistente Militar, código Grupo 0002 (B), do Departamento de Logística da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia deste Ministério.

Almirante-de-Esquadra GILBERTO MAX ROFFÉ  
HIRSCHFELD

**SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**PORTARIAS DE 9 DE JULHO DE 2010**

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 2º da Portaria nº 808/MD, de 20 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 subsequente e republicada em 11 de junho de 2008, considerando o disposto no Decreto nº 6.223, de 4 de outubro de 2007, o art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e o contido no Ofício-Circular nº 01-SRH/MP, de 28 de janeiro de 2005, resolve:

Nº 1.113 - DESIGNAR a servidora ROSANA CAVALCANTI FRAMENI, Matrícula SIAPE nº 6.171.160, para exercer o encargo de substituta eventual do Gerente da Divisão de Recursos Humanos, código DAS 101.4, FERNANDO SIQUEIRA RODRIGUES, Matrícula SIAPE nº 0.222.226, do Departamento de Administração Interna desta Secretaria, por motivo de férias referentes ao exercício de 2009, no período de 12 a 21 de julho de 2010, sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente ocupa.

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, de conformidade com a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 808/MD, de 20 de maio de 2008, e considerando o disposto no Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na alínea "b", inciso I, do item 2 da Instrução Normativa ex-SAF nº 10, de 30 de novembro de 1993, resolve:

Nº 1.114 - Autorizar a cessão de servidora pertencente ao Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas, na forma a seguir indicada:

Servidora: LUCIANE ZAPPELINI DAUFENBACH  
Cargo: Especialista em Atividades Hospitalares  
Matrícula SIAPE nº: 1683695  
Para: Ministério da Defesa  
Função a ser ocupada: Cargo em Comissão, Código DAS

102.1 Amparo legal: Lei nº 8.112, de 1990; Decreto nº 4.050, de 2001, e art. 45, inciso II, da Lei nº 10.683, de 2003  
Responsabilidade do ônus: órgão cedente  
Processo nº: 60520.000438/2010-21

O SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, Substituto, de conformidade com a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 808/MD, de 20 de maio de 2008, e considerando o disposto no Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, e na alínea "b", inciso I, do item 2 da Instrução Normativa ex-SAF nº 10, de 30 de novembro de 1993, resolve:

Nº 1.115 - Autorizar a cessão de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Comando da Marinha, na forma a seguir indicada:  
Servidor: JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO  
Cargo: Agente Administrativo, Classe "S", Padrão III  
Matrícula SIAPE nº: 0957974

Para: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Função a ser ocupada: Assistente Técnico, Código DAS-

102.1 Amparo legal: art. 93, inciso I, da Lei nº 8.112/90, e Decreto nº 4.050, de 2001

Responsabilidade do ônus: órgão cedente

Processo nº: 61001.001169/2010-41

RUBENS SAKAY

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 1.112/SEORI, de 8 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 9 de julho de 2010, Seção 2, página 11, no cargo onde se lê: Datilógrafo, leia-se: Agente Administrativo.

**Ministério da Educação**

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIAS DE 9 DE JULHO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, e tendo em vista o contido no Processo nº 23000.008446/2010-68, resolve:

Nº 902 - Art. 1º Nomear JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA para exercer o cargo de Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, código CD-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009, e tendo em vista o contido no Processo nº 23060.001187/2010-30, resolve:

Nº 903-Art. 1º Nomear AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Sergipe, código CD-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1056, de 11 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003, e de conformidade com os artigos 2º e 4º, do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve:

Nº 898-Nomear ANDREA DE MIRANDA RAMOS KERN, CPF nº 400.119.761-87, para exercer o cargo de Coordenador-Geral de Sistemas de Informação, código DAS-101.4, da Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 38, da Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 899-DESIGNAR CLÁUDIA MAFFINI GRIBOSKI, CPF nº 568.654.810-20, para exercer o encargo de substituta eventual do Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, código DAS-101.6, no período de 12 a 14 de julho de 2010.

FERNANDO HADDAD

**RETIFICAÇÕES**

Na retificação publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2010, Seção 2, página 6, referente à Portaria Interministerial nº 704, de 31 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2010, Seção 2, páginas 12 a 13, Onde se lê: II) pelo MCT:

a) - Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Presidente do CNPq;

b) - Maria Lúcia Horta de Almeida, da FINEP;

c) - José Monserrat Filho, da ASSIN.

Leia-se: II) pelo MCT:

a) - Glaucius Oliva - Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais, do CNPq;

b) - Maria Lúcia Horta de Almeida - Chefe do Departamento de Ciências Humanas, Sociais e da Vida, da FINEP; e

c) - Ronaldo Mota - Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação/SETEC, do MCT.

Na Portaria nº 702, de 28 de maio de 2010, publicada no DOU de 31 de maio de 2010, referente à exoneração do servidor REGINALDO ESTEVES DOS SANTOS do cargo de Coordenador de Cadastro, Publicação e Prestação de Contas de Convênios, código DAS 101.3, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Gestão, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, onde se lê: "Exonerar, a pedido, a contar de 10 de maio de 2010", leia-se: "Exonerar, a contar de 10 de maio de 2010".

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**PORTARIA Nº 883, DE 9 DE JULHO DE 2010**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando:

1. o disposto na Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Gestão e Planejamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, onde são analisados os procedimentos de segurança nos processos críticos e a estrutura da unidade de logística daquela autarquia;

2. a proposta de criação de unidades operacionais de segurança e logística das ações do INEP;

3. a necessidade de apoiar as iniciativas voltadas à melhoria da gestão do macro-processo de realização dos Pré-Testes e dos Exames de Avaliação de Indicadores, Ingresso e/ou Certificação de responsabilidade daquela autarquia; resolve:

Art. 1º - Indicar Maria Cristina Moura, Matrícula SIAPE 1499650, Fernando Luiz Xavier, Matrícula SIAPE 3211861 e Cácio Fabrício Gomes da Rocha, Matrícula SIAPE 1660777, servidores do Ministério da Educação, para compor Grupo de Trabalho no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho de que trata o Art. 1º terá como atribuições:

I - Segurança dos Processos Críticos do INEP:  
mapear os processos críticos das operações de logística da instituição;

avaliar e propor ajustes nas normas de segurança dos processos críticos;

monitorar a segurança corporativa dos processos críticos;  
avaliar os níveis de segurança alcançados nas áreas de risco e propor correções;

propor projetos de segurança da informação visando aperfeiçoar o nível de segurança no âmbito da instituição.

II - Logística dos Exames do INEP:

? acompanhar a contratação do Pré-Testes e dos exames de Avaliação de Indicadores, Ingresso e/ou Certificação;

definir a logística para realização do Pré-Testes e dos exames de Avaliação de Indicadores, Ingresso e/ou Certificação;

orientar e fiscalizar, em todas as etapas, a realização dos exames;

propor ações preventivas e corretivas;

promover articulação institucional e propor a celebração de convênios com as instituições de segurança federal, estadual e municipal.

Art. 3º - Os servidores indicados no art. 1º comporão o Grupo de Trabalho pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS**

**PORTARIA Nº 391, DE 1º DE JULHO DE 2010**

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, autarquia de regime especial, no uso das atribuições conferidas pela Portaria Ministerial nº 003, de 09 de janeiro de 1984, publicada no DOU de 12 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23062.000831/10-80, resolve:

Alterar os valores da aposentadoria de NEIVA CAMPOS DA SILVA OLIVEIRA, efetivada pela Portaria DIR/DP-282/10, de 27/04/2010, publicada no DOU de 28/04/2010, seção 2, devendo ser considerada: aposentadoria voluntária com proventos integrais com base no artigo 3º da Emenda Constitucional 41/05.

FLÁVIO ANTÔNIO DOS SANTOS







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E**  
**ÀS DE TERCEIROS**

Nº 087292012-13001040

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E  
TECNOLOGIA DA

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 15/03/2012.

Válida até 11/09/2012.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201200074824**

## **CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Execução Fiscal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA**

**CPF: 151.395.304-49**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base na Portaria nº 1.435/2005-GDF
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

### **Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **<http://www.jfjb.gov.br>** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa, 4/5/2012 11:46:48

### **Endereços:**

João Pessoa - Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - Brisamar, CEP: 58031-900, Fone: (83) 2108-4040  
 Campina Grande - Rua Edgard Vilarim Meira, s/n - Liberdade, CEP: 58105-000, Fone: (83) 2101-9100  
 Sousa - Rua Francisco Vieira da Costa, s/n - Rachel Gadelha, CEP: 58800-000- Fone (83) 3522-2673  
 Monteiro - Rua Padre Artur Cavalcante, s/n - Centro - Fone (83) 3351-2096







Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201200074821**

## **CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA**  
**CPF: 151.395.304-49**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base na Portaria nº 1.435/2005-GDF
- 2 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

### **Atenção:**

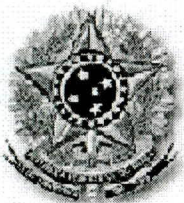
A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **http://www.jfpb.gov.br** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa, 4/5/2012 11:44:08

### **Endereços:**

João Pessoa - Rua João Teixeira de Carvalho, 480 - Brisamar, CEP: 58031-900, Fone: (83) 2108-4040  
Campina Grande - Rua Edgard Vilarim Meira, s/n - Liberdade, CEP: 58105-000, Fone: (83) 2101-9100  
Sousa - Rua Francisco Vieira da Costa, s/n - Rachel Gadelha, CEP: 58800-000- Fone (83) 3522-2673  
Monteiro - Rua Padre Artur Cavalcante, s/n - Centro - Fone (83) 3351-2096





**Poder Judiciário**  
**Justiça Federal - 5a. Região**  
**Seção Judiciária da Paraíba**

Página 1 of 1



**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**  
**AÇÕES E EXECUÇÕES**

**Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal**

Nº  
201200074916

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE  
25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A

**A PESSOA FÍSICA**

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA SILVA  
CPF: 151.395.304-49  
RG: Não informado

**NADA CONSTA em relação a decisões judiciais transitadas em julgado, embora  
haja os seguintes feitos em tramitação:**

Processos em tramitação de acordo com Art.7º, V, §1º da Resolução 121 do CNJ.  
A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).  
Constam os seguintes feitos:

0007873-06.2006.4.05.8200 2 29/11/2006 EMBARGOS À EXECUÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PA  
RAIBA - IFPB

João Pessoa, 4 de maio de 2012. (13:30h)

  
Ercílio Alves de Albuquerque  
SETOR DE PROTOCOLO E CERTIDÕES

Justiça Gratuita

Referente ao pedido de certidão número 2012.00074916-0  
CONFERIR OS DADOS COM DOCUMENTOS ORIGINAIS

OBS.: A PRESENTE CERTIDÃO ABRANGE OS FEITOS DISTRIBUÍDOS NAS  
VARAS FEDERAIS DO ESTADO DA PARAÍBA



Em respeito ao Art. 7º, V, §1º da Resolução 121 esta certidão

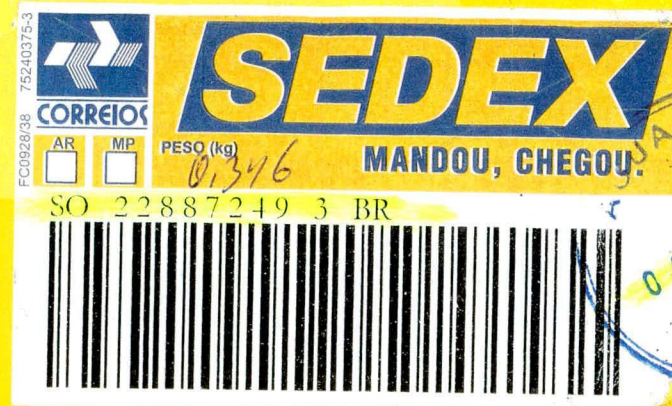
A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s)

1 página(s).





www.correios.com.br



<b>DESTINATÁRIO</b> MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		<b>FONE</b>	
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA			
<b>ENDEREÇO</b> PRAÇA XV DE NOVEMBRO, Nº 242, SALA 110, CENTRO			
<b>CIDADE</b> FLORIANÓPOLIS		<b>UF</b> SC	
<b>CEP</b> 88010-970			
<b>REMETENTE</b> INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA		<b>FONE</b> (085) 32083004	
<b>ENDEREÇO</b> AV. 1º DE MAIO, 720, JAGUARIBE			
<b>CEP</b> [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]		<b>CIDADE</b> JOÃO PESSOA	
		<b>UF</b> PB	

**USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS**

☐ Mudou-se

☐ Recusado

☐ Desconhecido

☐ Não procurado

☐ Endereço insuficiente

☐ Não existe o número indicado

☐ Outros (especificar)

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_ h.

2ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_ h.

3ª: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_ h.

**CARIMBO**

UNIDADE ENTREGADORA





Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

## Consulta Geral

### Critérios da Pesquisa

**Ordenado por:** NumCnpjCpf

**CNPJ:** 10783898000175

### Resultado

**NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!**



Nota Técnica nº 443/2013/ DRMC-SC/MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012, apenso ao Processo nº 53000.012759/2012.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de proposta, com vistas à obtenção de outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, de acordo com os dados a seguir descritos:

Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL

Serviço objeto da outorga: FME

Município: Cajazeiras/PB

Canal: 292E

Aviso de Habilitação nº: 1

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 06/03/2012

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 07/05/2012

Data de protocolo desta proposta: 04/05/2012

Requerimento tempestivo? ☒ sim ☐ não

## ANÁLISE

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, pessoa jurídica de direito público interno, em consonância com o disposto no artigo 5º da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no DOU do dia 19 subsequente, conforme quadro abaixo descrito:

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO_PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	CONFERÊNCIA
a) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal;	OK Fls. 2.
b) Declaração de que integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, no caso de pessoa jurídica da Administração Pública Federal Indireta	OK Fls. 12.
c) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;	OK Fls. 3.
d) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;	OK Fls. 4.
e) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de	OK Fls. 5.

jlma/DRMC-SC/MC


que possui recursos financeiros para o empreendimento;	
f) Proposta de grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga;	OK Fls. 6 a 11.
g) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga;	OK Fls. 13.
h) Quando instituição de ensino, declaração firmada pelo representante legal da interessada informando o número de alunos matriculados.	OK Fls. 14.
i) Se executante de Serviço de Radiodifusão, está regular junto ao FISTEL?	NÃO SE APLICA

3. Da análise ora realizada, constatou-se que a proposta encontra-se devidamente instruída, tendo sido tempestivamente apresentada, estando, portanto, a proponente habilitada à obtenção da outorga em referência, devendo, para tanto, ser observada a preferência legal prevista no § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, conforme dispõe o artigo 5º, da Portaria nº 420/2011.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos:

- a) pela habilitação e correspondente classificação da presente proposta, nos moldes previstos no artigo 5º, § 2º da Portaria nº 420/2011;
- b) pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão;
- c) pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada, oportunidade em que deverá ser-lhe concedido prazo para que, se for o caso, apresente o correspondente recurso, conforme estabelece o artigo 10, § 1º, da Portaria nº 420/2011.

À consideração superior. 

Florianópolis, 26 de agosto de 2013.


  
**JORGE LUIZ MORGENSTERN AIUB**  
Engenheiro



De acordo. À consideração da Senhora Coordenadora do Subgrupo  
Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Ministério das Comunicações  
Fis. 60  
Rubrica

Florianópolis, 29 de agosto de 2013.

  
**MARCELO JOSÉ DUDEQUE**  
Delegado Regional  
Substituto

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho de  
Radiodifusão Pública e Ancilares

Brasília, 25 de setembro de 2013.

  
**ANA PATRÍCIA SERRANO ALÊSCIO CAMPOS**  
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

De acordo. À consideração da Senhora Diretora de Outorga de Serviços de  
Comunicação Eletrônica.

Brasília, 7 de outubro de 2013.

  
**EDUARDO DUARTE FARIA**  
Coordenador

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

  
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**  
Diretora

*Denise Menezes de Oliveira*  
Diretora do Departamento de Outorga de  
Serviços de Comunicação Eletrônica  
Substituta



Nota Técnica nº 441/2013/DRMC-SC/MC

Assunto: **Processo de seleção, com vistas à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.012759/2012 e apensos.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de seleção pública, com vistas à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, regido pela Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 19/09/2011, de acordo com os dados a seguir descritos:

Serviço objeto da outorga: FME

Município: Cajazeiras/PB

Canal: 292E

Classe: C

Aviso de Habilitação nº: 01

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 06/03/2012

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 07/05/2012

## ANÁLISE

2. Veio à análise desta Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina, o processo em referência, acompanhado de 4 (quatro) processos a ele apensados, relativos à propostas apresentadas por pessoas jurídicas interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Concluída a análise das referidas propostas, conforme demonstram as correspondentes Notas Técnicas de fls.

, verificou-se o seguinte resultado:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	I	53000.022715/2012	Habilitada	1º Lugar
Universidade Federal de Campina Grande	I	53000.023195/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Educativa Profª Zeneide Mangueira de Souza	II	53000.014996/2012 53000.024702/2012	Não Analisada*	Desconsideração*
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.022947/2012	Não Analisada*	Desconsideração*

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, de acordo com o disposto no § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, conforme dispõe o artigo 5º, § 2º, inciso II e III, da Portaria nº 420/2012, opinamos:

jlma/DRMC-SC/MC

- a) seja declarado vencedor da presente seleção pública a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba;
- b) pela desconsideração das propostas apresentadas pelas pessoas jurídicas de direito privado, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011;
- c) pela comunicação do resultado final obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe os artigos 9º e 10, da Portaria nº 420/2011;
- d) expirado o prazo recursal concedido, seja dado prosseguimento ao feito, na forma legal correspondente.

À consideração superior.

Florianópolis, 26 de agosto de 2013.

  
**JORGE LUIZ MORGENSTERN AIUB**  
Engenheiro

De acordo. À consideração da Senhora Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

  
**MARCELO JOSÉ DUDEQUE**  
Delegado Regional  
Substituto

Florianópolis, 26 de agosto de 2013.

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares

  
**ANA PATRÍCIA SERRANO ALÉSCIO CAMPOS**  
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Brasília, 7 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Senhora Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 7 de outubro de 2013.

  
**EDUARDO DUARTE FARIA**  
Coordenador



De acordo. À consideração da Senhora Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica-Substituta.


Brasília, 09 de outubro de 2013.

Denise Menezes de Oliveira  
Diretora do Departamento de Outorga de  
Serviços de Comunicação Eletrônica

  
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**  
Diretora

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

  
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**  
Secretária-Substituta



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 3311-6464

Ofício nº 1337/2013/ DEOC/SCE-MC

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Senhor(a)  
Representante Legal do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL  
Avenida Primeiro de Maio, Nº 720-Bairro Jaguaribe  
CEP: 58015-430 João Pessoa/PB


**Assunto: Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB.**

Referência: Processo nº 53000.022715/2012, apenso ao Proc. nº 53000.012759/2012.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, e em cumprimento ao disposto no Aviso de Habilitação nº 1, publicado em 6 de março de 2012, encaminho cópia das Notas Técnicas nº 443/2013/DRMC-SC/MC e nº 441/2013/DRMC-SC/MC, com vistas à comunicação, tanto do resultado da análise da proposta dessa entidade, como do resultado total das análises, relativas ao assunto em destaque.
2. Fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data de recebimento deste ofício, comprovado pelo AR postal, para que, se for o caso, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.

Atenciosamente,

  
**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**  
Diretora Substituta

jлма/DRMC-SC/MC

AR

Ofício nº1337 /2013/ GTED/DEAA/SCE-MC  
Ao Senhor  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIENCIA E TECNOLOGIA-IFAL  
Av.Primeiro de Maio, nº 720-Bairro:Jaguaribe  
Cep: 58015-430 João Pessoa -PB  
Proc: 53000.022715/2012

NATAIRE

NATAIRE

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

19/12/13

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Wilson Fernandes  
19/12/13



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 g 196 mm



**Nota Técnica nº 356/2014/GTED/DEAA/SCE-MC**

**Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, canal 292E.**

**Referência: Processo nº 53000.012759/2012 e apensos**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 e o Aviso de Habilitação nº 01, de 06 de março de 2012.

**ANÁLISE**

2. Conforme os ofícios/editais de comunicação do resultado das análises relativas às quatro propostas, objeto dos processos a este apensados, foram comunicados os resultados das respectivas análises e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal (fls. 10/22).

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatado a não apresentação de recurso em face dos resultados das análises das propostas relativas ao presente processo de seleção.

4. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LETTE DE AQUINO	II	53000.022947/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011



5. Dessa forma, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, única habilitada, de acordo com as Notas Técnicas de nº 441/2013/DRMC-SC/MC e de nº 443/2013/DRMC-SC/MC, deverá ser declarado vencedor do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

6. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade não possui outras outorgas, mas aparece na planilha de controle de avisos de habilitação como vencedora em outros municípios (Campina Grande/PB – FME - e João Pessoa/PB – TVE).

## CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos seja declarado vencedor do presente processo de seleção o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando ao vencedor o seu objeto.


8. Para tanto, devem ser remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e da minuta do Despacho de homologação, elaborada com vistas à celeridade processual.

9. Após, sejam os autos devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consectárias.

À consideração Superior.

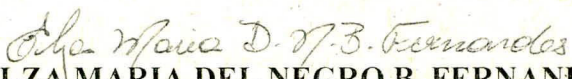
Brasília, 9 de abril de 2014.

  
**KELEN AZEVEDO CORNELIO**  
Analista Responsável

  
**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**  
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Brasília, 10 de abril de 2014.

  
**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

Avaliação. De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e

Brasília, 10 de abril de 2014.

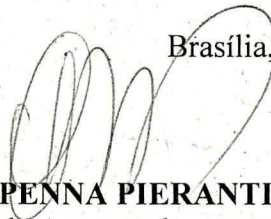


**ALMIR COUTINHO POLLIG**

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de  
outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação  
Eletrônica.

Brasília, 10 de abril de 2014.

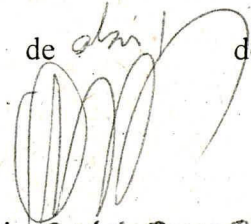


**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.  
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no  
Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 10 de abril de 2014.



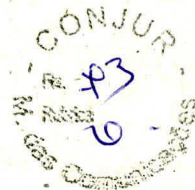
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica  
*Octávio Penna Pieranti*  
Secretário de Serviços de  
Comunicação Eletrônica  
Substituto





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS - CGAJ



**PARECER Nº 0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.012759/2012**

(Processos Apensos: 53000.023195/2012-74; 53000.022715/2012-21; 53000.022947/2012-80; e, 53000.024702/2012-97)

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ASSUNTO:** Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 01/2012.

I - Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

II - Pessoa jurídica julgada vencedora: **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

III - Competência do Exmo. Ministro das Comunicações, nos termos do art. 4, § 1º do CBT (Lei nº 4.117, de 1963) e art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 0356/2014/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 23/24 do processo principal), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

## **I - RELATÓRIO**

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 07.3.2012 (Aviso nº 01, de 05 de março de 2012), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 02/06).

3. Manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes pessoas jurídicas:



- (i) UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Processo nº 53000.023195/2012-74;
- (ii) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - Processo nº 53000.022715/2012-21;
- (iii) FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO - Processo nº 53000.022947/2012-80; e,
- (iv) FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA - Processo nº 53000.024702/2012-97.

4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 201/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 10/11), por habilitar o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA; inabilitar a UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE; e desconsiderar as entidades FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO e FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA.
5. O resultado da análise supra restou comunicado às participantes, por meio de Ofícios encaminhados com Aviso de Recebimento, de modo a cientificá-las, concedendo-lhes, oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa.
6. Não se depara com pleitos recursais nos autos das entidades inabilitadas e desconsideradas, a despeito de devidamente notificada.
7. Concluída a análise final pela SCE, foi julgado vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.
8. Vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo, e a consequente homologação do certame.

## II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

9. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, senão, veja-se:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

10. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo DL nº 236, de 1967, antevê o seguinte:

Art 4. Somente poderão executar serviço de radiodifusão:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.
- e) as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas, desde que subscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos.





Parágrafo único - nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, nem estrangeiros, poderão ser sócios ou participar de sociedade que executem serviço de radiodifusão, nem exercer sobre ela qualquer tipo de controle direto ou indireto."

11. No que concerne à competência para outorgar, por meio de concessão, Serviço de Radiodifusão Sonora, incumbe ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos dos articulados seguintes:

**Decreto nº 52.795, de 1963**

Art 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012)  
(Grifos nossos)

12. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos: à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 - diploma normativo este posteriormente revogado pela atual Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 2012. À luz daquela primeira Portaria, portanto, será apreciada a seleção *in casu*.

**III - DA ANÁLISE DO PROCESSO DA ENTIDADE JULGADA VENCEDORA**

13. Consoante já anunciado, a entidade INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (Processo nº 53000.022715/2012-21), foi julgada a vencedora pela SCE.

14. A legislação atribui, na seleção pública do serviço *in casu*, prioridade às pessoas jurídicas de direito público interno, senão, veja-se o teor do art. 34, §2º do CBT e art. 5º da Portaria nº 420, de 2011:

**CBT:**

Art. 34 caput  
(...)

§ 2º Terão preferência para a concessão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

**Portaria nº 420, de 2011:**

Art. 5º As pessoas jurídicas de direito público interno participantes do procedimento administrativo seletivo iniciado pelo aviso de habilitação terão preferência para a obtenção da outorga, conforme o disposto no § 2º do artigo 34 da Lei Nº- 4.117, de 1962.

§ 1º A preferência de que trata o caput acarretará a desconsideração das demais entidades participantes do procedimento administrativo seletivo, caso a pessoa jurídica de direito público interno beneficiada preencha os demais requisitos estabelecidos nesta Portaria.



§ 2º Em caso de participação de mais de uma pessoa jurídica de direito público interno em um mesmo procedimento administrativo seletivo, adotar-se-á entre elas a seguinte ordem de preferência:

- I - em primeiro lugar, as universidades federais;
- II - em segundo lugar, os Estados e o Distrito Federal;
- III - em terceiro lugar, as universidades estaduais e distritais;
- IV - em quarto lugar, os Municípios;
- V - em quinto lugar, as universidades municipais;
- VI - em sexto lugar, as demais pessoas jurídicas de direito público interno.

§ 3º Caso concorram em um procedimento administrativo seletivo mais de uma universidade instituída pelo mesmo ente federativo, utilizar-se-á o correspondente número de alunos como critério de desempate.

§ 4º As instituições de educação técnica de ensino médio criadas pela União, pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios serão equiparadas às respectivas universidades, para efeitos da ordem de preferência estabelecida no § 2º deste artigo.

(Grifei)

15. Nesse sentido, da leitura do § 4º acima transcrito, depreende-se que, os Institutos Técnicos Federais equiparam-se às Universidades Federais, e, portanto, ocupam o primeiro lugar na ordem de preferência. No caso dos autos, vale salientar que as outras entidades participantes na presente seleção pública são pessoas jurídicas de natureza privada, o que, por si só, acarreta a desconsideração de seu pleito.

16. Consoante a Nota Técnica 0443/2013/DRMC-SC/MC, fls. 65/66 do processo do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, concluiu a SCE que a entidade apresentou toda a documentação necessária, destacando-se os seguintes (Anexo I da Portaria):

(i) requerimento postado tempestivamente<sup>1</sup> em 04.5.2012 (fl. 63) - o protocolo ocorreu em 10.5.2012 (fl. 02);

(ii) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 03);

(iii) Declaração firmada pelo seu representante legal da pessoa jurídica interessada de que: (a) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (b) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº- 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga (fl. 04);

(iv) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que possui recursos financeiros para o empreendimento (fl. 05);

(v) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, integrante da administração pública federal, de que integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicações - EBC (fl. 12);

(vi) Declaração de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de

<sup>1</sup> Aviso de habilitação publicado em 07.3.2012, concedendo o prazo de 60 dias para apresentação do requerimento.





direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga (fl. 13); e,

(vii) Declaração firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada informando o número de alunos matriculados (fl.14); e

(viii) Proposta de grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga (fls. 06/11);

#### IV CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba (Canal 292 E, Classe C), sagrando-se vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

18. Saliente-se que, por se configurar Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência ulterior para a devida outorga é do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

19. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

À consideração superior.

Brasília, 07 de maio de 2014.

CLAÚDIA MARIA VILELA von SPERLING  
Advogada da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS - CGAJ

**DESPACHO Nº 1771/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.012759/2012**

(Processos Apenso: 53000.023195/2012-74; 53000.022715/2012-21; 53000.022947/2012-80; e, 53000.024702/2012-97)

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ASSUNTO:** Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 01/2012.

Aprovo o Parecer Nº **0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/AGU**, da lavra da Advogada da União, Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria Vilela von Sperling.

Encaminhem-se os autos à apreciação do Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 9 de junho de 2014.

  
**SOCORRO JANAÍNA M. LEONARDO**

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



**DESPACHO Nº 1772/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.012759/2012**

(Processos Apensos: 53000.023195/2012-74; 53000.022715/2012-21; 53000.022947/2012-80; e, 53000.024702/2012-97)

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ASSUNTO:** Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 01/2012.

Aprovo o DESPACHO Nº 1771/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais, que aprovou o PARECER Nº 0576/2014/ CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Srª. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 18 de junho de 2014.

  
**JOSE FLÁVIO BIANCHI**  
Consultor Jurídico



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 31 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Torres da Silva, Chefe da Divisão**, em 31/10/2014, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0215627** e o código CRC **A365256C**.



B  
uf

**Nota Técnica nº 356/2014/GTED/DEAA/SCE-MC**

**Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, canal 292E.**

**Referência: Processo nº 53000.012759/2012 e apensos**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 e o Aviso de Habilitação nº 01, de 06 de março de 2012.

**ANÁLISE**

2. Conforme os ofícios/editais de comunicação do resultado das análises relativas às quatro propostas, objeto dos processos a este apensados, foram comunicados os resultados das respectivas análises e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal (fls. 10/22).

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatado a não apresentação de recurso em face dos resultados das análises das propostas relativas ao presente processo de seleção.

4. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

Flu  
p



5. Dessa forma, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, única habilitada, de acordo com as Notas Técnicas de nº 441/2013/DRMC-SC/MC e de nº 443/2013/DRMC-SC/MC, deverá ser declarado vencedor do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

6. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade não possui outras outorgas, mas aparece na planilha de controle de avisos de habilitação como vencedora em outros municípios (Campina Grande/PB – FME - e João Pessoa/PB – TVE).

## CONCLUSÃO


7. Diante do exposto, opinamos seja declarado vencedor do presente processo de seleção o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando ao vencedor o seu objeto.


8. Para tanto, devem ser remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e da minuta do Despacho de homologação, elaborada com vistas à celeridade processual.

9. Após, sejam os autos devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consectárias.

À consideração Superior.

Brasília, 9 de abril de 2014.

  
**KELEN AZEVEDO CORNELIO**  
Analista Responsável

  
**VILMA DE F. ALVARENGA FANIS**  
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Brasília, 10 de abril de 2014.

  
**ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES**

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.



24

Avaliação. De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e

Brasília, 10 de abril de 2014.

  
**ALMIR COUTINHO POLLIG**

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de  
outubro de 2013.

Eletrônica. De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação

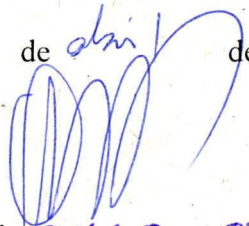
Brasília, 10 de abril de 2014.

  
**OCTAVIO PENNA PIERANTI**

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.  
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no  
Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 10 de abril de 2014.

  
**PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

*Octávio Penna Pieranti*  
Secretário de Serviços de  
Comunicação Eletrônica  
Substituto





## DESPACHO DO MINISTRO

Em                      de                      de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº     /     /     /     /     /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.012759/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 1, de 5 de março de 2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

**PAULO BERNARDO SILVA**

MINUTA





## ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011

MINUTA





## DESPACHO DO MINISTRO

Em                      de                      de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº     /     /     /     /     /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.012759/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 1, de 5 de março de 2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

**PAULO BERNARDO SILVA**

MINUTA

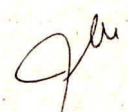


## ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012	DESCONSIDERADA*	INDEFERIMENTO

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

\*Art. 5º, § 1º, da Portaria nº 420/2011





## DESPACHO DO MINISTRO

Em 14 de Maio de 2015

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.012759/2012-43, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05/03/2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

  
**RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**

## ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012-21	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012-74	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012-97	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012-90	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO

*Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.*

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.061, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059431/2011-18, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Anápolis, estado de Goiás.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.076, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.058783/2011-48, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA - UNIFACEF, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Franca, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.077, DE 14 DE MAIO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059437/2011-87, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jequié, estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 14 de maio de 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.012759/2012-43, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05/03/2012, e adjudicar o seu objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53000.022715/2012-21	HABILITADA	VENCEDORA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	I	53000.023195/2012-74	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA PROFESSORA ZENEIDE MANGUEIRA DE SOUSA	II	53000.024702/2012-97	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022947/2012-90	DESCONSIDERADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 598/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046328/2012-81, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Ituverava, estado de São Paulo, por meio do canal 250E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041397/2012	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042946/2012	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 334/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046343/2012-29, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Garça/SP, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Universitária de Radiodifusão Educativa	II	53000.043134/2012-23	Não apresentado	Habilitada	1º Lugar
Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa	II	53000.043724/2012-56	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão	Habilitada	2º Lugar
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041394/2012-64	Não apresentado	Habilitada	3º Lugar
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042955/2012-42	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042880/2012-08	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 672/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046344/2012-73, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jales, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.041395/2012	APRESENTADO-DEFEERIDO	HABILITADA	VENCEDORA
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53000.042954/2012	APRESENTADO- INDEFERIDO	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA NOROESTE PAULISTA	II	53000.042312/2012		INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

**Referência: Despacho do Ministro**

**Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 15/05/2015, do Despacho do Ministro que *“homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras-PB, e adjudica o seu objeto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wendy Batista de Araujo, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, Substituta**, em 22/05/2015, às 17:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0512978** e o código CRC **AE319102**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6181

Ofício nº 25145/2015/SEI-MC

**Brasília, 05 de agosto de 2015**

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
(ifpb/reitoria)  
Avenida 1º de Maio, 720 - Jaguaribe  
58015-430 / João Pessoa – PB

Assunto: **Apresentação do projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)**  
- **Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para lembrá-lo do prazo de quatro meses, contados a partir do dia 15/5/2015, data em que foi publicada no Diário Oficial da União **a homologação do processo de seleção** referente à execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, com utilização do canal 292E (duzentos e noventa e dois, Educativo), para a submissão do projeto técnico de instalação da estação (pertinente a locais e equipamentos) à aprovação do Ministério das Comunicações.
2. Informo que a não apresentação do referido projeto poderá ensejar no decaimento ao direito de contratação, nos termos da legislação em vigor.
3. Informo ainda que os formulários padronizados, bem como os modelos de declarações, listados em anexo, encontram-se à disposição no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações na Internet: [www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br).
4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.



5. Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

6. Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.

Atenciosamente,

---

#### ANEXO I

#### **LISTA DE DOCUMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO (REFERENTE A LOCAIS E EQUIPAMENTOS) PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS - FME:**

PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que

interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.

Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.

Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.

\* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.

Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.

Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.

Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.

Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:

\* casa do transmissor ou retransmissor;

\* antena e sua estrutura de sustentação;

\* altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e

\* altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar.



---

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS**  
**CAUSADAS PELA ESTAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_  
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade  
\_\_\_\_\_ (razão social da  
entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante da entidade)

---

**ANEXO III-A**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AERÓDROMOS NA LOCALIDADE**

Declaro, de acordo com a regulamentação vigente, que não existe aeródromo \_\_\_\_\_/\_\_\_\_ (na localidade/UF), onde a instalação proposta no projeto de aprovação de local da instalação da estação da \_\_\_\_\_ (razão social da entidade) possa causar qualquer tipo de interferência prejudicial.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome do profissional habilitado)

\_\_\_\_\_  
(CREA/UF)



---

**ANEXO III-B**  
**DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS**

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (razão social da entidade) na (localidade/UF) não  
excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome do profissional habilitado)

\_\_\_\_\_  
(CREA/UF)

---

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de local da estação da \_\_\_\_\_ (razão social da entidade) na \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ (localidade/UF) atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome do profissional habilitado)

\_\_\_\_\_  
(CREA/UF)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 21/08/2015, às 17:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0645405** e o código CRC **4C0C2B6B**.



**Data de Envio:**

27/08/2015 17:14:16

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

radio@ifpb.edu.br  
nicacio@ifpb.edu.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.022715/2012-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

**Anexos:**

Oficio\_0645405.html



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Ofício nº 433/2015/GR/IFPB

Cajazeiras, 14 de setembro de 2015


Ao Excelentíssimo Senhor  
**EMILIANO JOSÉ**  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, sala 100-B.  
CEP 70044-900 – Brasília-DF.

Assunto: **Apresentação de projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)**  
Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Senhor Secretário,

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB/REITORIA, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, inscrita no CNPJ sob o nº 10.783.898/0001-75, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado das Comunicações, publicado no D.O.U. de 15/05/2015, que adjudicou o objeto do Aviso de Habilitação, nº 01, de 05/03/2012, na pessoa de seu representante legalmente constituído, vem apresentar a Vossa Excelência, projeto técnico de instalação e utilização de equipamentos da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos da localidade **Cajazeiras/PB**, solicitando análise e aprovação.

Respeitosamente,

  
**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**  
Reitor do IFPB



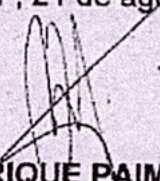
# TERMO DE POSSE

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, tendo em vista o disposto no art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, EMPOSSA, nesta data, **CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**, nomeado pelo Decreto de 12 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2014, seção 2, página 2, para exercer o cargo de **Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**, com mandato de quatro anos.

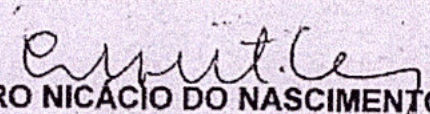
O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o **Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo**, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo, declaração quanto ao exercício ou não de outro emprego ou função pública.

Para constar, eu, **Aline Silva de Mello**, com exercício na Coordenação de Administração de Pessoal, lavrei o presente Termo, que vai assinado pelo Ministro de Estado da Educação e pelo Empossado.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2014.



**JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES**  
Ministro de Estado da Educação



**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**





## REINTEGRA

ERMINO MORAES PEREIRA, Matrícula SIAPE nº 0719122, no cargo de Assistente de Administração do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Neri Geller

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

RENATO DA ANUNCIACÃO FILHO, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Patm Fernandes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

MARCELO BREGAGNOLI, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Patm Fernandes

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidente da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

## SEÇÃO 2

Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

## SEÇÃO 3

Publicação de contratos,  
editais, avisos e imediatários

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br evidencia@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 600, CEP 20610-440, Brasília - DF  
CNPJ: 04.196.450/0001-00  
Fone: 0600 725 6787

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Patm Fernandes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, caput, inciso I, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, resolve

## NOMEAR

ANA LÚCIA DE ASSIS SIMÕES, Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, para exercer o cargo de Reitora da referida Universidade, com mandato de quatro anos, a partir de 19 de agosto de 2014.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Patm Fernandes

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## DECRETO DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e no Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, resolve

## DESIGNAR

MARCOS AURÉLIO PEREIRA DE MOURA, para exercer a função de Adido Policial Federal na Embaixada do Brasil em Madri, Espanha, pelo prazo de dois anos, contado da data de apresentação à missão diplomática, em substituição a Jerry Antunes de Oliveira.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Eduardo Carvalho  
Luiz Alberto Figueiredo Machado

## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, resolve

## EXONERAR, a pedido,

ÁTILA MAIA DA ROCHA do cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA RPUSSEFF  
Eduardo Benedito Lopes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, resolve

## NOMEAR

OTACÍLIO DE LIMA ARAÚJO, para exercer o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA RPUSSEFF  
Eduardo Benedito Lopes

## MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos da Ação Ordinária nº 0000158-10.2011.4.05.8402, e tendo em vista o que consta do processo nº 35238.000097/2014-65,

## REINTEGRA

ENIO ANGELO DANTAS, Matrícula SIAPE nº 0948716, no cargo de Agente DE Serviços Diversos do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/RN.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, nos autos da Ação Ordinária nº 0020610-80.2012.4.03.6100, e tendo em vista o que consta do processo nº 35366.001204/2013-26,

## REINTEGRA

JOSÉ ROBERTO MANSUETO, Matrícula SIAPE nº 0087321, no cargo de Agente Administrativo do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/SP.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 15.048 - DF (2010/0027395-0), e tendo em vista o que consta do processo nº 44231.000046/2014-94,

## REINTEGRA

PAULO ROBERTO ISAAC FERREIRA, Matrícula SIAPE nº 1418438, no cargo de Técnico do Seguro Social do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Paulo Afonso no Estado da Bahia, nos autos da Ação Ordinária nº 440-50.2013.4.01.3306, e tendo em vista o que consta do processo nº 35013.000553/2014-10,

## REINTEGRA

WELLINGTON JORGE SOUZA FERREIRA, Matrícula SIAPE nº 0881899, no cargo de Agente de Portaria do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/BA.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, nos autos da Ação Ordinária nº 13382-08.2013.4.01.3600, e tendo em vista o que consta do Processo nº 35087.000057/2014-94,

## REINTEGRA

ZIRLENE BARBARA GOMES, matrícula SIAPE nº 0890289, no cargo de Técnico do Seguro Social do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - FM

FMC 01

1 - SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 230 SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☒ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos  
☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

I N S T . F E D E R . D E E D U C , C I Ê N C I A E T E C N .

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D A P A R A Í B A - I F P B CNPJ 1 0 7 8 3 8 9 8 0 0 0 1 7 5

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

I F P B

1.2 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (Preenchimento obrigatório)

LOGRADOURO

A V A L M I R A N T E B A R R O S O , 1 0 7 7

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

J O ã O P E S S O A UF P B

CEP

FONE

FAX

5 8 0 1 3 - 1 2 0 -

E-MAIL

1.3 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOGRADOURO

R U A J O S É A N T O N I O D A S I L V A , 3 0 0

BAIRRO

J A R D I M O Á S I S CIDADE C A J A Z E I R A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

P B 5 8 9 0 0 - 0 0 0 0 0 6 ° 5 3 ' 2 4 " S 3 8 ° 3 2 ' 4 1 " W

1.4 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

LOGRADOURO

R U A J O S É A N T O N I O D A S I L V A , 3 0 0

BAIRRO

CIDADE

J A R D I M O Á S I S C A J A Z E I R A S

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

P B 5 8 9 0 0 - 0 0 0 0

1.5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO AUXILIAR

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

1.6 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

C/E

CLASSE

FREQUÊNCIA PORTADORA

POLARIZAÇÃO

2 9 2

E

C

1 0 6 , 3 MHz

V X C E

C<sub>nt</sub>

H<sub>cl (p)</sub>

H<sub>cl (a)</sub>

H<sub>r</sub>

3 0 6 , 0 0 metros

3 8 , 0 0 metros

, metros

4 0 , 0 metros

ensu

FMC 01 (FM)



### 1.7 - TRANSMISSORES

PRINCIPAL  
FABRICANTE

A D E F I N I R

MODELO

POT. DE OPERAÇÃO

CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)

0,500 kW

AUXILIAR  
FABRICANTE

MODELO

POT. DE OPERAÇÃO

CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)

Caso o fabricante e o modelo do(s) transmissor(es) já esteja(m) definido(s), preencher todos os campos.

### 1.8 - ANTENA

FABRICANTE

I D E A L I N D E C O M D E A N T E N A S L T D A

MODELO

BEAM-TILT

G<sub>TMAX</sub>

AZIMUTE DO 0° DA ANTENA

F A 2 R U 2 9 2 0,0° - 0,06 dBd 270,00°

### 1.9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

R F S

MODELO

COMPRIMENTO (L)

IMPED. CARAC

ATENUAÇÃO (A<sub>t</sub>)

L C F 7 8 - 5 0 A 48,0 metros 50,0 Ohms 1,182 dB/100m

### 1.10 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

M A R C I L I O D A S I L V A F E R R E I R A

REG.CREA

ENDEREÇO

1 4 1 1 5 - D R U A M O N S E N H O R J Ú L I O M A R I A ,

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

1 5 0 M A D A L E N A

CIDADE

UF

R E C I F E P E

CEP

FONE

FAX

5 0 7 2 0 - 0 9 0 0 8 1 - 3 4 2 1 7 5 4 1 0 8 1 - 3 2 2 1 1 4 1 1

E-MAIL

m a r c i l i o @ p o r t o z e r o . c o m . b r

LOCAL

DATA

R E C I F E 1 1 / 0 9 / 2 0 1 5

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU DO REPRESENTANTE LEGAL

### 1.11 - REGISTRO FISTEL

(USO INTERNO)





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

**FORMULÁRIO PARA ESTUDO TÉCNICO - FM**

FMC 02

**1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE** (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

I N S T . F E D E R . D E E D U C , C I Ê N C I A E T E C N .

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D A P A R A Í B A - I F P B CNPJ 1 0 7 8 3 8 9 8 0 0 0 1 7 5

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

I F P B

**2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

LOCALIDADE

C A J A Z E I R A S UF P B

**3 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ( $P_D$ )**

Comprimento da linha ( $L$ ): 48,00 metros

Atenuação em 100 metros ( $A_L$ ): 1,182 dB

Perdas na linha ( $P_L = \frac{L \cdot A_L}{100}$ ): 0,567 dB

Perdas acessórias (conectores e divisores) ( $P_C$ ): 0,100 dB

Perdas totais na linha ( $P_D = P_L + P_C$ ): 0,667 dB

Perdas na linha ( $P_V = 10^{(0,1 \cdot P_D)}$ ): 1,167 vez

Eficiência da linha ( $E_F = 1 / P_V$ ): 0,858

**4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA ( $ERP_{MAX}$ )**

$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 0,500 \times 0,986 \times 0,858 = 0,423 \text{ kW}$

$P_T$ : Potência de operação do transmissor, em kW.

$G_{T(MAX)}$ : Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ( $G_{T(MAX)}(\text{vezes}) = 10^{(0,1 \times G_T(\text{max})(\text{dBd}))}$ ).

$E_F$ : Eficiência da linha de transmissão.

**5 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE ( $ERP_{AZ}$ )**

AZIMUTES (radiais (em graus) (1)	NMT (m) (2)	HSNMT (m) (3)	$\left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2$ (4)	$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$ (5)	$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$ (6)	$ERP_{AZ}$ (kW) (7)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 74 dBμ (km) (8)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 66 dBμ (km) (9)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 54 dBμ (km) (10)
0	298	46			0,865	0,366	3,927	6,933	14,013
30	292	52			0,846	0,358	4,104	7,273	14,724
60	288	56			0,792	0,335	4,143	7,379	14,993
90	296	48			0,722	0,306	3,765	6,703	13,698
120	303	41			0,706	0,298	3,501	6,216	12,706
150	376	-32			0,774	0,328	2,201	3,673	7,227
180	334	10			0,884	0,374	2,286	3,804	7,447
210	356	-12			0,980	0,415	2,355	3,911	7,625
240	333	11			0,884	0,374	2,350	3,930	7,716
270	315	29			0,884	0,374	3,274	5,687	11,450
300	318	26			0,884	0,374	3,139	5,425	10,904
330	322	22			0,884	0,374	2,948	5,066	10,127
Valores médios		24,7				0,356		5,500	

OBS.: Identificar com asterisco (\*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.

As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

*assinatura*

FMC 02 (FM)



## 6 - INCLINAÇÃO DO FEIXE PRINCIPAL (BEAM-TILT)

Beam-Tilt = \_\_\_\_ 0 graus

## 7 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

M A R C I L I O D A S I L V A F E R R E I R A

REG.CREA

1 4 1 1 5 - D

ENDEREÇO

R U A M O N S E N H O R J Ú L I O M A R I A ,

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

1 5 0

BAIRRO

M A D A L E N A

CIDADE

R E C I F E

UF

P E

CEP

5 0 7 2 0 - 0 9 0

FONE

0 8 1 - 3 4 2 1 7 5 4 1

FAX

0 8 1 - 3 2 2 1 1 4 1 1

E-MAIL

m a r c i l i o @ p o r t o z e r o . c o m . b r

LOCAL

R E C I F E

DATA

1 1 / 0 9 / 2 0 1 5

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU DO REPRESENTANTE LEGAL

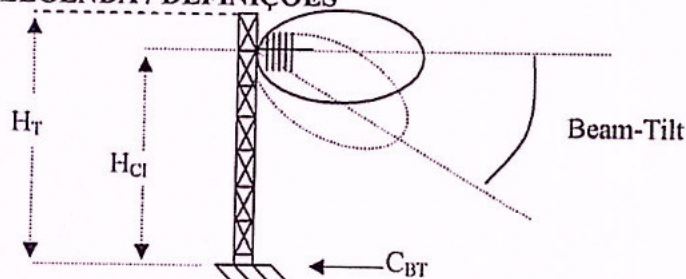
*MF*

## 8 - DISTÂNCIAS AO CONTORNO PROTEGIDO

Classe	E1	E2	E3	A1	A2	A3	A4	B1	B2	C
Distância (km)	78,0	66,0	54,0	40,0	36,0	31,0	24,0	16,0	12,0	7,0
Altura de referência sobre o nível médio da radial (m)	600	450	300	150	150	150	150	90	90	60

**OBS.:** Os azimutes são contados a partir do Norte Verdadeiro, no sentido horário.

## 9 - LEGENDA / DEFINIÇÕES



$$- H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$$

-  $H_{SNMT}$ : Altura do centro geométrico do sistema irradiante, em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.

-  $C_{BT}$ : Cota da base da torre em relação ao nível do mar.

-  $H_{CI}$ : Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.

-  $N_{MT}$ : Nível médio do terreno no azimute considerado.

-  $\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$ : Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

OBS.:

$$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2 = \left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2 \times \left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$$

$$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2 = 1, \text{ para inclinação do feixe principal (beam-tilt) } = 0^\circ$$

$$- ERP_{AZ} (\text{potência proposta por azimute}) = ERP_{MAX} \times \left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$$

*emul*



**PROJETO DE INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE QUIPAMENTOS  
DE ESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA**

**I - OBJETIVO:**

O presente Projeto tem como objetivo a aprovação da Instalação e Utilização de Equipamentos da Estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, localizada em **Cajazeiras**, Estado da Paraíba, do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB**. Projeto este, elaborado de acordo com a Resolução N.º 67, de 12 de novembro de 1998.

**II – RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:**

- a) Nome da Entidade requerente:  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.**
- b) Endereço da estação transmissora:
  - b.1) Estação transmissora:  
**Rua José Antonio da Silva, 300 – Jardim Oásis –  
Cajazeiras/PB.**  
Coordenadas Geográficas: **06°53'24,4" S / 38°32'40,6" W**
  - b.2) Estúdio principal:  
**Rua José Antonio da Silva, 300 – Jardim Oásis –  
Cajazeiras/PB.**
- c) Frequência de operação: **106,3 MHz**
- d) Canal de operação: **292/E**
- e) Classe de operação: **C**
- f) Potência de operação: **0,500 KW (nominal)**

- g) Distância máxima ao Contorno de Campo com 66 dBμ para a classe "C": **7,5 Km (Resolução n.º 546 , de 01 de setembro de 2010).**
- h) Modo de operação: **estereofônica**

### **III – SISTEMA IRRADIANTE E TRANSMISSORES:**

#### **Sistema Irradiante:**

- a) Tipo de antena: **FM Anel**
- b) Fabricante da antena: **IDEAL Ind e Com de Antenas Ltda.**
- c) Modelo da antena: **FA2RU292**
- d) Polarização: **Circular**
- e) Ganho máximo em relação ao dipolo de meia onda: **-0,06 dBd**
- f) Tipo de estrutura de sustentação: **Torre autoportante triangular**
- g) Altura da estrutura de sustentação (torre), em relação à base (solo): **40,0 m**
- h) Altura do centro geométrico da antena em relação à base de sustentação (solo): **38,0 m**
- i) Altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar: **306,0 m**
- j) Altura do centro geométrico da antena sobre o nível médio do terreno: **24,70 m**

#### **Transmissor Principal:**

- a) Fabricante: **A Definir**



- b) Modelo: **a Definir**
- c) Certificação: **A Definir**

#### **IV - LINHA DE TRANSMISSÃO EM RF:**

- a) Fabricante: **RFS**
- b) Modelo: **LCF78-50A**
- c) Impedância característica: **50 ohms**
- d) Atenuação em 100 metros: **1,182 dB**
- e) Comprimento: **48,0 m**
- f) Perda na linha em vezes: **1,167**
- g) Eficiência da linha: **0,858**

#### **V – ENQUADRAMENTO DA CLASSE :**

<b>AZIMUTE (°)</b>	<b>Nmt (m)</b>	<b>Hsnmt (m)</b>	<b>Cont.1 (Km)</b>	<b>Cont.2 (Km)</b>	<b>Cont.3 (Km)</b>
<b>0</b>	298	46	3,927	6,933	14,013
<b>30</b>	292	52	4,104	7,273	14,724
<b>60</b>	288	56	4,143	7,379	14,993
<b>90</b>	296	48	3,765	6,703	13,698
<b>120</b>	303	41	3,501	6,216	12,706
<b>150</b>	376	-32	2,201	3,673	7,227
<b>180</b>	334	10	2,286	3,804	7,447
<b>210</b>	356	-12	2,355	3,911	7,625
<b>240</b>	333	11	2,350	3,930	7,716

*assinatura* 7.

270	315	29	2,274	5,687	11,450
300	318	26	3,139	5,425	10,904
330	322	22	2,948	5,066	10,127
<b>Valores Médios</b>	<b>319</b>	<b>24,7</b>	<b>3,082</b>	<b>5,500</b>	<b>11,052</b>

Recife, 11 de setembro de 2015.



Marcílio da Silva Ferreira  
CREA 14.115 – D - PE





Analógico/Digital: Analógico

Curva: UIT-1546

Latitude: 06S532440

HCI(m): 38

G Max SI(dBd): -0,06

Demais Perdas(dB): 0,1

Município: Cajazeiras - PB

Eficiência: 0,858

Campo Protegido(dBµV/m): 66,000

Serviço: FM

Canal: 292

Longitude: 38W324060

Pot. TX (KW): 0,5

Comp.Linha-L(m): 48

Atenuação(dB/100m): 1,182

Cbl(m): 306

Erp máx(KW): 0,423

Intervalo Radiais: 30

Azimuta	NMT	HNMT	E/Emax	(E/Emax) <sup>2</sup>	ERPaz(kW)	ERP60m(kW)	C.Prot(km)	C1(km)	C2(km)	C3(km)	Legenda
0	293	46	0,93	0,865	0,366	0,243	6,933	3,927	6,933	14,013	0%-100%
30	292	52	0,92	0,846	0,359	0,239	7,273	4,164	7,273	14,724	0%-100%
60	288	58	0,89	0,792	0,335	0,201	7,379	4,143	7,379	14,993	>100%
90	296	48	0,85	0,722	0,306	0,218	6,703	3,765	6,703	13,698	0%-100%
120	303	41	0,84	0,706	0,299	0,170	6,216	3,501	6,216	12,706	0%-100%
150	376	-32	0,88	0,774	0,328	0,034	3,673	2,201	3,673	7,227	0%-100%
180	334	10	0,94	0,884	0,374	0,038	3,804	2,286	3,804	7,447	0%-100%
210	356	-12	0,99	0,980	0,415	0,041	3,911	2,355	3,911	7,625	0%-100%
240	333	11	0,94	0,884	0,374	0,042	3,930	2,350	3,930	7,716	0%-100%
270	315	29	0,94	0,884	0,374	0,128	5,687	3,274	5,687	11,450	0%-100%
300	318	26	0,94	0,884	0,374	0,110	5,425	3,139	5,425	10,904	0%-100%
330	322	22	0,94	0,884	0,374	0,089	5,066	2,948	5,066	10,127	0%-100%

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que a estação transmissora do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**, em **Cajazeiras/PB**, atenderá, quando do licenciamento da estação e como condição indispensável para sua entrada em funcionamento, ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Radiofrequências entre 9 KHz e 300 GHz, aprovado pela Resolução da ANATEL nº 303, de 02/07/2002, publicada no D.O.U. de 10/07/2002, *não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos na tabela constante da referida Resolução.*

Recife/PE, 11 de setembro de 2015.



---

Marcilio da Silva Ferreira  
CREA nº 14.115-D/PE

---

Rua Monsenhor Júlio Maria, 105 - Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090  
Telefones: (81)3421-7541 / (81)3221-1411 / (81)9615-3467  
<http://www.portozero.com.br>







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

## DECLARAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de **Cajazeiras**, Estado da Paraíba, declara que será interrompida a operação de seus transmissores, em casos de interferências em estações de telecomunicações e radiodifusão, regularmente autorizadas e instaladas, até que os problemas sejam sanados.


Cajazeiras-PB, 11 de setembro de 2015.

  
**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**  
Reitor do IFPB  
CPF 424.410.564-68

**DECLARAÇÃO**

Declaro que a instalação proposta para estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFPB**, localizada na Rua José Antônio da Silva, 300 – Jardim Oásis – CEP 58900-000, na cidade de **Cajazeiras**, Estado da Paraíba, não fere os gabaritos de proteção ao voo.

Recife/PE, 11 de setembro de 2015.


  
\_\_\_\_\_  
Marcílio da Silva Ferreira  
CREA nº 14115-D/PE



**DECLARAÇÃO**

Atesto que a instalação proposta para a estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**, localizada na Rua José Antônio da Silva, 300 – Jardim Oásis – CEP 58900-000, na cidade de **Cajazeiras**, Estado da Paraíba, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma.

Recife/PE, 11 de setembro de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
Marcílio da Silva Ferreira  
CREA nº 14115-D/PE



**PARECER CONCLUSIVO**

Analisando os resultados do projeto instalação proposta para a estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**, localizada na Rua José Antônio da Silva, 300 – Jardim Oásis – CEP 58900-000, na cidade de **Cajazeiras**, Estado da Paraíba, observa-se que não foi ultrapassado o limite máximo para a distância do Segundo Contorno (66 dBμ), estabelecido pela Resolução n.º 546 , de 01 de setembro de 2010 (7,5 Km).

Recife/PE, 11 de setembro de 2015.

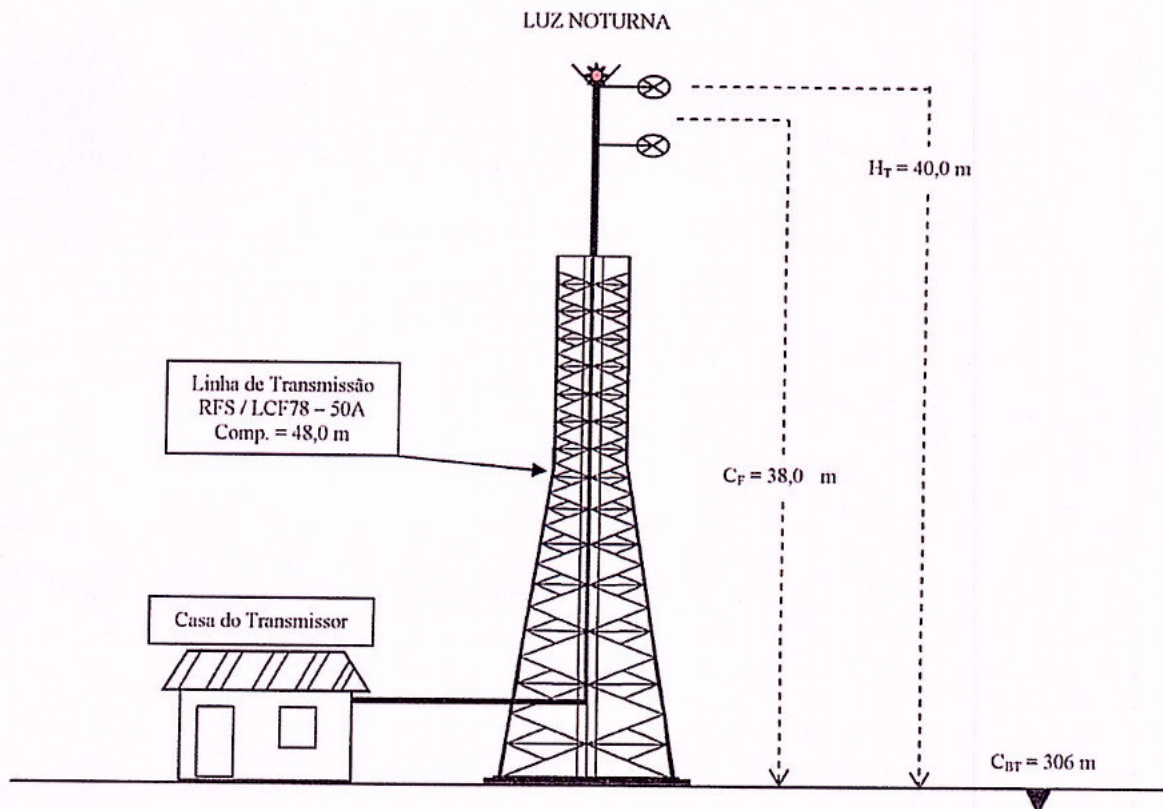


Marcílio da Silva Ferreira  
CREA nº 14115-D/PE





## INSTALAÇÃO DE CAMPO DA ESTAÇÃO



### LEGENDA

**Título:**  
INSTALAÇÃO DE CAMPO - FM DE CAJAZEIRAS  
IFPB.

**Responsável Técnico:**  
ENG. MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA  
CREA: 14.115 D-PE  
ESCALA = 1: 417  
 $C_F$  (centro de fase)  
 $C_{BT}$  (cota da base da torre)  
 $H_T$  (altura total)  
DATA: 11/09/2015

*Marcílio*  
\_\_\_\_\_  
MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA  
CREA 14.115 -D/PE



# FM Anel

Antena para transmissão de FM, com polarização Circular. Podendo ser confeccionada com cabos coaxiais e divisores ou em linha EIA 1 5/8".

Ideal para transmissão em média e alta potência. Podendo ser instalada em lateral de torre ou tubulão em topo de torre.

Antena de fácil instalação e baixa carga de vento.

Pode ser utilizado diagrama de elevação com tilt elétrico e/ou preenchimento de nulo. Possui confecção com alimentação inferior ou central.

É produzida, sendo sua estrutura externa em latão e suas conexões internas em cobre e latão banhados a prata. Possui tratamento anticorrosivo com epoxi em coloração branca ou Laranja padrão. Com possibilidade de pressurização plena ou até a entrada da antena.

Sistemas com configurações diferentes as apresentadas, entrar em contato.

## CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de Frequência .....	87,5 a 108,1 Mhz
Largura de Banda .....	250 KHz
Polarização .....	Circular
Impedância .....	50 ohms
Ganho .....	Vide tabela
Potência Máxima por elemento .....	2500 Watts (EIA 7/8") 5000 Watts (EIA 1 5/8")
Ângulo de ½ pot. vertical .....	Vide tabela
Circularidade .....	< 2 dB's
Relação Axial .....	< 0,7 dB's
VSWR .....	<1.05:1
Dimensões .....	Vide tabela
Área exposta .....	Vide tabela
Carga ao Vento .....	Vide tabela
Peso .....	Vide tabela
Conexão de entrada do sistema .....	EIA 7/8", EIA 1 5/8", EIA 3 1/8"
Resistência a ventos .....	180 Km/h
Proteção elétrica .....	Por intermédio da estrutura da antena

Nº de Elementos	Ganho dBd	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. ½ Pot. Vertical
1	-3,07	0,49	2,5	EIA 7/8"	84°
2	-0,06	0,98	5	EIA 1 5/8"	27°
3	1,7	1,48	7,5	EIA 1 5/8"	18°
4	2,95	1,97	10	EIA 1 5/8"	13°
6	4,71	2,96	15	EIA 3 1/8"	8,5°
8	5,96	3,94	20	EIA 3 1/8"	6,5°

\* Elementos com conexão de entrada em EIA 7/8" (cabos+divisores)

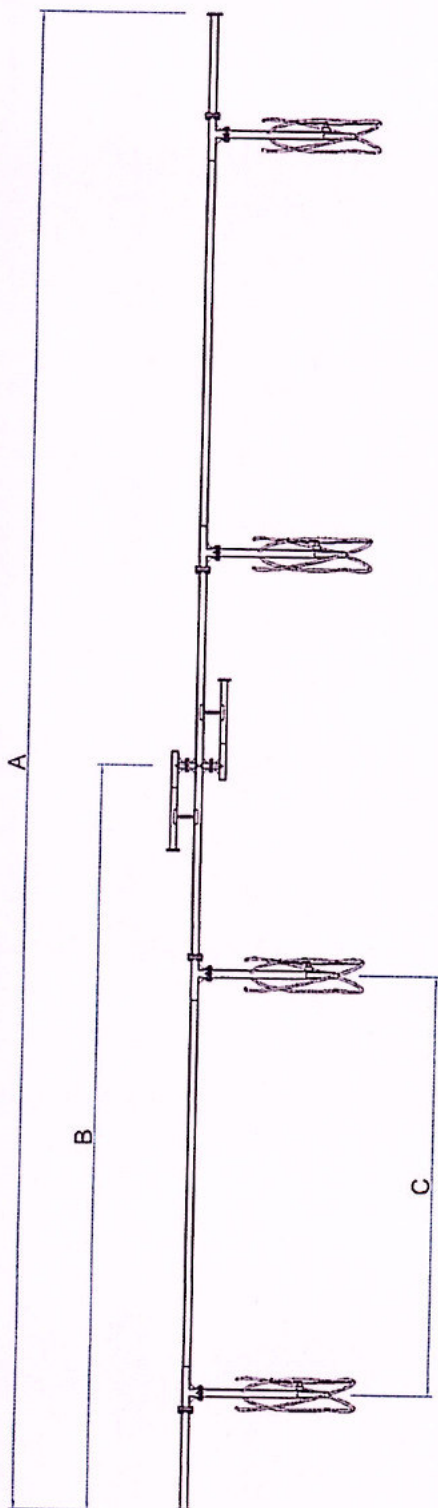
Nº de Elementos	Ganho dBd	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. ½ Pot. Vertical
1	-3,07	0,49	5	EIA 1 5/8"	84°
2	-0,06	0,98	10	EIA 1 5/8"	27°
3	1,7	1,48	15	EIA 3 1/8"	18°
4	2,95	1,97	20	EIA 3 1/8"	13°
6	4,71	2,96	30	EIA 3 1/8"	8,5°
8	5,96	3,94	40	EIA 4 1/16"	6,5°

\* Elementos com conexão de entrada em EIA 1 5/8"

## MODELO

<div>FA ↓ FM Anel</div> <div>N ↓ Nº de Elementos</div>	Em Cabo	S ↓ S= EIA 7/8"	XXX ↓ Canal
	Em Linha Rígida	R ↓ Linha Rígida	U, T, Q ↓ U= EIA 1 5/8" T= EIA 3 1/8" Q= EIA 4 1/16" XXX ↓ Canal





Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1815	907,5	3337	0,14	14	10,5
2	5152	2576		0,62	62	40
3	8489	4244,5		0,92	92	62
4	11826	5913		1,19	119	75
6	18500	9250		1,77	177	116
8	25155	12577		2,34	234	150

\* Dados referentes a sistemas com frequência de 88.1 Mhz em Linha 1 5/8"

Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1630	815	3000	0,13	13	8,9
2	4630	2315		0,56	56	38
3	7630	3815		0,83	83	59
4	10630	5315		1,08	108	71
6	16630	8315		1,59	159	110
8	22623	11312		2,12	212	141

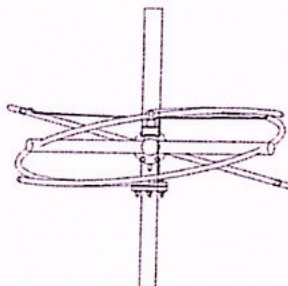
\* Dados referentes a sistemas com frequência de 98.1 Mhz em Linha 1 5/8"

Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1480	740	2720	0,12	12	8,4
2	4200	2100		0,53	53	36
3	6920	3460		0,76	76	56
4	9640	4820		0,99	99	68
6	15080	7540		1,46	146	105
8	20520	10260		1,94	194	136

\* Dados referentes a sistemas com frequência de 108.1 Mhz em Linha 1 5/8"

A = Altura do sistema (mm)  
 B = Centro de Fase do sistema (mm)  
 C = Espaçamento entre antenas (mm)  
 Área exposta (m²)  
 Carga ao Vento (Kgf)  
 Peso (Kg)

\* Características referentes a confecção em tubo padrão em latão.

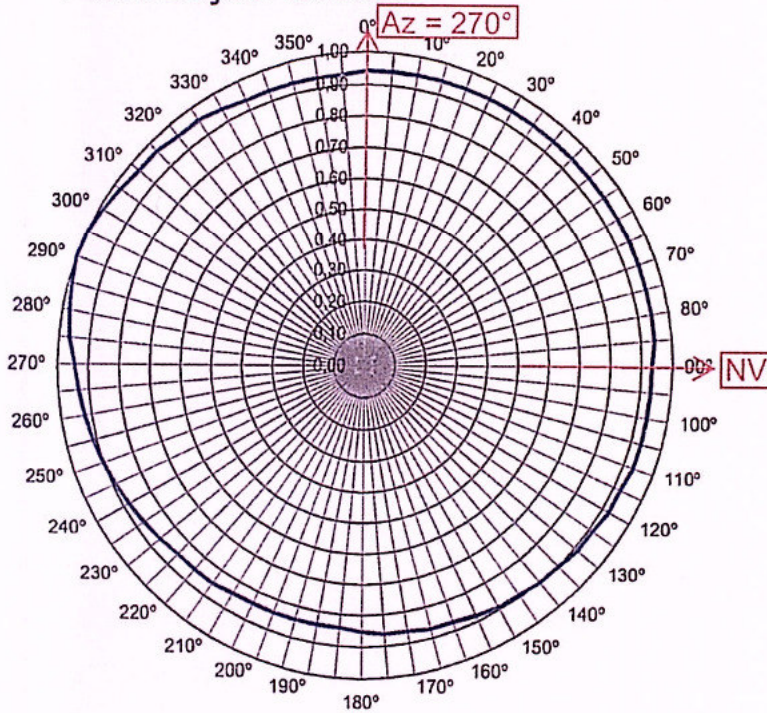




## FM Anel



### Diagrama de Azimute Polarização Circular



Graus	E/E <sub>max</sub>	(dB)	(%)	Graus	E/E <sub>max</sub>	(dB)	(%)
0°	0,94	-0,5	89,1%	90°	0,93	-0,6	87,1%
5°	0,94	-0,5	89,1%	95°	0,93	-0,6	87,1%
10°	0,94	-0,5	89,1%	100°	0,93	-0,6	87,1%
15°	0,94	-0,5	89,1%	105°	0,93	-0,6	87,1%
20°	0,94	-0,5	89,1%	110°	0,93	-0,6	87,1%
25°	0,94	-0,5	89,1%	115°	0,92	-0,7	85,1%
30°	0,94	-0,5	89,1%	120°	0,92	-0,7	85,1%
35°	0,94	-0,5	89,1%	125°	0,91	-0,8	83,2%
40°	0,94	-0,5	89,1%	130°	0,91	-0,8	83,2%
45°	0,94	-0,5	89,1%	135°	0,90	-0,9	81,3%
50°	0,94	-0,5	89,1%	140°	0,90	-0,9	81,3%
55°	0,94	-0,5	89,1%	145°	0,89	-1,0	79,4%
60°	0,94	-0,5	89,1%	150°	0,89	-1,0	79,4%
65°	0,94	-0,5	89,1%	155°	0,88	-1,1	77,6%
70°	0,94	-0,5	89,1%	160°	0,87	-1,2	75,9%
75°	0,94	-0,5	89,1%	165°	0,87	-1,2	75,9%
80°	0,94	-0,5	89,1%	170°	0,86	-1,3	74,1%
85°	0,94	-0,5	89,1%	175°	0,86	-1,3	74,1%

Graus	E/E <sub>max</sub>	(dB)	(%)	Graus	E/E <sub>max</sub>	(dB)	(%)
180°	0,85	-1,4	72,4%	270°	0,94	-0,5	89,1%
185°	0,84	-1,5	70,8%	275°	0,97	-0,3	93,3%
190°	0,84	-1,5	70,8%	280°	0,98	-0,2	95,5%
195°	0,84	-1,5	70,8%	285°	0,99	-0,1	97,7%
200°	0,84	-1,5	70,8%	290°	1,00	0,0	100,0%
205°	0,84	-1,5	70,8%	295°	1,00	0,0	100,0%
210°	0,84	-1,5	70,8%	300°	0,99	-0,1	97,7%
215°	0,85	-1,4	72,44%	305°	0,98	-0,2	95,5%
220°	0,85	-1,4	72,4%	310°	0,97	-0,3	93,3%
225°	0,85	-1,4	72,4%	315°	0,97	-0,3	93,3%
230°	0,86	-1,3	74,1%	320°	0,95	-0,4	91,2%
235°	0,87	-1,2	75,9%	325°	0,95	-0,4	91,2%
240°	0,88	-1,1	77,6%	330°	0,94	-0,5	89,1%
245°	0,89	-1,0	79,4%	335°	0,93	-0,6	87,1%
250°	0,90	-0,9	81,3%	340°	0,93	-0,6	87,1%
255°	0,91	-0,8	83,2%	345°	0,93	-0,6	87,1%
260°	0,92	-0,7	85,1%	350°	0,93	-0,6	87,1%
265°	0,93	-0,6	87,1%	355°	0,93	-0,6	87,1%

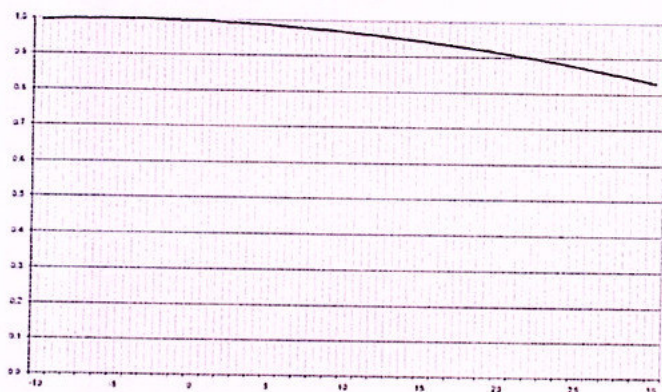
4.



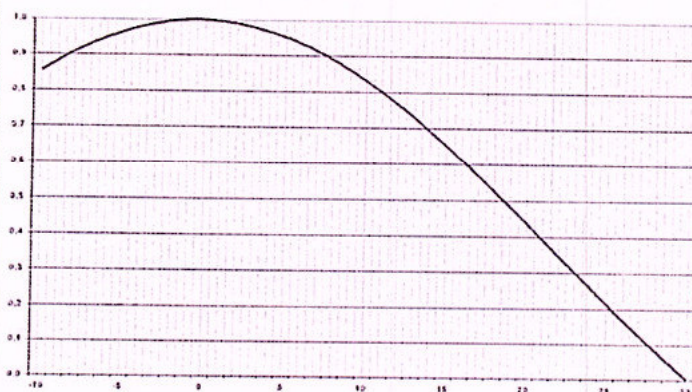
# FM Anel

## Diagrama de Elevação

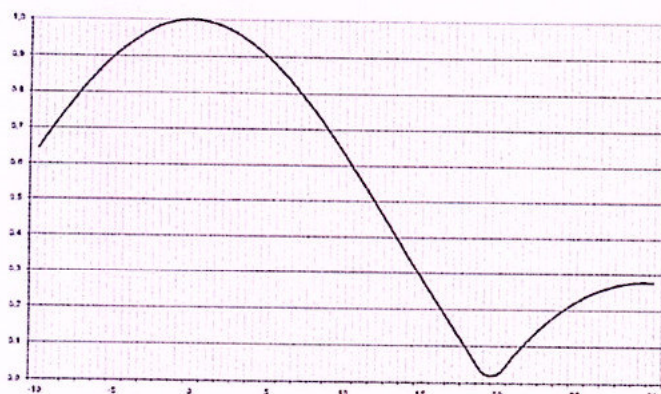
1 Elemento



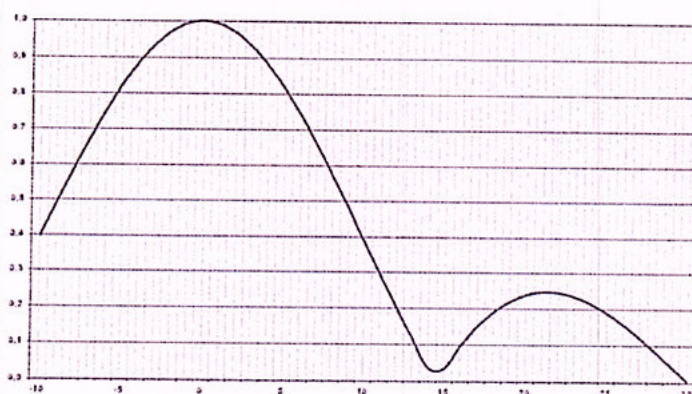
2 Elementos



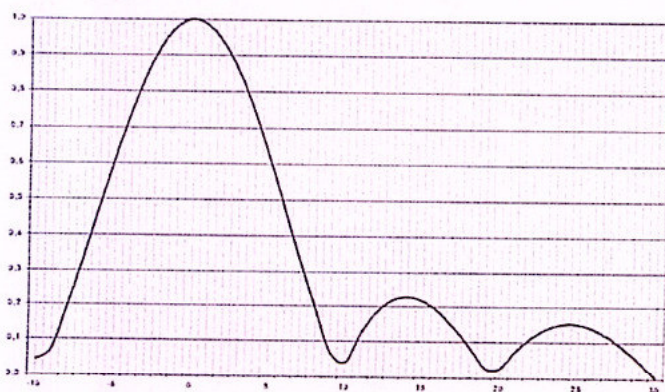
3 Elementos



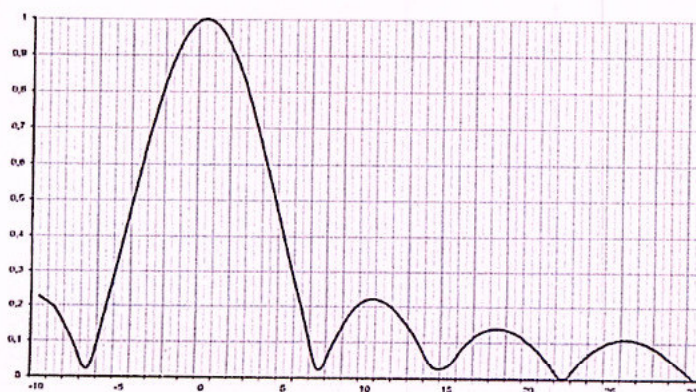
4 Elementos



6 Elementos



8 Elementos







## CELLFLEX® Cable

### LCF78-50A Series 7/8" Low-Loss Foam Coax

#### APPLICATIONS

Main feed line, Riser-rated In-Building (JFN types)

#### GENERAL INFORMATION

Cable Type Foam-Dielectric, Corrugated  
Size 7/8"

#### STRUCTURE

Inner Conductor Material Copper Tube  
Diameter Inner Conductor, mm (in) 9.3 (0.37)  
Diameter Dielectric, mm (in) 21.5 (0.85)  
Outer Conductor Material Corrugated Copper  
Diameter Copper Outer Conductor, mm (in) 25.2 (0.99)  
Diameter over Jacket 27.8 (1.09)  
Nominal, mm (in)

#### MECHANICAL SPECIFICATIONS

Cable Weight, kg/m (lb/ft) 0.51 (0.34)  
Minimum Bending Radius, Single Bend, mm (in) 120 (5)  
Minimum Bending Radius, Repeated Bends, mm (in) 250 (10)  
Bending Moment, N•m (lb-ft) 13.0 (9.6)  
Flat Plate Crush Strength, N/mm (lb/in) 14 (80)  
Tensile Strength, N (lb) 1440 (324)  
Recommended / Maximum 0.8 / 1.0 (2.75 / 3.25)  
Clamp Spacing, m (ft)

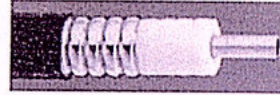
#### ELECTRICAL SPECIFICATIONS

Impedance, ohm 50 +/- 1  
Velocity, percent 89  
Capacitance, pF/m (pF/ft) 75.0 (22.9)  
Inductance, µH/m (µH/ft) 0.187 (0.057)  
Maximum Frequency, GHz 5  
Peak Power Rating, kW 85  
RF Peak Voltage, volts 2910  
Jacket Spark, volt RMS 8000  
Inner Conductor dc Resistance, ohm/1000 m (ohm/1000 ft) 1.17 (0.36)  
Outer Conductor dc Resistance, ohm/1000 m (ohm/1000 ft) 1.05 (0.32)

See Installation, Operation and Storage Temperatures on page 16.

#### CONNECTORS AND ACCESSORIES

Connectors See pages 53-55  
Jumpers See pages 60-65  
Accessories See pages 75-80  
Coaxial Devices See pages 84-85  
Technical Appendix See pages 831-840



#### LCF78-50JA/JFNA ATTENUATION AND AVERAGE POWER

Frequency MHz	Attenuation dB/100 m	Attenuation dB/100 ft.	Average Power kW
0.5	0.078	0.024	85.0
1	0.111	0.034	85.0
1.5	0.136	0.041	77.1
2	0.157	0.048	66.8
10	0.353	0.107	28.1
20	0.501	0.153	20.9
30	0.616	0.188	17.0
50	0.801	0.244	13.1
88	1.07	0.327	9.75
100	1.15	0.349	9.12
108	1.19	0.363	8.76
150	1.42	0.431	7.38
174	1.53	0.466	6.83
200	1.65	0.501	6.35
300	2.04	0.622	5.12
400	2.38	0.725	4.39
450	2.54	0.773	4.12
500	2.69	0.818	3.89
512	2.72	0.829	3.84
600	2.97	0.903	3.52
700	3.23	0.983	3.24
800	3.47	1.06	3.01
824	3.53	1.08	2.96
894	3.69	1.12	2.83
900	3.71	1.13	2.82
925	3.76	1.15	2.78
960	3.84	1.17	2.72
1000	3.93	1.20	2.66
1250	4.45	1.36	2.35
1500	4.94	1.50	2.12
1700	5.30	1.61	1.97
1800	5.48	1.67	1.91
2000	5.82	1.77	1.80
2100	5.99	1.82	1.75
2200	6.15	1.87	1.70
2400	6.47	1.97	1.61
3000	7.38	2.25	1.42
3500	8.09	2.46	1.29
4000	8.76	2.67	1.19
4900	9.91	3.02	1.05
5000	10.0	3.06	1.04

Standard Conditions:

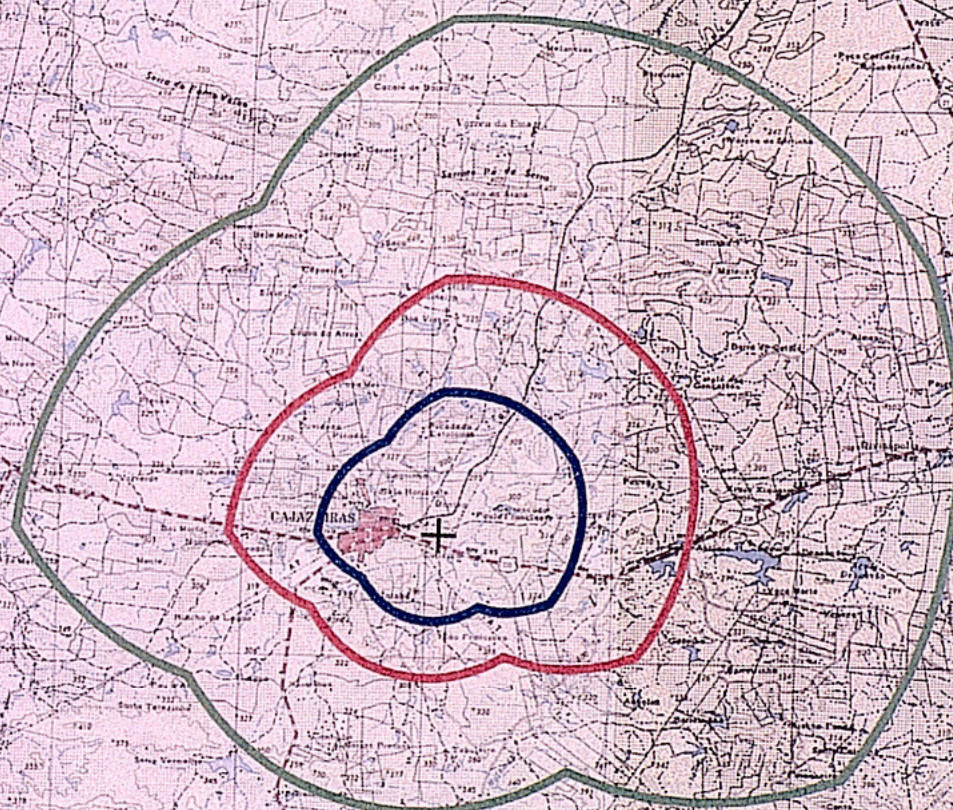
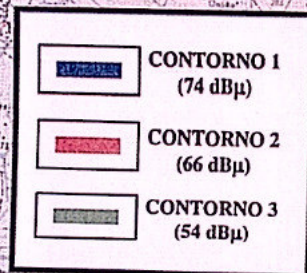
For attenuation: VSWR 1.0, cable temperature 20° C (68° F).  
For average power: VSWR 1.0, ambient temperature 40° C (104° F), inner conductor temperature 100° C (212° F). No solar loading.

#### ORDERING INFORMATION

Model Number	Jacket
LCF78-50JA	Standard
LCF78-50JAGR	Standard, Gray
LCF78-50JFNA	Flame Retardant

TRANSMISSION  
LINE PRODUCTS  
1





# **PLANTA DE SITUAÇÃO GERAL**

*78*  
**Marcilio da Silva Ferreira**  
CREA 14.115-D/PE

**CAJAZEIRAS/PB**

**SB 24-Z-A-IV / SB 24-Z-A-V**  
**SB 24-Z-C-I / SB 24-Z-C-II**

**MI/SDN**  
**1982**

**ESCALA - 1: 200.000**





**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-PE**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco**

Página 1 / 1

**ART Obra ou Serviço**  
**168075092015**

**1. Responsável Técnico**

Nome : MARCILIO DA SILVA FERREIRA

Nº Registro : PE014115

Título : ENGENHEIRO ELETRICISTA

RNP : 1801496072

Empresa : PORTO ZERO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO LTDA.

Registro : PE009463

**2. Dados do Contrato**

Contratante : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍ

Cpf ou Cnpj : 10.783.898/0001-75

Logradouro : Avenida Almirante Barroso

N.º : 1077

Compl. : Não Indicado

Bairro : Centro

Cidade : João Pessoa

Uf : PB

CEP : 58.013-120

N.º Contrato : Não Indicado

Celebrado em : 10/09/2015

ART inicial : Não Indicado

Valor (R\$) : 9.000,00

Tipo Contratante : Pessoa Jurídica

Ação institucional : Não indicado

**3. Dados da Obra ou Serviço**

Logradouro : Rua José Antônio da Silva

N.º : 300

Compl. : Não Indicado

Bairro : Jardim Oásis

Cidade : Cajazeiras

Uf : PB

CEP : 58.900-000

Data Inicio : 11/09/2015

Previsão de término : 18/09/2015

C. Geográfica : 06° 53' 24.40"S, 38° 32' 40.60"O

Finalidade : Outros

Código : Não Indicado

Nome : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍ

Cpf ou Cnpj : 10.783.898/0001-75

**4. Atividade Técnica**

Descrição:

Quantidade :

Unidade :

ELABORAÇÃO / PROJETO / RADIODIFUSÃO /

1,00

Unidade (s)

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE UMA ESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUENCIA MODULADA.;

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta AR

**5. Observação**

**6. Declarações**

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas

Profissional

Contratante

**7. Entidade de Classe :**

AEAPE

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Recife, 14 de setembro de 2015

Profissional: MARCILIO DA SILVA FERREIRA

Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

\* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com objetivo de documentar vínculo contratual.

www.creape.org.br

creape@creape.com.br

Valor ART(R\$) : 118,45

Registrada em : 11/09/2015

Valor pago(R\$) : 118,45

Nosso Número: 18612168075092015

V. Sistema : 2.0 OnLine



Local de Pagamento					Vencimento	
ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO					21/09/2015	
Cedente					Agência / Código da Cedente	
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO					/	
Data Documento	Número Documento	Espécie Doc.	Acerto	Data Processamento	Folha Número	
11/09/2015	000000002144352015	DP	S	11/09/2015	18612168075092015	
Uso da Empresa	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento	
	18	R\$	1		118,45	
SR. CAIXA NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Referente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°.168075092015 Após o vencimento esse boleto não poderá ser reimpresso, sendo necessário o preenchimento de uma nova ART  A ART deve ser paga antes da conclusão da Obra/Serviço  168.517.224-53 MARCILIO DA SILVA FERREIRA					(-) Outras Deduções	
					0,00	
					(+*) Multa	
					0,00	
					(+*) Juros	
					0,00	
					(-) Valor Cobrado	
					118,45	
Sacado 168.517.224-53 MARCILIO DA SILVA FERREIRA						
Sacador / Avalista					Autenticação Mecânica	



Ficha de Compensação

Local de Pagamento					Vencimento	
ATÉ O VENCIMENTO PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO					21/09/2015	
Cedente					Agência / Código da Cedente	
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO					/	
Data Documento	Número Documento	Espécie Doc.	Acerto	Data Processamento	Folha Número	
11/09/2015	000000002144352015	DP	S	11/09/2015	18612168075092015	
Uso da Empresa	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento	
	18	R\$	1		118,45	
SR. CAIXA NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Referente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°.168075092015 Após o vencimento esse boleto não poderá ser reimpresso, sendo necessário o preenchimento de uma nova ART  A ART deve ser paga antes da conclusão da Obra/Serviço  168.517.224-53 MARCILIO DA SILVA FERREIRA					(-) Outras Deduções	
					0,00	
					(+*) Multa	
					0,00	
					(+*) Juros	
					0,00	
					(-) Valor Cobrado	
					118,45	
Sacado 168.517.224-53 MARCILIO DA SILVA FERREIRA						
Sacador / Avalista					Autenticação Mecânica	



N. Recibo: 18612168075092015  
CPF/CNPJ: 168.517.224-53  
Nome: MARCILIO DA SILVA FERREIRA  
Vencimento: 21/09/2015  
R\$ Total: 118,45  
Referente à: Referente: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART n°.168075092015  
Após o vencimento esse boleto não poderá ser reimpresso, sendo necessário o preenchimento de uma nova ART

Autenticação Mecânica

A ART deve ser paga antes da conclusão da Obra/Serviço

(Via do CREA-PE)



## Cobrança / Titulos

11/09/2015 09:15:49

11/09/2015 - BANCO DO BRASIL - 09:15:51  
310803108 0006

### COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: MARCILIO FERREIRA ADVOGADO  
AGENCIA: 3108-9 CONTA: 32.325-X  
BANCO DO BRASIL  
0019458611218612168007509201521516550000011845  
NR. DOCUMENTO 91.101  
MODELO NUMERO 18612168075092015  
CONVENIO 00459612  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
AG/COD. BENEFICIARIO 3234/00090506  
DATA DE VENCIMENTO 21/09/2015  
DATA DO PAGAMENTO 11/09/2015  
VALOR DO DOCUMENTO 118,45  
VALOR COBRADO 118,45  
NR. AUTENTICACAO 7.408.179.BES.AFF.184

Transação efetuada com sucesso por: J5564356 MARCILIO DA SILVA FERREIRA

*assinatura* 7



Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** PB  
**Município:** Cajazeiras  
**Frequência:** 106,3 MHz  
**Classe:** C  
**Canal:** 292 E

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 0 - Canal Vago

### Dados da Entidade

**Entidade:**  
**Nome Fantasia:**  
**Nº Estação:**  
**Primeiro**  
**Licenciamento:**

**Fistel:**  
**CNPJ ou CPF :**  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último**  
**Licenciamento:**

### ☐ Dados do Plano Básico

### Ocupante do Canal

**Entidade:**  
**Fase:** 0 - Canal Vago

**Nº Fistel:**

### Coordenadas Geográficas do Município

**Município:** Cajazeiras/PB  
**Latitude:**  **Longitude:**  **Raio:**

### Coordenadas Geográficas

**Latitude:**  °  '  "   Sul

**Longitude:**  °  '  "

**Local Específico:**

**Coordenada pré-fixada?:** Não

### Características

**Canal:** 292 **Frequência:** 106,3  
**Classe:**   **Canal**  
**Educativo?:**

### Limitações

**Limitações:** ☐ Sim ☐ Não

### Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

### Histórico / Observações

**Histórico:**

RESOLUCAO ANATEL 125/99

**Máximo: 250 Digitados: 23**

**Observação:**

**Máximo: 250 Digitados: 0**

### ☐ Documentos Emitidos

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>
<div>Tela Inicial</div> <div>Imprimir</div>								



Analógico/Digital: Analógico

Serviço: FM

Curva: UIT-1546

Canal: 292

Latitude: 06S532400

Longitude: 38W324100

HCI(m): 38

Pot. TX (KW): 0,5

G Max SI(dBd): -0,06

Comp.Linha-L(m): 48

Demais Perdas(dB): 0,1

Atenuação(dB/100m): 1,182

Município: Cajazeiras - PB

Cbt(m): 306

Eficiência: 0,858

Erp máx(KW): 0,423

Campo Protegido(dBμV/m): 66,000

Intervalo Radiais: 30

Azimute	NMT	HNMT	E/Emax	(E/Emax) <sup>2</sup>	ERP <sub>Az</sub> (kW)	ERP <sub>60m</sub> (kW)	C.Prot(km)	C1(km)	C2(km)	C3(km)	Legenda
0	299	45	0,93	0,865	0,366	0,235	6,865	3,891	6,865	13,877	0%-100%
30	292	52	0,92	0,846	0,358	0,286	7,273	4,104	7,273	14,724	0%-100%
60	288	56	0,89	0,792	0,335	0,301	7,379	4,143	7,379	14,993	>100%
90	296	48	0,85	0,722	0,306	0,218	6,703	3,765	6,703	13,698	0%-100%
120	303	41	0,84	0,706	0,298	0,170	6,216	3,501	6,216	12,706	0%-100%
150	377	-33	0,88	0,774	0,328	0,034	3,673	2,201	3,673	7,227	0%-100%
180	334	10	0,94	0,884	0,374	0,038	3,804	2,286	3,804	7,447	0%-100%
210	356	-12	0,99	0,980	0,415	0,041	3,911	2,355	3,911	7,625	0%-100%
240	333	11	0,94	0,884	0,374	0,042	3,930	2,350	3,930	7,716	0%-100%
270	314	30	0,94	0,884	0,374	0,134	5,773	3,318	5,773	11,626	0%-100%
300	317	27	0,94	0,884	0,374	0,116	5,513	3,184	5,513	11,089	0%-100%
330	322	22	0,94	0,884	0,374	0,089	5,066	2,948	5,066	10,127	0%-100%

**CHECKLIST**  
**Análise do Projeto de Instalações de Estação Radiodifusora com vistas à Aprovação de Locais e Utilização de Equipamentos - APL**

Processo nº 53000.022715/2012-21

Interessada: Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia da Paraíba (ifpb/reitoria)

Localidade da Estação: Cajazeiras/Pb

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo)

Classe: C

CNPJ:10783898000175

DISPOSITIVOS	ANÁLISE
ITENS A SEREM VERIFICADOS JUNTO AO SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO (ANATEL)	
Publicação do Extrato do Contrato, do Convênio ou do Decreto Legislativo.	OK
Situação dos débitos da entidade.	OK
PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	OK



Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	OK
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	OK
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou	

cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	OK
Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.	OK
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* casa do transmissor ou retransmissor;</li> <li>* antena e sua estrutura de sustentação;</li> <li>* altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e</li> <li>* altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar.</li> </ul>	OK
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “a” - O sistema irradiante deve ser instalado nos limites da localidade constante do ato de outorga.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Para o caso de as coordenadas geográficas terem sido fixadas pelo PBFM, o local da estação transmissora proposta deve coincidir com as coordenadas geográficas pré-fixadas.</li> </ul>	OK
<p>Subitem 5.1.2, alínea “b” - O local da estação transmissora deve ser escolhido de forma que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* o contorno 1 (74dBu) inclua a maior</li> </ul>	OK



<p>parte da zona central da localidade; e</p> <p>* o contorno 2 inclua a maior parte possível da sua zona urbana.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “c” - O campo referente à potência do equipamento transmissor deverá, obrigatoriamente, ser preenchido.</p> <p>* A entidade deve indicar o(s) equipamento(s) transmissor(es) no formulário FMC 01 (FM), caso já o(s) tenha definido.</p> <p>* A entidade deverá apresentar transmissores e retransmissores que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, caso não opte por apresentar tais características no momento da solicitação do licenciamento da estação.</p>	OK
<p>Subitem 5.1.2, alínea “d” - Verificação das distâncias ao contorno protegido (66 dBu).</p> <p>* A distância máxima, em km, ao contorno protegido (66 dBu) não poderá ser excedida em nenhuma das radiais.</p> <p>* A média aritmética das distâncias a este contorno não poderá ser menor do que a distância ao contorno máximo da classe imediatamente inferior.</p>	OK
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME RESOLUÇÃO ANATEL Nº 67 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998</p>	
<p>Subitem 3.5.1.3.1 - As radiais devem estar espaçadas em 30° para diagramas de irradiação omnidirecional.</p>	OK
<p>Subitem 3.5.1.3.2 - As radiais devem estar espaçadas em 15° para diagramas de irradiação diretiva.</p>	NA
<p>Subitem 3.5.1.3.6 - Deverão ser apresentadas radiais extras para o caso</p>	

das radiais propostas não alcançarem a localidade a ser servida ou quando houver restrições de ERP em uma ou mais direções.	NA
PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DO ESTÚDIO, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.2, alínea “f” - O estúdio principal deve ser instalado na localidade para a qual foi autorizada a execução do serviço, conforme o correspondente ato de outorga.	OK
Subitem 5.1.2, alínea “g” - O estúdio auxiliar deve ser instalado dentro da área de serviço primário da estação transmissora.	NA



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Coordenador do Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 26/04/2016, às 10:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1085136** e o código CRC **761C7894**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

**NOTA TÉCNICA Nº 9637/2016/SEI-MC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Assunto: **Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Por meio do processo em referência, a(o) Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia da Paraíba (IFPB/reitoria), CNPJ nº10783898000175, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, com utilização do canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo) .
2. A análise do processo foi baseada na Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes ao referido Serviço.
3. O processo indicou sua completa instrução, de acordo com a legislação em vigor, conforme as seguintes características técnicas:

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Rua José Antônio da Silva, Nº 300		Bairro: Jardim Oásis	
CEP: 58900-000	Localidade: Cajazeiras	UF: PB	Coordenadas Geográficas: 06° 53' 24"S; 38° 32' 41"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL		
Logradouro: Rua José Antônio da Silva, Nº 300		CEP: 58900-000
Bairro: Jardim Oásis	Localidade: Cajazeiras	UF: PB

TRANSMISSOR PRINCIPAL
Fabricante: A Definir

Modelo:	Potência de Operação: 0,5 kW	Certificação:
---------	---------------------------------	---------------

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: Ideal Ind. e Com. de Antenas Ltda.			Modelo: FA2RU292	
Cota Base da Torre: 306 m	Altura Centro Geométrico: 38 m	Azimute de Orientação: 270° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: -0,06 dBd
Tipo: Omnidirecional		Polarização: Circular		ERP max: 0,423 kW

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF 7/8" -50A	
Comprimento: 48 m	Eficiência: 85,8%	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,182 dB/100 m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ALTURA (m)*	ERP (kW)
0	46	0,366
30	52	0,358
60	56	0,335
90	48	0,306
120	41	0,298
150	-32	0,328
180	10	0,374
210	-12	0,415
240	11	0,374
270	29	0,374
300	26	0,374
330	22	0,374
<b>VALORES MÉDIOS:</b>	24,7	0,356

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

4. A entidade deverá ainda indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 0,5 kW , respectivamente, na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pelo **deferimento** do pedido e encaminhamos



Despacho para assinatura da autoridade competente para decisão.

6. Solicitamos que, após assinatura da autoridade competente, este processo retorne a este Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União para cadastramento dos dados da entidade no SRD.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Coordenador do Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 26/04/2016, às 10:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1090436** e o código CRC **BB162034**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Portaria nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013, e considerando o que consta no processo nº 53000.022715/2012-21, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB/REITORIA), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, utilizando o canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 27/04/2016, às 09:35, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1090593** e o código CRC **6AC67C22**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

## NOTA TÉCNICA Nº 11572/2016/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência I.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA (IFPB/REITORIA), CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 e o Aviso de Habilitação nº 01/2012, publicado no DOU em 06/03/2012.

### ANÁLISE

2. Veio ao Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – GTED o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou equivalente;
- b. Ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão;
- c. Ata da Eleição da atual diretoria da entidade;
- d. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (**indicar diretor**);
- e. Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;
- f. Endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência;
- g. Comprovante definitivo do CNPJ da entidade;
- h. Certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital,

federal e criminal eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor**);

- i. Certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor**);
- j. Prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/05/2016, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 13/05/2016, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1130562** e o código CRC **C56C5299**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 16784/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da Instituto Federal de Educacao, Ciencia E Tecnologia da Paraiba  
Avenida 1º de Maio, 720 - Jaguaribe  
58015-430 / João Pessoa – PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11572/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1130635** e o código CRC **79FE1EA0**.

---



**Data de Envio:**

17/05/2016 09:05:18

**De:**

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

radio@ifpb.edu.br  
nicacio@ifpb.edu.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.022715/2012-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_1130562.html  
Oficio\_1130635.html



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 1112/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**Representante Legal da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**

Avenida 1º de Maio, 720 - Jaguaribe

58015-430 / João Pessoa – PB

Assunto: **Reencaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para reencaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11572/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da assinatura de contrato da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, **sob pena de cancelamento da outorga em apreço.**
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**,





**Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União,**  
em 20/04/2017, às 11:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e  
MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1613112** e o  
código CRC **619DC287**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1112/2017/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.022715/2012-21 - Nº SEI: 1613112



**REQUERIMENTO – VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.**

( ) Vista (X) Cópia integral ( ) Cópia fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Certidão ( ) Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo n.º **53000.022715/2012-21**

Tipo de Processo: ( ) Outorga (X) Pós-Outorga ( ) Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: ( ) Rádio Comunitária ( ) Rádio/TV Educativa (X) Rádio/TV Comercial ( ) RTV ( ) SARC

Entidade. **INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA-IFPB**

CNPJ: **10.825.373\_0001-55**

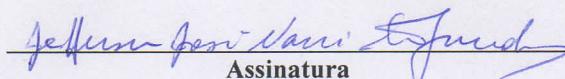
Interessado (a): JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE 24.911-D, CPF n.º 046.722.634-28, RG n.º 6023454 SSP/PE, Fone: (81) 3421-7541 / (81) 99989-2072 E-mail: [jefferson@portozero.com.br](mailto:jefferson@portozero.com.br), Endereço: Rua Monsenhor Júlio Maria, n.º 105 – Madalena – Recife/PE – CEP: 50720-090.

( ) Procurador (X) Advogado ( ) Integrante do corpo diretivo

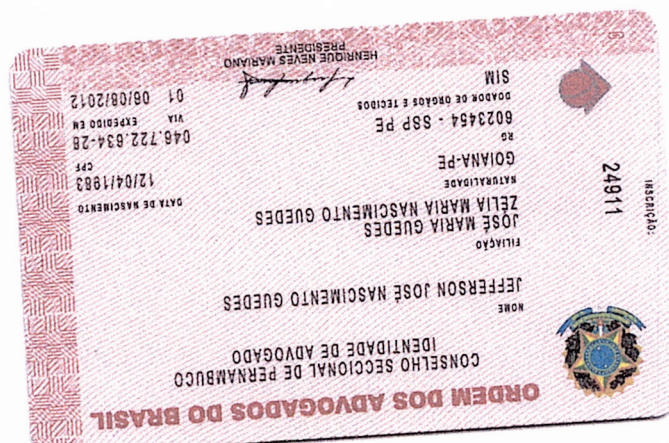
Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc.), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

**RECIFE, 01 DE FEVEREIRO 2017.**  
Município/dia/mês/ano

  
Assinatura





**Data de Envio:**

02/02/2017 10:51:23

**De:**

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

**Para:**

jefferson@marcilioferreira.adv.br

**Assunto:**

Espaço do Radiodifusor

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.006385/2017-96

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]



**Data de Envio:**

02/02/2017 10:56:40

**De:**

MCTIC/DEAA\_GAB (SEI-MC) <deaa\_gab.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

rubens.reis@mctic.gov.br

jordana.azeredo@mctic.gov.br

**Assunto:**

vista eletrônica/cópia (53000.022715/2012-21)

**Mensagem:**

Prezadas

Solicitamos verificar a possibilidade de conceder vista eletrônica ao interessado, conforme requerimento em anexo.

Prazo para retorno desta informação até: 06/02/2017.

Att.

GAB/DEAA

**Anexos:**

Peticao\_1654824\_Instituto\_Federal\_de\_Educacao\_\_e\_Tecnologia\_da\_Paraiba\_IFPB\_\_53000.022715\_2012\_21.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

OFÍCIO Nº 77/2017/R/IFPB

João Pessoa, 15 de fevereiro de 2017.

**Ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação**  
**Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União -**  
**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**  
Esplanada dos Ministérios, bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar. Sala 301  
CEP 70.044-900  
Brasília/DF

**Referência:** Ofício nº 16784/2016/SEI-MC e Nota Técnica nº 11572/2016/SEI-MC.

**Assunto:** Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência.

**Processo nº 53000.022715/2012-21**

Senhor Coordenador,

**O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, personalidade jurídica de direito público, CNPJ/MF nº 10.783.898/0001-75, com sede na Rua João da Mata, nº 256, Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP: 58.015-020, vem, por seu representante legal, em atenção ao Ofício nº 16784/2016/SEI-MC e Nota Técnica nº 11572/2016/SEI-MC, **encaminhar**, em anexo, toda a documentação necessária para completa instrução do processo em epígrafe.

A entidade aproveita a oportunidade para informar que a documentação solicitada no item 3, alíneas de “a” a “j” dizem respeito às outorgas conferidas às fundações privadas, que são tratadas de modo diverso das pessoas jurídicas de direito público.

De acordo com a Portaria nº 4335/2015, de 17 de setembro de 2015, que definiu novos procedimentos e critérios para a assinatura de contrato de outorgas de concessões

S

e permissões de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, a documentação exigida para assinatura do contrato estão previstas no art. 31, *in verbis*:

Art. 31 - Após a apreciação e aprovação da regularidade técnica, e, se for o caso, obtido o assentimento prévio, a entidade será convocada para a assinatura do contrato.

§ 1º - A entidade deverá apresentar cópia autenticada do documento de identidade do representante legal ou procurador que assinará o contrato, bem como:

I - ato de nomeação do representante legal ou ata de eleição da diretoria em exercício; ou

II - instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, no caso de procurador.

Cabe salientar que, em outra oportunidade, quando da assinatura do contrato referente à localidade Guarabira no processo nº 53000.022735/2012-01, Ofício nº 37098/2015/SEI-MC, datado de 11/11/2015 e Nota Técnica nº 25262/2015/SEI-MC, datado de 11/11/2015, foi solicitada apenas a documentação abaixo listada:

- a) Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato ou do procurador;
- b) Ato de nomeação do representante legal;
- c) Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para assinatura do contrato no caso de procurador

Portanto, como se trata de caso idêntico, acredita-se que houve um equívoco ao solicitar toda aquela documentação prevista na Nota Técnica em epígrafe, motivo pelo qual vem encaminhar apenas a documentação necessária à assinatura do contrato, conforme legislação pertinente ao caso.

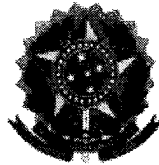
Desse modo, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária à instrução do processo.

Atenciosamente,



**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**  
Reitor do IFPB





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Acompanhamento e Avaliação  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste  
70044-900 – Brasília – DF  
2027-6890

Ofício nº 16784/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal da Instituto Federal de Educacao, Ciencia E Tecnologia da Paraiba  
Avenida 1º de Maio, 720 - Jaguaribe  
58015-430 / João Pessoa – PB

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 11572/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

**COMUNICADO IMPORTANTE**

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30

de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1130635** e o código CRC **79FE1EA0**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

**NOTA TÉCNICA Nº 11572/2016/SEI-MC**Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência I.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA (IFPB/REITORIA), CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011 e o Aviso de Habilitação nº 01/2012, publicado no DOU em 06/03/2012.

**ANÁLISE**

2. Veio ao Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – GTED o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou equivalente;
- b. Ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão; *Nota: se necessário*
- c. Ata da Eleição da atual diretoria da entidade; ✓
- d. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (**indicar diretor**);
- e. Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso; ✓
- f. Endereço completo, com telefone/fax, para emissão de correspondência;
- g. Comprovante definitivo do CNPJ da entidade;
- h. Certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e criminal eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor**);
- i. Certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas (**em caso de certidões positivas de ações não transitadas em**



**julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);**

- j. Prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 12/05/2016, às 18:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/05/2016, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 13/05/2016, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1130562** e o código CRC **C56C5299**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



## REINTEGRA

ERMINO MORAES PEREIRA, Matrícula SIAPE nº 0719122, no cargo de Assistente de Administração do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Neri Geller

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

RENATO DA ANUNCIACÃO FILHO, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Paim Fernandes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

MARCELO BREGAGNOLI, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Paim Fernandes

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidente da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

## SEÇÃO 2

Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

## SEÇÃO 3

Publicação de contratos,  
editais, avisos e editoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br/contato/in.gov.br  
SIG, Quadra 1, Lote 000, CEP 70010-600, Brasília - DF  
CNPJ 04.176.045/0001-00  
Fone: 0800 725 0707

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, resolve

## NOMEAR

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para exercer o cargo de Reitor do referido Instituto, com mandato de quatro anos.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Paim Fernandes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, caput, inciso I, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, resolve

## NOMEAR

ANA LÚCIA DE ASSIS SIMÕES, Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, para exercer o cargo de Reitora da referida Universidade, com mandato de quatro anos, a partir de 19 de agosto de 2014.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Henrique Paim Fernandes

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## DECRETO DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e no Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, resolve

## DESIGNAR

MARCOS AURÉLIO PEREIRA DE MOURA, para exercer a função de Adido Policial Federal na Embaixada do Brasil em Madri, Espanha, pelo prazo de dois anos, contado da data de apresentação à missão diplomática, em substituição a Jerry Antunes de Oliveira.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
José Eduardo Cardozo  
Luiz Alberto Figueiredo Machado

## MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, resolve

## EXONERAR, a pedido,

ÁTILA MAIA DA ROCHA do cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA RUSSEFF  
Eduardo Benedito Lopes

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXV, da Constituição, resolve

## NOMEAR

OTACÍLIO DE LIMA ARAUJO, para exercer o cargo de Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA RUSSEFF  
Eduardo Benedito Lopes

## MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

## DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos da Ação Ordinária nº 0000158-10.2011.4.05.8402, e tendo em vista o que consta do processo nº 35238.000097/2014-65,

## REINTEGRA

ENIO ANGELO DANTAS, Matrícula SIAPE nº 0948716, no cargo de Agente DE Serviços Diversos do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/RN.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, nos autos da Ação Ordinária nº 0020610-80.2012.4.03.6100, e tendo em vista o que consta do processo nº 35366.001204/2013-26,

## REINTEGRA

JOSÉ ROBERTO MANSUETO, Matrícula SIAPE nº 0087321, no cargo de Agente Administrativo do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/SP.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 15.048 - DF (2010/0027395-0), e tendo em vista o que consta do processo nº 44231.000046/2014-94,

## REINTEGRA

PAULO ROBERTO ISAAC FERREIRA, Matrícula SIAPE nº 1418438, no cargo de Técnico do Seguro Social do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Paulo Afonso no Estado da Bahia, nos autos da Ação Ordinária nº 440-50.2013.4.01.3306, e tendo em vista o que consta do processo nº 35013.000553/2014-10,

## REINTEGRA

WELLINGTON JORGE SOUZA FERREIRA, Matrícula SIAPE nº 0881899, no cargo de Agente de Portaria do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS/BA.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, de acordo com o art. 28 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, nos autos da Ação Ordinária nº 13382-08.2013.4.01.3600, e tendo em vista o que consta do Processo nº 35087.000057/2014-94,

## REINTEGRA

ZIRLENE BARBARA GOMES, matrícula SIAPE nº 0890289, no cargo de Técnico do Seguro Social do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social.

Brasília, 12 de agosto de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
Garibaldi Alves Filho



ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
REGISTRO GERAL

861.283

**CICERO NICACIO DO NASCIMENTO**

NOME  
**OPES**

ILIAÇÃO  
**Jose Batista do Nascimento**  
**Ivani Batista Lopes**

**Aguilar - Pb.** DATA DO NASCIMENTO  
**12/DEZ/1964**

NATURALIDADE  
**JOÃO PESSOA - PB**

**26 - JUL - 1981**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLÍCIA DIRETO

**Cicero Nicacio do Nascimento**  
ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** FORNECEDOR DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS  
TABELAMENTO DE NOTAS - Cód. do Cartório 01000

Autentico a presente cópia,  
reprodução fiel do documento  
apresentado neste ato.

Rubrica Nascimento  
Albuquerque  
R: 1049201 - SSP-PB  
Escrevente Autorizado

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACM43863-97-XX  
Confira os dados do ato em:  
<http://moldigital.tjpb.ju.br>  
Valor do Ato: R\$ 2.33 02/12/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE  
**Cicero Nicacio do Nascimento Lopes**

**NASCIMENTO**  
**12.12.64**

**INSCRIÇÃO NO CPF**  
**424 410-564 68**

**CONTRIBUINTE**  
**CICERO NICACIO DO NASCIMENTO L**  
**OPES**

**SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL**

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** FORNECEDOR DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS  
TABELAMENTO DE NOTAS - Cód. do Cartório 01000

Autentico a presente cópia,  
reprodução fiel do documento  
apresentado neste ato.

Rubrica Nascimento  
Albuquerque  
R: 1049201 - SSP-PB  
Escrevente Autorizado

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: ACM43864-97-XX  
Confira os dados do ato em:  
<http://moldigital.tjpb.ju.br>  
Valor do Ato: R\$ 2.33 02/12/2015



## **TERMO DE POSSE**

O **MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, tendo em vista o disposto no art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, EMPOSSA, nesta data, **CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**, nomeado pelo Decreto de 12 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2014, seção 2, página 2, para exercer o cargo de **Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**, com mandato de quatro anos.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o **Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo**, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo, declaração quanto ao exercício ou não de outro emprego ou função pública.

Para constar, eu, **Aline Silva de Mello**, com exercício na Coordenação de Administração de Pessoal, lavrei o presente Termo, que vai assinado pelo Ministro de Estado da Educação e pelo Empossado.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2014.

  
**JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES**  
Ministro de Estado da Educação

  
**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**

BOM DIA  
BONIA OLIVEIRA MOTASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» Plano Básico »» **Canais Vagos** | menu ajuda

## Plano Básico de Distribuição de Canais/Canais Vagos - FM

UF: PB

Município: Cajazeiras

UF	Situação	Canal	Classe	Fase
PB	Canal Vago	292 E	C	0

## TOTAL das CLASSES

A1	A4	B1	B2	C	Total
1	4	2	2	127	136

Usuário: 07372481651 - BONIA OLIVEIRA MOTA

Data: 26/05/2017

Hora: 10:24:07

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir

BOM DIA  
BONIA OLIVEIRA MOTASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> Plano Básico >>> **Descritivo** | menu ajuda

## Plano Básico de Distribuição de Canais/Descritivo - FM

UF: PB

Município: Cajazeiras

Entidade	Canal	Classe	Fase	Azimute (graus)	ERP	Obs
RADIO PATAMUTE LTDA	233	A4	3			
SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICACAO LTDA	253	B1	3			
	292 E	C	0			

Usuário: 07372481651 - BONIA OLIVEIRA MOTA

Data: 26/05/2017

Hora: 10:24:45

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir





BOM DIA

BONIA OLIVEIRA MOTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SRD >>> Consultas >>> Geral

menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

### Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<a href="#">255 E</a>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	PB	Campina Grande	FM		C	

Usuário: 07372481651 - BONIA OLIVEIRA MOTA

Data: 26/05/2017

Hora: 10:25:17

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAIBA

**CNPJ:** 10.783.898/0001-75

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:25:48 do dia 26/05/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/06/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



**BOM DIA**  
**GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS**  
Sistemas  
Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

**Dados da consulta** | **Consulta**

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 10.783.898/0001-75

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** gabrielar.mc - GABRIELA DE REZENDE RAMOS BARROS

**Data:** 26/05/2017

**Hora:** 10:26:17



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 10783898/0001-75  
**Razão Social:** INST FED DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA  
**Nome Fantasia:** IFPB REITORIA  
**Endereço:** AV PRIMEIRO DE MAIO 720 EDIFICIO / JAGUARIBE / JOAO PESSOA  
/ PB / 58015-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/05/2017 a 24/06/2017

**Certificação Número:** 2017052603111909069345

Informação obtida em 26/05/2017, às 10:26:56.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA**  
**CNPJ: 10.783.898/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 10:40:50 do dia 29/03/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/09/2017.

Código de controle da certidão: **5680.E8AB.66B1.6018**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.783.898/0001-75</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>30/12/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IFPB/REITORIA</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>110-4 - Autarquia Federal</b>			
LOGRADOURO <b>AV JOAO DA MATA</b>		NÚMERO <b>256</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>58.015-020</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JAGUARIBE</b>	MUNICÍPIO <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NICACIO@IFPB.EDU.BR</b>		TELEFONE <b>(83) 3612-9701 / (83) 3612-9703</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>UNIÃO</b>			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>30/12/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

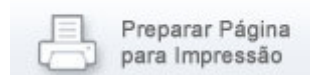
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **26/05/2017** às **10:27:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER**

# **C E R T I D ã O**

CÓDIGO: **368C.BFD6.C5B4.8A36**

Emitida no dia 20/06/2017 às 10:32:42

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.783.898/0001-75**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.receita.pb.gov.br](http://www.receita.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 20/06/2017

Hora: 10:30

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Número da Certidão

2017/035790

Nº de Controle de Autenticação

570.576.529.650

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J./C.P.F. <b>10783898000175</b>	Nome do Contribuinte <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TEC DA PARAIBA</b>				
Endereço <b>AV DR JOAO DA MATA</b>	Número <b>256</b>	Apto/Sala	Bloco	Complemento	
Bairro <b>JAGUARIBE</b>	CEP <b>58015020</b>	Cidade <b>JOAO PESSOA</b>			UF <b>PB</b>

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

### INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE

MERCANTIS: 135229-6

IMOBILIÁRIAS: 207696-9, 207697-7, 206428-6, 000272-1

### OBSERVAÇÕES

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).  
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>.  
Certidão emitida gratuitamente em 20/06/2017 10:30:51

Não existem resultados para o nome da Parte informada no(s) grau(s) de jurisdição selecionado(s).



Não existem resultados para o nome da Parte informada no(s) grau(s) de jurisdição selecionado(s).



 Não existem resultados para o nome da Parte informada no(s) grau(s) de jurisdição selecionado(s).

Consultar por:

Nome da Parte  Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

☐ 1º GRAU ☒ 2º GRAU ☐ JUIZADOS ESPECIAIS ☐ TURMAS RECURSAIS ☐ EXECUÇÕES PENAIS

Consultar

Limpar

Repita os números:

906 74



Tribunal de Justiça da Paraíba  
Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

0002506-50.1996.4.05.8200 (96.0002506-1) Classe: 126 - MANDADO DE SEGURANÇA

Última Observação informada: Não Informada

Localização Atual: Setor de Arquivo - João Pessoa

Autuado em 14/03/1996 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:44

IMPETRANTE: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES

ADVOGADO : LUIS FERNANDO PIRES BRAGA

IMPETRADO : DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS DA ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA

PROCURADOR: SEM PROCURADOR

1 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto

Baixa Definitiva: Tipo - BAIXA - FINDO em 21/11/1996 Pacote: 2503

Objetos: 01.11.02.06 - Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990) - Sistema Remuneratório e Benefícios -

Servidor Público Civil - Administrativo

-----  
21/11/1996 23:59 - Arquivado Definitivamente - BAIXA - FINDO Usuário:IAR

-----  
19/11/1996 21:05 - Remetidos os autos com ARQUIVAMENTO COM BAIXA para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: ACN.

-----  
19/11/1996 21:04 - Despacho. Usuário: ACN

Baixa e archive-se.

-----  
14/11/1996 21:03 - Concluso para DESPACHO Usuário: ACN

-----  
30/05/1996 21:02 - Sentença. Usuário: JRC

-----  
19/03/1996 21:01 - Concluso para SENTENÇA Usuário: JRC

-----  
14/03/1996 16:32 - Distribuição - Ordinária - 1 a. VARA FEDERAL Juiz: Substituto



0006513-02.2007.4.05.8200 (2007.82.00.006513-8) Classe: 75 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

Última Observação informada: Juntada Automática pelos Avisos da Movimentação. (07/08/2008 13:23)

Última alteração: VRV

Localização Atual: Setor de Arquivo - João Pessoa

Autuado em 29/06/2007 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:45

EMBARGANTE: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

PROCURADOR: SIMONNE JOVANKA NERY VAZ

EMBARGADO : ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA E OUTROS

ADVOGADO : MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA E OUTRO

1 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto

Baixa Definitiva: Tipo - BAIXA - FINDO em 29/11/2008 Pacote: 08/0915 Caixa/Data: 08/0915

Objetos: 01.11.02.13 - Férias - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

29/11/2008 11:19 - Arquivado Definitivamente - BAIXA - FINDO Usuário:REJ

28/11/2008 11:08 - Remetidos os autos com ARQUIVAMENTO COM BAIXA para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: DLF. Número da Guia: 2008008191. Recebido por: REJ em 29/11/2008 11:12

27/11/2008 18:33 - Decisão. Usuário: VRV

PROCESSO Nº 2007.82.00.006513-8

## CONCLUSÃO

Faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara, em virtude das férias regulamentares do MM. Juiz Federal Substituto da 1ª. Vara.

João Pessoa, 27 de novembro de 2008

Eduardo Marques Borges de Souza

Técnico Judiciário

Decisão: 1 - R.H.

2- Baixe e archive-se o presente feito, em face dos embargados serem beneficiários da assistência judiciária gratuita, conforme item 06 da sentença (fls. 829).

João Pessoa, 27/11/2008

João Bosco Medeiros de Sousa

Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA

21/11/2008 14:41 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS

07/08/2008 13:23 - Juntada de Petição de Petição 2008.0051.044217-5

07/08/2008 12:38 - Recebidos os autos. Usuário: VRV

29/07/2008 18:02 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 15 Dias (Dobro). Usuário: MSB Guia: GR2008.004710

29/07/2008 17:54 - Recebidos os autos. Usuário: MSB

25/07/2008 10:59 - Remetidos os autos para A.G.U. com CIENCIA DA SENTENCA. Prazo: 15 Dias (Dobro). Usuário: EMS Guia: GR2008.004626

18/06/2008 00:00 - Publicado Intimação em 18/06/2008 00:00. D.O.E, pág.02/03 Boletim: 2008.000059.

15/05/2008 13:08 - Sentença. Usuário: VRV

Processo nº. 2007.82.00.006513-8

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Embargantes: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA E OUTROS

## SENTENÇA

1. Trata-se de embargos de declaração opostos (fls. 825/826) por Alberto Sálvio Vasconcelos de Lyra e outros contra a sentença de fls. 821/823, sob o fundamento de que há contradição na referida decisão.

2. Alegam os embargantes que a sentença embargada, ao julgar procedentes os embargos à execução condenou-os ao pagamento de honorários advocatícios, quando já havia sido deferida a gratuidade judiciária aos embargados, razão pela qual não poderiam sofrer tal condenação.

3. Brevemente relatados, fundamento e decido.

4. Os embargos de declaração foram interpostos antes da intimação da sentença, conforme certificado (fls. 828). São, portanto, tempestivos.

5. De fato, a sentença não fez menção ao benefício da assistência judiciária gratuita, deferida à fl. 537 dos autos principais, o qual, embora não isente os embargantes da condenação nas verbas sucumbenciais, como pretendem ver reconhecido nestes embargos, suspende a sua execução, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

6. DIANTE DO EXPOSTO, conheço dos embargos de declaração e dou-lhes parcial provimento, apenas para fazer constar da sentença embargada que a execução dos honorários advocatícios deverá observar o disposto no art. 12 da Lei nº 1.060/50.

7. DIANTE DO EXPOSTO, conheço dos embargos de declaração (fls. 825/826), mas nego-lhes provimento.

8. P.R.I.

João Pessoa, 15 de maio de 2008.

WANESSA FIGUEIREDO DOS SANTOS LIMA  
Juíza Federal Substituta da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
1.ª VARA FEDERAL

-----  
16/04/2008 10:45 - Concluso para SENTENÇA Usuário: LPS  
-----

15/03/2008 00:00 - Publicado Intimação em 15/03/2008 00:00. D.O.E, pág.10/11 Boletim: 2008.000023.  
-----

27/02/2008 16:44 - Juntada de Petição de Embargos De Declaração 2008.0051.010061-4  
-----

25/02/2008 09:00 - Sentença. Usuário: VRV  
Processo n. 2007.82.00.006513-8  
EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA - Classe 75  
Embargante: ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA - ETFPB  
Embargado(a)(s): ALBERTO SÁLVIO VASCONCELOS DE LYRA E OUTROS

SENTENÇA

## I. RELATÓRIO

A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA - ETEPB opôs embargos à execução em desfavor de ALBERTO SÁLVIO VASCONCELOS DE LYRA, ALEXANDRE KELLY DE OLIVEIRA COSTA, ANTONIO DOS SANTOS DALIA, ARNÓBIO CESÁRIO DA SILVA, CARLOS LEONCIO JARDIM, CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, DALVO FERREIRA DE ARAÚJO, DORACY FERREIRA DOS SANTOS, ELIAS ANTONIO FREIRE, EUCLIDES JOSÉ DE LIMA, FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO, FRANCISCO FLORENCIO DA COSTA NETO, GENIVALDO GASPAR DE FREITAS, HERMINIO GOMES DA SILVA, HIDELEBRANDO RODRIGUES PATRÍCIO, ISABEL PATRÍCIA MEDEIROS DE SOUZA MARQUES, JOÃO AUGUSTO DA SILVA, JOÃO TEIXEIRA CRUZ, JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL, JOSÉ SOARES, JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS, LEOPOLDINA ARAÚJO DO VALE, MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL, MARIA DORACY MOREIRA MACEDO, MARIA NOBREGA DE MENDONÇA, MARIA STELLA DE BARROS PINTO, OVÍDIO CARLOS CORREIA DE LIMA, VELERIANO HERCULANO NETO, VANILDO DE SOUSA LEÃO e MARIA DA CONCEIÇÃO DE FÁTIMA GOMES NOGUEIRA, alegando, em suma, o excesso na execução do julgado proferido nos autos da ação ordinária nº 99.0007618-4.

A petição inicial (fls. 04/08), instruída com documentos (fls. 09/816), afirma a existência de excesso na execução, posto que os embargados cometeram equívocos na elaboração dos cálculos. Ao final, pugna a embargante pela procedência dos embargos.

Sem custas, nos termos do art. 7.º da Lei n. 9.289/96.

No prazo para impugnação, os embargados pronunciaram-se (fl. 818), concordando com os valores apresentados pela embargante.

Os cálculos elaborados pelas partes chegaram à seguinte conclusão acerca da liquidação do título executivo:

Data de atualização Valor total Embargante (fls. 77/165) 11.2006 R\$ 156.976,69 Embargados (fls. 51/73) 11.2006 R\$ 258.844,03

Autos conclusos (fl. 819).

Relatados, decido.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

O título judicial executado (fls. 375/380 - autos principais) determinou a ré pagar aos autores o reajuste de 3,17% (três vírgula dezessete por cento), a partir de janeiro/95, deduzidos os valores pagos na via administrativa, acrescidos dos juros de mora e correção monetária, mais honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da condenação e a devolução das custas iniciais adiantadas.

A manifestação dos embargados (fl. 818) de concordância com o valor apresentado (fls. 77/165) pela embargante equivale ao reconhecimento da procedência do pedido inicial formulado nestes embargos, ensejando, portanto, a extinção do processo com resolução do mérito.

## III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, com fundamento no CPC, art. 269, II, e 741 e segs., JULGO PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO e fixo o valor do crédito executado em R\$ 156.976,69 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos) em novembro/2006, conforme cálculos da embargante (fls. 77/165).

Honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor correto da execução (fls. 77/165), ex vi, do CPC, art. 20, § 4º.

Após o trânsito em julgado, traslade-se cópia desta sentença e dos cálculos (fls. 77/165) da embargante para os autos principais, certificando-se em ambos os feitos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2008.

WANEISSA FIGUEIREDO DOS SANTOS LIMA  
Juíza Federal Substituta da 1.ª Vara



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
1ª VARA FEDERAL

2

3

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
1ª VARA FEDERAL

-----  
18/09/2007 09:45 - Concluso para SENTENÇA Usuário: LPS  
-----

18/09/2007 09:44 - Juntada de Petição de Petição 2007.0051.057119-7  
-----

29/06/2007 12:08 - Distribuição por Dependência - 1 a. VARA FEDERAL Juiz: Substituto  
-----

0007618-92.1999.4.05.8200 (99.0007618-4) Classe: 206 - EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA  
Última Observação informada: Juntada Automática pelos Avisos da Movimentação. (14/12/2016 15:12)  
Última alteração: DLF  
Localização Atual: 1 a. VARA FEDERAL  
Autuado em 22/07/1999 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:45  
EXEQUENTE : ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA E OUTROS  
ADVOGADO : MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA E OUTRO  
EXECUTADO : ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETPFB  
PROCURADOR: SIMONNE JOVANKA NERY VAZ  
1 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto  
Objetos: 01.11.02.13 - Férias - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

---

23/05/2017 00:00 - Publicado Intimação em 23/05/2017 00:00. D.O.E, pag. Boletim: 2017.000027.

---

22/05/2017 22:45 - Disponibilizado no DJ Eletrônico.

---

10/05/2017 13:47 - Despacho. Usuário: JIL

---

03/05/2017 13:06 - Concluso para DESPACHO Usuário: JIL

---

28/04/2017 15:01 - Questão incidente na execução cível.

---

28/04/2017 15:01 - Decisão. Usuário: VRV  
Processo:0007618-92.1999.4.05.8200- Cls. 206  
EXEQUENTE: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros  
EXECUTADO: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETPFB

#### DECISÃO

1. ODILIA GOMES DA SILVA, representada por sua curadora e filha ALEXANDRA GOMES DA SILVA, requereu, às fls. 759/763, habilitação neste processo, na condição de viúva do falecido autor ARNOBIO CEZARIO DA SILVA.  
2. Entretanto, a certidão do óbito de fl. 761 dá conta de que o falecido deixou cinco filhos.  
3. Ante o exposto, intime-se o advogado subscritor da petição de fl. 759, para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova a habilitação dos filhos do ex-autor ARNOBIO CEZARIO DA SILVA ao feito ou apresente renúncia desses herdeiros ao crédito objeto destes autos em favor da habilitanda ODILIA GOMES DA SILVA, nos termos do art.1.806 do Código Civil.  
João Pessoa, 29/04/2017

JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO  
Juiz Federal Substituto da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA

---

22/03/2017 12:54 - Concluso para DECISÃO Usuário: JIL

---

25/01/2017 00:00 - Publicado Intimação em 25/01/2017 00:00. D.O.E, pag. Boletim: 2017.000001.

---

24/01/2017 22:45 - Disponibilizado no DJ Eletrônico.

---

24/01/2017 12:57 - Ato ordinatório praticado. Usuário: LCT

PODER JUDICIÁRIO  
Processo nº 0007618-92.1999.4.05.8200 Classe 206

#### AUTOS COM VISTA

Em cumprimento ao Provimento nº 001/2009, art. 87, item 06 do Eg. TRF-5ª Região, vista à parte A./Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca da contestação (fls. 768/769) ao pedido

de habilitação .  
João Pessoa, 16 de dezembro de 2016.

PEDRO LUCIANO FERREIRA DA SILVA FILHO  
Diretor da Secretaria da 1ª Vara, em exercício

REMESSA  
Nesta data, faço remessa dos presentes autos ao SETOR DE PUBLICAÇÃO.  
João Pessoa, 16 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_  
José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

-----  
14/12/2016 15:13 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2016.0051.037948-1  
-----

14/12/2016 15:12 - Recebidos os autos. Usuário: DLF  
-----

07/12/2016 10:42 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com RESPOSTA.  
Prazo: 5 Dias (Dobro). Usuário: JIL Guia: GR2016.003274  
-----

06/12/2016 11:48 - Despacho. Usuário: VRV  
Processo:0007618-92.1999.4.05.8200- Cls. 206  
EXEQUENTE: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros  
EXECUTADO: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

C O N C L U S ã O  
Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.  
João Pessoa, 02 de dezembro de 2016.

JOSE IDEAO LEITE ALENCAR  
Técnico Judiciário

Despacho: 1- RH.  
2- Em face do falecimento do A./Exequente ARNÓBIO CEZÁRIO DA SILVA (fls. 761), suspendo o processo (CPC, art. 313, I).  
3. Cite-se o IFPB para, querendo, responder ao pedido de habilitação (fls. 759/763), no prazo de 10 (dez) dias (CPC, art. 690 c/c art.183).  
4. Após o decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para decisão.  
5. Cumpra-se.  
João Pessoa, 05/12/2016

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA



-----  
02/12/2016 10:32 - Concluso para DESPACHO Usuário: JIL  
-----

30/11/2016 16:09 - Processo Reativado.  
-----

29/11/2016 17:19 - Remetidos os autos com REATIVAÇÃO para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: DLF. Número da Guia: 2016003185. Recebido por: EST\_JLCN em 30/11/2016 12:15  
-----

29/11/2016 16:24 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2016.0051.035131-5  
-----

23/11/2016 09:49 - Remetidos os autos com CONSULTA para 1 a. VARA FEDERAL usuário: AMA. Número da Guia: 2016000558. Recebido por: DLF em 23/11/2016 18:07  
-----

27/02/2015 14:43 - Arquivado Definitivamente - Remetido a(o): 1 a. VARA FEDERAL Usuário:REJ  
-----

27/02/2015 10:26 - Remetidos os autos com ARQUIVO (C/ BAIXA) para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: JIL. Número da Guia: 2015000663. Recebido por: EST\_ALEO em 27/02/2015 14:42  
-----

27/02/2015 10:23 - Ato ordinatório praticado. Usuário: JIL  
-----

Processo nº 0007618-92.1999.4.05.8200 Classe 206

#### CERTIDÃO

Certifico que recebi os presentes autos nesta data. Certifico, ainda, que decorreu o prazo da decisão (fls. 747/748) sem interposição de recurso.  
João Pessoa, 27 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

#### ATO ORDINATÓRIO

(Provimento nº 001 de 25/03/2009, do Egrégio TRF da 5ª Região, art. 87, item 31)

1- Remetam-se estes autos ao Distribuidor para baixa e arquivamento.

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2015.

RÔMULO AUGUSTO DE AGUIAR LOUREIRO  
Diretor da Secretaria da 1ª Vara

REMESSA  
Nesta data, faço remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para BAIXA E ARQUIVAMENTO.  
João Pessoa, 27 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
16/12/2014 17:06 - Recebidos os autos. Usuário: ASL  
-----

15/12/2014 10:22 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 10 Dias (Simples). Usuário: JIL Guia: GR2014.005333  
-----

15/12/2014 09:47 - Juntada de Petição de Ofício 2014.0051.041787-3  
-----

-----  
22/10/2014 00:00 - Publicado Intimação em 22/10/2014 00:00. D.O.E, pág. Boletim: 2014.000096.  
-----

21/10/2014 22:45 - Disponibilizado no DJ Eletrônico.  
-----

20/10/2014 13:08 - Juntada de Expediente - Ofício da Secretaria: OFI.0001.000480-4/2014  
-----

17/10/2014 08:32 - Expedição de Ofício da Secretaria - OFI.0001.000480-4/2014  
-----

26/09/2014 15:35 - Remetidos os autos para 1 a. VARA FEDERAL usuário: RCC. Número da Guia: 2014004843. Recebido por: VRV em 29/09/2014 14:20  
-----

25/09/2014 15:12 - Remetidos os autos com ANOTAÇÕES CARTORÁRIAS para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: JIL. Número da Guia: 2014004032. Recebido por: REJ em 26/09/2014 14:38  
-----

25/09/2014 14:22 - Parte.  
-----

25/09/2014 14:22 - Decisão. Usuário: VRV  
-----

Processo:0007618-92.1999.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros  
REU: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

#### C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM Juiz Federal Substituto da 1ª Vara. João Pessoa, 19 de agosto de 2014.

JOSE IDEAO LEITE ALENCAR  
Técnico Judiciário

Processo:0007618-92.1999.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros  
REU: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

#### DECISÃO

1. Trata-se de pedido de habilitação formulado por MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL, na qualidade de viúva do autor falecido JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL (fls. 726/734).
2. Acompanhou o pedido de habilitação termo de renúncia firmado pelos 2 (dois) filhos do de cujus em favor da habilitanda (fl. 732).
3. Instado a se manifestar sobre a habilitação requerida (fl. 737-v), o IFPB informou sua anuência (fl. 739).

4. Intimado, ainda, para informar se existem dependentes do de cujus percebendo pensão por morte dele (fl. 740), o IFPB informou que a habilitanda MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL é a única beneficiária da pensão por morte deixada pelo ex-servidor (fls. 742/745).
5. Decido.
6. Conforme o art. 1º da Lei 6.858/80, "Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento".
7. Os valores devidos ao falecido JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL são decorrentes de vínculo estatutário com a Administração Pública, o que atrai a norma que trata da sucessão sem inventário, prevista no art. 1º da Lei 6.858/80.
8. Os documentos de fls. 743/745 provam que a habilitanda MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL é pensionista do instituidor JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL, benefício esse originado do vínculo que gerou o crédito exequendo.
9. Na hipótese, tendo em vista a declaração de renúncia pronunciada de maneira formal pelos herdeiros RICARDO FRANKLIN CAVALCANTI SOBRAL e ROSANA MARIA CAVALCANTI SOBRAL (fl. 732), e tendo em conta ainda na necessidade de imprimir-se celeridade ao deslinde do feito, defiro a habilitação requerida por MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL.
10. Do exposto, defiro o pedido de habilitação formulado por MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL às fls. 386/394.
11. Remetam-se os autos à Distribuição para as anotações necessárias.
12. Após, requirite-se à CEF que proceda à alteração na titularidade da conta de depósito do pagamento da RPV que beneficiou o falecido JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL, informando-se nos autos. Prazo: 10 (dez) dias.
13. "Os saques correspondentes a precatórios e a RPVs serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários, com o prazo de até 24 horas para a agência efetuar o pagamento, a contar da apresentação dos documentos de identificação ao gerente" (art. 47, §1º, da Resolução CJF nº 168/2011).
14. Publique-se.
15. Vista ao IFPB.
16. Cumpridas todas as determinações constantes nesta decisão, baixem-se e arquivem-se os autos.

João Pessoa (PB), 25/setembro/2014

JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO  
Juiz Federal Substituto da 1ª. Vara

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
19/08/2014 14:46 - Concluso para DECISÃO Usuário: JIL

-----  
19/08/2014 11:27 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2014.0051.026334-5

-----  
19/08/2014 11:26 - Recebidos os autos. Usuário: VRV

-----  
14/08/2014 11:04 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: JIL Guia: GR2014.003290

-----  
13/08/2014 12:17 - Decisão. Usuário: VRV  
Execução/Cumprimento de Sentença - Classe 97  
Processo n.º 007618-92.1999.4.05.8200  
Autor: Marcos dos Anjos Pires Bezerra e Outros



Réu: Escola Técnica Federal da Paraíba - ETEPB

## DECISÃO

1. MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL requereu habilitação neste processo às fls. 726/734, na qualidade de viúva do falecido autor JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL.
2. Considerando que na certidão de óbito consta que o falecido autor deixou filhos, tenho que se faz necessário que a UNIÃO informe se há dependentes de JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL percebendo pensão por morte dele.
3. Assim, intime-se a UNIÃO, a fim de que informe se existem beneficiários habilitados à pensão por morte do referido autor, juntando os documentos pertinentes. Prazo: 5 (cinco) dias.
4. Após a resposta da UNIÃO, conclua-se os autos para decisão sobre o pedido de habilitação de fls. 726/734.

João Pessoa, 12 de agosto de 2014.

JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO  
Juiz Federal Substituto da 1.ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
1.ª VARA FEDERAL

1

-----  
15/05/2014 08:41 - Concluso para DECISÃO Usuário: JIL  
-----

14/05/2014 12:32 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2014.0051.015878-9  
-----

14/05/2014 12:31 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

08/05/2014 15:15 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com RESPOSTA.  
Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: JIL Guia: GR2014.001919  
-----

10/04/2014 13:40 - Processo Reativado.  
-----

09/04/2014 12:19 - Remetidos os autos com REATIVAÇÃO para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário:  
JIL. Número da Guia: 2014001527. Recebido por: REJ em 09/04/2014 19:00  
-----

09/04/2014 12:18 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2014.0051.008442-4  
-----

02/04/2014 09:54 - Remetidos os autos com CONSULTA para 1 a. VARA FEDERAL usuário: AMLB. Número da  
Guia: 2014000182. Recebido por: DLF em 02/04/2014 10:31  
-----

28/08/2012 18:21 - Arquivado Definitivamente - Remetido a(o): 1 a. VARA FEDERAL Usuário:REJ  
-----

27/08/2012 13:51 - Remetidos os autos com BAIXA E ARQUIVAMENTO para Setor de Distribuição - João  
Pessoa usuário: EST\_DPM. Número da Guia: 2012005286. Recebido por: REJ em 28/08/2012 17:21  
-----

02/05/2012 16:39 - Processo Reativado.  
-----

02/05/2012 13:44 - Remetidos os autos com REATIVAÇÃO para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário:  
LPS. Número da Guia: 2012002544. Recebido por: REJ em 02/05/2012 16:22  
-----

02/05/2012 13:42 - Juntada de Petição 2012.0051.015751-2  
-----

16/04/2012 10:14 - Remetidos os autos com CONSULTA para 1 a. VARA FEDERAL usuário: LCF. Número da

Guia: 2012000130. Recebido por: LPS em 16/04/2012 10:19

01/12/2011 18:09 - Remetidos os autos com BAIXA E ARQUIVAMENTO para Setor de Arquivo - João Pessoa  
usuário: DLF. Número da Guia: 2011007187. Recebido por: EST\_FLAVIA em 07/12/2011 12:04

08/09/2011 17:55 - Remetidos os autos com CONSULTA para 1 a. VARA FEDERAL usuário: EST\_FLAVIA.  
Número da Guia: 2011000387. Recebido por: MSB em 13/09/2011 15:57

16/11/2010 10:41 - Arquivado Definitivamente - Remetido a(o): 1 a. VARA FEDERAL Usuário:REJ

11/11/2010 17:03 - Remetidos os autos com ARQUIVAMENTO COM BAIXA para Setor de Distribuição - João  
Pessoa usuário: DLF. Número da Guia: 2010007056. Recebido por: REJ em 12/11/2010 14:59

09/10/2010 00:00 - Publicado Intimação em 09/10/2010 00:00. D.O.E, pág.01/03 Boletim: 2010.000107.

30/09/2010 16:40 - Extinção da execução ou do cumprimento da sentença.

30/09/2010 16:40 - Sentença. Usuário: VRV

AÇÃO ORDINÁRIA nº 0007618-92.1999.4.05.8200 - Classe 97 - EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Sentença TIPO "B"

(Res. CJF nº 535/2006) Exequente(s) : ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e Outros.

Executado(s) : ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETFPB.

## SENTENÇA

Vistos, etc...

Trata-se de execução de título judicial promovida por ALEXANDRE KELLY DE OLIVEIRA COSTA, ANTÔNIO DOS SANTOS DÁLIA, ARNÓBIO CESÁRIO DA SILVA, CÍCIERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, DALVO FERREIRA DE ARAÚJO, EUCLIDES JOSÉ DE LIMA, FERNANDO ANTÔNIO DE CARVALHO, FRANCISCO FLORÊNCIO DA COSTA NETO, HIDELEBRANDO RODRIGUES PATRÍCIO, JOÃO AUGUSTO DA SILVA, JOÃO TEIXEIRA CRUZ, JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL, JOSÉ SOARES, JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS, MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, MARIA DA CONCEIÇÃO DE FÁTIMA GOMES NOGUEIRA, MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL, MARIA DORACY MOREIRA DE MACEDO, MARIA STELLA DE BARROS PINTO, OVÍDIO CARLOS CORREIA DE LIMA e VANILDO DE SOUZA LEÃO e seus advogados, em desfavor da ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETFPB.

2. A RPV, para satisfação do débito, foi(ram) expedido(a)(s) na forma da Resolução nº 559/2007 do CJF.

3. O pagamento está demonstrado nos autos (fls. 715/716), configurando o integral cumprimento da obrigação.

4. Incidentes processuais ou requerimentos de quaisquer das partes inexistem, neste caso.

5. Isto posto, fundamentado no CPC, art. 794, I, declaro extinta a execução, para que produza jurídicos e legais efeitos, em relação à ALEXANDRE KELLY DE OLIVEIRA COSTA, ANTÔNIO DOS SANTOS DÁLIA, ARNÓBIO CESÁRIO DA SILVA, CÍCIERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, DALVO FERREIRA DE ARAÚJO, EUCLIDES JOSÉ DE LIMA, FERNANDO ANTÔNIO DE CARVALHO, FRANCISCO FLORÊNCIO DA COSTA NETO, HIDELEBRANDO RODRIGUES PATRÍCIO, JOÃO AUGUSTO DA SILVA, JOÃO TEIXEIRA CRUZ, JOSÉ HUMBERTO FREIRE SOBRAL, JOSÉ SOARES, JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS, MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, MARIA DA CONCEIÇÃO DE FÁTIMA GOMES NOGUEIRA, MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL, MARIA DORACY MOREIRA DE MACEDO, MARIA STELLA DE BARROS PINTO, OVÍDIO CARLOS CORREIA DE LIMA e VANILDO DE SOUZA LEÃO e seus advogados.

6. Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos ao Distribuidor para baixa e arquivamento.

7. P. R. I.

João Pessoa, 30/09/2010

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO  
Juiz Federal Substituto da 1.ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
Forum Juiz Federal Ridalvo Costa  
1.ª Vara

-----  
29/09/2010 14:29 - Concluso para SENTENÇA Usuário: EMS  
-----

08/07/2010 14:46 - Requisição de Pagamento - Pequeno Valor. Remetida (TRF ou Autoridade). Usuário:ISR  
-----

11/04/2010 00:00 - Publicado Intimação em 11/04/2010 00:00. D.O.E, pág.03/05 Boletim: 2010.000028.  
-----

30/03/2010 16:59 - Decisão. Usuário: VRV

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA  
Processo nº 99.007618-4

#### CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo do Ato Ordinatório (fls. 708), sem pronunciamento do Bel. Marcos dos Anjos Pires Bezerra.  
Dou fé.  
João Pessoa, 30 de março de 2010.

Laís Patriota da Silva  
Técnica Judiciária

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara, em virtude das férias regulamentares do MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara.  
João Pessoa, 30 de março de 2010.

Laís Patriota da Silva  
Técnica Judiciária

Decisão: 1- R.H.

2- O advogado dos AA., Bel. Itamar Gouveia da Silva, ingressou com o pedido (fls. 673/694), em 10.08.2009, de dedução dos honorários contratuais da quantia a ser recebida pelos AA./Exeqüentes, em data posterior à expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV (fls. 656/657), remetida ao TRF/5ª Região (fls. 665), em 24/07/2009, sendo devolvida a este Juízo, em 20/08/2009 (fls. 700/701) para informações complementares.  
3- Isto posto, indefiro o pedido (fls. 673/694), por falta de amparo legal, haja vista a Lei nº 8.906/1994, art. 22, § 4º, dispõe que, sendo juntado o contrato de honorários advocatícios antes da expedição do mandado de levantamento e/ou precatório, o juiz determinará que os honorários sejam pagos diretamente ao advogado, mediante dedução da quantia a ser recebida pelo(a) constituinte.

4- Remeta-se, com urgência a RPV com as informações solicitadas pelo TRF/5ª Região.

5- Intime-se.

João Pessoa, 30/03/2010

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

-----  
10/03/2010 11:02 - Concluso para DECISÃO Usuário: LPS  
-----

03/03/2010 00:00 - Publicado Intimação em 03/03/2010 00:00. D.O.E, pág.02/04 Boletim: 2010.000006.  
-----

14/01/2010 18:21 - Ato ordinatório praticado. Usuário: LOG  
PROCESSO Nº 0007618-92.1999.4.05.8200 - CLASSE 97



CERTIDÃO

CERTIFICO que, revendo estes autos, constatei que a petição e documentos (fls. 673/694) ainda não foi apreciada por este Juízo. Dou fé.

João Pessoa, 14/01/2010.

LUIZ OLIVEIRA GADELHA

Supervisor Assistente do Setor de Ações  
Sumaríssimas e Feitos Não Contenciosos

ATO ORDINATÓRIO

(Provimento nº 001/2009 do Eg. TRF da 5ª Região, artigo 87, item 6)

1- Vista ao Bel. Marcos dos Anjos Pires Bezerra sobre a petição e documentos (fls. 673/694), bem como sobre a RPV (fls. 704/705).

2- Intime-se.

João Pessoa, 14/01/2010.

RÔMULO AUGUSTO DE AGUIAR LOUREIRO

Diretor da Secretaria da 1ª Vara

REMESSA

Nesta data faço remessa dos presentes autos à publicação.

João Pessoa, 14/01/2010.

LUIZ OLIVEIRA GADELHA

Supervisor-Assistente do Setor de Ações  
Sumaríssimas e Feitos Não Contenciosos

Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa

1ª VARA

01/12/2009 14:17 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.065406-6

01/12/2009 14:16 - Recebidos os autos. Usuário: VRV

18/11/2009 09:54 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: LOG Guia: GR2009.007505

18/11/2009 09:53 - Decisão. Usuário: LOG

Cumpra-se, com urgência, o despacho do desembargador Federal Presidente do TRF/5ª Região (cópia trasladada dos autos da RPV - fls. 700).

02/10/2009 13:04 - Concluso para DECISÃO Usuário: LPS

02/10/2009 13:03 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.048213-3

02/10/2009 13:02 - Recebidos os autos. Usuário: LPS

19/08/2009 13:55 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 10 Dias (Simples). Usuário: DLF Guia: GR2009.005237

19/08/2009 13:54 - Despacho. Usuário: DLF

Despacho: 1- R.H.

2- Defiro o pedido (fls. 667) de vista dos autos formulado pela Ré, por 10 (dez) dias.

3- Após, aguarde-se o pagamento da RPV expedida (fls. 656/657)

4- Intime-se

João Pessoa,

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO  
Juiz Federal Substituto da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
18/08/2009 18:12 - Concluso para DESPACHO Usuário: LPS  
-----

18/08/2009 18:11 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.042401-0  
-----

10/08/2009 10:20 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.041518-5  
-----

24/07/2009 10:25 - Requisição de Pagamento - Pequeno Valor. Remetida (TRF ou Autoridade). Usuário:LOG  
-----

22/07/2009 13:37 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.036774-1  
-----

07/07/2009 00:00 - Publicado Intimação em 07/07/2009 00:00. D.O.E, pág.03/05 Boletim: 2009.000061.  
-----

26/05/2009 15:26 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.026783-6  
-----

26/05/2009 13:55 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

18/05/2009 10:58 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 5  
Dias (Simples). Usuário: LOG Guia: GR2009.003012  
-----

09/02/2009 17:06 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2009.0051.006004-2  
-----

09/02/2009 17:05 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

21/01/2009 09:22 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 20  
Dias (Simples). Usuário: RLP Guia: GR2009.000236  
-----

14/01/2009 10:23 - Juntada de Petição de Petição 2008.0051.074697-2  
-----

19/12/2008 09:31 - Decisão. Usuário: LPS  
Processo nº. 99.0007618-4

## CERTIDÃO

Certifico que a Ré apresentou a petição (fls. 647) requerendo dilação de prazo para análise dos cálculos elaborados pela Contadoria Judicial (fls. 643/645).

Dou fé.

João Pessoa, 18 de dezembro de 2008.

Laís Patriota da Silva  
Técnica Judiciária

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz federal da 1ª Vara, em virtude das férias regulamentares do MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara.

João Pessoa, 18 de dezembro de 2008.

Laís Patriota da Silva  
Técnica Judiciária

Decisão:1- R.H.

2- Trata-se de petição (fls. 647) da R. requerendo dilação do prazo por 30 (trinta) dias, para análise dos cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo (fls. 643/645).

3- Considerando o número de Autores/Exeqüentes e a complexidade dos cálculos, defiro o pedido (fls. 647).

4- Intime-se a R., representada pela Procuradoria Federal na Paraíba.

João Pessoa,

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A

Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA

1ª VARA

-----  
18/12/2008 10:02 - Concluso para DECISÃO Usuário: LPS  
-----

17/12/2008 14:49 - Juntada de Petição de Petição 2008.0051.072918-0  
-----

17/12/2008 14:48 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

09/12/2008 15:41 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Usuário: DLF  
Guia: GR2008.008500  
-----

04/12/2008 10:37 - Remetidos os autos para 1 a. VARA FEDERAL usuário: IFL. Número da Guia: 2008000552. Recebido por: MSB em 09/12/2008 12:31  
-----

01/12/2008 15:51 - Remetidos os autos com CALCULO para Setor de Contadoria - João Pessoa usuário: DLF. Número da Guia: 2008008277. Recebido por: IBS em 02/12/2008 15:29  
-----

27/11/2008 18:33 - Decisão. Usuário: VRV  
-----

Processo:99.0007618-4- Cls. 97

AUTOR: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros

REU: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

C O N C L U S ã O

Nesta faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara, em virtude das férias regulamentares do MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara.

João Pessoa, 21 de novembro de 2008.

EDUARDO M BORGES DE SOUZA

Técnico Judiciário

Processo:99.0007618-4- Cls. 97

AUTOR: ALBERTO SALVIO VASCONCELOS DE LYRA e outros

REU: ESCOLA TECNICA FEDERAL DA PARAIBA - ETEFPB

Decisão: 1-RH

2-Remetam-se os autos à Contadoria para simples atualização da conta (fls.548/640).

3-Requisite-se o pagamento por intermédio do Presidente do TRF-5ª Região (CPC, art.730, I).

4-Após, intinem-se as partes, do inteiro teor da Requisição de Pagamento expedida, nos termos do art. 12 da Resolução 559/07 do CJF.

5-Prazo de 05 (cinco) dias.

6-Sem manifestação, remeta-se a Requisição de Pagamento acima referida ao eg. TRF-5ª Região.

João Pessoa,27/11/2008

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Juiz Federal da 1ª Vara



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
Forum Juiz Federal Ridalvo Costa  
Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Brisamar  
CEP: 58.031-220- João Pessoa-PB  
PABX: (0XX83)3216 4040/4058 FAX: (0XX83 3216 4030)

-----  
21/11/2008 14:36 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS  
-----

21/11/2008 14:35 - Juntada de Expediente - Termo: TAV.0001.000925-0/2008  
-----

19/11/2008 11:41 - Expedição de Termo - TAV.0001.000925-0/2008  
-----

16/04/2008 18:53 - Despacho. Usuário: VRV

Despacho: 1- R.H.

2- Aguarde-se o trânsito em julgado da sentença proferida nos Embargos à Execução em apenso.  
João Pessoa, 16/04/2008

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
16/04/2008 10:31 - Concluso para DESPACHO Usuário: LPS  
-----

03/07/2007 14:10 - Juntada de Petição de Petição 2007.0051.038836-8  
-----

27/06/2007 14:48 - Recebidos os autos. Usuário: OTC  
-----

25/05/2007 10:09 - Remetidos os autos para A.G.U. com RESPOSTA. Usuário: LPS Guia: GR2007.002619  
-----

23/05/2007 16:00 - Processo Reativado.  
-----

17/05/2007 16:29 - Remetidos os autos com REATIVAÇÃO para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário:  
LPS. Número da Guia: 2007002353. Recebido por: REJ em 22/05/2007 10:55  
-----

16/05/2007 15:51 - Despacho. Usuário: VRV

Despacho: 1. Vistos em inspeção ordinária anual (CF, art. 93, IX; Lei 5.010/66, art. 13, III e IV, e 55; RIC TRF/5.ª Região, art. 18 e segs. e Resolução n.º 496/06 do CJF e Portaria 005/07- GAB/1ª Vara.

2. Remetam-se os autos à Seção de Distribuição para reativação dos autos.

3. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, re- queridos pelos exequentes (fls. 420).

4. Em seguida, cite-se o(a) devedor(a) (ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA - ETFPB) para opor embargos no prazo legal ou para informar se concorda com os cálculos apresentados pelo(a)(s) exequente(s).

5. Certificado o não-oferecimento de embargos ou havendo concordância do(a) devedor(a) com o valor objeto da execução, requirite-se o pagamento por intermédio do Presidente do TRF 5ª Região, ex vi do mesmo CPC, art. 730, I.

6. Intime(m)-se e cumpra-se.

João Pessoa, 16/maio/2007.

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

WANEISSA FIGUEIREDO DOS SANTOS LIMA

Juiz Federal da 1.<sup>a</sup> Vara

Juíza Federal Substituta da 1.<sup>a</sup> Vara

REPRESENTANTE DO MPF REPRESENTANTE DA OAB

CERTIDÃO

Certifico a suspensão dos prazos processuais nesta Vara no período de 07 a \_\_\_\_ de maio de 2007 em razão da Inspeção Ordinária Anual. Dou fé. João Pessoa, \_\_\_\_

-----  
15/05/2007 15:52 - Concluso para DESPACHO Usuário: LPS  
-----

22/01/2007 09:04 - Juntada de Petição 2006.0051.067558-9  
-----

07/11/2006 17:09 - Recebidos os autos. Usuário: CMS  
-----

15/08/2006 15:58 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) Prazo: 15 Dias (Simples).  
Usuário: CMS Guia: GR2006.002731  
-----

24/07/2006 16:38 - Despacho. Usuário: JRC  
-----

24/07/2006 16:37 - Concluso para DESPACHO Usuário: JRC  
-----

17/03/2006 10:14 - Juntada de Petição 2006.0051.003597-0  
-----

10/03/2006 11:06 - Remetidos os autos com CONSULTA para 1 a. VARA FEDERAL usuário: IAR. Número da  
Guia: 2006000065. Recebido por: CMS em 14/03/2006 17:26  
-----

21/07/2005 17:46 - Remetidos os autos com BAIXA para Setor de Arquivo - João Pessoa usuário: RLP.  
Número da Guia: 2005002622. Recebido por: ELD em 02/08/2005 14:19  
-----

22/02/2005 12:04 - Despacho. Usuário: GOA  
-----

Processo nº 99.7618-4 Classe.1000

C E R T I D Ã O

Certifico que decorreu o prazo do despacho (fls. 405) sem manifestação da parte autora.

Dou fé.

João Pessoa, 14 de fevereiro de 2005.

Valéria Maria Monteiro

Técnico Judiciário

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MMº Juiz Federal Substituto da 1ª Vara.

João Pessoa, 14 de fevereiro de 2005.

Valéria Maria Monteiro

Técnico Judiciário

Despacho: 1-RH

2- Retornem os autos ao arquivo.

João Pessoa, \_\_\_\_/fevereiro/2005.

EMILIANO ZAPATA DE MIRANDA LEITÃO

Juiz Federal Substituto na Titularidade da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

FÓRUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA

-----  
14/02/2005 16:26 - Concluso para DESPACHO Usuário: VMM  
-----

30/07/2004 00:00 - Publicado Intimação em 30/07/2004 00:00. D.O.E, pág.23/24 Boletim: 2004.000066.

12/07/2004 13:46 - Despacho. Usuário: JRC  
... Após, vista à parte autora pelo prazo de 15 dias. Intime-se.

12/07/2004 13:45 - Concluso para DESPACHO Usuário: JRC

27/05/2004 16:37 - Remetidos os autos com ANOTAÇÕES CARTORÁRIAS para 1 a. VARA FEDERAL usuário: APE. Número da Guia: 2004001274. Recebido por: MSB em 01/06/2004 13:33

24/05/2004 13:29 - Remetidos os autos com MODIFICACOES NA DISTRIBUICAO para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: MSB. Número da Guia: 2004000457. Recebido por: REJ em 25/05/2004 16:38

06/05/2004 10:48 - Juntada de Petição 2004.0051.004528-5

03/05/2004 15:11 - Remetidos os autos com PROCESSAMENTO para 1 a. VARA FEDERAL usuário: HJS. Número da Guia: 2004000113. Recebido por: LCT em 03/05/2004 15:59

25/11/2002 23:59 - Arquivado Definitivamente - BAIXA - ARQUIVADO (SEM EXECUCAO) Usuário:REJ

12/11/2002 21:10 - Remetidos os autos com ARQUIVAMENTO COM BAIXA para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: JMS.

17/09/2002 21:09 - Despacho. Usuário: JRC

03/09/2002 21:08 - Concluso para DESPACHO Usuário: JRC

21/02/2002 21:04 - Recebidos os autos. Usuário: MSB

07/01/2001 21:03 - Remetidos os autos para TRF - 5ª REGIAO / TURMA RECURSAL com VISTA. Usuário: DLF

27/10/2000 21:02 - Despacho. Usuário: JRC

27/10/2000 21:01 - Concluso para DESPACHO Usuário: JRC

22/07/1999 17:56 - Distribuição - Ordinária - 1 a. VARA FEDERAL Juiz: Substituto



0009091-06.2005.4.05.8200 (2005.82.00.009091-4) Classe: 112 - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA  
Última Observação informada: Juntada Automática pelos Avisos da Movimentação. (13/07/2006 16:00)  
Última alteração: CMS  
Localização Atual: Setor de Arquivo - João Pessoa  
Autuado em 08/06/2005 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:46  
IMPUGNANTE: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO)  
PROCURADOR: DARIO DUTRA SATIRO FERNANDES  
IMPUGNADO : CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES E OUTROS  
ADVOGADO : SAMUEL CARVALHO GAUDENCIO E OUTROS  
1 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular  
Baixa Definitiva: Tipo - BAIXA - FINDO em 25/03/2008 Pacote: 08/0206 Caixa/Data: 08/0206  
Objetos: 01.11.02 - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

25/03/2008 10:31 - Arquivado Definitivamente - BAIXA - FINDO Usuário:REJ

18/03/2008 10:07 - Remetidos os autos com ARQUIVAMENTO COM BAIXA para Setor de Distribuição - João Pessoa usuário: EMS. Número da Guia: 2008001703. Recebido por: REJ em 18/03/2008 18:18

15/06/2007 08:34 - Despacho. Usuário: SCC

13/06/2007 10:14 - Concluso para DESPACHO Usuário: FAO

23/10/2006 12:27 - Recebidos os autos. Usuário: LOG

06/10/2006 12:29 - Remetidos os autos para A.G.U. com VISTA. Usuário: LPS Guia: GR2006.003709

13/07/2006 16:00 - Juntada de Petição 2006.0051.035296-8

20/06/2006 17:17 - Recebidos os autos. Usuário: DLF

16/06/2006 09:38 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Prazo: 10 Dias (Simples). Usuário: CMS Guia: GR2006.001969

19/04/2006 10:10 - Decisão. Usuário: CJC

07/03/2006 15:44 - Concluso para DECISÃO Usuário: VMM

17/10/2005 17:34 - Juntada de Petição 2005.0051.075926-0

04/10/2005 17:34 - Recebidos os autos. Usuário: ISR

22/09/2005 14:02 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: OTC Guia: GR2005.003413

28/07/2005 14:07 - Despacho. Usuário: VRV

Processo nº 2005.9091-4 Classe.5011

#### C E R T I D ã O

Certifico que a Impugnação ao Valor da Causa nº 2005.82.00.009091-4, ingressou em Juízo no prazo legal.  
Dou fé.  
João Pessoa, 26/julho/2005.

Valéria Maria Monteiro  
Técnico Judiciário

#### C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos à MM. Juíza Federal Substituta da 5ª Vara, na titularidade da 1ª Vara.  
João Pessoa, 26/julho/2005.

Valéria Maria Monteiro  
Técnico Judiciário

Despacho: 1-RH

2- Vista ao Impugnado para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias (art. 261 do CPC).

3- Intime-se.

João Pessoa, \_\_\_\_/julho/2005.

CRISTIANE MENDONÇA LAGE  
Juíza Federal Substituta da 5ª Vara, na Titularidade da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
FÓRUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA

-----  
26/07/2005 14:13 - Concluso para DESPACHO Usuário: VMM  
-----

08/06/2005 18:18 - Distribuição por Dependência - 1 a. VARA FEDERAL Juiz: Titular  
-----

0009796-38.2004.4.05.8200 (2004.82.00.009796-5) Classe: 97 - EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA  
Última Observação informada: Juntada Automática pelos Avisos da Movimentação. (26/08/2016 09:03)  
Última alteração: VRV  
Localização Atual: TRF 5ª REGIÃO (enviado por 1 a. VARA FEDERAL)  
Autuado em 31/08/2004 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:46  
AUTOR : CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES E OUTROS  
ADVOGADO : SAMUEL CARVALHO GAUDENCIO E OUTROS  
REU : UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIAO)  
PROCURADOR: SEM PROCURADOR  
1 a. VARA FEDERAL - Juiz Titular  
Objetos: 01.11.02 - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo  
Existem Petições/Expedientes Vinculados Ainda Não Juntados

-----

05/09/2016 12:41 - Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com PROCESSAR E JULGAR RECURSO. Usuário:  
RLP Guia: GR2016.002391

-----

26/08/2016 09:04 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2016.0051.026988-0

-----

26/08/2016 09:03 - Recebidos os autos. Usuário: VRV

-----

18/08/2016 18:36 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Usuário:  
RLP Guia: GR2016.002246

-----

18/08/2016 17:58 - Recebidos os autos. Usuário: ASL

-----

28/07/2016 13:50 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) com VISTA. Usuário: RLP Guia:  
GR2016.002008

-----

26/07/2016 00:00 - Publicado Intimação em 26/07/2016 00:00. D.O.E, pág. Boletim: 2016.000049.

-----

25/07/2016 22:45 - Disponibilizado no DJ Eletrônico.

-----

11/07/2016 12:29 - Remetidos os autos para 1 a. VARA FEDERAL usuário: RCC. Número da Guia:  
2016002984. Recebido por: VRV em 12/07/2016 14:09

-----

28/06/2016 10:21 - Remetidos os autos com ANOTAÇÕES CARTORÁRIAS para Setor de Distribuição - João  
Pessoa usuário: RLP. Número da Guia: 2016001711. Recebido por: EST\_RSA em 29/06/2016 14:18

-----

27/06/2016 10:17 - Mero Expediente.

-----

27/06/2016 10:17 - Despacho. Usuário: VRV  
Processo:0009796-38.2004.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES e outros  
REU: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIAO)

#### C E R T I D ã O

Certifico que a apelação do INSS (fls.476/491) ingressou em Juízo em 27 de abril de 2016 e apelação dos  
autores (fls.496/505) em 08 de junho de 2016. Certifico, outrossim, que consta nos autos pedido de  
substabelecimento de advogados (fls.493/494).

Dou fé.

João Pessoa, 17 de junho de 2016.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

João Pessoa, 17 de junho de 2016.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

Decisão: 1-RH

2-Defiro o pedido de substabelecimento de advogados (fls.493/494).

3-Remetam-se os autos ao Distribuidor para anotação.

4-Em seguida, vista aos apelados, autores e INSS sucessivamente, para, querendo, apresentarem  
contrarrazões (CPC, art.1010,§1º).

5-Em seguida, com ou sem resposta, subam os autos ao TRF 5ª Região.

João Pessoa, 21/06/2016



JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
17/06/2016 16:17 - Concluso para DESPACHO Usuário: RLP  
-----

09/06/2016 15:09 - Juntada de Petição de Apelação 2016.0051.017936-9  
-----

09/06/2016 15:08 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

23/05/2016 09:46 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) com VISTA. Prazo: 15 Dias (Simples). Usuário: JIL Guia: GR2016.001282  
-----

18/05/2016 00:00 - Publicado Intimação em 18/05/2016 00:00. D.O.E, pág. Boletim: 2016.000027.  
-----

17/05/2016 22:45 - Disponibilizado no DJ Eletrônico.  
-----

16/05/2016 16:39 - Ato ordinatório praticado. Usuário: LCT  
SENTENÇA(fls. 339/345) ...44. Isto posto, fundamentado no art. 269, I, e demais legislação e jurisprudência referidas, acolho o pedido, com resolução de mérito, para condenar a R. UNIÃO e ao litisconsorte passivo necessário CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA - CEFET/PB a reimplantação das parcelas denominadas "VPNI's" dos AA. CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAÚJO MEIRA, MARIA JOSÉ AIRES FREIRE DE ANDRADE, ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER, RICARDO LIMA E SILVA, CHAQUIBE COSTA DE FARIAS, DIMAS ANDRIOLA PEREIRA, MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS e RIVALDO SERRANO DE ANDRADE JÚNIOR pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001, sobre a remuneração, com o pagamento das parcelas vencidas e vincendas e ressaltados os valores já pagos, que deverão ser compensados em execução de sentença. 45. Sobre os valores devidos incidirão juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, a contar da citação, com correção monetária desde o vencimento do débito, na forma do Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Res. CJF nº 561/2007; a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009, que alterou a Lei nº 9.494/1997, art. 1º-F, incidirão, a título de atualização da dívida e de juros de mora, apenas os índices oficiais de remuneração básica e de juros aplicados às cadernetas de poupança, ressaltados os valores pagos administrativamente, que deverão ser levantados e compensados por ocasião da liquidação da sentença. 46. Honorários advocatícios pelos RR., de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do CPC, art. 20, § 4º. 47. Remessa de ofício, segundo o CPC, art. 475, inc. I, § 1º. 48. Custas ex lege.  
-----

28/04/2016 10:06 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2016.0051.013106-4  
-----

28/04/2016 10:05 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

11/04/2016 18:07 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 30 Dias (Simples). Usuário: DLF Guia: GR2016.000803  
-----

11/04/2016 18:06 - Despacho. Usuário: DLF  
-----

Processo:0009796-38.2004.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES e outros  
REU: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO)

C E R T I D ã O

Certifico que consta nos autos decisum (fls.461/465) com trânsito em julgado. Dou fé.  
João Pessoa, 01 de março de 2016.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM Juiz Federal Substituto da 1ª Vara, em razão das férias regulamentares do MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

João Pessoa, 01 de março de 2016.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

Despacho: 1-RH

2-Cumpra-se, com urgência, o decisum (fls.461/465), intimando-se as partes da sentença (fls.339/345).

João Pessoa,

JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO

Juiz Federal Substituto da 1ª Vara, na titularidade da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA

1ª VARA

-----  
11/04/2016 17:41 - Juntada de Petição de Informações / Ofícios 2016.0051.010542-0

-----  
01/03/2016 13:32 - Concluso para DESPACHO Usuário: RLP

-----  
16/02/2016 15:33 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2016.0051.004161-8

-----  
16/02/2016 15:31 - Recebidos os autos. Usuário: DLF

-----  
26/02/2015 13:53 - Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com PROCESSAR E JULGAR RECURSO. Usuário: RLP Guia: GR2015.000642

-----  
25/02/2015 17:03 - Despacho. Usuário: VRV

Processo:0009796-38.2004.4.05.8200- Cls. 97

AUTOR: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES e outros

REU: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO)

C E R T I D ã O

Certifico que os autos retornaram da instância superior, todavia sem decisão com trânsito em julgado. Dou fé.  
João Pessoa, 23 de fevereiro de 2015.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM Juiz Federal da 1ª Vara.

João Pessoa, 23 de fevereiro de 2015.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

Despacho: 1-RH

2-Retornem os autos ao eg. TRF-5ª Região, conforme decisum (fls.434).  
João Pessoa, 25/02/2015

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
23/02/2015 13:31 - Concluso para DESPACHO Usuário: RLP  
-----  
23/02/2015 13:23 - Juntada de Petição de Informações / Ofícios 2014.0051.046124-4  
-----  
23/02/2015 13:20 - Juntada de Petição de Informações / Ofícios 2014.0051.039785-6  
-----  
08/10/2013 14:07 - Suspensão / Sobrestamento - SOBRESTADO Usuário:EMS  
-----  
07/10/2013 15:13 - Recebidos os autos. Usuário: MSB  
-----  
05/11/2010 13:19 - Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com PROCESSAR E JULGAR RECURSO. Usuário:  
RLP Guia: GR2010.006857  
-----  
04/11/2010 13:47 - Juntada de Petição de Contrarrazões 2010.0051.062546-1  
-----  
04/11/2010 13:46 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----  
28/10/2010 16:23 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Prazo: 15  
Dias (Simples). Usuário: CMS Guia: GR2010.006758  
-----  
17/10/2010 00:00 - Publicado Intimação em 17/10/2010 00:00. D.O.E, pág.01 e 02 Boletim: 2010.000111.  
-----  
23/09/2010 17:37 - Por decisão judicial.  
-----  
23/09/2010 17:37 - Decisão. Usuário: VRV

Processo nº 2004.009796-5 Classe 29

#### CERTIDÃO

Certifico que a apelação (fls. 348/355) da R. ingressou em Juízo no prazo legal.  
Dou fé.  
João Pessoa, 22/09/2010.

Eduardo Marques Borges de Souza  
Técnico Judiciário

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MMº Juiz Federal da 1ª Vara.  
João Pessoa, 22/09/2010.

Eduardo Marques Borges de Souza  
Técnico Judiciário



Decisão: 1-R.H.

2- Recebo a(s) apelação(ões) nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 520).

3- Intime-se a parte contrária para as contra-razões (CPC, art. 518).

4- Em seguida, com ou sem resposta, subam os autos ao Eg. TRF da 5.<sup>a</sup> Região.

João Pessoa, 23/09/2010

João Bosco Medeiros de Sousa

Juiz Federal da 1<sup>a</sup> Vara

P O D E R J U D I C I Á R I O

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

FORUM JUIZ FEDERAL RIDALVO COSTA

-----  
22/09/2010 17:11 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS

-----  
22/09/2010 14:14 - Juntada de Petição de Apelação 2010.0051.052883-0

-----  
22/09/2010 14:13 - Recebidos os autos. Usuário: VRV

-----  
25/08/2010 15:37 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Prazo: 30 Dias (Simples). Usuário: DLF Guia: GR2010.005015

-----  
29/07/2010 00:00 - Publicado Intimação em 29/07/2010 00:00. D.O.E, pág.01/04 Boletim: 2010.000073.

-----  
02/07/2010 08:38 - Procedência.

-----  
02/07/2010 08:38 - Sentença. Usuário: VRV

Ação Ordinária nº 2004.82.00.009796-5 Sentença TIPO "A"

(Res. CJF nº 535/2006) Autores: CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES e OUTROS

Ré : UNIÃO

Litisconsorte passivo necessário: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA - CEFET/PB

## S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAÚJO MEIRA, MARIA JOSÉ AIRES FREIRE DE ANDRADE, ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER, RICARDO LIMA E SILVA, CHAQUIBE COSTA DE FARIAS, DIMAS ANDRIOLA PEREIRA, MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS e RIVALDO SERRANO DE ANDRADE JÚNIOR propuseram ação anulatória de ato administrativo c/c ação de cobrança, com pedido de antecipação parcial de tutela, em desfavor da UNIÃO objetivando a reimplantação às suas remunerações dos valores correspondentes as denominadas "VPNI's", mais os valores atrasados, juros, correção monetária e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

2. Apontaram como litisconsorte passivo necessário o CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA - CEFET/PB.

3. A petição inicial (fls. 03/29) veio acompanhada de procurações e documentos (fls. 30/139), dos quais merecem especial destaques as cópias de notificações do litisconsorte passivo (fls. 48, 51, 55, 58, 62, 66, 70, 74 e 78, respectivamente), de comunicações processuais do TCU (fls. 52, 56, 59, 63, 67, 71, 75, 79, respectivamente), de comprovantes de rendimentos dos AA. contendo os recebimentos da "VPNI ART. 62-A LEI 8.112/90 - AT" (fls. 49/50, 53/54, 57, 60/61, 64/65, 68/69, 72/73, 76/77, 80/81, respectivamente), de declaração (fls. 82/85) e de minuta de nota técnica no Processo nº 23052.003863/2004-61 (fls. 131/137) do litisconsorte passivo; dessa petição inicial consta, no que mais importa, o seguinte, textualmente:

"Em 12 de maio de 2004, A Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEFET notificou os autores, informando-lhes que já naquele mês de maio, por força do ofício nº 0343/2004 - TCU/SECEX-PB,

expedido pelo Tribunal de Contas da União em 16 de abril de 2004, seriam suspensos os valores contidos em seus contra-cheques, referentes às parcelas de "quintos" ou "décimos", incorporados no período de 08 de abril de 1998 a 04 de setembro de 2001.

Os Autores não foi dado direito a se manifestar sobre tal corte.

(.....)

Dessa forma, vê-se que por ordem do Sr. Diretor do CEFET/PB e do Tribunal de Contas da União, os funcionários-autores tiveram uma brusca perda monetária em seus vencimentos/proventos, variando tal perda, no caso dos ora autores, entre o mínimo de R\$837,47 (oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos) e o máximo de R\$2.263,04 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais e quatro centavos). A perda dos "quintos" e "décimos" é consequência de orientação do Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, como "medida cautelar" e de decisão do Sr. Diretor do CEFET/PB, executada pela Sra. Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEFET/PB."

4. Despacho do MM. Juiz Federal da 3ª Vara dessa SJ (fls. 141) determinou a Secretaria que juntasse aos autos cópia da sentença proferida no Processo nº 2002.82.0005257-2, o que foi cumprido (fls. 144/149).

5. Despacho do MM. Juiz Federal da 3ª Vara dessa SJ (fls. 150) determinou a distribuição automática destes autos, tendo o feito sido distribuído a esta 1ª Vara (fls. 02).

6. Decisão fundamentada (fls. 162) indeferiu pedido de antecipação de tutela e determinou aos AA. emendasse a inicial, requerendo a citação dos RR., especificando contra quem promoveu a ação.

7. Petição dos AA. emendou a inicial (fls. 168/169) e requereu as citações da UNIÃO e do CEFET, sendo que este último, na condição de litisconsorte passivo.

8. As citações foram realizadas (fls. 173) consoante o CPC, art. 285.

9. A contestação do litisconsorte passivo necessário CEFET (fls. 175/190) arguiu pela improcedência do pedido sob o argumento principal de que:

"No presente caso, o CEFET, ao dar cumprimento ao referido ato, observou a supremacia da lei, contida no princípio da legalidade administrativa.

Assim, desprovido de sustentação legal, a incorporação dos "quintos" ou "décimos" (referente ao período de 08 de abril a 04 de setembro de 2001), não se incorporam à remuneração dos Autores, há que trazer à colação algumas noções básicas do princípio constitucional da legalidade, inserto no art. 37 da Carta Política:

(.....)

A incorporação de frações de quintos/décimos pelo exercício de cargo de direção, chefia e assessoramento, ou função gratificada, após abril de 1988, encontra empecilho nas Leis 9.527, de 11.12.97, e 9.624, de 02.04.98, as quais resguardam o direito daqueles que já haviam reunido as condições legais para incorporação das frações.

(.....)

A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade, este é o ensinamento contido no artigo 114 da Lei nº 8.112/90. A retribuição pecuniária paga em desacordo com o ordenamento jurídico não gera direito adquirido, como também não está salvaguardada pelo princípio da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos, caso contrário, estaremos patrocinando um enriquecimento ilícito."

10. A contestação da R. UNIÃO (fls. 192/198) foi pela improcedência do pedido, argumentando especialmente o seguinte:

"(...) é forçoso apontar que as determinações do TCU quanto aos atos praticados pelos administradores públicos são destinadas, por óbvio, ao próprio Administrador do referido ente público, sob pena de responsabilidade e/ou cometimento de improbidade administrativa.

Não obstante, o próprio CEFET, por sua representação judicial, ao contrário do que afirmam os autores, está se posicionando ao lado do entendimento disposto pelo Tribunal de Contas da União, de forma que a referida autarquia, por meio da Advocacia-Geral da União, está a contestar o próprio mérito da demanda, qual seja, a improcedência da incorporação de quintos/décimos no período pretendido pelos autores.

Aliás, outro não poderia ser o posicionamento da citada autarquia, em sua contestação, porquanto, como se poderá verificar de agora em diante, são esdrúxulos os argumentos utilizados pelos autores.

(.....)

A norma não contém qualquer disposição que revigore, que restaure, enfim que importem em repristinação da Lei 8.911/94, a qual foi parcialmente revogada pela Lei nº 9.527/97 e cujos efeitos transitórios decorrentes do parágrafo único do artigo 62 da Constituição Federal foi regulada pela Lei nº 9.624/98. O intuito da norma, portanto, foi, somente, o de deixar clara a transformação dos quintos/décimos antes existentes em VPNI e, portanto, DESVINCULÁ-LOS de alterações posteriores nos valores das gratificações aos quais atrelados, uma vez que as ditas incorporações vinham sendo reajustadas a cada modificação nos valores das gratificações a que diziam respeito.

Enfim, a Lei de Introdução ao Código Civil, além de exigir a expressa determinação da repristinação, ainda condiciona tal fato à revogação da norma revogadora, para dirimir quaisquer dúvidas porventura existentes."

11. A impugnação (fls. 201/211) rebateu a argumentação da parte contrária e reiterou os termos da petição inicial.
12. A especificação de provas foi facultada (fls. 212), tendo os AA. requerido (fls. 214) juntada aos autos de cópias de decisão do TCU (fls. 215/225) e de contracheques e fichas financeiras (fls. 226/247) e que fosse concedida medida liminar incidental para reimplantação das VPNI's.
13. Petição dos AA. veio aos autos (fls. 249/250), acompanhada de declarações (fls. 251/259), e argüiu o seguinte, principalmente:
- "Ante o exposto, e com a informação dos novos documentos juntados, reiteram-se os pedidos postos na exordial, e, em face da reimplantação espontânea durante 3 (três) meses, caracterizando o reconhecimento da vantagem em favor dos autores, reitera-se, também, o pedido de continuação imediata do pagamento da referida vantagem pela demandada até porque não podem os autores permanecer à disposição de entendimentos contraditórios e/ou autoritários, que ora julga devido e paga e ora retira dos contracheques dos servidores os valores referidos sem a menor explicação, gerando insegurança quanto aos próprios vencimentos a serem recebidos a cada mês, o que, afronta a legislação vigente, em especial à Constituição Federal. Requer outrossim, nos termos já explicitados, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/1950."
14. Despacho (fls. 260) abriu vista a R. UNIÃO para ciência do despacho (fls. 212).
15. Petições do litisconsorte passivo necessário CEFET e da R. UNIÃO vieram aos autos (fls. 264 e 266, respectivamente) para dizerem que não têm provas a especificar.
16. Cópias de decisão e de documentos trasladadas no Processo nº 2005.82.00.009091-4, que tratou de impugnação ao valor da causa, foram juntadas a estes autos (fls. 268/271).
17. Decisão fundamentada (fls. 275) indeferiu novos pedidos de antecipação de tutela e de justiça gratuita (cnf. item 13, retro) e determinou que os AA. pagassem as custas complementares do processo.
18. Agravo de instrumento, com pedido de liminar e de antecipação de tutela (fls. 281/291), foi interposto pelos AA. contra a decisão anterior (cnf. item 17, retro).
19. Decisão (fls. 292) manteve a decisão agravada (cnf. item 17, retro) por sua própria fundamentação.
20. Decisão ad quem (fls. 296/297) indeferiu o pedido formulado pelos agravantes naquele agravo de instrumento (fls. 281/291) e recebeu o recurso no efeito devolutivo.
21. Despacho (fls. 298) determinou o envio de informações ao Relator do AGRT nº 89.044/PB e mandou intimar as partes da decisão (fls. 296/297).
22. O agravo de instrumento referido (cnf. item 20, retro) foi julgado (fls. 308/311) com acórdão proferido no TRF - 5ª Região negando provimento ao recurso (fls. 309).
23. Despacho (fls. 315) mandou aguardar o trânsito em julgado do AGRT nº 89.044/PB (fls. 308/309).
24. Despacho (fls. 324) determinou a intimação dos AA. para pagar as custas iniciais do processo.
25. Petição dos AA. vieram aos autos (fls. 327) para requerer dilação de prazo para recolhimento das custas processuais, o que foi deferido (fls. 329).
26. As custas iniciais foram pagas (fls. 337) segundo a Lei nº. 9.289/96, art. 14, I (RCJF).
27. Autos conclusos (fls. 338).
- Relatados, DECIDO.
28. O caso admite julgamento antecipado na conformidade do que dispõe o CPC, art. 330, I.
29. Os AA. comprovaram principalmente a condição de funcionários públicos federais, o recebimento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, a suspensão dessa vantagem incorporada, por notificações, no período entre 08/abril/1998 e 04/setembro/2001 (cnf. item 3, retro) e Parecer nº 84/2001, de 23/outubro/2001 (fls. 86/92), da Procuradoria da R. CEFET,



entendendo como devidas as pretensões dos AA. à incorporação das parcelas correspondente ao cargo de confiança ocupado no interregno de dezembro/1997 a setembro/2001.

30. Comprovaram também (fls. 226/247), que o litisconsorte passivo necessário CEFET reincorporou referidas VPNI's nos seus vencimentos durante alguns meses de 2006.

31. O litisconsorte passivo necessário CEFET expôs seu entendimento (fls. 175/190) de que falta amparo legal à pretensão da outra parte.

32. A R. UNIÃO, por sua vez, limitou-se a alegar (fls. 192/198) que o litisconsorte passivo CEFET se posicionou conforme entendimento emanado do TCU, e que a norma não contém qualquer disposição que importem em repristinação da Lei nº 8.911/94, a qual foi parcialmente revogada pela Lei nº 9.527/97, já que o intuito daquela norma foi de deixar clara a transformação dos quintos/décimos antes existentes em VPNI e, portanto, desvinculá-los de alterações posteriores nos valores das gratificações.

33. Contudo, as alegações do litisconsorte passivo e da R.. (cnf. itens 31 e 32, retro), por si só, estão em desacordo com a decisão do TCU, no Acórdão nº. 2.248/2005 (fls. 224/225), em que reexaminou a matéria antes indeferida pelo próprio TCU nos Acórdãos nºs. 731 e 732/2003.

34. Além disso, não ficou comprovado que o litisconsorte passivo e a R. observaram o devido processo legal para sustação das VPNI's dos AA.

35. A Lei n. 8.112/90 instituiu e regulamentou o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas, e a matéria passou a ser tratada no seu art. 62.

36. Da comparação da Lei nº. 9.640/98 com a Lei nº. 8.911/94, fica claro que, embora a mensagem da Lei nº. 9.640/98 tenha modificado a composição da estrutura remuneratória dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas, introduzindo novas regras de opção, e incluindo o Adicional de Gestão Educacional, não fez contemplar no seu texto as funções já incorporadas.

37. A Lei n. 9.624, de 02/abril/1998, deu nova redação ao art. 1º, da Lei n. 8.911/94, prevendo novamente a transformação em décimos das parcelas de quintos incorporados e que viriam a ocorrer até a data da sua publicação, por conta do seu art. 3º, e, ainda, resguardou o direito à percepção dos décimos já incorporados e à utilização do tempo de serviço residual para concessão da vantagem.

38. Quer dizer, essa lei estabeleceu, em seus artigos 3º e 5º, que serão concedidas e atualizadas as parcelas de quintos a que o servidor faria jus no período compreendido entre 19/janeiro/1995 e a data de publicação desta Lei, mas não incorporadas em decorrência de normas à época vigente, observados os critérios da Lei nº 8.911/94.

39. Após a transformação em décimos pela edição da MP n. 939/95, art. 4º, equivalente à fração de um décimo da média mensal do valor da gratificação dos cargos ou funções exercidos, a cada doze meses, até o limite de dez décimos, a incorporação restou extinta pela Lei n. 9.527, de 10/novembro/1997, que, originada da MP n. 1.522, deu nova redação ao art. 62, da Lei n. 8.112/90, suprimindo a referência atinente à vantagem, revogou expressamente os arts. 3º e 10º, da Lei n. 8.911/94, os quais traziam os critérios atinentes à incorporação.

40. A MP n. 2.225, de 04/setembro/2001, que tratou da incorporação a que se referem às Leis n. 8.911/94 e 9.624/98, deu continuidade à incorporação de quintos reavivada já à época da Lei n. 9.624/98, art. 3º; à época da edição dessa MP, coexistiam duas situações diversas, porém derivadas de mesmo fato: uma surgida como deferimento de parcelas de quintos e décimos, com fulcro no art. 3º e 5º, da Lei nº 9.624/98; outra, ocorrida com o pagamento de incorporações decorrentes dos arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, contudo convertidas em VPNI.

41. Não obstante os quintos incorporados, antes ou à luz da Lei nº. 9.527/97, tenham por esta sido transformados em vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI, a nova Lei nº. 9.624/98 volta a empregar o termo "quintos", guardando consonância, pois, com a previsão original da Lei nº 8.911/94.

42. A MP nº 2.225-45/2001 tornou a trazer à baila a incorporação dos quintos, introduzindo o art. 62-A na Lei nº. 8.112/90.

43. O direito dos AA. tem amparo tanto pela legislação pertinente como em decisão administrativa do TCU, porque "(...) A intenção da Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001, foi exatamente assegurar que também as parcelas de quintos incorporadas pela Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998, ficassem transformadas em Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas, da mesma forma como isso já ocorre em relação àquelas parcelas incorporadas antes da Lei nº 9.527, de 1997, (...)" (APELREEX nº 4737, TRF - 5ª Região, DJ de 31/julho/2009, pag. nº 131 - nº 145).

44. Isto posto, fundamentado no art. 269, I, e demais legislação e

jurisprudência referidas, acolho o pedido, com resolução de mérito, para condenar a R. UNIÃO e ao litisconsorte passivo necessário CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA - CEFET/PB a reimplantação das parcelas denominadas "VPNI's" dos AA. CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES, NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAÚJO MEIRA, MARIA JOSÉ AIRES FREIRE DE ANDRADE, ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER, RICARDO LIMA E SILVA, CHAQUIBE COSTA DE FARIAS, DIMAS ANDRIOLA PEREIRA, MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS e RIVALDO SERRANO DE ANDRADE JÚNIOR pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001, sobre a remuneração, com o pagamento das parcelas vencidas e vincendas e ressalvados os valores já pagos, que deverão ser compensados em execução de sentença.

45. Sobre os valores devidos incidirão juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, a contar da citação, com correção monetária desde o vencimento do débito, na forma do Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Res. CJF nº 561/2007; a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009, que alterou a Lei nº 9.494/1997, art. 1º-F, incidirão, a título de atualização da dívida e de juros de mora, apenas os índices oficiais de remuneração básica e de juros aplicados às cadernetas de poupança, ressalvados os valores pagos administrativamente, que deverão ser levantados e compensados por ocasião da liquidação da sentença.

46. Honorários advocatícios pelos RR., de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do CPC, art. 20, § 4º.

47. Remessa de ofício, segundo o CPC, art. 475, inc. I, § 1º.

48. Custas ex lege.

49. P.R.I.

João Pessoa, 02/julho/2010

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

6

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
1ª VARA

7

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
1ª VARA

-----  
21/06/2010 14:21 - Concluso para SENTENÇA Usuário: EMS  
-----

21/06/2010 14:20 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2010.0051.031902-6  
-----

21/06/2010 14:19 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2010.0051.031632-9  
-----

01/06/2010 00:00 - Publicado Intimação em 01/06/2010 00:00. D.O.E, pág.02/04 Boletim: 2010.000044.  
-----

27/05/2010 14:52 - Decisão. Usuário: CMS

Processo:0009796-38.2004.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES e outros  
REU: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO)

Despacho/decisão: 1- Vistos em inspeção ordinária anual.  
2-Defiro o pedido dos A.A. (fls. 327) de dilação de prazo por 10 (dez) dias, improrrogáveis.  
3-Decorrido o prazo acima concedido sem o pagamento das custas iniciais complementares, voltem-me conclusos para sentença de extinção do feito.  
4-Intimação urgente.

João Pessoa, \_\_\_\_/ maio/2010.

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1.<sup>a</sup> Vara

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO  
Juiz Federal Substituto da 1.<sup>a</sup> Vara

REPRESENTANTE DO MPF REPRESENTANTE DA OAB

#### CERTIDÃO

Certifico a suspensão dos prazos processuais nesta Vara no período de 24 a 28 de maio de 2010, em razão da Inspeção Ordinária Anual. Dou fé. João Pessoa, \_\_\_\_/maio/2010.

CORIOLOANO M DE SOUSA  
Analista Judiciário

P O D E R J U D I C I Á R I O  
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA  
Forum Juiz Federal Rivalvo Costa  
1<sup>a</sup> Vara Federal

-----  
24/05/2010 08:25 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS  
-----

24/05/2010 08:23 - Decisão. Usuário: EMS

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L  
SEÇÃO DA PARAÍBA

Processo nº 2004.009796-5

C O N C L U S ã O  
Faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1<sup>a</sup> Vara.  
João Pessoa, 07/05/2010.

Eduardo Marques Borges de Souza  
Técnico Judiciário

Decisão: 1- R.H.  
2- Defiro o pedido dos A.A. (fls. 327) de dilação de prazo por 10 (dez) dias, improrrogáveis.  
3- Decorrido o prazo acima concedido sem o pagamento das custas iniciais complementares, voltem-me conclusos para sentença de extinção do feito.  
4- Intimação urgente.  
João Pessoa,

João Bosco Medeiros de Sousa  
Juiz Federal da 1<sup>a</sup> Vara

-----  
07/05/2010 11:00 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS  
-----

30/04/2010 11:22 - Juntada de Petição de Petição Diversa 2010.0051.022446-7  
-----

30/04/2010 11:21 - Recebidos os autos. Usuário: VRV  
-----

27/04/2010 18:00 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: CMS Guia: GR2010.002281



-----  
18/04/2010 00:00 - Publicado Intimação em 18/04/2010 00:00. D.O.E, pág.01/02 Boletim: 2010.000031.  
-----

30/03/2010 16:19 - Despacho. Usuário: VRV  
Processo:0009796-38.2004.4.05.8200- Cls. 97  
AUTOR: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES e outros  
REU: UNIAO (CEFET/PB -CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAIBA - TRIBUNAL DE  
CONTAS DA UNIAO)

C E R T I D ã O

Certifico que juntei aos autos movimentação do AGTR899044/PB (fls.317/323), obtido no sítio do eg. TRF 5ª Região, na qual consta cópia do acórdão (fls.323), considerando improvido o referido agravo de instrumento. Dou fé.

João Pessoa, 12 de março de 2010.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

C O N C L U S ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

João Pessoa, 12 de março de 2010.

RACHEL LACET DE PAULA

Técnico Judiciário

Despacho: 1-RH

2-Intime-se o A. para pagar as custas iniciais do processo, sob pena de extinção do feito, por falta de pressuposto processual para regular prosseguimento do feito, consoante art. 267, III e IV c/c o art. 257 do CPC.

3-Prazo de 10 (dez) dias.

4-Cumprida a determinação supra, voltem-me os autos conclusos com urgência.

João Pessoa, 30/03/210

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA

Juiz Federal da 1ª Vara

P O D E R J U D I C I Á R I O

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

Forum Juiz Federal Ridalvo Costa

Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Brisamar

CEP: 58.031-220- João Pessoa-PB

PABX: (0XX83)32108 4040/4058 FAX: (0XX83 32108 4030)

-----  
12/03/2010 11:28 - Concluso para DESPACHO Usuário: RLP  
-----

09/06/2009 13:11 - Despacho. Usuário: VRV

PROCESSO: 2004.82.00.009796-5 Classe 29

CERTIDÃO

Certifico que recebi os presentes autos nesta data. Certifico, ainda, que a parte autora peticionou (fls. 313/314). Certifico, por fim, que a decisão (fls. 296/297) não conferiu efeito suspensivo à decisão (fls. 275). DOU FÉ.

João Pessoa, 9 de junho de 2009.

José Ideão Leite Alencar

Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal Substituto na Titularidade da 1ª Vara.

João Pessoa, 9 de junho de 2009.

José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

Despacho: 1. R.H.  
2. Aguarde-se o trânsito em julgado da decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 89.044-PB (fls. 308/309).  
3. Anotações cartorárias (fl. 314).  
João Pessoa, 08/06/2009

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO  
Juiz Federal Substituto na Titularidade da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
26/05/2009 13:51 - Concluso para DESPACHO Usuário: JIL  
-----

20/05/2009 13:15 - Juntada de Petição de Pedido De Juntada De Substabelecimento 2009.0051.024274-4  
-----

29/09/2008 18:17 - Juntada de Expediente - Mandado: MAN.0001.002491-9/2008  
-----

05/09/2008 13:22 - Expedição de Mandado - MAN.0001.002491-9/2008  
-----

26/09/2008 00:00 - Mandado/Ofício. MAN.0001.002491-9/2008 Devolvido - Resultado: Positiva  
-----

05/09/2008 09:34 - Juntada de Expediente - Ofício da Secretaria: OFI.0001.001628-1/2008  
-----

04/09/2008 16:16 - Despacho. Usuário: VRV  
PROCESSO: 2004.82.00.009796-5 Classe 29

Despacho: 1. R.H.  
2. Remetam-se as informações requeridas ao Relator do AGTR nº 89.044/PB, devendo ser remetidas via fax e por malote, com a devida certificação nos autos.  
3. Intimem-se as partes da decisão (fls. 296/297).  
4. Cumpra-se com urgência.  
João Pessoa, 04/09/2008

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO  
Juiz Federal Substituto na Titularidade da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
04/09/2008 14:16 - Expedição de Ofício da Secretaria - OFI.0001.001628-1/2008  
-----

04/09/2008 14:08 - Concluso para DESPACHO Usuário: JIL  
-----

03/09/2008 15:05 - Juntada de Petição de Ofício 2008.0051.049945-2  
-----

07/08/2008 00:00 - Publicado Intimação em 07/08/2008 00:00. D.O.E, pág.03/05 Boletim: 2008.000072.  
-----

14/07/2008 16:03 - Decisão. Usuário: SCC  
PROCESSO: 2004.82.00.009796-5 Classe 29

CERTIDÃO  
Certifico que recebi os presentes autos nesta data, tendo em vista a distribuição de feitos na Secretaria da 1ª

Vara por servidor -realizada em 09/06/2008 (Fase de conhecimento- Sendo distribuídas a este servidor: Ações Ord. 2002 a 2006, Ações Ord. 2007/2008 (Poupança)). Certifico que os Autores ingressaram com a petição (fl. 208), protocolizada em 13/junho/2008, comunicando a interposição de Agravo de Instrumento junto ao Eg. TRF-5ª Região, juntando cópia do referido agravo (fls. 281/291).

DOU FÉ.

João Pessoa, 11 de julho de 2008.

José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

#### CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Federal da 1ª Vara.

João Pessoa, 11 de julho de 2008.

José Ideão Leite Alencar  
Técnico Judiciário

Decisão: 1. R.H.

2. Mantenho a decisão agravada (fls. 275) por sua própria fundamentação.

3. Intime-se.

4. Após, voltem-me conclusos.

João Pessoa,

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara

PODER JUDICIÁRIO

J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A

Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA

1ª VARA

-----  
11/07/2008 09:41 - Concluso para DECISÃO Usuário: JIL

-----  
09/07/2008 13:48 - Juntada de Petição de Petição 2008.0051.032841-0

-----  
09/07/2008 13:47 - Juntada de Expediente - Certidão: CER.0001.000059-0/2008

-----  
12/06/2008 16:34 - Recebidos os autos. Usuário: VMM

-----  
10/06/2008 16:15 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) com VISTA. Prazo: 10 Dias (Simples). Usuário: FMF Guia: GR2008.003736

-----  
10/06/2008 08:58 - Expedição de Certidão - CER.0001.000059-0/2008

-----  
09/06/2008 17:51 - Recebidos os autos. Usuário: ASL

-----  
04/06/2008 16:25 - Remetidos os autos para ADVOGADO(S) DA(S) PARTE(S) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: JIL Guia: GR2008.003566

-----  
01/06/2008 00:00 - Publicado Intimação em 01/06/2008 00:00. D.O.E, pág.02/04 Boletim: 2008.000050.

-----  
02/05/2008 09:04 - Decisão. Usuário: CJC

Decisão: 1. R. H.

2. Os AA. requereram (fls. 249/250) a concessão dos benefícios da assistência gratuita, alegando que não têm condições de arcar com as custas do processo; também reiteraram o pedido de antecipação dos efeitos da tutela de mérito.

3. A UNIÃO apresentou impugnação ao valor da causa (Processo nº 2005.82.00.009091-4), tendo o pedido sido acolhido, alterando-se o valor da demanda para R\$ 223.645,92 (duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

4. A declaração de pobreza apresenta-se, em princípio, suficiente para assegurar o benefício da



assistência judiciária gratuita à parte que alega ausência de condições para pagamento das custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, nos termos da Lei nº 1.060/50, art. 4º, c/c a Lei nº 7.115/83, art. 1º.

5. Todavia, a presunção legal de pobreza é relativa, podendo ser infirmada através de indícios suficientes de que as partes não ostentam a qualidade de necessitadas, a fim de fazerem jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita.

6. No caso, os AA. são servidores públicos federais, cujos rendimentos líquidos informados nos contracheques (fls. 229/247) comprovam a existência de condições financeiras para pagamento das custas do processo sem prejuízo próprio ou de suas famílias.

7. Por outro lado, os autos não demonstram a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, inexistindo plausibilidade jurídica para a reconsideração da decisão (fls. 162) que indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela de mérito.

8. Isto posto, indefiro o novo pedido (fls. 249/250) de antecipação dos efeitos da tutela de mérito, bem como a assistência judiciária gratuita requerida, razão pela qual determino ao AA. que paguem as custas complementares do processo no prazo de dez dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito da causa, com o conseqüente cancelamento da distribuição do feito.

9. Decorrido o prazo concedido sem pagamento das custas complementares, voltem-me os autos conclusos para sentença de extinção.

10. Intime(m)-se.

-----  
18/03/2008 10:21 - Concluso para DECISÃO Usuário: EMS  
-----

18/01/2007 15:03 - Juntada de Petição 2006.0051.064038-6  
-----

18/01/2007 15:02 - Juntada de Petição 2006.0051.062840-8  
-----

23/10/2006 12:27 - Recebidos os autos. Usuário: LOG  
-----

06/10/2006 12:29 - Remetidos os autos para A.G.U. com VISTA. Usuário: LPS Guia: GR2006.003709  
-----

05/10/2006 16:29 - Juntada de Petição 2006.0051.035293-3  
-----

20/06/2006 17:17 - Recebidos os autos. Usuário: DLF  
-----

16/06/2006 09:38 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Prazo: 10 Dias (Simples). Usuário: CMS Guia: GR2006.001969  
-----

16/06/2006 09:37 - Juntada de Petição 2006.0051.034312-8  
-----

19/04/2006 09:51 - Despacho. Usuário: SCC  
-----

07/03/2006 15:38 - Concluso para DESPACHO Usuário: VMM  
-----

10/10/2005 16:35 - Juntada de Petição 2005.0051.077919-9  
-----

04/10/2005 17:34 - Recebidos os autos. Usuário: ISR  
-----

22/09/2005 14:02 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Prazo: 5 Dias (Simples). Usuário: OTC Guia: GR2005.003413  
-----

03/06/2005 10:40 - Ato ordinatório praticado. Usuário: LPS  
-----

Processo nº. 2004.82.00.009796-5 Classe 1000

CERTIDÃO

Certifico que a(s) contestação(ões) (fls.175/190 e 192/198) foi(ram) apresentada(s) no prazo legal.  
Dou fé.  
João Pessoa, 2 de junho de 2005

LAIS PATRIOTA DA SILVA  
Técnico Judiciário

AUTOS COM VISTA

Em cumprimento ao Provimento n.º 002/2000, do Eg. TRF da 5.ª Região, art. 3.º, inciso 8, vista à parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, para, querendo, impugnar(em) a(s) contestação(ões).  
INTIME(M)-SE  
João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2005

RÔMULO AUGUSTO DE AGUIAR LOUREIRO  
Diretor da Secretaria da 1ª Vara

REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes autos ao Setor de Publicação.  
João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2005

LAIS PATRIOTA DA SILVA  
Técnico Judiciário  
??

??

??

??

PODER JUDICIÁRIO  
J U S T I Ç A F E D E R A L N A P A R A Í B A  
Forum Juiz Federal RIDALVO COSTA  
1ª VARA

-----  
24/05/2005 13:47 - Juntada de Petição 2005.0051.041612-6  
-----

24/05/2005 13:46 - Juntada de Petição 2005.0051.041420-4  
-----

13/05/2005 16:55 - Recebidos os autos. Usuário: RAL  
-----

30/03/2005 16:40 - Remetidos os autos para REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) com VISTA. Usuário: JRC  
Guia: GR2005.000919  
-----

21/03/2005 15:50 - Juntada de Expediente - Mandado: MAN.0001.000826-9/2005  
-----

02/03/2005 12:54 - Expedição de Mandado - MAN.0001.000826-9/2005  
-----

09/03/2005 00:00 - Mandado/Ofício. MAN.0001.000826-9/2005 Devolvido - Resultado: Positiva  
-----

01/12/2004 16:49 - Despacho. Usuário: WWG  
-----

Despacho: 1- R.H.  
2- Citem-se (CPC, art. 285).

-----  
01/12/2004 15:44 - Concluso para DESPACHO Usuário: JIL  
-----

11/10/2004 10:03 - Juntada de Petição 2004.0051.043954-2  
-----

09/09/2004 16:32 - Recebidos os autos. Usuário: LOG  
-----

03/09/2004 09:49 - Remetidos os autos para AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) com VISTA. Usuário: SAF Guia: GR2004.001691  
-----

03/09/2004 09:45 - Juntada de Expediente - Mandado: MAN.0001.003040-4/2004  
-----

02/09/2004 17:40 - Expedição de Mandado - MAN.0001.003040-4/2004  
-----

03/09/2004 00:00 - Mandado/Ofício. MAN.0001.003040-4/2004 Devolvido - Resultado: Positiva  
-----

02/09/2004 17:17 - Decisão. Usuário: OTC  
Processo n.º 2004.82.00.009796-5 - Classe 1.000.

#### AÇÃO ORDINÁRIA

Autor: CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES e OUTROS.

Réu: UNIÃO.

Vistos em decisão: 1 - R. H.

2 - CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES e OUTROS propuseram ação ordinária em desfavor da UNIÃO, objetivando anulação de ato administrativo do Tribunal de Contas da União que determinou a suspensão do pagamento de parcelas pecuniárias, em suas remunerações, incorporadas com base no art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45 - os "quintos" ou "décimos".

3 - Também requereu antecipação dos efeitos da tutela ou medida cautelar, alternativamente, para compelir a R. a restabelecer os pagamentos dessas vantagens pecuniárias nominalmente identificadas (VPNI), suspensos por força do ato do TCU.

4 - Entretanto, no caso dos autos, o ato impugnado, da lavra de Ministro do Tribunal de Contas da União, tem caráter decisório e impositivo; a suspensão do pagamento das vantagens, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, é mero ato executório, não cabendo a suas autoridades administrativas poderes para reformá-la ou descumpri-la.

5 - Disso decorre que, se o ato impugnado estivesse sendo atacado por via de mandado de segurança, faleceria competência a este Juízo para julgá-lo; sendo assim, a teor das Leis 8.437/92, art. 1º, § 1º, e 9.494/97, art. 1º, não é possível a concessão da liminar pleiteada no primeiro grau de jurisdição, eis que, no caso dos autos, o ato impugnado provém de autoridade sujeita, na via do remédio heróico, à competência originária de tribunal.

6 - Isto posto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ante a ausência da verossimilhança das alegações, pelos fundamentos acima expostos.

7 - Emendem os AA. a inicial, requerendo a citação dos RR. (CPC, art. 282, VII) e especificando contra quem promove a ação, tendo em vista que a União e o CEFET têm personalidades jurídicas próprias e distintas, ao contrário do TCU, órgão auxiliar do Poder Legislativo e integrante de pessoa jurídica (a União), e cuja personalidade judiciária lhe confere poderes para agir em Juízo somente na defesa de seus interesses peculiares ou suas prerrogativas políticas.

8 - Intime-se.

João Pessoa,

JOÃO BOSCO MEDEIROS DE SOUSA  
Juiz Federal da 1ª Vara.

??



??

??

??

1

1

-----  
01/09/2004 14:06 - Concluso para DECISÃO Usuário: JIL  
-----

31/08/2004 18:25 - Distribuição - Ordinária - 1 a. VARA FEDERAL Juiz: Titular  
-----

0008798-70.2004.4.05.8200 (2004.82.00.008798-4) Classe: 126 - MANDADO DE SEGURANÇA  
Última Observação informada: Processos Eliminados; Edital 01/2014; Estante 029; Caixa 017; Lote 1282  
(12/09/2015 13:18) Última alteração: CHM  
Localização Atual: Comissão de Gestão Documental - João Pessoa  
Autuado em 04/08/2004 - Consulta Realizada em: 20/06/2017 às 10:46  
IMPETRANTE: MARIA JOSE AIRES FREIRE DE ANDRADE E OUTROS  
ADVOGADO : MARIA GLAUCE C. DO N. GAUDENCIO E OUTROS  
IMPETRADO : DIRETOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB  
PROCURADOR: SEM PROCURADOR  
3 a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto  
Baixa Definitiva: Tipo - BAIXA - FINDO em 26/08/2004 Pacote: 04/0808 Caixa/Data: 04/0808  
Objetos: 01.11.02.07 - Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

12/09/2015 13:11 - Gestão Documental do Arquivo - Autos Eliminados Usuário:CHM

27/09/2014 10:12 - Gestão Documental do Arquivo - Incluído em Edital de Eliminação Usuário:ADN

25/07/2014 16:41 - Remetidos os autos com CONSULTA para Comissão de Gestão Documental - João Pessoa  
usuário: AMLB. Número da Guia: 2014000474. Recebido por: IJM em 30/08/2014 11:13

26/08/2004 16:38 - Arquivado Definitivamente - BAIXA - FINDO Usuário:REJ

26/08/2004 16:14 - Remetidos os autos com BAIXA E ARQUIVAMENTO para Setor de Distribuição - João  
Pessoa usuário: MCC. Número da Guia: 2004002077. Recebido por: REJ em 26/08/2004 16:38

26/08/2004 16:13 - Despacho. Usuário: MCC  
Face à renúncia do prazo para interposição de recurso de apelação da sentença de fls.147/155, defiro o  
pedido de fls. 159.  
Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se.

26/08/2004 16:02 - Concluso para DESPACHO Usuário: MCC

26/08/2004 16:00 - Juntada de Petição 2004.0051.038092-0

19/08/2004 14:29 - Sentença. Usuário: JBS  
PROCESSO Nº 2004.82.00.008798-4  
MANDADO DE SEGURANÇA  
IMPETRANTE: Maria José Aires Freire de Andrade e Outros  
IMPETRADO: Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET

## S E N T E N Ç A

## R E L A T Ó R I O

Cuida-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por Maria José Aires Freire de Andrade, Alecsandro Monteiro Kramer, Cícero Nicácio do Nascimento Lopes, Ricardo Lima e Silva, Nelma Miriam Chagas de Araújo Meira, Chaquibe Costa de Farias, Dimas Andriola Pereira, Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos e Rivaldo Serrano de Andrade Júnior contra ato apontado ilegal do Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, configurado na suspensão do pagamento aos impetrantes das parcelas de "quintos" ou "décimos" incorporados com base no art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45.

Alega que são servidores públicos federais lotados no Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, tendo incorporado no período de 08 de abril de 1998 a setembro de 2001 os valores relativos as parcelas de "quintos" ou "décimos".

A autoridade impetrada notificou os impetrantes, informando-os que, a partir do mês de maio do corrente ano, seria suspenso o pagamento das parcelas referentes aos "quintos" ou "décimos", por determinação do Tribunal de Contas da União.

Segundo consta da exordial, aos impetrantes não foi dado o direito de se manifestarem sobre a referida suspensão.

Ao final, pedem a concessão da segurança, para reimplantação definitiva das VPNI's retiradas em maio do corrente ano.

## FUNDAMENTAÇÃO

A impetração diz respeito ao cumprimento do Ofício nº 0343/2004 - TCU/SECEX-PB - Tribunal de Contas da União<sup>1</sup>, que comunica a implementação de medida cautelar determinando à autoridade impetrada que suspenda o pagamento aos impetrantes das parcelas de "quintos" ou "décimos", incorporadas com base no art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, até decisão definitiva da corte de contas.

A questão em apreço concerne à definição da legitimidade passiva nesta impetração, diante do que decidido pelo TCU.

Tanto a Constituição Federal de 1988 como a Lei nº 8.443, de 1992 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União -, conferem a este a prerrogativa de determinar aos gestores de recursos públicos, após análise, a correção de atos que a Corte entende irregulares ou ilegais, sob pena de aplicação de sanção pecuniária ao responsável, ou de sustação dos atos, pela Corte de Contas<sup>2</sup>.

O art. 71, inciso III, da Carta Constitucional, estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Para o Supremo Tribunal Federal, se o ato do Tribunal de Contas da União é revestido de poder impositivo dirigido aos administradores dos órgãos públicos, a legitimização passiva, na via mandamental, é da autoridade da Corte de Contas de que tenha emanado a determinação<sup>3</sup>.

Na hipótese em exame, vê-se que a decisão do TCU tem caráter impositivo, cogente, e não mera recomendação, não deixando, assim, margem de discricionariedade à autoridade destinatária da determinação emanada daquela Corte de Contas.

Sendo assim, não possui legitimização passiva ad causam o Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, apontado como autoridade coatora, uma vez que o ato efetivamente impugnado é originário do TCU, conforme se extrai da própria peça exordial, in verbis (fl. 04):

"Em 12 de maio de 2004, a Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEFET/PB notificou os impetrantes, informando-lhes que já naquele mês de maio, por força do Ofício nº 0343/2004 - TCU/SECEX-PB, expedido pelo Tribunal de Contas da União em 16 de abril de 2004, seriam suspensos os valores contidos em seus contra-cheques, referentes às parcelas de "quintos" ou "décimos", incorporados no período de 08 de abril de 1998 a 04 de setembro de 2001". (grifei)

Portanto, inexistente pertinência subjetiva da presente ação mandamental na pessoa do Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, não lhe sendo permitido atuar como parte passiva na lide.

A errônea indicação da autoridade coatora, no caso, o Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET, enseja o indeferimento da inicial do mandamus, nos termos do artigo 8º, da Lei 1.533/51 (STJ-3ª Seção, MS 3.357-DF)<sup>4</sup>.

## DISPOSITIVO

ISSO POSTO, indefiro a Inicial por ilegitimidade passiva da autoridade impetrada, nos termos do artigo 8º da Lei nº 1.533, de 19515, c/c art. 267, VI, do CPC.

Custas ex lege.

Decorrido o prazo sem recurso voluntário certifique-se, baixa e arquivem-se os autos com as cautelas legais.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

João Pessoa, 17 de agosto de 2004

Sérgio Murilo Wanderley Queiroga  
Juiz Federal Substituto - 3ª Vara

1 Comunico a Vossa Senhoria que o Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator Benjamin Zymler, por meio do despacho exarado no processo de Representação formulada por esta Secretaria a respeito da ocorrência de irregularidades no área de pessoal dessa entidade (TC 021.263/2003-8), determinou, com suporte no que



prescrevem o art. 45 da Lei nº 8.443/92, o art. 276 do Regimento Interno/TCU e o art. TCU nº 36/95, a implementação de medida cautelar determinando a Vossa Senhoria que suspenda o pagamento aos servidores desse Centro das parcelas de "quintos" ou "décimos", incorporadas como base no art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, até a decisão definitiva desta Corte, tendo em vista que este Tribunal, ao apreciar a matéria, nos autos do TC-013.092/2002-6, adotou o Acórdão nº 732/2003- Plenário, manifestando seu entendimento quanto a ilegalidade de incorporações de novas parcelas de "quintos" ou "décimos" fundamentadas nessa medida provisória.

Na mesma assentada, também foi determinado o encaminhamento a Vossa Senhoria de cópia do parecer do Sr. Diretor Técnico, bem como do despacho retromencionado, conforme anexos, os quais embasaram a adoção da presente medida cautelar.

## 2Constituição Federal de 1988

### Seção IX

#### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. (grifei)

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992 - Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta lei:

I - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

II - proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e das entidades referidas no inciso anterior;

III - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, nos termos do art. 36 desta lei;

IV - acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União e das entidades referidas no inciso I deste artigo, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no regimento interno;

V - apreciar, para fins de registro, na forma estabelecida no regimento interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

VI - efetuar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos;

VII - emitir, nos termos do § 2º do art. 33 da Constituição Federal, parecer prévio sobre as contas do Governo de Território Federal, no prazo de sessenta dias, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no regimento interno;

VIII - representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades, inclusive as de Ministro de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente;

IX - aplicar aos responsáveis as sanções previstas nos arts. 57 a 61 desta lei;

X - elaborar e alterar seu regimento interno;

XI - eleger seu Presidente e seu Vice-Presidente, e dar-lhes posse;

XII - conceder licença, férias e outros afastamentos aos ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, dependendo de inspeção por junta médica a licença para tratamento de saúde por prazo superior a seis meses;

XIII - propor ao Congresso Nacional a fixação de vencimentos dos ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal;

XIV - organizar sua Secretaria, na forma estabelecida no regimento interno, e prover-lhe os cargos e empregos, observada a legislação pertinente;

XV - propor ao Congresso Nacional a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de quadro de pessoal de sua secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração;

XVI - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma prevista nos arts. 53 a 55 desta lei;

XVII - decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no regimento interno.

...

Art. 39. De conformidade com o preceituado nos arts. 5º, inciso XXIV, 71, incisos II e III, 73 in fine, 74, § 2º, 96, inciso I, alínea a, 97, 39, §§ 1º e 2º e 40, § 4º, da Constituição Federal, o Tribunal apreciará, para fins de registro ou reexame, os atos de:

I - admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, executadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

II - concessão inicial de aposentadoria, reformas e pensões, bem como de melhorias posteriores que tenham alterado o fundamento legal do respectivo concessório inicial.

Parágrafo único. Os atos a que se refere este artigo serão apreciados pelo Tribunal na forma estabelecida no regimento interno.

...

Art. 45. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no regimento interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

I - sustará a execução do ato impugnado;

II - comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

III - aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 58 desta lei.

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

§ 3º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato.

...

Art. 56. O Tribunal de Contas da União poderá aplicar aos administradores ou responsáveis, na forma prevista nesta lei e no seu regimento interno, as sanções previstas neste capítulo.

Art. 57. Quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda o Tribunal aplicar-lhe multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.

Art. 58. O Tribunal poderá aplicar multa de Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:

I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 desta lei;

II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário;

IV - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal;

V - obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI - sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII - reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista no caput deste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do

Tribunal, salvo motivo justificado. (grifei)

3"EMENTA: - Direito Constitucional, Administrativo e Processual Civil. Servidores Públicos (ativos e inativos) antes regidos pela C.L.T. e, depois, pela Lei n. 8.112/90 (art. 243) (Regime único). Legião Brasileira de Assistência. Mandado de Segurança contra ato do Tribunal de Contas da União e da L.B.A. Gratificações. Competência. 1. Havendo o Tribunal de Contas da União acolhido duas das pretensões dos impetrantes (restauração da "gratificação antiguidade - tempo de serviço", e não ressarcimento de vantagens recebidas indevidamente, mas de boa-fé), antes mesmo da impetração do "writ", os pedidos, a esse respeito, não devem ser conhecidos, a falta de interesse de agir. 2. Quanto ao outro pedido, relacionado com a "gratificação de aniversário" ("de férias" ou "agostina"), não tendo o T.C.U. proferido qualquer decisão, mas, simplesmente convertido o julgamento em diligência, para que a L.B.A. cancele, ou não, essa vantagem, segundo lhe parecer, falta a Corte de Contas legitimidade passiva "ad causam", conforme a jurisprudência do S.T.F. que, nesse caso, por isso mesmo, afasta a competência originária prevista no art. 102, I, "d", da C.F. 3. Remanesce, pois, a impetração como dirigida, apenas, contra a própria L.B.A., e, para cujo processo e julgamento, é competente a Justiça federal de 1. grau (art. 109, VIII, da C.F.). 4. Mandado de Segurança não conhecido, quanto a dois pedidos, por falta de interesse de agir. E, quanto ao terceiro, para que o julgamento se faça no 1. grau da Justiça federal do D.F., apenas contra a L.B.A." (STF - Tribunal Pleno - MS 21715 QO NO MS, Relator Min. SYDNEY SANCHES, j. 15.02.1995, DJ de 20-04-95, pág. 09946 EMENT VOL-01783-01 PP-0199).

"EMENTA: Mandado de segurança. Tribunal de Contas da União. Sua ilegitimidade passiva ad causam. - Tratando-se de recomendação que se traduz em mera sugestão sem caráter impositivo que teria se fosse uma decisão do Tribunal de Contas no âmbito de sua competência, não tem tal Corte legitimidade para figurar no pólo passivo do presente mandado de segurança. Mandado de segurança não conhecido." (STF - Tribunal Pleno - MS 21519/PR, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, j. 06.09.1995, DJ de 29-08-97 PP-40220 EMENT VOL-01880-01 PP-00077).

"EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO PRESIDENTE DO TCU. PROCURADOR DA REPÚBLICA DE 1ª CATEGORIA. TRANSFORMAÇÃO NO CARGO DE SUBPROCURADOR-GERAL. NÃO OCORRÊNCIA. ACRÉSCIMO AOS PROVENTOS DAS VANTAGENS DO ARTIGO 184 DA LEI Nº 1.711/52. IMPOSSIBILIDADE. 1. O Tribunal de Contas da União é parte legítima para figurar no pólo passivo do mandado de segurança, quando sua decisão está revestida de caráter impositivo. 2. Procurador da República. Proventos. Composição. O representante do Parquet que se aposenta como Procurador da República de 1ª Categoria adquire, em face da nova ordem constitucional, direito aos proventos do cargo de Subprocurador- Geral, que passou a constituir classe final da carreira, não sendo devido o acréscimo de 20% (vinte por cento), por serem excludentes as vantagens do artigo 184, incisos I e II, da Lei nº 1.711/52. 3. Procurador da República de 1ª Categoria. Transformação no cargo de Subprocurador-Geral da República. Inexistência. O Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984, ao reestruturar a carreira do Ministério Público Federal, não extinguiu o cargo em que se aposentou a impetrante. Inaplicabilidade, à espécie, do preceito do artigo 40, § 4º, da Constituição Federal. 4. Ofensa ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos, em virtude de cumprimento da decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União. Não ocorrência, dado o errôneo enquadramento da impetrante. Mandado de Segurança indeferido." (STF - Tribunal Pleno - MS 21548 / DF - Relator Min. MAURICIO CORREA, j. 04.02.1999, DJ de 25-06-99, PP-00005 EMENT VOL-01956-01 PP-00206).

Colhe-se do Voto relativo ao acórdão reportado na ementa acima:

#### VOTO

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA (RELATOR): Esta Corte tem decidido pela legitimidade passiva ad causam do Tribunal de Contas da União nas hipóteses em que os atos se revestem de caráter impositivo e não de meras sugestões ou conversão de julgamento em diligência, conforme se verifica nos seguintes arestos:

'DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORES PÚBLICOS (ATIVOS E INATIVOS) ANTES REGIDOS PELA CLT E, DEPOIS, PELA LEI Nº 8.112/90, ART. 243 (REGIME JURÍDICO). MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E DA LBA (....)

2. Quanto ao outro pedido, relacionado com a 'gratificação de aniversário' ('de férias' ou 'agostina'), não tendo o TCU proferido qualquer decisão, mas, simplesmente convertido o julgamento em diligência, para que a LBA cancele, ou não, essa vantagem, segundo lhe parecer, falta à Corte de Contas legitimidade passiva 'ad causam', conforme a jurisprudência do STF que, nesse caso, por isso mesmo, afasta a competência originária prevista no art. 102, I, 'd', da CF' (MQO nº 21.715/RS, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 20.04.95, p. 9.9946)' No caso dos autos, a Primeira Câmara do TCU decidiu 'considerar legal a alteração de fls. 49 e ordenar o seu registro; determinar ao Secretário de Pessoal da Procuradoria-Geral da república que suste, imediatamente, o pagamento cumulativo indevido da vantagem do item I com a do item II do art. 184 da Lei nº 1.711/52, por falta de amparo legal; promova, em consequência, a reposição das quantias pagas indevidamente à inativa, na forma prevista no art. 46 da Lei n. 8.112/90 (...) ' (fls. 12).

Igualmente, nas informações subscritas pelo Presidente do TCU, está dito que a decisão da Primeira Câmara 'foi proferida pelo Tribunal de Contas da União no pleno exercício de sua competência constitucional e legal' (fls. 56), não se tratando, pois, de mero cumprimento de diligência que teria interrompido a apreciação final da aposentadoria da impetrante.

Quanto ao Procurador-Geral da República não pode ele figurar no pólo passivo do writ, visto que, no âmbito da Procuradoria Geral da República, o ato foi praticado pelo Secretário de Pessoal daquele órgão (fls. 28), a



quem foi dirigida a determinação de cumprimento da decisão do TCU.

Esta Corte, a propósito da ilegitimidade passiva ad causam do Ministério Público Federal, em caso similar ao dos autos, de que cuidou o Mandado de Segurança nº 21.462, tendo sido designado redator para o acórdão o Ministro Moreira Alves (DJU de 29.04.94), assim equacionou a espécie, verbis:

'Falta de legitimidade passiva ad causam do Procurador-Geral da República, uma vez que o cumprimento da decisão do Tribunal de Contas da União não foi determinado por ele, mas, sim, pelo Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República.'

Assim sendo, não conheço do mandado de segurança contra o Procurador-Geral da República, por falta de legitimidade passiva ad causam, e dele conheço com relação ao Tribunal de Contas da União, por entender ser a Corte de Contas a autoridade corretamente apontada como coatora.

Passando ao exame do mérito, recorro (...)"

4 "Mandado de segurança. Se há erro na indicação da autoridade tida como coatora, implicando em ilegitimidade passiva 'ad causam', deve extinguir-se o processo sem julgamento do mérito (art. 267, VI, do CPC), não podendo o juiz substituí-la de ofício (STJ-3ª Seção, MS 3.357-DF, rel. Min. Felix Fischer, j. 27.5.98, julgaram extinto o processo, sem apreciação do mérito, v.u. DJU 29.6.98, p. 16)" (THEOTONIO NEGRÃO, Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 30ª edição, 1999, p. 1509). (grifei)

5 "Art. 8º. A inicial será desde logo indeferida quando não for caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos desta Lei."

1

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA  
3ª VARA

Processo nº. 2004.8798-4 Sérgio Murilo W. Queiroga  
Juiz Federal Substituto

-----  
19/08/2004 14:29 - Intimação em Secretaria. Usuário: JBS

-----  
06/08/2004 13:00 - Concluso para SENTENÇA Usuário: MCC

-----  
04/08/2004 18:38 - Distribuição - Ordinária - 3 a. VARA FEDERAL Juiz: Substituto  
-----

TRF5	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
------	------	------	------	------	------	------

Processos    Consulta Processual

Nova Consulta    Ajuda

**Parâmetros da Pesquisa**

Nome: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES  
Busca por nome: Similar  
Ordenação: Por Data  
Mostra Processos Inativos: Não  
Total: 4

Nome	Processo	Classe	Data do Movimento	Hora do Movimento	Última Movimentação	
+ CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES	<a href="#">2004.82.00.009796-5/02</a>	APELREEX14157/02-PB	30/05/2017	03:13	Publicação de Acórdão expediente ACO/2017.000070 Publicado em 30/05/2017 00:00	<a href="#">push</a> <a href="#">RSS</a>
+ CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES	<a href="#">2004.82.00.009796-5</a>	APELREEX14157-PB	23/05/2017	14:21	Publicação de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2017.000023 Publicado em 04/05/2017 00:00	<a href="#">push</a> <a href="#">RSS</a>
+ CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES	<a href="#">2004.82.00.009796-5/01</a>	APELREEX14157/01-PB	23/05/2017	14:21	Publicação de Acórdão expediente ACO/2012.000108 Publicado em 23/07/2012 00:00	<a href="#">push</a> <a href="#">RSS</a>
+ CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES	<a href="#">0249967-05.2010.4.05.0000</a>	RPV471102-PB	15/09/2010	16:48	Depósito em Conta	<a href="#">push</a> <a href="#">RSS</a>



CP2.2 - Serviço de Consulta Processual. Sua opinião sempre será muito importante. Envie comentários acerca deste serviço através do nosso [formulário](#).

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão  
Bairro do Recife - Recife - PE  
CEP 50030-908

PABX 81 3425.9000  
Protocolo 81 3425 9550  
FAX 81 3224 6356

**PROCESSO Nº 0009796-38.2004.4.05.8200/02**

(2004.82.00.009796-5/02)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (APELREEX14157/02-PB)

AUTUADO EM 09/03/2017

ORGÃO: Terceira Turma

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 200482000097965 - Justiça Federal - PB

VARA: 1ª Vara Federal da Paraíba

---

FASE ATUAL	: <b>30/05/2017 03:13</b>	Publicação
COMPLEMENTO	: Duplo Grau	
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	: Divisão da 3ª Turma	

---

Apelante	: <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB</b>
Representante	: <b>PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO</b>
Apelante	: <b>CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES(e outros)</b>
Advogado/Procurador	: <b>MARIA GLAUCE CARVALHO DO NASCIMENTO GAUDÊNCIO(e outros) - PB008337</b>
Apelado	: <b>OS MESMOS</b>
Apelado	: <b>UNIÃO</b>
Remetente	: <b>JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)</b>
Embargante	: <b>UNIÃO</b>
RELATOR	: <b>DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA</b>

---

**42/201600001761:** OFSTJ (Entrada em:**18/01/2016 14:44**) (Juntada em: ) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**42/201400063665:** OFSTJ (Entrada em:**20/10/2014 15:35**) (Juntada em: ) COM CD1 [2](#) [>](#) [>>](#)**• Em 30/05/2017 03:13**

Publicado Acórdão em 30/05/2017 00:00 expediente ACO/2017.000070[Inteiro Teor]

**• Em 30/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2017.000070 em 29/05/2017 17:15

**• Em 29/05/2017 16:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação



expediente ACO/2017.000070 () (M5231)

• **Em 23/05/2017 14:21**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira [Guia: 2017.000072]

• **Em 19/05/2017 12:43**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 30/05/2017 00:00] [Guia: 2017.000072] (M124) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO DA PARTE VENCIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO QUANTO À REPARTIÇÃO DA VERBA ENTRE OS VENCEDORES. RECURSO PROVIDO.1. A UNIÃO opõe embargos de declaração em face de acórdão que deu provimento à apelação do IFETPB - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA e à remessa oficial, e julgou prejudicada a apelação dos autores, condenando estes últimos a pagar honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, "vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos)".2. Dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil que cabem embargos de declaração "contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material".3. O acórdão embargado foi omisso quanto à repartição da verba honorária sucumbencial entre as vencedoras, limitando-se a condenar os autores a pagar honorários à razão de 5% (cinco por cento) incidentes sobre o valor da causa atualizado, a teor dos §§ 3º e 4º, do art. 20 do CPC.4. Deve ser sanada a omissão, esclarecendo-se que os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelos autores devem ser repartidos entre o IFETPB e a UNIÃO, à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada um.5. Embargos de declaração conhecidos e providos.ACÓRDÃO Vistos, etc. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Recife, 18 de maio de 2017. Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA Relator

• **Em 18/05/2017 09:00**

Julgamento de incidente - Sessão Ordinária

[Sessão: 18/05/2017 09:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: A Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Rogério Fialho, Carlos Rebêlo e José Vidal.

• **Em 04/05/2017 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 04/05/2017 00:00 expediente PAUTA/2017.000023

• **Em 04/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2017.000023 em 03/05/2017 17:15

• **Em 03/05/2017 17:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2017.000023 () (M328)

• **Em 27/04/2017 16:16**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária

[Sessão: 18/05/2017 09:00] [Publicado em 04/05/2017 00:00] (M958)

• **Em 26/04/2017 15:26**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2017.001891]

• **Em 26/04/2017 11:01**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2017.001891]

• **Em 25/04/2017 15:46**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)  
em razão da posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2017/2019. (M5309)

• **Em 24/04/2017 13:38**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2017.001574]

• **Em 24/04/2017 12:48**

Remetidos os Autos ( Redistribuição) Para Distribuição [Guia 2017.001574]

• **Em 24/04/2017 12:03**

Juntada de Petição - Contra-razões  
(M11020)

• **Em 15/03/2017 03:13**

Publicado Intimação em 15/03/2017 00:00 expediente CRED/2017.000017

• **Em 15/03/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CRED/2017.000017 em 14/03/2017 17:33

• **Em 14/03/2017 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente CRED/2017.000017 () (M11020)

• **Em 14/03/2017 15:51**

Intimação para apresentação de contra-razões - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO  
[Publicado em 15/03/2017 00:00] (M11020)

- **Em 09/03/2017 13:24**

Registro de Incidente .  
(M11020)

- **Em 09/03/2017 13:22**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M11020)

- **Em 17/02/2017 17:41**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 07/02/2017 08:40**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2017.000435] (M5279)

- **Em 01/12/2016 03:13**

Publicado Acórdão em 01/12/2016 00:00 expediente ACO/2016.000187 [\[Inteiro Teor\]](#)

- **Em 01/12/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2016.000187 em  
30/11/2016 17:17

- **Em 30/11/2016 14:29**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2016.000187 ( ) 3T.EXPEDIENTE.ACO/2016.000187 (M9960)

- **Em 25/11/2016 11:28**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza [Guia:  
2016.001004]

- **Em 25/11/2016 11:07**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 01/12/2016 00:00] [Guia: 2016.001004] (L60798) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. INCORPORAÇÃO. ABRIL/1998 A SETEMBRO/2001. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 9.527/97. EXTINÇÃO DO DIREITO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. REPRISTINAÇÃO DOS ARTS. 3º E 10 DA LEI Nº 8.911/984. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NESSE SENTIDO. TEMA PACIFICADO PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL.1. Apelações interpostas pelo IFPB e pelos Autores em face da sentença que reconheceu o direito à reimplantação dos quintos incorporados no período de abril/1998 a setembro/2001, os quais haviam sido suprimidos de ofício pela Administração em face da suposta ausência de legalidade para a sua concessão.2. A Autarquia Federal alegou que a incorporação dos quintos no período vindicado pelos Autores fere o princípio da legalidade, tendo em vista que o direito à incorporação já havia sido extinta pela Lei nº 9.527/97. Já os Particulares pugnaram pela majoração dos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), considerados de valor irrisório.3. A Lei nº 9.527/97 extinguiu o direito à incorporação de quintos/décimos, transformando os já incorporados em VPNI, sendo que o art. 18 do referido



diploma revogou expressamente os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, que tão somente regulamentavam a forma de incorporação dos quintos, tornando, portanto, indevida, desde 11/11/1997 (data da publicação da Lei nº 9.527/97), qualquer concessão de parcelas remuneratórias referentes a quintos ou décimos.4. A MP nº 2.225-45/2001, que acrescentou o art. 62-A ao Regime Jurídico Único, veio tão somente para transformar em VPNI a incorporação das parcelas a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, e o art. 3º da Lei nº 9.624/98.5. O Pretório Excelso entendeu que "a MP nº 2.225-45/2001 não ripristinou expressamente as normas que previam a incorporação de quintos, não se poderia, pois, considerar como devida uma vantagem remuneratória pessoal não prevista no ordenamento jurídico."6. Ausência de fundamentação legal que ampare o direito dos servidores à incorporação dos quintos incorporados aos seus vencimentos no período de abril/1998 até setembro/2001.7. Apelação do IFPB e Remessa Necessária providas. Apelação dos Autores prejudicada. Honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade dar provimento à Apelação do IFPB e à Remessa Necessária e julgar prejudicada a Apelação dos particulares, nos termos do relatório e voto do Desembargador Relator que passam a integrar o presente julgado. Recife (PE), 24 de novembro de 2016. Desembargador Federal CID MARCONI Relator

• **Em 24/11/2016 09:00**

Julgamento - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] (M597) A Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do IFPB e à remessa necessária e julgou prejudicada a apelação dos particulares, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI e DESEMBARGADOR FEDERAL JANILSON SIQUEIRA (CONVOCADO).

• **Em 10/11/2016 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 10/11/2016 00:00 expediente PAUTA/2016.000043

• **Em 10/11/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2016.000043 em 09/11/2016 17:30

• **Em 09/11/2016 17:27**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2016.000043 () (M662)

• **Em 03/11/2016 17:38**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] [Publicado em 10/11/2016 00:00] (M830)

• **Em 19/09/2016 17:55**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2016.005420]

• **Em 19/09/2016 13:12**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2016.005420]

**• Em 19/09/2016 12:21**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)  
(M5612)

**• Em 16/09/2016 16:30**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
dados básicos e atualização das partes. (M595)

**• Em 16/09/2016 14:35**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

**• Em 20/11/2015 15:41**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2015.012270]

**• Em 28/10/2015 16:40**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2015.001823]

**• Em 28/10/2015 15:46**

Remetidos os Autos ( Cumprimento de despacho/decisão) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001823]

**• Em 22/10/2015 12:34**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente  
(M29) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto pelo IFET/PB em face de acórdão proferido por esta Corte, com fundamento no artigos 105, III, a, da Constituição Federal. Ab initio, verifico que foram observados os requisitos gerais de admissibilidade extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo) e os intrínsecos (cabimento, legitimação, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo do poder de recorrer), tendo sido prequestionada a matéria objeto do recurso. A partir de exame superficial, próprio desta fase de cognição sumária, tenho que a parte, a teor de suas razões recursais, demonstrou provável violação ao art. 15 da Lei nº 9.527/97, restando configurada a hipótese do artigo 105, III, a, da CF/88. Assim, ADMITO o recurso especial. Remeta-se ao STJ. Recife, 19 de outubro de 2015. Desembargador Federal ROBERTO MACHADO Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé

**• Em 16/03/2015 18:50**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente para / por Admissibilidade

**• Em 13/03/2015 15:50**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2015.001429]

- **Em 12/03/2015 15:34**

Remetidos os Autos ( Retificação de autuação) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001429]

- **Em 11/03/2015 16:41**

Processo Reativado por/para Retorno de Tribunais Superiores  
(M595)

- **Em 10/03/2015 19:43**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

- **Em 01/10/2013 15:32**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2013.017584]

- **Em 17/08/2013 16:34**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
JUNTADA DE PETIÇÃO FLS. 426 (M625)

- **Em 17/08/2013 16:32**

Juntada de Petição - Petição Diversa  
(M625)

- **Em 23/07/2013 08:31**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 08/07/2013 17:43**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2013.011282] (M984)

- **Em 09/04/2013 22:01**

Publicado Despacho em 10/04/2013 00:00 expediente DIV/2013.000824

- **Em 09/04/2013 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DIV/2013.000824 em  
09/04/2013 17:00

- **Em 09/04/2013 14:43**



Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente DIV/2013.000824 () (M266)

• **Em 07/03/2013 17:31**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2013.000298]

• **Em 07/03/2013 15:20**

Remetidos os Autos ( Documento(s) assinado(s)) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2013.000298]

• **Em 06/03/2013 15:06**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Extraordinário Não Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso extraordinário com fundamento no artigo 102, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (art. 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Verifico que o recurso foi interposto, tempestivamente, consoante certidão nos autos, contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Sustenta a recorrente que o acórdão violou o art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Todavia, observo que a violação constitucional dependente da análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional encerra violação reflexa ou indireta, tornando inadmissível o seu exame na via extraordinária. Nesse sentido: RE 596.682, Rel. Min. Carlos Britto, Dje de 21/10/10, e AI 808.361, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 08/09/10, entre outros. Com essas considerações, INADMITO o recurso extraordinário. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

• **Em 06/03/2013 15:05**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Especial Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Sustenta a recorrente que o acórdão violou os arts. 247, 248 e 535, II, do CPC e no art. 38 da Lei Complementar nº 73/93. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (artigo 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Recurso tempestivo contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Encontra-se satisfeito o requisito do prequestionamento, considerando que a matéria suscitada no recurso foi examinada no acórdão e a motivação adotada permite o entendimento da controvérsia, atendendo-se ao disposto no artigo 105, III, "a", da CF c/c o artigo 541, II e III, do Código de Processo Civil. Por tais razões, com suporte no art. 543 do CPC, ADMITO o presente recurso. Encaminhem-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

• **Em 17/01/2013 15:50**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2013.000475]

• **Em 17/01/2013 14:20**

Remetidos os Autos ( Recurso) Para Gabinete da Vice-Presidência [Guia 2013.000475]

• **Em 07/12/2012 22:01**

Publicado Intimação em 10/12/2012 00:00 expediente CR/2012.000023

- **Em 07/12/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CR/2012.000023 em 07/12/2012 17:00

- **Em 07/12/2012 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente CR/2012.000023 () (M328)

- **Em 28/11/2012 18:35**

Intimação para apresentação de contra-razões - RECURSO  
[Publicado em 10/12/2012 00:00] (M639)

- **Em 22/11/2012 14:46**

Juntada de Petição - Recurso Extraordinário  
(M749)

- **Em 22/11/2012 14:45**

Juntada de Petição - Recurso Especial  
(M749)

- **Em 09/11/2012 13:54**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 30/10/2012 08:02**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.011768] (M5279)

- **Em 03/10/2012 16:18**

Juntada de Petição - Petição Diversa  
(M9574)

- **Em 20/08/2012 13:42**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

- **Em 10/08/2012 09:09**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.008426] (M5279)

- **Em 20/07/2012 22:01**

Publicado Acórdão em 23/07/2012 00:00 expediente ACO/2012.000108[Inteiro Teor]

• **Em 20/07/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2012.000108 em 20/07/2012 17:00

• **Em 20/07/2012 14:53**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2012.000108 ( ) (M5279)

• **Em 13/07/2012 14:35**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000969]

• **Em 13/07/2012 13:36**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 23/07/2012 00:00] [Guia: 2012.000969] (M830) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA UNIÃO DA SENTENÇA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO.1. Aclaratórios ajuizados pela União, sustentando a nulidade absoluta do Acórdão em razão de não ter sido intimada pessoalmente da sentença.2. Hipótese em que, após a prolação da sentença, a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, vinculada à Advocacia Geral da União, representando o CEFET/PB, desafiou recurso de Apelação - fls. 348/355, deixando de manejar o recurso em favor da União.3. A nulidade absoluta, decorrente da não intimação pessoal da União, deve ser alegada no primeiro momento oportuno em que teve para se manifestar nos autos, sob pena de ocorrência da preclusão temporal (STJ, Resp nº 522.290/RN, DJ de 23-8-2004, Rel. Min. Laurita Vaz; REsp nº 751.459/PR, Quinta Turma, julg. em 2-6-2009, Rel. Min. Laurita Vaz).4. Nulidade que somente foi arguida após o julgamento do recurso desafiado pelo CEFET/PB, representado pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, deixando a União de se manifestar no primeiro momento processual oportuno, qual seja ao instante em que foi intimada da sentença e desafiou recuso de apelação pelo CEFET/PB, encontrando-se a matéria preclusa. Embargos improvidos.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas.Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado.Recife (PE), 14 de junho de 2012.Desembargador Federal Geraldo ApolianoRelator

• **Em 14/06/2012 14:00**

Julgamento de incidente - Sessão Ordinária

[Sessão: 14/06/2012 14:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Luiz Alberto e Marcelo Navarro.

• **Em 07/06/2012 15:01**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.005809]

• **Em 06/06/2012 19:04**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.005809]



- **Em 17/05/2012 22:04**

Publicado Despacho em 18/05/2012 00:00 expediente DESPA/2012.000071

- **Em 17/05/2012 22:03**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DESPA/2012.000071 em 17/05/2012 17:00

- **Em 17/05/2012 15:18**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente DESPA/2012.000071 () (M5279)

- **Em 10/05/2012 15:56**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000595]

- **Em 10/05/2012 13:38**

Despacho do Desembargador(a) Federal Relator(a)  
[Publicado em 18/05/2012 00:00] [Guia: 2012.000595] (M5155) Despacho.O que se pretende é a obtenção de efeitos modificativos para a decisão prolatada. À parte adversa, para a atenção que merecer.Recife(PE), 10 de maio de 2012.Desembargador Federal Geraldo Apoliano(Relator)

- **Em 23/04/2012 15:37**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.003846]

- **Em 23/04/2012 15:18**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.003846]

- **Em 28/03/2012 13:46**

Registro de Incidente .  
(M328)

- **Em 28/03/2012 13:44**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M328)

- **Em 13/03/2012 11:57**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 06/03/2012 11:52**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.002296] (M5279)

• **Em 27/01/2012 16:27**

Juntada de Petição - Recurso Especial  
(M207)

• **Em 16/01/2012 13:56**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

• **Em 16/12/2011 13:44**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão  
[Guia: 2011.011899] (M5231)

• **Em 21/11/2011 22:01**

Publicado Acórdão em 22/11/2011 00:00 expediente ACO/2011.000199 [\[Inteiro Teor\]](#)

• **Em 21/11/2011 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2011.000199 em 21/11/2011 17:00

• **Em 21/11/2011 13:43**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2011.000199 () (M5279)

• **Em 16/11/2011 14:36**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2011.001611]

• **Em 16/11/2011 13:12**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)  
[Publicado em 22/11/2011 00:00] [Guia: 2011.001611] (M830) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. ART. 62-A, DA LEI Nº. 8.112/90.1. Sentença que reconheceu em favor dos Autores/Apelados o direito à reimplantação das parcelas denominadas VPNI's, pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001.2. A incorporação dos quintos aos vencimentos dos servidores, antes autorizada pelo artigo 62, da Lei 8.112/90, e pelos artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, foi vedada pela Lei nº 9.527/97, convertendo aquela parcela remuneratória em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).3. A MP nº 2.225-45/2001 que acrescentou o artigo 62-A, ao Regime Jurídico Único, mencionando, expressamente, os artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, e o artigo 3º, da Lei 9.624/98, permitiu a incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, em relação aos servidores que exerciam funções comissionadas, no período compreendido entre abril/1998, tempo em que a Lei nº 9.624/98 adquiriu eficácia, e setembro/2001, quando foi publicada a MP nº 2.225-45/2001. Precedente do eg. STJ.4. Direito dos servidores à incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, aos seus vencimentos, com relação ao lapso respeitante a abril/1998 até setembro/2001. Apelação e Remessa Necessária improvidas.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos, em

que são partes as acima identificadas. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação e à Remessa Necessária, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado. Custas, como de lei. Recife (PE), 6 de outubro de 2011. Desembargador Federal Geraldo Apoliano Relator

---

**PROCESSO Nº 0009796-38.2004.4.05.8200**

(2004.82.00.009796-5)

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO (APELREEX14157-PB)

AUTUADO EM 18/11/2010

ORGÃO: Terceira Turma

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 200482000097965 - Justiça Federal - PB

VARA: 1ª Vara Federal da Paraíba

ASSUNTO: Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

---

FASE ATUAL	: <b>04/05/2017 03:13</b>	Publicação
COMPLEMENTO	: Duplo Grau	
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	: Divisão da 3ª Turma	

---

APELANTE	: <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB</b>
Representante	: <b>PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO</b>
APELANTE	: <b>CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES(e outros)</b>
Advogado/Procurador	: <b>MARIA GLAUCE CARVALHO DO NASCIMENTO GAUDÊNCIO(e outros) - PB008337</b>
APELADO	: <b>OS MESMOS</b>
APELADO	: <b>UNIÃO</b>
Remetente	: <b>JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)</b>
RELATOR	: <b>DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA</b>

---

**502/201700000237**: CR (Entrada em:**22/03/2017 17:24**) (Juntada em: **24/04/2017 12:03**)  
CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES**42/201700003998**: ED (Entrada em:**16/02/2017 16:06**) (Juntada em: **09/03/2017 13:22**)  
UNIÃO**42/201600001761**: OFSTJ (Entrada em:**18/01/2016 14:44**) (Juntada em: ) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**42/201400063665**: OFSTJ (Entrada em:**20/10/2014 15:35**) (Juntada em: ) COM CD**502/201300001058**: PET (Entrada em:**25/04/2013 16:25**) (Juntada em: **17/08/2013 16:32**)  
CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES**42/201200097414**: RESP (Entrada em:**08/11/2012 16:08**) (Juntada em: **22/11/2012 14:45**)  
UNIÃO**42/201200097417**: REX (Entrada em:**08/11/2012 16:08**) (Juntada em: **22/11/2012 14:46**)  
UNIÃO**42/201200070187**: PET (Entrada em:**20/08/2012 13:37**) (Juntada em: **03/10/2012 16:18**)  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB**42/201200018870**: ED (Entrada em:**13/03/2012 11:13**) (Juntada em: **28/03/2012 13:44**)  
UNIÃO**42/201100122540**: RESP (Entrada em:**23/12/2011 13:40**) (Juntada em: **27/01/2012 16:27**)  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB1 [2](#) [≥](#) [>>](#)



**• Em 30/05/2017 03:13**

Publicado Acórdão em 30/05/2017 00:00 expediente ACO/2017.000070 [\[Inteiro Teor\]](#)

**• Em 30/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2017.000070 em 29/05/2017 17:15

**• Em 29/05/2017 16:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2017.000070 () (M5231)

**• Em 23/05/2017 14:21**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira [Guia: 2017.000072]

**• Em 19/05/2017 12:43**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 30/05/2017 00:00] [Guia: 2017.000072] (M124) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO DA PARTE VENCIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO QUANTO À REPARTIÇÃO DA VERBA ENTRE OS VENCEDORES. RECURSO PROVIDO.1. A UNIÃO opõe embargos de declaração em face de acórdão que deu provimento à apelação do IFETPB - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA e à remessa oficial, e julgou prejudicada a apelação dos autores, condenando estes últimos a pagar honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, "vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos)".2. Dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil que cabem embargos de declaração "contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material".3. O acórdão embargado foi omisso quanto à repartição da verba honorária sucumbencial entre as vencedoras, limitando-se a condenar os autores a pagar honorários à razão de 5% (cinco por cento) incidentes sobre o valor da causa atualizado, a teor dos §§ 3º e 4º, do art. 20 do CPC.4. Deve ser sanada a omissão, esclarecendo-se que os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelos autores devem ser repartidos entre o IFETPB e a UNIÃO, à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada um.5. Embargos de declaração conhecidos e providos.ACÓRDÃO Vistos, etc.Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Recife, 18 de maio de 2017.Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA Relator

**• Em 18/05/2017 09:00**

Julgamento de incidente - Sessão Ordinária

[Sessão: 18/05/2017 09:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:A Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Rogério Fialho, Carlos Rebêlo e José Vidal.

**• Em 04/05/2017 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 04/05/2017 00:00 expediente PAUTA/2017.000023

- **Em 04/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2017.000023 em 03/05/2017 17:15

- **Em 03/05/2017 17:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2017.000023 () (M328)

- **Em 27/04/2017 16:16**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária  
[Sessão: 18/05/2017 09:00] [Publicado em 04/05/2017 00:00] (M958)

- **Em 26/04/2017 15:26**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2017.001891]

- **Em 26/04/2017 11:01**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2017.001891]

- **Em 25/04/2017 15:46**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)  
em razão da posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2017/2019. (M5309)

- **Em 24/04/2017 13:38**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2017.001574]

- **Em 24/04/2017 12:48**

Remetidos os Autos ( Redistribuição) Para Distribuição [Guia 2017.001574]

- **Em 24/04/2017 12:03**

Juntada de Petição - Contra-razões  
(M11020)

- **Em 15/03/2017 03:13**

Publicado Intimação em 15/03/2017 00:00 expediente CRED/2017.000017

- **Em 15/03/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CRED/2017.000017 em 14/03/2017 17:33

• **Em 14/03/2017 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente CRED/2017.000017 () (M11020)

• **Em 14/03/2017 15:51**

Intimação para apresentação de contra-razões - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO [Publicado em 15/03/2017 00:00] (M11020)

• **Em 09/03/2017 13:24**

Registro de Incidente .  
(M11020)

• **Em 09/03/2017 13:22**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M11020)

• **Em 17/02/2017 17:41**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 07/02/2017 08:40**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão [Guia: 2017.000435] (M5279)

• **Em 01/12/2016 03:13**

Publicado Acórdão em 01/12/2016 00:00 expediente ACO/2016.000187 [\[Inteiro Teor\]](#)

• **Em 01/12/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2016.000187 em 30/11/2016 17:17

• **Em 30/11/2016 14:29**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2016.000187 () 3T.EXPEDIENTE.ACO/2016.000187 (M9960)

• **Em 25/11/2016 11:28**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza [Guia: 2016.001004]

**• Em 25/11/2016 11:07**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 01/12/2016 00:00] [Guia: 2016.001004] (L60798) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. INCORPORAÇÃO. ABRIL/1998 A SETEMBRO/2001. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 9.527/97. EXTINÇÃO DO DIREITO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. REPRISTINAÇÃO DOS ARTS. 3º E 10 DA LEI Nº 8.911/984. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NESSE SENTIDO. TEMA PACIFICADO PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL.1. Apelações interpostas pelo IFPB e pelos Autores em face da sentença que reconheceu o direito à reimplantação dos quintos incorporados no período de abril/1998 a setembro/2001, os quais haviam sido suprimidos de ofício pela Administração em face da suposta ausência de legalidade para a sua concessão.2. A Autarquia Federal alegou que a incorporação dos quintos no período vindicado pelos Autores fere o princípio da legalidade, tendo em vista que o direito à incorporação já havia sido extinta pela Lei nº 9.527/97. Já os Particulares pugnaram pela majoração dos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), considerados de valor irrisório.3. A Lei nº 9.527/97 extinguiu o direito à incorporação de quintos/décimos, transformando os já incorporados em VPNI, sendo que o art. 18 do referido diploma revogou expressamente os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, que tão somente regulamentavam a forma de incorporação dos quintos, tornando, portanto, indevida, desde 11/11/1997 (data da publicação da Lei nº 9.527/97), qualquer concessão de parcelas remuneratórias referentes a quintos ou décimos.4. A MP nº 2.225-45/2001, que acrescentou o art. 62-A ao Regime Jurídico Único, veio tão somente para transformar em VPNI a incorporação das parcelas a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, e o art. 3º da Lei nº 9.624/98.5. O Pretório Excelso entendeu que "a MP nº 2.225-45/2001 não repristinou expressamente as normas que previam a incorporação de quintos, não se poderia, pois, considerar como devida uma vantagem remuneratória pessoal não prevista no ordenamento jurídico."6. Ausência de fundamentação legal que ampare o direito dos servidores à incorporação dos quintos incorporados aos seus vencimentos no período de abril/1998 até setembro/2001.7. Apelação do IFPB e Remessa Necessária providas. Apelação dos Autores prejudicada. Honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade dar provimento à Apelação do IFPB e à Remessa Necessária e julgar prejudicada a Apelação dos particulares, nos termos do relatório e voto do Desembargador Relator que passam a integrar o presente julgado. Recife (PE), 24 de novembro de 2016. Desembargador Federal CID MARCONI Relator

**• Em 24/11/2016 09:00**

Julgamento - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] (M597) A Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do IFPB e à remessa necessária e julgou prejudicada a apelação dos particulares, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI e DESEMBARGADOR FEDERAL JANILSON SIQUEIRA (CONVOCADO).

**• Em 10/11/2016 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 10/11/2016 00:00 expediente PAUTA/2016.000043

**• Em 10/11/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2016.000043 em 09/11/2016 17:30

**• Em 09/11/2016 17:27**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2016.000043 ( ) (M662)



- **Em 03/11/2016 17:38**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] [Publicado em 10/11/2016 00:00] (M830)

- **Em 19/09/2016 17:55**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2016.005420]

- **Em 19/09/2016 13:12**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2016.005420]

- **Em 19/09/2016 12:21**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)  
(M5612)

- **Em 16/09/2016 16:30**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
dados básicos e atualização das partes. (M595)

- **Em 16/09/2016 14:35**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

- **Em 20/11/2015 15:41**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2015.012270]

- **Em 28/10/2015 16:40**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2015.001823]

- **Em 28/10/2015 15:46**

Remetidos os Autos ( Cumprimento de despacho/decisão) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001823]

- **Em 22/10/2015 12:34**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente

(M29) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto pelo IFET/PB em face de acórdão proferido por esta Corte, com fundamento no artigos 105, III, a, da Constituição Federal. Ab initio, verifico que foram observados os requisitos gerais de admissibilidade extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo) e os intrínsecos (cabimento, legitimação, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo do poder de recorrer), tendo sido prequestionada a matéria objeto do recurso. A partir de exame superficial, próprio desta fase de cognição sumária, tenho que a

parte, a teor de suas razões recursais, demonstrou provável violação ao art. 15 da Lei nº 9.527/97, restando configurada a hipótese do artigo 105, III, a, da CF/88. Assim, ADMITO o recurso especial. Remeta-se ao STJ. Recife, 19 de outubro de 2015. Desembargador Federal ROBERTO MACHADO Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé

• **Em 16/03/2015 18:50**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente para / por Admissibilidade

• **Em 13/03/2015 15:50**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2015.001429]

• **Em 12/03/2015 15:34**

Remetidos os Autos ( Retificação de autuação) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001429]

• **Em 11/03/2015 16:41**

Processo Reativado por/para Retorno de Tribunais Superiores (M595)

• **Em 10/03/2015 19:43**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

• **Em 01/10/2013 15:32**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2013.017584]

• **Em 17/08/2013 16:34**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
JUNTADA DE PETIÇÃO FLS. 426 (M625)

• **Em 17/08/2013 16:32**

Juntada de Petição - Petição Diversa  
(M625)

• **Em 23/07/2013 08:31**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 08/07/2013 17:43**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão [Guia: 2013.011282] (M984)

**• Em 09/04/2013 22:01**

Publicado Despacho em 10/04/2013 00:00 expediente DIV/2013.000824

**• Em 09/04/2013 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DIV/2013.000824 em 09/04/2013 17:00

**• Em 09/04/2013 14:43**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente DIV/2013.000824 () (M266)

**• Em 07/03/2013 17:31**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2013.000298]

**• Em 07/03/2013 15:20**

Remetidos os Autos ( Documento(s) assinado(s)) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2013.000298]

**• Em 06/03/2013 15:06**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Extraordinário Não Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso extraordinário com fundamento no artigo 102, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (art. 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Verifico que o recurso foi interposto, tempestivamente, consoante certidão nos autos, contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Sustenta a recorrente que o acórdão violou o art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Todavia, observo que a violação constitucional dependente da análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional encerra violação reflexa ou indireta, tornando inadmissível o seu exame na via extraordinária. Nesse sentido: RE 596.682, Rel. Min. Carlos Britto, Dje de 21/10/10, e AI 808.361, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 08/09/10, entre outros. Com essas considerações, INADMITO o recurso extraordinário. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

**• Em 06/03/2013 15:05**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Especial Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Sustenta a recorrente que o acórdão violou os arts. 247, 248 e 535, II, do CPC e no art. 38 da Lei Complementar nº 73/93. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (artigo 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Recurso tempestivo contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Encontra-se satisfeito o requisito do prequestionamento, considerando que a matéria suscitada no recurso foi examinada no acórdão e a motivação adotada permite o entendimento da controvérsia, atendendo-se ao disposto no artigo 105, III, "a", da CF c/c o artigo 541, II e III, do Código de Processo Civil. Por tais razões, com suporte no art. 543 do CPC, ADMITO o presente recurso. Encaminhem-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

- **Em 17/01/2013 15:50**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2013.000475]

- **Em 17/01/2013 14:20**

Remetidos os Autos ( Recurso) Para Gabinete da Vice-Presidência [Guia 2013.000475]

- **Em 07/12/2012 22:01**

Publicado Intimação em 10/12/2012 00:00 expediente CR/2012.000023

- **Em 07/12/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CR/2012.000023 em 07/12/2012 17:00

- **Em 07/12/2012 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente CR/2012.000023 () (M328)

- **Em 28/11/2012 18:35**

Intimação para apresentação de contra-razões - RECURSO [Publicado em 10/12/2012 00:00] (M639)

- **Em 22/11/2012 14:46**

Juntada de Petição - Recurso Extraordinário (M749)

- **Em 22/11/2012 14:45**

Juntada de Petição - Recurso Especial (M749)

- **Em 09/11/2012 13:54**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 30/10/2012 08:02**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão [Guia: 2012.011768] (M5279)

- **Em 03/10/2012 16:18**

Juntada de Petição - Petição Diversa



(M9574)

• **Em 20/08/2012 13:42**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

• **Em 10/08/2012 09:09**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão

[Guia: 2012.008426] (M5279)

• **Em 20/07/2012 22:01**

Publicado Acórdão em 23/07/2012 00:00 expediente ACO/2012.000108[\[Inteiro Teor\]](#)

• **Em 20/07/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2012.000108 em 20/07/2012 17:00

• **Em 20/07/2012 14:53**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2012.000108 () (M5279)

• **Em 13/07/2012 14:35**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000969]

• **Em 13/07/2012 13:36**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 23/07/2012 00:00] [Guia: 2012.000969] (M830) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA UNIÃO DA SENTENÇA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO.1. Aclaratórios ajuizados pela União, sustentando a nulidade absoluta do Acórdão em razão de não ter sido intimada pessoalmente da sentença.2. Hipótese em que, após a prolação da sentença, a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, vinculada à Advocacia Geral da União, representando o CEFET/PB, desafiou recurso de Apelação - fls. 348/355, deixando de manejar o recurso em favor da União.3. A nulidade absoluta, decorrente da não intimação pessoal da União, deve ser alegada no primeiro momento oportuno em que teve para se manifestar nos autos, sob pena de ocorrência da preclusão temporal (STJ, Resp nº 522.290/RN, DJ de 23-8-2004, Rel. Min. Laurita Vaz; REsp nº 751.459/PR, Quinta Turma, julg. em 2-6-2009, Rel. Min. Laurita Vaz).4. Nulidade que somente foi arguida após o julgamento do recurso desafiado pelo CEFET/PB, representado pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, deixando a União de se manifestar no primeiro momento processual oportuno, qual seja ao instante em que foi intimada da sentença e desafiou recuso de apelação pelo CEFET/PB, encontrando-se a matéria preclusa. Embargos improvidos.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas.Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado.Recife (PE), 14 de junho de 2012.Desembargador Federal Geraldo ApolianoRelator

• **Em 14/06/2012 14:00**

**Julgamento de incidente - Sessão Ordinária**

[Sessão: 14/06/2012 14:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Luiz Alberto e Marcelo Navarro.

**• Em 07/06/2012 15:01**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.005809]

**• Em 06/06/2012 19:04**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.005809]

**• Em 17/05/2012 22:04**

Publicado Despacho em 18/05/2012 00:00 expediente DESPA/2012.000071

**• Em 17/05/2012 22:03**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DESPA/2012.000071 em 17/05/2012 17:00

**• Em 17/05/2012 15:18**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente DESPA/2012.000071 () (M5279)

**• Em 10/05/2012 15:56**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000595]

**• Em 10/05/2012 13:38**

Despacho do Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 18/05/2012 00:00] [Guia: 2012.000595] (M5155) Despacho. O que se pretende é a obtenção de efeitos modificativos para a decisão prolatada. À parte adversa, para a atenção que merecer. Recife (PE), 10 de maio de 2012. Desembargador Federal Geraldo Apoliano (Relator)

**• Em 23/04/2012 15:37**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.003846]

**• Em 23/04/2012 15:18**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.003846]

**• Em 28/03/2012 13:46**

**Registro de Incidente .**  
**(M328)**

• **Em 28/03/2012 13:44**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M328)

• **Em 13/03/2012 11:57**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 06/03/2012 11:52**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.002296] (M5279)

• **Em 27/01/2012 16:27**

Juntada de Petição - Recurso Especial  
(M207)

• **Em 16/01/2012 13:56**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

• **Em 16/12/2011 13:44**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão  
[Guia: 2011.011899] (M5231)

• **Em 21/11/2011 22:01**

Publicado Acórdão em 22/11/2011 00:00 expediente ACO/2011.000199 [\[Inteiro Teor\]](#)

• **Em 21/11/2011 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2011.000199 em 21/11/2011 17:00

• **Em 21/11/2011 13:43**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2011.000199 () (M5279)

• **Em 16/11/2011 14:36**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2011.001611]

**• Em 16/11/2011 13:12**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 22/11/2011 00:00] [Guia: 2011.001611] (M830) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. ART. 62-A, DA LEI Nº. 8.112/90.1. Sentença que reconheceu em favor dos Autores/Apelados o direito à reimplantação das parcelas denominadas VPNI's, pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001.2. A incorporação dos quintos aos vencimentos dos servidores, antes autorizada pelo artigo 62, da Lei 8.112/90, e pelos artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, foi vedada pela Lei nº 9.527/97, convertendo aquela parcela remuneratória em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).3. A MP nº 2.225-45/2001 que acrescentou o artigo 62-A, ao Regime Jurídico Único, mencionando, expressamente, os artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, e o artigo 3º, da Lei 9.624/98, permitiu a incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, em relação aos servidores que exerciam funções comissionadas, no período compreendido entre abril/1998, tempo em que a Lei nº 9.624/98 adquiriu eficácia, e setembro/2001, quando foi publicada a MP nº 2.225-45/2001. Precedente do eg. STJ.4. Direito dos servidores à incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, aos seus vencimentos, com relação ao lapso respeitante a abril/1998 até setembro/2001. Apelação e Remessa Necessária improvidas.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas.Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação e à Remessa Necessária, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado.Custas, como de lei.Recife (PE), 6 de outubro de 2011.Desembargador Federal Geraldo ApolianoRelator

---



**PROCESSO Nº 0009796-38.2004.4.05.8200/01**

(2004.82.00.009796-5/01)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (APELREEX14157/01-PB)

AUTUADO EM 28/03/2012

ORGÃO: Terceira Turma

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 200482000097965 - Justiça Federal - PB

VARA: 1ª Vara Federal da Paraíba

ASSUNTO: Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

---

FASE ATUAL	: <b>20/07/2012 22:01</b>	Publicação
COMPLEMENTO	: Duplo Grau	
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	: Divisão da 3ª Turma	

---

Apelante	: <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB</b>
Representante	: <b>PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO</b>
AUTOR	: <b>CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES(e outros)</b>
Advogado/Procurador	: <b>MARIA GLAUCE CARVALHO DO NASCIMENTO GAUDÊNCIO(e outros) - PB008337</b>
Parte Ré	: <b>UNIÃO</b>
Remetente	: <b>JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)</b>
Embargante	: <b>UNIÃO</b>
RÉU	: <b>OS MESMOS</b>
RELATOR	: <b>DESEMBARGADOR FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA</b>

---

**42/201600001761:** OFSTJ (Entrada em: **18/01/2016 14:44**) (Juntada em: ) SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**42/201400063665:** OFSTJ (Entrada em: **20/10/2014 15:35**) (Juntada em: ) COM CD1 [2](#) [>](#) [>>](#)**• Em 30/05/2017 03:13**Publicado Acórdão em 30/05/2017 00:00 expediente ACO/2017.000070 [\[Inteiro Teor\]](#)**• Em 30/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2017.000070 em 29/05/2017 17:15

**• Em 29/05/2017 16:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2017.000070 () (M5231)

• **Em 23/05/2017 14:21**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira [Guia: 2017.000072]

• **Em 19/05/2017 12:43**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 30/05/2017 00:00] [Guia: 2017.000072] (M124) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDENAÇÃO DA PARTE VENCIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO QUANTO À REPARTIÇÃO DA VERBA ENTRE OS VENCEDORES. RECURSO PROVIDO.1. A UNIÃO opõe embargos de declaração em face de acórdão que deu provimento à apelação do IFETPB - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA e à remessa oficial, e julgou prejudicada a apelação dos autores, condenando estes últimos a pagar honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, "vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos)".2. Dispõe o art. 1.022 do Código de Processo Civil que cabem embargos de declaração "contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material."3. O acórdão embargado foi omisso quanto à repartição da verba honorária sucumbencial entre as vencedoras, limitando-se a condenar os autores a pagar honorários à razão de 5% (cinco por cento) incidentes sobre o valor da causa atualizado, a teor dos §§ 3º e 4º, do art. 20 do CPC.4. Deve ser sanada a omissão, esclarecendo-se que os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pelos autores devem ser repartidos entre o IFETPB e a UNIÃO, à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada um.5. Embargos de declaração conhecidos e providos.ACÓRDÃO Vistos, etc. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Recife, 18 de maio de 2017. Des. Federal ROGÉRIO FIALHO MOREIRA Relator

• **Em 18/05/2017 09:00**

Julgamento de incidente - Sessão Ordinária

[Sessão: 18/05/2017 09:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: A Turma, por unanimidade, conheceu e deu provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Rogério Fialho, Carlos Rebêlo e José Vidal.

• **Em 04/05/2017 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 04/05/2017 00:00 expediente PAUTA/2017.000023

• **Em 04/05/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2017.000023 em 03/05/2017 17:15

• **Em 03/05/2017 17:04**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente PAUTA/2017.000023 () (M328)

- **Em 27/04/2017 16:16**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária

[Sessão: 18/05/2017 09:00] [Publicado em 04/05/2017 00:00] (M958)

- **Em 26/04/2017 15:26**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2017.001891]

- **Em 26/04/2017 11:01**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2017.001891]

- **Em 25/04/2017 15:46**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)

em razão da posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2017/2019. (M5309)

- **Em 24/04/2017 13:38**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2017.001574]

- **Em 24/04/2017 12:48**

Remetidos os Autos ( Redistribuição) Para Distribuição [Guia 2017.001574]

- **Em 24/04/2017 12:03**

Juntada de Petição - Contra-razões

(M11020)

- **Em 15/03/2017 03:13**

Publicado Intimação em 15/03/2017 00:00 expediente CRED/2017.000017

- **Em 15/03/2017 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CRED/2017.000017 em 14/03/2017 17:33

- **Em 14/03/2017 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação

expediente CRED/2017.000017 ( ) (M11020)

- **Em 14/03/2017 15:51**

Intimação para apresentação de contra-razões - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

[Publicado em 15/03/2017 00:00] (M11020)

• **Em 09/03/2017 13:24**

Registro de Incidente .  
(M11020)

• **Em 09/03/2017 13:22**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M11020)

• **Em 17/02/2017 17:41**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 07/02/2017 08:40**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2017.000435] (M5279)

• **Em 01/12/2016 03:13**

Publicado Acórdão em 01/12/2016 00:00 expediente ACO/2016.000187 [\[Inteiro Teor\]](#)

• **Em 01/12/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2016.000187 em  
30/11/2016 17:17

• **Em 30/11/2016 14:29**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2016.000187 () 3T.EXPEDIENTE.ACO/2016.000187 (M9960)

• **Em 25/11/2016 11:28**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza [Guia:  
2016.001004]

• **Em 25/11/2016 11:07**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 01/12/2016 00:00] [Guia: 2016.001004] (L60798) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS. INCORPORAÇÃO. ABRIL/1998 A SETEMBRO/2001. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 9.527/97. EXTINÇÃO DO DIREITO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. REPRISTINAÇÃO DOS ARTS. 3º E 10 DA LEI Nº 8.911/984. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL NESSE SENTIDO. TEMA PACIFICADO PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL.1. Apelações interpostas pelo IFPB e pelos Autores em face da sentença que reconheceu o direito à reimplantação dos quintos incorporados no período de abril/1998 a setembro/2001, os quais haviam sido suprimidos de ofício pela Administração em face da suposta ausência de legalidade para a sua concessão.2. A Autarquia Federal alegou que a incorporação dos quintos no período vindicado pelos Autores fere o princípio da legalidade, tendo em vista que o direito à incorporação já havia sido extinta pela Lei nº 9.527/97. Já os Particulares pugnaram pela



majoração dos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), considerados de valor irrisório.3. A Lei nº 9.527/97 extinguiu o direito à incorporação de quintos/décimos, transformando os já incorporados em VPNI, sendo que o art. 18 do referido diploma revogou expressamente os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, que tão somente regulamentavam a forma de incorporação dos quintos, tornando, portanto, indevida, desde 11/11/1997 (data da publicação da Lei nº 9.527/97), qualquer concessão de parcelas remuneratórias referentes a quintos ou décimos.4. A MP nº 2.225-45/2001, que acrescentou o art. 62-A ao Regime Jurídico Único, veio tão somente para transformar em VPNI a incorporação das parcelas a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/94, e o art. 3º da Lei nº 9.624/98.5. O Pretório Excelso entendeu que "a MP nº 2.225-45/2001 não repristinou expressamente as normas que previam a incorporação de quintos, não se poderia, pois, considerar como devida uma vantagem remuneratória pessoal não prevista no ordenamento jurídico."6. Ausência de fundamentação legal que ampare o direito dos servidores à incorporação dos quintos incorporados aos seus vencimentos no período de abril/1998 até setembro/2001.7. Apelação do IFPB e Remessa Necessária providas. Apelação dos Autores prejudicada. Honorários advocatícios de sucumbência fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, em observância ao disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, vigente à época do ajuizamento do feito, considerados, principalmente, a duração do processo (ajuizado em 24/08/2004) e o valor da causa (R\$ 223.645,92 - duzentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade dar provimento à Apelação do IFPB e à Remessa Necessária e julgar prejudicada a Apelação dos particulares, nos termos do relatório e voto do Desembargador Relator que passam a integrar o presente julgado. Recife (PE), 24 de novembro de 2016. Desembargador Federal CID MARCONI Relator

• **Em 24/11/2016 09:00**

Julgamento - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] (M597) A Turma, por unanimidade, deu provimento à apelação do IFPB e à remessa necessária e julgou prejudicada a apelação dos particulares, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI e DESEMBARGADOR FEDERAL JANILSON SIQUEIRA (CONVOCADO).

• **Em 10/11/2016 03:13**

Publicado Pauta de Julgamento em 10/11/2016 00:00 expediente PAUTA/2016.000043

• **Em 10/11/2016 03:12**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Pauta de Julgamento expediente PAUTA/2016.000043 em 09/11/2016 17:30

• **Em 09/11/2016 17:27**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente PAUTA/2016.000043 () (M662)

• **Em 03/11/2016 17:38**

Nova Inclusão em pauta - Sessão Ordinária

[Sessão: 24/11/2016 09:00] [Publicado em 10/11/2016 00:00] (M830)

• **Em 19/09/2016 17:55**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2016.005420]

• **Em 19/09/2016 13:12**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Redistribuição [Guia 2016.005420]

• **Em 19/09/2016 12:21**

Sucessão ao Desembargador(a) Federal Relator(a)  
(M5612)

• **Em 16/09/2016 16:30**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
dados básicos e atualização das partes. (M595)

• **Em 16/09/2016 14:35**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

• **Em 20/11/2015 15:41**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2015.012270]

• **Em 28/10/2015 16:40**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2015.001823]

• **Em 28/10/2015 15:46**

Remetidos os Autos ( Cumprimento de despacho/decisão) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001823]

• **Em 22/10/2015 12:34**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente  
(M29) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto pelo IFET/PB em face de acórdão proferido por esta Corte, com fundamento no artigos 105, III, a, da Constituição Federal. Ab initio, verifico que foram observados os requisitos gerais de admissibilidade extrínsecos (tempestividade, regularidade formal e preparo) e os intrínsecos (cabimento, legitimação, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo do poder de recorrer), tendo sido prequestionada a matéria objeto do recurso. A partir de exame superficial, próprio desta fase de cognição sumária, tenho que a parte, a teor de suas razões recursais, demonstrou provável violação ao art. 15 da Lei nº 9.527/97, restando configurada a hipótese do artigo 105, III, a, da CF/88. Assim, ADMITO o recurso especial. Remeta-se ao STJ. Recife, 19 de outubro de 2015. Desembargador Federal ROBERTO MACHADO Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé

• **Em 16/03/2015 18:50**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente para / por Admissibilidade

• **Em 13/03/2015 15:50**

Recebidos os autos de Distribuição [Guia: 2015.001429]

• **Em 12/03/2015 15:34**

Remetidos os Autos ( Retificação de autuação) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2015.001429]

• **Em 11/03/2015 16:41**

Processo Reativado por/para Retorno de Tribunais Superiores  
(M595)

• **Em 10/03/2015 19:43**

Recebidos os autos de Seção Judiciária da Paraíba

• **Em 01/10/2013 15:32**

Remetidos os Autos ( Processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ) Para Seção Judiciária da Paraíba [Guia 2013.017584]

• **Em 17/08/2013 16:34**

Retificação de Autuação - Registrado (a)  
JUNTADA DE PETIÇÃO FLS. 426 (M625)

• **Em 17/08/2013 16:32**

Juntada de Petição - Petição Diversa  
(M625)

• **Em 23/07/2013 08:31**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 08/07/2013 17:43**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2013.011282] (M984)

• **Em 09/04/2013 22:01**

Publicado Despacho em 10/04/2013 00:00 expediente DIV/2013.000824

• **Em 09/04/2013 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DIV/2013.000824 em  
09/04/2013 17:00

**• Em 09/04/2013 14:43**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente DIV/2013.000824 () (M266)

**• Em 07/03/2013 17:31**

Recebidos os autos de Gabinete da Vice-Presidência [Guia: 2013.000298]

**• Em 07/03/2013 15:20**

Remetidos os Autos ( Documento(s) assinado(s)) Para Sec. Rec. Ext. Esp. e Ord [Guia 2013.000298]

**• Em 06/03/2013 15:06**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Extraordinário Não Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso extraordinário com fundamento no artigo 102, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (art. 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Verifico que o recurso foi interposto, tempestivamente, consoante certidão nos autos, contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Sustenta a recorrente que o acórdão violou o art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. Todavia, observo que a violação constitucional dependente da análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional encerra violação reflexa ou indireta, tornando inadmissível o seu exame na via extraordinária. Nesse sentido: RE 596.682, Rel. Min. Carlos Britto, Dje de 21/10/10, e AI 808.361, Rel. Min. Marco Aurélio, Dje de 08/09/10, entre outros. Com essas considerações, INADMITO o recurso extraordinário. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

**• Em 06/03/2013 15:05**

Despacho do Desembargador(a) Federal Vice-Presidente - Recurso Especial Admitido [Publicado em 10/04/2013 00:00] (M25) DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão proferido por esta Corte. Sustenta a recorrente que o acórdão violou os arts. 247, 248 e 535, II, do CPC e no art. 38 da Lei Complementar nº 73/93. Contrarrazões não apresentadas. Vieram-me os autos conclusos para o juízo de admissibilidade (artigo 542, § 1º, do Código de Processo Civil). Recurso tempestivo contra decisão proferida em última instância por este Tribunal, o que esgota as vias recursais ordinárias. Encontra-se satisfeito o requisito do prequestionamento, considerando que a matéria suscitada no recurso foi examinada no acórdão e a motivação adotada permite o entendimento da controvérsia, atendendo-se ao disposto no artigo 105, III, "a", da CF c/c o artigo 541, II e III, do Código de Processo Civil. Por tais razões, com suporte no art. 543 do CPC, ADMITO o presente recurso. Encaminhem-se os autos ao Superior Tribunal de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Recife, 06 de março de 2013. Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Vice-Presidente do TRF da 5ª Região Assinado Eletronicamente. Observar rodapé.

**• Em 17/01/2013 15:50**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2013.000475]

**• Em 17/01/2013 14:20**

Remetidos os Autos ( Recurso) Para Gabinete da Vice-Presidência [Guia 2013.000475]

**• Em 07/12/2012 22:01**



Publicado Intimação em 10/12/2012 00:00 expediente CR/2012.000023

• **Em 07/12/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Intimação expediente CR/2012.000023 em 07/12/2012 17:00

• **Em 07/12/2012 16:03**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente CR/2012.000023 () (M328)

• **Em 28/11/2012 18:35**

Intimação para apresentação de contra-razões - RECURSO  
[Publicado em 10/12/2012 00:00] (M639)

• **Em 22/11/2012 14:46**

Juntada de Petição - Recurso Extraordinário  
(M749)

• **Em 22/11/2012 14:45**

Juntada de Petição - Recurso Especial  
(M749)

• **Em 09/11/2012 13:54**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

• **Em 30/10/2012 08:02**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.011768] (M5279)

• **Em 03/10/2012 16:18**

Juntada de Petição - Petição Diversa  
(M9574)

• **Em 20/08/2012 13:42**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

• **Em 10/08/2012 09:09**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.008426] (M5279)

**• Em 20/07/2012 22:01**

Publicado Acórdão em 23/07/2012 00:00 expediente ACO/2012.000108[Inteiro Teor]

**• Em 20/07/2012 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2012.000108 em 20/07/2012 17:00

**• Em 20/07/2012 14:53**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente ACO/2012.000108 () (M5279)

**• Em 13/07/2012 14:35**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000969]

**• Em 13/07/2012 13:36**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)

[Publicado em 23/07/2012 00:00] [Guia: 2012.000969] (M830) EMENTAPROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA UNIÃO DA SENTENÇA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO.1. Aclaratórios ajuizados pela União, sustentando a nulidade absoluta do Acórdão em razão de não ter sido intimada pessoalmente da sentença.2. Hipótese em que, após a prolação da sentença, a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, vinculada à Advocacia Geral da União, representando o CEFET/PB, desafiou recurso de Apelação - fls. 348/355, deixando de manejar o recurso em favor da União.3. A nulidade absoluta, decorrente da não intimação pessoal da União, deve ser alegada no primeiro momento oportuno em que teve para se manifestar nos autos, sob pena de ocorrência da preclusão temporal (STJ, Resp nº 522.290/RN, DJ de 23-8-2004, Rel. Min. Laurita Vaz; REsp nº 751.459/PR, Quinta Turma, julg. em 2-6-2009, Rel. Min. Laurita Vaz).4. Nulidade que somente foi arguida após o julgamento do recurso desafiado pelo CEFET/PB, representado pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, deixando a União de se manifestar no primeiro momento processual oportuno, qual seja ao instante em que foi intimada da sentença e desafiou recuso de apelação pelo CEFET/PB, encontrando-se a matéria preclusa. Embargos improvidos.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas.Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado.Recife (PE), 14 de junho de 2012.Desembargador Federal Geraldo ApolianoRelator

**• Em 14/06/2012 14:00**

Julgamento de incidente - Sessão Ordinária

[Sessão: 14/06/2012 14:00] (M597) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:A Turma, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Desembargadores Federais Luiz Alberto e Marcelo Navarro.

**• Em 07/06/2012 15:01**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.005809]

**• Em 06/06/2012 19:04**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.005809]

- **Em 17/05/2012 22:04**

Publicado Despacho em 18/05/2012 00:00 expediente DESPA/2012.000071

- **Em 17/05/2012 22:03**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Despacho expediente DESPA/2012.000071 em 17/05/2012 17:00

- **Em 17/05/2012 15:18**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação expediente DESPA/2012.000071 () (M5279)

- **Em 10/05/2012 15:56**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2012.000595]

- **Em 10/05/2012 13:38**

Despacho do Desembargador(a) Federal Relator(a)  
[Publicado em 18/05/2012 00:00] [Guia: 2012.000595] (M5155) Despacho.O que se pretende é a obtenção de efeitos modificativos para a decisão prolatada. À parte adversa, para a atenção que merecer.Recife(PE), 10 de maio de 2012.Desembargador Federal Geraldo Apoliano(Relator)

- **Em 23/04/2012 15:37**

Recebidos os autos de Divisão da 3ª Turma [Guia: 2012.003846]

- **Em 23/04/2012 15:18**

Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Relator(a) para / por Análise após juntada de Petição / Documento / Certidão [Guia 2012.003846]

- **Em 28/03/2012 13:46**

Registro de Incidente .  
(M328)

- **Em 28/03/2012 13:44**

Juntada de Petição - Embargos Declaratórios  
(M328)

- **Em 13/03/2012 11:57**

Recebidos os autos de AGU - Advocacia Geral da União

- **Em 06/03/2012 11:52**

Autos entregues em carga a(o) AGU - Advocacia Geral da União para Ciência da Decisão  
[Guia: 2012.002296] (M5279)

- **Em 27/01/2012 16:27**

Juntada de Petição - Recurso Especial  
(M207)

- **Em 16/01/2012 13:56**

Recebidos os autos de PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO

- **Em 16/12/2011 13:44**

Autos entregues em carga a(o) PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO para Ciência da Decisão  
[Guia: 2011.011899] (M5231)

- **Em 21/11/2011 22:01**

Publicado Acórdão em 22/11/2011 00:00 expediente ACO/2011.000199[\[Inteiro Teor\]](#)

- **Em 21/11/2011 22:00**

Disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de Acórdão expediente ACO/2011.000199 em 21/11/2011 17:00

- **Em 21/11/2011 13:43**

Remessa para disponibilização no Diário Eletrônico Publicação  
expediente ACO/2011.000199 () (M5279)

- **Em 16/11/2011 14:36**

Recebidos os autos de Gabinete Desembargador Federal Geraldo Apoliano [Guia: 2011.001611]

- **Em 16/11/2011 13:12**

Acórdão Desembargador(a) Federal Relator(a)  
[Publicado em 22/11/2011 00:00] [Guia: 2011.001611] (M830) EMENTAADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45/2001. ART. 62-A, DA LEI Nº. 8.112/90.1. Sentença que reconheceu em favor dos Autores/Apelados o direito à replantação das parcelas denominadas VPNI's, pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001.2. A incorporação dos quintos aos vencimentos dos servidores, antes autorizada pelo artigo 62, da Lei 8.112/90, e pelos artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, foi vedada pela Lei nº 9.527/97, convertendo aquela parcela remuneratória em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).3. A MP nº 2.225-45/2001 que acrescentou o artigo 62-A, ao Regime Jurídico Único, mencionando, expressamente, os artigos 3º e 10, da Lei nº 8.911/94, e o artigo 3º, da Lei 9.624/98, permitiu a incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, em relação aos servidores que exerciam funções comissionadas, no período compreendido entre abril/1998, tempo em que a Lei nº 9.624/98 adquiriu eficácia, e setembro/2001, quando foi publicada a MP nº 2.225-45/2001. Precedente do eg. STJ.4. Direito dos servidores à incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI,



aos seus vencimentos, com relação ao lapso respeitante a abril/1998 até setembro/2001. Apelação e Remessa Necessária improvidas. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas. Decide a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação e à Remessa Necessária, nos termos do relatório, voto do Desembargador Relator e notas taquigráficas constantes nos autos, que passam a integrar o presente julgado. Custas, como de lei. Recife (PE), 6 de outubro de 2011. Desembargador Federal Geraldo Apoliano Relator

---

**PROCESSO Nº 0249967-05.2010.4.05.0000**

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV471102-PB (@))

AUTUADO EM 20/07/2010

ORGÃO:

PROC. ORIGINÁRIO Nº: 00076189219994058200 - Justiça Federal - PB

NÚMERO DO REQUISITÓRIO: 20098200001000370

NÚMERO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO: 00076189219994058200

VARA: 1ª Vara Federal da Paraíba

CRÉDITO: Natureza alimentar

ASSUNTO: 01.11.02.13 - Férias - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo

---

FASE ATUAL	: <b>15/09/2010</b>	Depósito em Conta
	<b>16:48</b>	
COMPLEMENTO	:	
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	:	Subsecretaria de Precatórios (Seção de RPV)

---

REQTE	: <b>ALEXANDRE KELLY DE OLIVEIRA COSTA</b>
REQTE	: <b>ANTONIO DOS SANTOS DALIA</b>
REQTE	: <b>ARNOBIO CESARIO DA SILVA</b>
REQTE	: <b>CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES</b>
REQTE	: <b>DALVO FERREIRA DE ARAUJO</b>
REQTE	: <b>EUCLIDES JOSE DE LIMA</b>
REQTE	: <b>FERNANDO ANTONIO DE CARVALHO</b>
REQTE	: <b>FRANCISCO FLORENCIO DA COSTA NETO</b>
REQTE	: <b>HIDELBRANDO RODRIGUES PATRICIO</b>
REQTE	: <b>JOAO AUGUSTO DA SILVA</b>
REQTE	: <b>JOAO TEIXEIRA CRUZ</b>
REQTE	: <b>JOSE HUMBERTO FREIRE SOBRAL</b>
REQTE	: <b>JOSE SOARES</b>
REQTE	: <b>JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS</b>
REQTE	: <b>MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS</b>
REQTE	: <b>MARIA DA CONCEICAO DE FATIMA GOMES NOGUEIRA</b>
REQTE	: <b>MARIA DO CARMO CAVALCANTI SOBRAL</b>
REQTE	: <b>MARIA DORACY MOREIRA DE MACEDO</b>
REQTE	: <b>MARIA STELLA DE BARROS PINTO</b>
REQTE	: <b>OVIDIO CARLOS CORREIA DE LIMA</b>
REQTE	: <b>VANILDO DE SOUZA LEÃO</b>

Advogado/Procurador : **MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA - PB003994**  
Advogado/Procurador : **ITAMAR GOUVEIA DA SILVA - PB010437**  
REQDO : **IFET/PB - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
Deprecante : **JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)**  
RELATOR : **DESEMBARGADOR(A) FEDERAL PRESIDENTE**

---

NÃO EXISTEM PETIÇÕES AGUARDANDO JUNTADA

---

• **Em 15/09/2010 16:48**

Depósito em Conta .  
(M904)

• **Em 25/08/2010 00:00**

Depósito efetivado . Banco: Caixa Econômica Federal  
(M321)

• **Em 23/08/2010 15:18**

Pagamento em processamento .  
(M904)

• **Em 18/08/2010 13:03**

Correção de valores para depósito Requisição de Pequeno Valor  
(M904)

• **Em 02/08/2010 16:53**

Atualização de valores Requisição de Pequeno Valor  
(M904)

• **Em 02/08/2010 00:00**

Instituição Financeira para Pagamento Banco: Caixa Econômica Federal  
(M904)

• **Em 20/07/2010 17:47**

Remetidos os Autos ( Secretaria Processante) Para Subsecretaria de Precatórios (Seção de RPV)

• **Em 20/07/2010 17:46**

Registro ao Desembargador(a) Federal Presidente  
(M473)

• **Em 20/07/2010 17:31**

Individualização Requisição de Pequeno Valor  
(M5388)





## Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

- [Início \(#\)](#)
- [Consulta Processual / TRF1 \(/consultaProcessual/index.php?secao=TRF1\)](#)
- Por nome da parte
- [A- \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A+ \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [A \(javascript::\)](#)
- [? \(/consultaProcessual/Manual/Manual do Usuario - Consulta Processual Web.pdf\)](#)

[Relatório de Indisponibilidade \(http://www.trf1.jus.br/Servicos/RelatorioIndisponibilidade/view\\_user.php#7\)](#)

### Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- [Número do Processo \(/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome da Parte \(/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [CPF/CNPJ da parte \(/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=TRF1\)](#)
- [Nome do Advogado \(/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Código OAB do Advogado \(/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo Originário \(/consultaProcessual/numeroProcessoOriginario.php?secao=TRF1\)](#)
- [Número do Processo de Execução \(/consultaProcessual/numeroProcessoExecucao.php?secao=TRF1\)](#)
- [Protocolo SEDEX \(/consultaProcessual/protocoloSedex.php?secao=TRF1\)](#)

Tribunal Regional Federal da 1ª Região / [Alterar \(#\)](#)

Órgão

Nenhum registro encontrado para o(s) parâmetro(s) informado(s):[nome: CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES, mostrar processos baixados: Sim]

## Consulta Processual

Nome da Parte

☐ Mostrar os baixados

### Instruções

O Nome da Parte pode ser fornecido com ou sem acentos, em letras maiúsculas ou minúsculas.

A pesquisa não é fonética, assim LOURDES e LURDES são pessoas diferentes.

Deve ser informado o início ou o nome completo da parte a ser pesquisada.

Esclarecemos que no caso de se consultar nomes em processos criminais, a mesma só abrangerá aqueles processos que estiverem em tramitação e ou com condenação do réu, conforme determinado no Expediente Administrativo de nº 2005/0633 - DF. Nos demais tipos de processos (Cíveis, p.ex.), a consulta se dará sem restrições.

Informamos ainda que a consulta por nome da parte não retorna o número de processos sigilosos/segredo de justiça ou processos públicos cujas partes estejam assinaladas como sigilosas.

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores

CEP: 70070-900 | Brasília/DF

**Aguarde...**



## Superior Tribunal de Justiça

Você está em: Início &gt; Sob medida &gt; Advogado &gt; Processos &gt; Consulta processual

## Processos

Peticionamento

Visualização de processos

Consulta processual

Intimação Eletrônica

Recursos Repetitivos

Sistema Push

Despesas Processuais

Diário da Justiça Eletrônico

Sindicâncias | Inquéritos | Processos Públicos

Plantão Judiciário

Perguntas Frequentes

Sessão de Julgamento

Jurisprudência

Serviços

Legislação

Central de Atendimento

Ajuda

Editais de citação e intimação

Atendimento judicial

Protocolo judicial

## Consulta Processual



## Código / Número

Número do Processo no STJ:

Número Único de Processo (NUP):

Número de REGISTRO no STJ:

Número do Processo na ORIGEM:

OAB do Advogado:

## Data

Data de Autuação:

 a 

Data de Publicação:

 a 

## Nome

Nome da PARTE:

☒ autor ☒ réu ☒ outros

Cícero Nicácio do Nascimento Lr

☐ Igual ☒ Contém ☐ Inicia Com☐ Opções avançadas.

Nome do ADVOGADO:

☐ Igual ☒ Contém ☐ Inicia Com☐ Opções avançadas.

## Julgador / Origem / Tipo

## Opções

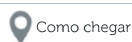
- ☒ mostrar os processos em ORDEM CRONOLÓGICA DECRESCENTE
- ☐ mostrar somente os processos ATIVOS
- ☐ mostrar somente os processos ELETRÔNICOS

Limpar Campos

Consultar

Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informações Processuais**  
informa.processual@stj.jus.br

3) Versão 2.0.2 de 17/04/2017 18:43:30.



Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF



+55 61 3319-8000



Voltar ao topo

## Superior Tribunal de Justiça

Você está em: Início &gt; Sob medida &gt; Advogado &gt; Processos &gt; Consulta processual

## Processos

Peticionamento

Visualização de processos

**Consulta processual**

Intimação Eletrônica

Recursos Repetitivos

Sistema Push

Despesas Processuais

Diário da Justiça Eletrônico

Sindicâncias | Inquéritos | Processos Públicos

Plantão Judiciário

Perguntas Frequentes

Sessão de Julgamento

Jurisprudência

Serviços

Legislação

Central de Atendimento

Ajuda

Editais de citação e intimação

Atendimento judicial

Protocolo judicial

## Consulta Processual

**Resultado de pesquisa com vários campos.**Pesquisa resultou em **1** registro(s)![CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES](#)

Refinar

Nova Consulta

3) Versão 2.0.2 de 17/04/2017 18:43:30.



Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF



+55 61 3319-8000



Voltar ao topo

## Superior Tribunal de Justiça

REsp nº 1471254 / PB (2014/0185986-4) autuado em 05/08/2014

## Detalhes

PROCESSO: **RECURSO ESPECIAL**  
RECORRENTE: **UNIÃO**  
RECORRENTE: **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
RECORRIDO : **CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES**  
RECORRIDO : **NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAÚJO MEIRA**  
RECORRIDO : **MARIA JOSÉ AIRES FREIRE DE ANDRADE**  
RECORRIDO : **ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER**  
RECORRIDO : **RICARDO LIMA E SILVA**  
RECORRIDO : **CHAQUIBE COSTA DE FARIAS**  
RECORRIDO : **DIMAS ANDRIOLA PEREIRA**  
RECORRIDO : **MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS**  
RECORRIDO : **RIVALDO SERRANO DE ANDRADE JÚNIOR**  
ADVOGADO: **GLAUCE GAUDÊNCIO E OUTRO(S) - PB008337**  
ADVOGADO: **LEONARDO CARLOS BENEVIDES - PB011784**  
ADVOGADO: **HUMBERTO MADRUGA BEZERRA CAVALCANTI - PB012085**  
LOCALIZAÇÃO: **Saída para PROCESSO ELETRÔNICO BAIXADO em 18/12/2015**  
TIPO: **Processo eletrônico.**  
AUTUAÇÃO: **05/08/2014**  
NÚMERO ÚNICO: **0009796-38.2004.4.05.8200**

RELATOR(A): **Min. MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA**  
RAMO DO DIREITO: **DIREITO ADMINISTRATIVO**  
ASSUNTO(S): **DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO, Servidor Público Civil, Sistema Remuneratório e Benefícios, Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO, Processo e Procedimento, Antecipação de Tutela / Tutela Específica.**

TRIBUNAL DE ORIGEM: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
NÚMEROS DE ORIGEM: **00097963820044058200, 14157, 200482000097965, 5352006, 97963820044058200.**  
**1 volume, nenhum apenso.**

ÚLTIMA FASE: **11/01/2016 (10:07) EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO Nº 000074/2016-CD2T AO (À) DIRETOR(A) DA SUBSECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO EM MÍDIA.**

Impresso Terça-feira, 20 de Junho de 2017.

3) Versão 2.0.2 de 17/04/2017 18:43:30.



# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.254 - PB (2014/0185986-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : **UNIÃO**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
**RECORRIDO** : **CICERO NICACIO DO NASCIMENTO LOPES**  
**RECORRIDO** : **NELMA MIRIAN CHAGAS DE ARAÚJO MEIRA**  
**RECORRIDO** : **MARIA JOSÉ AIRES FREIRE DE ANDRADE**  
**RECORRIDO** : **ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER**  
**RECORRIDO** : **RICARDO LIMA E SILVA**  
**RECORRIDO** : **CHAQUIBE COSTA DE FARIAS**  
**RECORRIDO** : **DIMAS ANDRIOLA PEREIRA**  
**RECORRIDO** : **MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS**  
**RECORRIDO** : **RIVALDO SERRANO DE ANDRADE JÚNIOR**  
**ADVOGADOS** : **GLAUCE GAUDÊNCIO E OUTRO(S)**  
**LEONARDO CARLOS BENEVIDES**  
**HUMBERTO MADRUGA BEZERRA CAVALCANTI**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. DOIS RECURSOS ESPECIAIS. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.225-45/2001. ART. 62-A DA LEI 8.112/1990. **RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO**: AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA LITISCONSORTE NA ORIGEM. PRECLUSÃO AFASTADA. NULIDADE RRECONHECIDA. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DO CEFET/PB PREJUDICADO.

### **DECISÃO**

Trata-se de dois recursos especiais interpostos pela **UNIÃO** e pelo **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, ambos com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial e ao apelo interposto pelo CEFET/PB, nos termos da seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INCORPORAÇÃO DOS QUINTOS. MEDIDA PROVISÓRIA N 2.225-45/2001. ART.62-A, DA LEI N. 8.112/90.

1. Sentença que reconheceu em favor dos Autores/Apelados direito à reimplantação das parcelas denominadas VPNI's, pelo exercício de função gratificada ou cargo de direção, no período de abril/1998 a setembro/2001.

2. A incorporação dos quintos aos vencimentos dos servidores, antes autorizada pelo artigo 62, da Lei 8.112/90, e pelos artigos 3º e 10, da Lei n 8.911/94, foi vedada pela Lei n 9.527/97, convertendo aquela parcela remuneratória em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

3. A MP n 2.225-45/2001 que acrescentou o artigo 62-A, ao Regime Jurídico Único, mencionando, expressamente, os artigos 3º e 10, da Lei n 8.911/94, e o artigo 3º, da Lei 9.624/98, permitiu a incorporação dos quintos posteriormente convertidos em VPNI, em relação aos servidores que exerciam funções comissionadas, no período compreendido entre abril/1998, tempo em que a Lei n 9.624/98 adquiriu eficácia, e setembro/2001, quando foi publicada a MP n

# Superior Tribunal de Justiça

2.225-45/2001. Precedente do eg. STJ.

4. Direito dos servidores à incorporação dos quintos, posteriormente convertidos em VPNI, aos seus vencimentos, com relação ao lapso respeitante a abril/1998 até setembro/2001.

Apelação e Remessa Necessária improvidas.

Foram opostos embargos de declaração pela União, os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA UNIÃO DA SENTENÇA. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO.

1. Aclaratórios ajuizados pela União, sustentando a nulidade absoluta do Acórdão em razão de não ter sido intimada pessoalmente da sentença.

2. Hipótese em que, após a prolação da sentença, a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, vinculada à Advocacia Geral da União, representando o CEFET/PB, desafiou recurso de Apelação - fls. 348/355, deixando de manejar o recurso em favor da União.

3. A nulidade absoluta, decorrente da não intimação pessoal da União, deve ser alegada no primeiro momento oportuno em que teve para se manifestar nos autos, sob pena de ocorrência da preclusão temporal (STJ, Resp n. 522.290/RN, DJ de 23-8-2004, Rel. Min Laurita Vaz; REsp n. 751.459/PR, Quinta Turma, julg. em 2-6-2009, Rel. Min Laurita Vaz).

4. Nulidade que somente foi argüida após o julgamento do recurso desafiado pelo CEFET/PB, representado pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, deixando a União de se manifestar no primeiro momento processual oportuno, qual seja ao instante em que foi intimada da sentença e desafiou recurso de apelação pelo CEFET/PB, encontrando-se a matéria preclusa. Embargos improvidos.

Nas razões de seu recurso especial, a **UNIÃO** aponta violação: **a)** do art. 535, II, do CPC, na medida em que o Tribunal *a quo* não teria enfrentado as questões relevantes postas nos embargos de declaração; **b)** dos arts. 247 e 248 do CPC e do art. 38 da Lei Complementar 73/1993, porquanto não teriam sido respeitados os referidos dispositivos no que tange a intimação do representante legal da União no presente caso, padecendo, portanto, de nulidade o feito, desde a intimação da sentença monocrática.

Já o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA** aponta violação do art. 15 da Lei 9.527/1997, na medida em que "*extinguiu a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei no 8.911, de 11 de julho de 1994, transformando, em seu § 1º, a importância recebida a esse título em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI)*", de forma que "*não há que se falar em repristinação do art. 3º e 10 da Lei n 8911/94, muito menos em revogação da Lei n. 9.527/97 pela MP N 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, que apenas acrescentou o art. 62-A à Lei n 8112/90, reproduzindo o dantes previsto no art. 15. da Lei 9.527/97*" (fls. 424/425-e).

Não foram apresentadas contrarrazões aos recursos especiais (fl. 478-e).

O Presidente do Tribunal *a quo* proferiu juízo positivo de admissibilidade dos recursos especiais, ao entendimento de que estariam presentes os pressupostos autorizados.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem entendeu que houve preclusão da oportunidade para suscitar vício, porquanto o CEFET/PB teria sido intimado da sentença por intermédio da Procuradoria Federal e, inclusive, interposto recurso, sendo que a União somente teria vindo a arguir a nulidade, decorrente da ausência de sua intimação da sentença, quando do julgamento da remessa oficial e do apelo interposto pelo CEFET/PB, bem como que "*a Advocacia-Geral da União-Procuradoria-Geral Federal (Procuradoria Federal no Estado da Paraíba), através da Procuradora Federal, manejou o recurso em favor do CEFET, não tendo, naquela oportunidade se manifestado acerca da ausência de intimação pessoal da União, da sentença*" (fl. 445-e).

Nas razões de seu apelo especial, a recorrente sustenta que sua defesa no presente feito "*restou prejudicada, uma vez que o referido ente federal não foi devidamente intimado da sentença, tendo em vista que, por equívoco, apenas o CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, através da sua Procuradoria Regional Federal, foi intimada, à fl.346-v, da sentença de fls.339/345, restando, portanto, inexistente a intimação da União, através da Procuradoria Regional da União, para tomar ciência do inteiro teor da decisão acima referida.*" (fl. 463-3).

Sustenta, também, que o acórdão recorrido "*partiu de uma premissa equivocada, uma vez que fez confusão entre União e Autarquia federal, que são entidades diferentes e com representação judicial também distinta*" já que "*a presente Ação foi proposta contra a UNIÃO e contra o CEFET, sendo esta última uma entidade autárquica integrante da Administração Federal Indireta, dotada, portanto, de personalidade jurídica própria, representada, em juízo, por sua Procuradoria especializada*" e "*a União, após a prolação da sentença não mais foi intimada dos atos processuais, como praxe, tendo vista dos autos somente quando da intimação do acórdão de fls.368/369*" (fls. 462/463-e).

**Com razão a recorrente**, trata o presente feito de ação sob o rito ordinário, ajuizada pelo recorrido contra a União Federal e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, em litisconsórcio passivo.

O pleito foi julgado procedente, consoante sentença de fls. 372/378-e, **tendo o juízo procedido tão somente à intimação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba por intermédio da Procuradoria Federal**, conforme atestado à fl. 381-e, ocasião em que está interpôs apelo (fls. 384/391-e).

Observe-se que por força do art. 10, *caput* e §4º, da Lei 10.480/2002, **a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais compete à Procuradoria Federal**, *verbis*:

**"Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.**

[...]

**§ 4º Serão instaladas Procuradorias Federais não especializadas em Brasília e nas Capitais dos Estados, às quais incumbirão a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos das entidades de âmbito local."**

# Superior Tribunal de Justiça

**Já a representação judicial da União é de competência da Procuradoria da União**, por força do art. 9º, *caput*, e § 2º e § 3º, da Lei Complementar 73/1993, de forma que, por força dos arts. 35 e 38 do mesmo diploma **deve a intimação da União se dar pessoalmente, na pessoa do Advogado da União que officie nos autos.**

Nesse sentido, inclusive, se deu a intimação da União, quando do julgamento da remessa de ofício e da apelação interposta pelo litisconsorte - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme atesta certidão de fls. 431-e, e também do Termo de Vista, assim redigido:

## VISTA

Aos 06 de março de 2012, abro vista dos presentes autos à **PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO**, para ciência do acórdão de fls. e para, querendo, apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s).- Eu, \_\_\_\_\_, Maria Mazarello Coelho Caribe Cavalcanti (Técnico Judiciário (atividade fim)), lavrei este termo.

Foi nessa ocasião que a ora recorrente tomou conhecimento da prolação de sentença em seu desfavor, da qual não foi intimada, tendo, então, oposto aclaratórios, suscitando a nulidade face ao prejuízo de sua defesa, **não havendo que se falar, portanto, em preclusão.**

Considerando que a jurisprudência deste e.STJ firmou-se no sentido de que a prerrogativa de intimação pessoal é conferida aos **Procuradores Federais, Advogados da União**, Procuradores da Fazenda Nacional e do Banco Central, Defensores Públicos e membros do Ministério Público (v. g. AgRg no ARESp 541246/PB, Segunda Turma, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 3/11/2014), **sendo que, *in casu*, não houve, efetivamente, a intimação pessoal do Advogado da União, sucumbente no processo, tal como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, impõe-se reconhecer a violação dos arts. 247 e 248 do CPC e do art. 38 da Lei Complementar 73/1993 e, consequentemente, a nulidade de todos os atos processuais posteriores à prolação da sentença**, devendo os autos retornem ao juízo singular, a fim de que seja realizada nova a intimação pessoal da União e do CEFET/PB acerca do teor da sentença prolatada.

Ainda nesse sentido, recente julgado desta e.Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, APÓS DETERMINAÇÃO DA COL. CORTE ESPECIAL NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO LITISCONSORTE NA ORIGEM. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. DESNECESSIDADE. MATÉRIA COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO PELO STJ. NULIDADE. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. [...] III - Dessarte, **verificada na hipótese a ausência de intimação da autarquia federal acerca da condenação imposta em seu desfavor em segunda instância, forçoso concluir que se mostra ausente pressuposto de desenvolvimento regular do processo, razão pela qual o retorno dos autos ao eg. Tribunal a quo, para que se proceda a tal intimação, é medida que se impõe.** Embargos de declaração acolhidos para determinar a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a fim de que seja pessoalmente intimada a Procuradoria Federal, com reabertura do prazo para eventual interposição de recurso especial ou extraordinário. (EDcl no REsp 888.466/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 12/03/2015)



# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO ao recurso especial da União** para anular os atos processuais posteriores à sentença de primeiro grau (fls. 372/378-e), devendo os autos retornarem ao juízo singular a fim de que se realize a regular intimação das partes, sendo a União e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio de suas respectivas Procuradorias.

Prejudicado o exame das demais questões e do recurso especial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

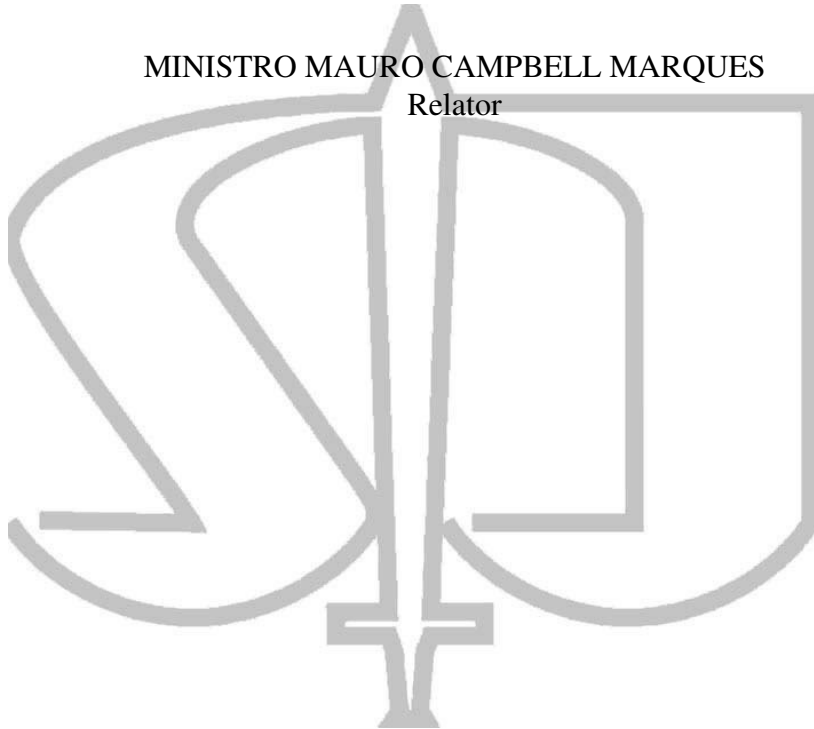
Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2015.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

COTA Nº: 165/2016/CONJUR/CGAJ  
PROCESSO Nº: 53000.042808/2012-72  
INTERESSADO: Universidade Federal de Uberlândia  
ASSUNTO: Requerimento para autorização de execução do serviço de radiodifusão sonora em FM com fins exclusivamente educativos.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

1. O presente feito veio a esta CONJUR para análise da nota técnica nº 34060/2016 /SEI-MC.
2. Referida nota técnica no parágrafo 5 dá conta que *“foi constatada a existência de várias ações em nome da fundação e de seus dirigentes, porém, tendo em vista as inúmeras demandas judiciais e impossível analisar todas, entendemos, com isso, não haver óbice ao prosseguimento do feito”* (sic).
3. Em verdade, compulsando-se o caderno processual físico, em especial fls. 26/35, verifiquei que contra o representante legal **à época** pendia apenas uma execução fiscal, conforme fl. 36, com certidão explicativa à fl. 37, dando conta do baixo valor do feito, o que não macularia a idoneidade exigida.
4. Considerando a natureza jurídica da interessada (pessoa jurídica de direito público interno), o que, aliás, levou à desconsideração do requerimento de outra interessada, poder-se-ia relevar a não análise das certidões da pessoa jurídica.
5. Todavia, o feito eletrônico 53900.006526/2016-91 dá conta da modificação dos representantes legais (Reitor e Vice-Reitor), de forma que com relações a estes deverão ser exigidas certidões para aferição da idoneidade necessária.
6. Ressalto que, por tratar-se de outorga inicial e não renovação, não é de se aplicar, por ora, a Portaria 4335/2015, segundo artigo 47 de referida norma, de forma que a declaração contida na “Petição (0948202)” não supre as necessárias certidões, salvo entendimento superior.

7. Com efeito, entendo necessárias providências acima apontadas, sugerindo posterior retorno do feito à esta CONJUR.

Brasília, 4 de abril de 2016.

**LUCIANO GODOI MARTINS**

Advogado da União



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Godoi Martins, Advogado da União**, em 04/04/2016, às 15:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1056416** e o código CRC **4153B8EB**.

---

## CHECKLIST

### Análise Documental para Assinatura de Contrato Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53000.022715/2012-21

Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Localidade: Cajazeiras/PB

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 292E

Aviso de Habilitação nº 01/2012

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 06/03/2012

Localidade em faixa de fronteira? ( ) Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO	OBSERVAÇÕES
<b>PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO</b>	
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	Ok Pág. 07 e 09 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24 Cícero Nicácio do Nascimento Lopes.
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	Ok Pág. 08 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	Ok Pág. 06 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	Ok Pág. 07 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	Ok Pág. 01 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	Ok Pág. 02 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
g) Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Convênio de Adesão de Permissão;	Ok Pág. 01/02 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
h) Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do <b>dirigente que irá assinar o contrato</b> , ou do procurador (se for o caso);	Ok Pág. 08 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
i) Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	Não se aplica.
j) Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira); se for o caso;	Não se aplica



k) Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal em questão.	Ok Pág. 01/02 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
l) Certidão de regularidade com o Fistel.	Ok Pág. 04 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
m) Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome de seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral.	Ok Anexo (1968964) Consulta em 20/06/2017

### CONCLUSÃO

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? (x) Sim ( ) Não



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 20/06/2017, às 16:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1964849** e o código CRC **33259984**.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 1964849

**NOTA TÉCNICA Nº 13456/2017/SEI-MCTIC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Deferimento.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de instrução para assinatura de contrato da outorga deferida ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, pessoa jurídica de direito público interno, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

**ANÁLISE**

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27 de abril de 2016, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, do então Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (1090593), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Após a aprovação do local, a entidade interessada foi instada a apresentar a documentação adequada à correta instrução do feito, com vistas à formalização da correspondente outorga, mediante a assinatura do Convênio de Adesão de Permissão com a União, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14/09/2011 e Parecer nº 0191/2013/CGCE/CONJUR-MC/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Em resposta, a interessada apresentou os seguintes documentos:

LISTA DE DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO	OBSERVAÇÕES
<b>PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO</b>	
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	Ok Pág. 07 e 09 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24 Cícero Nicácio do Nascimento Lopes. 2014/2018
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	Ok Pág. 08 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	Ok Pág. 06 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	Ok Pág. 07 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	Ok Pág. 01 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	Ok Pág. 02 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
g) Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Convênio de Adesão de Permissão;	Ok Pág. 01/02 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
h) Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do <b>dirigente que irá assinar o contrato</b> ,	Ok Pág. 08 da Petição

ou do procurador (se for o caso);	(1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
i ) Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	Não se aplica.
j) Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira); se for o caso;	Não se aplica
k) Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal em questão.	Ok Pág. 01/02 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
l) Certidão de regularidade com o Fistel.	Ok Pág. 04 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
m) Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome de seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral.	Ok Anexo (1968964) Consulta em 20/06/2017 Encontradas ações que tratam de suspensão de parcelas pecuniária de remuneração ("incorporação dos quintos") em nome do atual Reitor.

5. Conforme se verifica do quadro acima descrito (item 5), foi constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto, tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral do dirigente, razão pela qual entendemos não haver óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Convênio de Adesão de Permissão, objeto dos autos.

#### CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com a minuta de contrato de outorga, bem como com as minutas de Portaria de Consolidação, Exposição de Motivos e Portaria Ministerial que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo e do citado instrumento contratual, com vistas à sua celebração;
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

#### MINUTA DE CONTRATO



CONVÊNIO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e \_\_\_\_\_, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, representada pelo seu Reitor, Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes, CI nº 861.283 e CPF/MF nº 424.410.564-68, assinam o presente Convênio de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras,

estado da Paraíba, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Cajazeiras/PB, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir do Decreto Legislativo.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;

c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

h) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para transferir a outorga;

i) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

j) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

k) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

l) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

m) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

n) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;



b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Convênio automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

**Cláusula 16ª.** A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Convênio de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

---

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

Permissionária

---

Testemunha

---

Testemunha

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

---

MINUTA DE PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, que terá as seguintes características:

I - a execução do serviço será realizada pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, conforme Despacho que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho do Diretor do então Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 27 de abril de 2016; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº     /     /MC

Brasília,     de     de 201\_\_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

ANEXO À EM Nº \_\_\_\_/MC, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2017.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.
---

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.
---

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.
---------

4. Custos.

Não há.
---------

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Assinatura de contrato de concessão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 23/06/2017, às 15:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 18/07/2017, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bônia Oliveira Mota**, **Técnico de Nível Superior**, em 19/07/2017, às 13:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1969959** e o código CRC **58127B8B**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 1969959





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

**PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**  
**ASSUNTO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, EM FREQUÊNCIA MODULADA,**  
**COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. PORTARIA DE OUTORGA E ASSINATURA DE**  
**CONTRATO/CONVÊNIO.**

EMENTA:

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras/PB: **viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

**I - DO RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC (Sei 1969959), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato de permissão com o Poder Público.

2. A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (Sei 0215625 - Pags. 78/84), cuja conclusão foi a seguinte, *in verbis*:

IV CONCLUSÃO.

17. Diante do exposto, esta Consultoria jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba (Canal 292 E, Classe C), sagrando-se vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA.

3. Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (Sei 0509847), na data de 15 de maio de 2015 (SEI 0509852).

4. Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, fora solicitada a documentação referente à aprovação de local de instalação e equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao

art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963<sup>[1]</sup> (Ofício nº 25145/2015/SEI-MC - Sei 0645405), e, posteriormente, a autoridade administrativa concluiu pela sua viabilidade, conforme Despacho Interno COTED 1090593, por meio do qual aprovou

o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB/REITORIA), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, utilizando o canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

5. Consta, no SEI 196489, o *checklist* elaborado pela SERAD, atestando que "a documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente".

6. É o breve relatório.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA

7. Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações promovidas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012<sup>[2]</sup> (o qual "*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*"), o qual promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

8. Realizadas as diligências instrutórias, os autos foram remetidos a esta CONJUR, a fim de que este órgão se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato de permissão/convênio, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

9. Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:

### Decreto nº 52.795, de 1963

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento<sup>[3]</sup> integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

10. Ato contínuo, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>[4]</sup>, **portaria que conterá as seguintes informações:**

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

**§1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.**

**§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.**

**§3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.**

§4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

11. Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

12. Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

13. Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade na fase da contratação para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.

14. De início, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (Sei 1909558).

15. Quanto à representação da entidade, pessoa jurídica de direito público, verifica-se, junto às petições do protocolo nº 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pags. 2/3, a nomeação do Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes para o cargo de Reitor do referido Instituto, responsável por assinar o contrato/convênio em questão. Conforme NUP: 01250.009886/2017-24 - Sei 1690376 - Pag. 8, vê-se a qualificação de brasileiro nato do citado representante.

16. **No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do **representante legal** da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). **Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificada a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.**

18. Por sua vez, com vistas a aferir a idoneidade **dos dirigentes** da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais-, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38<sup>[5]</sup>. .....

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos**

nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

19. Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: *"Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo"*. É exatamente a hipótese dos autos.

20. Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovar a idoneidade moral dos dirigentes da entidade **ficará** atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração **"de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"**. E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação.

21. **Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.**

22. Quanto à **regularidade fiscal**, observa-se a juntada de certidão de débitos relativos aos tributos federais, estaduais e municipais - o que alcança a regularidade com Seguridade Social<sup>[6]</sup> (Sei 1909558, pag. 07 e 1968626)-, bem como certidão de regularidade do FGTS, válida até 24.06.2017 (Sei 1909558, pag. 06). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.**

23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

24. Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que a entidade apresentou declaração asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (Sei 0215625 Pag. 4). No entanto, entende-se que aquela declaração se encontra prejudicada, haja vista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pag. 2. **Portanto, faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.**

25. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato/convênio**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos **atualizados**, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

### III – CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação, **desde que atendidas as recomendações vazadas nos itens 16, 17 e 21 a 26 da presente manifestação**. Atendidas as recomendações, e **não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada ou** circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR.



28. No que concerne às minutas de Contrato, de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 13047/2017/SEI-MCTIC (SEI 1955415), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

29. Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

30. É o parecer. À apreciação do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO**  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

Notas

1. <sup>^</sup> Art. 29. *A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.*
2. <sup>^</sup> Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012: Art. 6º *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.*
3. <sup>^</sup> *Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.*
4. <sup>^</sup> Art. 61. *Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, **que é condição indispensável para sua eficácia**, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
5. <sup>^</sup> Art. 38. *Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:**[...]*
6. <sup>^</sup> *A certidão de regularidade com as contribuições previdenciárias, de acordo com o artigo 1º, §1º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, seção 1, página 17, que revogou a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, a Regularidade dos Créditos Tributários Relativos às Contribuições Sociais (Seguridade Social) é emitida em conjunto com a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.*

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 65939299 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 21-08-2017 13:39. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01271/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União, Dra. Alessandra Rodrigues de Castro.

2. Ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**Alex Bahia Ribeiro**

Advogado da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

---

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68315918 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 21-08-2017 15:28. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01277/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**

**ASSUNTO: Instrução para assinatura de contrato de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB**

1. Aprovo por seus próprios fundamentos fático-jurídicos o Parecer nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Dra. Alessandra Rodrigues de Castro e o Despacho nº 01271/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que o aprova, de autoria do Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária Dr. Alex Bahia Ribeiro.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68933864 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2017 10:56. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima, Chefe de Serviço**, em 23/08/2017, às 14:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157457** e o código CRC **3C6A6563**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2157457



**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

**Referência: Parecer nº915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU. 2156833**

**Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)**

**Assunto: Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos. Devolução do autos.**

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 23/08/2017, às 14:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157489** e o código CRC **FD8E8794**.

**NOTA TÉCNICA Nº 3185/2018/SEI-MCTIC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - À SERAD.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

**ANÁLISE**

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27 de abril de 2016, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, do então Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (1090593), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

*"Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.*

*(...)*

*"Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

*I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;*

*II - o serviço a ser prestado;*

*III - a área da prestação do serviço; e*

*IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.*

**§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.**

**§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.**

**§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria." (NR)**

*"Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.*

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, sugerimos oficial a entidade comunicando sobre os novos procedimentos e o encaminhamento dos presentes autos à SERAD, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos que seguem ao final desta Nota Técnica, para que, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

---

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº     /     /MC

Brasília,     de     de 201\_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

ANEXO À EM Nº \_\_\_\_/MC, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2018.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual

Texto Proposto

Não se aplica.

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**, **Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, **Substituto**, em 09/02/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo**, **Agente Administrativo**, em 09/02/2018, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França**, **Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, **Substituto**, em 14/02/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2647075** e o código CRC **3BC84643**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2647075





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 5196/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
(10.783.898/0001-75)

Avenida 1º de Maio, 720 - Jaguaribe

58015-430 / João Pessoa – PB

Assunto: **Esclarecimentos sobre o novo procedimento da outorga de serviço.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para esclarecimentos do novo procedimento de outorga de serviços de radiodifusão educativa.

2. Informamos que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

*“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.*

*(...)*

*“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, **ato** do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

*I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;*

*II - o serviço a ser prestado;*

*III - a área da prestação do serviço; e*

*IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.*

**§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.**

**§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.**

**§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)**

**“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.**

3. Diante do exposto, o processo em questão será encaminhado ao Congresso Nacional para a elaboração do Decreto Legislativo e, após a sua publicação, os autos retornarão a esta Secretaria para que seja realizado a referida assinatura do Contrato de Permissão para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E.

Atenciosamente,

## COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto, em 09/02/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2647190** e o código CRC **2E510984**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 5196/2018/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.022715/2012-21 - Nº SEI: 2647190

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

Ao: GSRAD

Para providenciar inclusão de Minutas conforme Nota Técnica 3185/2018/SEI-MCTIC, 2647075.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/02/2018, às 12:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2686774** e o código CRC **F0A800A0**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2686774



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

2.Cumpra ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3.Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº \_\_\_\_/MC, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2018.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras, no estado da Paraíba: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2687166** e o código CRC **F20534F4**.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2687166

## PORTARIA Nº 1085/2018/SEI-MCTIC

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 11:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2687157** e o código CRC **862B410D**.

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)

Presidência da República  
Imprensa Nacional

## Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 21/03/2018 16:24:18  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** Cristiane Babilônia de Melo  
**Ofício:** 4721360  
**Data prevista de publicação:** 22/03/2018  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10621154	ATO PORTARIA Nº 1085.rtf	0209b99d44394ec4 2c0d40614846eaf4	9,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>9,00</b>	<b>R\$ 297,36</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>9,00</b>	<b>R\$ 297,36</b>



**Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 553/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no artigo 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.019629/2014-50, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13/07/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Santiago, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 291E, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2002.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 614/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068261/2017-02 e da Nota Técnica nº 1738/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 618/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BAURUR, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51(cinquenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.064705/2017-22 e da Nota Técnica nº 1862/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 713/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3815, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2017, que extinguiu a outorga concedida à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Curitiba / PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.098/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.166/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043380/2012-85, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação João Matias de Oliveira, CNPJ nº 07.448.186/0001-95, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barras, estado do Piauí, por meio do canal 290E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.111/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TAQUARITINGA, estado de São Paulo, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.006263/2018-81 e da Nota Técnica nº 3428/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.114/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049573/2017-17 e da Nota Técnica nº 3237/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.235/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028636/2017-93 e da Nota Técnica nº 4151/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.239/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARARAQUARA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059033/2017-33 e da Nota Técnica nº 3073/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 1.376/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.018642/2013-54, resolve:

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

**DESPACHO INTERNO**

**Referência: Processo nº: 53000.022715/2012-21**

**Interessado: Instituto Federal de Educacao, Ciencia E Tecnologia da Paraiba**

**Assunto: Publicação da Portaria nº 1.085/SEI**

Ao

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR.

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1.085/SEI, de 14 de março de 2018 no D.O.U. de 22/03/2018 (2793989), que outorga permissão à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB, encaminhe-se os autos para conhecimento e consequente registro no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico.

Após adotadas as devidas providências, favor encaminhar os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED para posterior envio à Casa Civil.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/03/2018, às 16:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2800244** e o código CRC **6AACD1C0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.022715/2012-21**SEI nº 2800244**

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	
<b>Nome Fantasia:</b> IFPB/REITORIA	
<b>Telefone:</b> (83) 3208-3004	<b>E-mail:</b> silvajbo@ifpb.edu.br
<b>CNPJ:</b> 10.783.898/0001-75	<b>Número do Fistel:</b> 50416321461
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Direta Federal	<b>Tipo Taxa:</b> 50% (órgãos do governo)
<b>Data do contrato:</b>	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Almirante Barroso	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 1077	
<b>Município:</b> João Pessoa	<b>UF:</b> PB	<b>CEP:</b> 58013120

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Cajazeiras	<b>UF:</b> PB
<b>Latitude:</b> -6.88333	<b>Longitude:</b> -38.56667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 292	<b>Frequência:</b> 106.3 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP:</b> 0.3kW
<b>Altura:</b> 60 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b>	<b>Número Indicativo:</b>
<b>Data Último Licenciamento:</b>	<b>Número da Licença:</b>

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> 0	<b>Longitude:</b> 0	<b>Cota da base:</b> 0 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Principal
--------------------------------



<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Comprimento da Linha:</b> m		<b>Atenuação:</b> dB/100m		<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB		<b>Impedância:</b> ohms	

Antena Principal							
<b>Modelo:</b>				<b>Fabricante:</b>			
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máximo:</b> 0 kW		

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>		<b>Fabricante:</b>	
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar			
<b>Modelo:</b>		<b>Fabricante:</b>	
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>ERP Máximo:</b> 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000227152012	1085	Portaria	MCTIC	14/03/2018	22/03/2018	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Horário de funcionamento							
--------------------------	--	--	--	--	--	--	--

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

Certifico que, fiz o cadastramento prévio no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico (evento SEI nº 2815574), de acordo com a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018. Publicada no D.O.U. em 22/ 03/ 2018, que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – SERED.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 29/03/2018, às 07:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2815578** e o código CRC **E20DDAE1**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 2815578

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIO DIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 29/03/2018, às 14:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2817601** e o código CRC **1D615897**.

Brasília, 22 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
CEP: 70067-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20548/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
MARCELO PACHECO DOS GUARANY  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,  
**Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 22/05/2018, às 19:06,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2997164** e o  
código CRC **B83B2DFE**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20548/2018/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.022715/2012-21 - Nº SEI: 2997164




**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,  
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 22676/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**MARCELO PACHECO DOS GUARANYS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de mídia digital.**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

CD_01	CD_02	CD_03
53710.000735_2000_00	53000.005022/2011_93	53000.003257/2014-93
53000.003536_2013_76	53000.022715/2012-21	53000.041397/2012-06
53000.005022_2011_93	53000.035879/2012-19	53000.043064/2012-11
53000.007048_2013_38	53000.041395/2012-17	53000.043380/2012-85
53000.007107_2013_78	53900.011134/2016-44	53000.053992/2010-14
53000.007663_2014_25	53900.035797/2017-73	53000.061863/2006-13
53000.007685_2014_95	53900.038370/2016-16	53000.067110/2011-89
53000.008595_2010_98	53000.017286/2013-51	53000.067112/2011-78
53000.014554_2013_83	53000.017724/2012-09	53000.069977/2013-31
53900.009880_2014_14	53000.019420/2012-78	53900.005950/2016-19
53900.010498_2016_15	53000.048845/2013-75	53900.011880/2016-38
53900.011880_2016_38	53000.050661/2013-75	
53900.012190_2016_04	53000.052465/2011-73	
53900.016239_2014_28	53000.056223/2011-59	
53900.016392_2015_36	53000.057909/2011-67	
53900.016433_2015_94	53000.058147/2011-16	
53900.017320_2015_14	53000.066111/2013-78	
53900.017343_2015_11	53100.000347/2004-22	
53900.017866_2015_67	53900.000822/2016-89	
53900.017937_2015_21	53900.002341/2014-46	

53900.018279_2014_12	53900.002972/2015-46	
53900.018431_2015_30	53900.008608/2014-17	
53900.023980_2014_45	53900.008677/2015-01	
53900.026027_2014_59		
53900.029509_2014_61		
53900.029648_2014_94		
53900.029908_2015_11		
53900.031989_2014_20		
53900.034153_2015_68		
53900.038365_2016_03		
53900.039587_2015_54		
53900.041564_2015_18		
53900.042004_2015_72		
53900.043928_2015_96		
53900.045447_2015_15		
53900.046555_2015_13		
53900.046898_2015_70		
53900.047995_2015_80		
53900.048786_2015_53		
53900.049324_2015_53		
53900.050617_2015_83		
53900.050637_2015_54		
53900.073660_2015_17		



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 08/06/2018, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3042742** e o código CRC **D55D9E34**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22676/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.031854/2018-96 - Nº SEI: 3042742



Presidência da República	
CODOC/PROTÓCOLO	
13 JUN 2019	
Fora:	10 : OS
Assinatura:	Amador

Brasília, 24 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
GABINETE  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900  
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E  
TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**

**ASSUNTO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA, EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS.  
PORTARIA DE OUTORGA E ASSINATURA DE CONTRATO/CONVÊNIO.**

EMENTA:

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras/PB: **viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

## **I - DO RELATÓRIO**

A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC (Sei 1969959), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato de permissão com o Poder Público.

A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (Sei 0215625 - Pags. 78/84), cuja conclusão foi a seguinte, *in verbis*:

## **IV CONCLUSÃO.**

17. Diante do exposto, esta Consultoria jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade

de Cajazeiras, no Estado da Paraíba (Canal 292 E, Classe C), sagrando-se vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (Sei 0509847), na data de 15 de maio de 2015 (SEI 0509852).

Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, fora solicitada a documentação referente à aprovação de local de instalação e equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963<sup>[1]</sup> (Ofício nº 25145/2015/SEI-MC - Sei 0645405), e, posteriormente, a autoridade administrativa concluiu pela sua viabilidade, conforme Despacho Interno COTED 1090593, por meio do qual aprovou

o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB/REITORIA), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, utilizando o canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Consta, no SEI 196489, o *checklist* elaborado pela SERAD, atestando que "a documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente".

É o breve relatório.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA

Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações promovidas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012<sup>[2]</sup> (o qual "*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*"), o qual promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

Realizadas as diligências instrutórias, os autos foram remetidos a esta CONJUR, a fim de que este órgão se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato de permissão/convênio, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:



### **Decreto nº 52.795, de 1963**

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento<sup>[3]</sup> integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

Ato contínuo, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>[4]</sup>, **portaria que conterá as seguintes informações:**

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

**§1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.**

**§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.**

**§3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.**

§4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade na fase da contratação para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.

De início, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (Sei 1909558).

Quanto à representação da entidade, pessoa jurídica de direito público, verifica-se, junto às petições do protocolo nº 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pags. 2/3, a nomeação do Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes para o cargo de Reitor do referido Instituto, responsável por assinar o contrato/convênio em questão. Conforme NUP: 01250.009886/2017-24 - Sei 1690376 - Pag. 8, vê-se a qualificação de brasileiro nato do citado representante.

**No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do **representante legal** da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). **Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificada a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.**

Por sua vez, com vistas a aferir a idoneidade dos dirigentes da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, sofreram algumas alterações. A exemplo disso, o art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63 - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais-, ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38<sup>[5]</sup>. .....

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)**

Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: “*Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo*”. É exatamente a hipótese dos autos.

Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovar a idoneidade moral dos dirigentes da entidade **ficará** atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração **"de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"**. E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação.

**Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.**

Quanto à **regularidade fiscal**, observa-se a juntada de certidão de débitos relativos aos tributos federais, estaduais e municipais - o que alcança a regularidade com Seguridade Social<sup>[6]</sup> (Sei 1909558, pag. 07 e 1968626)-, bem como certidão de regularidade do FGTS, válida até 24.06.2017 (Sei 1909558, pag. 06). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.**

Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que a entidade apresentou declaração asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (Sei 0215625 Pag. 4). No entanto, entende-se que aquela declaração se encontra prejudicada, haja vista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pag. 2. **Portanto, faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.**

**Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato/convênio**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos **atualizados**, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** dos documentos em referência. Salienta-se que

cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação, **desde que atendidas as recomendações vazadas nos itens 16, 17 e 21 a 26 da presente manifestação.** Atendidas as recomendações, e **não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada ou** circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR.

No que concerne às minutas de Contrato, de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 13047/2017/SEI-MCTIC (SEI 1955415), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

É o parecer. À apreciação do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO**  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

Notas

1. <sup>^</sup>Art. 29. *A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.*



2. <sup>^</sup>Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012:Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.
3. <sup>^</sup>Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.
4. <sup>^</sup>Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, **que é condição indispensável para sua eficácia**, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
5. <sup>^</sup>Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:**[...]
6. <sup>^</sup>A certidão de regularidade com as contribuições previdenciárias, de acordo com o artigo 1º, §1º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, seção 1, página 17, que revogou a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, a Regularidade dos Créditos Tributários Relativos às Contribuições Sociais (Seguridade Social) é emitida em conjunto com a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 65939299 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 21-08-2017 13:39. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

**NOTA TÉCNICA Nº 3185/2018/SEL-MCTIC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - À SERAD.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

**ANÁLISE**

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27 de abril de 2016, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, do então Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (1090593), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

*“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.*

*(...)*

*“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

*I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;*

*II - o serviço a ser prestado;*

*III - a área da prestação do serviço; e*

*IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.*

***§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.***

***§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.***

***§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)***

*“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, **contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.***

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, sugerimos oficialar a entidade comunicando sobre os novos procedimentos e o encaminhamento dos presentes autos à SERAD, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos que seguem ao final desta Nota Técnica, para que, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº        /        /MC  
  
Brasília,        de        de 201\_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº \_\_\_\_/MC, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2018.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Paraíba.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da I República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à I Cajazeiras, no estado da Paraíba: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 09/02/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 09/02/2018, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 14/02/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.  
Nº de Série do Certificado: 1257670



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2647075** e o código CRC **3BC84643**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 18 de junho de 2018.

Aos Protocolos da SAJ, SAG, SUPAR

Assunto: **Outorga de Autorização para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.**

1. Encaminhamento da Exposição de Motivos Nº 242/2018 do MCTIC.

**GLAUCE PEREIRA DA SILVA**  
Especialista



Documento assinado eletronicamente por **Glauce Pereira da Silva, Especialista (GR II)**, em 18/06/2018, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0677122** e o código CRC **E577E27A** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## Lais Regina Ghelere Martins Fortes

---

**De:** Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Enviado em:** quinta-feira, 3 de janeiro de 2019 15:20  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto  
**Assunto:** devolução 1 - EMs radiodifusão  
**Anexos:** Despacho de devolução das EMs de Radiodifusão\_2.docx

Prezado André,

Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

Segue arquivo de despacho em anexo.

Informo que na sequencia encaminharemos mais EMs para devolução.

53900.043270/2015-12 - Exposição de Motivos 513 2018 MCTIC (0920543)  
53900.044560/2015-83 - Exposição de Motivos 526 2018 MCTIC (0923886)  
53900.034520/2015-23 - Exposição de Motivos 525 2018 MCTIC (0923849)  
53000.043010/2012-48 - Exposição de Motivos 502 2018 MCTIC (0929173)  
53000.007050/2013-15 - Exposição de Motivos 195 2017 MCTIC (0261749)  
53000.030840/2012-13 - Exposição de Motivos 446 2017 MCTIC (0272018)  
53000.054050/2012-15 – Exposição de Motivos 158 2017 MCTIC (0214367)  
53900.001270/2016-26 - Exposição de Motivos 511 2018 MCTIC (0920350)  
53900.005300/2014-11 - Exposição de Motivos 538 2018 MCTIC (0919449)  
00020.000700/2018-01 - Ofício nº 1764/2018/SE/CC-PR  
53000.042414/2013-03 EM nº 00546/2018 MCTIC  
53000.056214/2011-68 EM nº 00285/2017 MCTIC  
53000.052684/2013-14 EM nº 00568/2017 MCTIC  
53000.009024/2012-32 EM nº 00555/2018 MCTIC  
53000.027244/2009-42 EM nº 00557/2018 MCTIC  
53000.006934/2013-44 EM nº 00379/2018 MCTIC  
53900.025904/2015-55 EM nº 00418/2017 MCTIC  
53900.026664/2015-14 EM nº 00487/2018 MCTIC  
01250.031531/2017-11 EM nº 00231/2018 do MCTIC  
53900.050381/2015-85 – EM nº 00528/2018 MCTIC  
53900.017091/2015-20 - EM nº 00520/2018 MCTIC  
53900.013241/2015-26 – EM nº 00532/2018 do MCTIC  
53000.034031/2012-72 – EM nº 00491/2018 do MCTIC  
53900.037331/2014-21 – EM nº 00515/2018 MCTIC  
53670.001341/2001-65 – EM nº 00505/2018 do MCTIC  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017  
53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017  
53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018  
00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018  
53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018  
53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018  
53000.030397/2012-72 EM nº 0553/2018  
53000.009024/2012-32 EM nº 0555/2018  
53900.009151/2015-31 EM nº 0550/2018  
53000.064009/2013-38 EM nº 0551/2018  
53900.000271/2014-91 EM nº 0038/2018  
53900.016778/2016-29 EM nº 0029/2018  
53000.049242/2012-18 EM nº 0323/2017  
53000.052684/2013-14 EM nº 0568/2017  
53000.054982/2012-68 EM nº 0445/2017  
53000.057297/2012-93 EM nº 0420/2017  
53000.030840/2012-13 EM nº 0446/2017  
53000.015829/2013-04 EM nº 0443/2017  
53000.053176/2013-53 EM nº 0314/2017  
53000.065155/2013-81 EM nº 0441/2017  
53000.007050/2013-15 EM nº 0195/2017  
53000.056214/2011-68 EM nº 0285/2017  
53000.007687/2014-84 EM nº 0194/2017  
53900.017162/2015-94 EM nº 0338/2017  
53000.006481/2010-11 EM nº 0545/2018  
53000.055599/2007-60 EM nº 0484/2017  
53000.052021/2011-38 EM nº 0360/2017  
53000.056217/2011-00 EM nº 0274/2017  
00001.004765/2018-46 Ofício 0327/2018-GCH-CD  
53000.039908/2003-21 EM nº 0507/2018  
53900.047853/2016-01 EM nº 0504/2018  
53900.016488/2015-02 EM nº 0506/2018  
53000.022925/2012-10 EM nº 0501/2018  
53000.042414/2013-03 EM nº 0546/2018  
53000.020988/2012-31 EM nº 0503/2018  
53000.043010/2012-48 EM nº 0502/2018  
53670.001341/2001-65 EM nº 0505/2018  
53900.011448/2014-85 EM nº 0531/2018  
01250.034988/2018-69 EM nº 0533/2018  
01250.048763/2017-17 EM nº 0542/2018  
53900.024997/2014-10 EM nº 0517/2018  
53900.034082/2015-01 EM nº 0516/2018  
53900.037331/2014-21 EM nº 0515/2018  
53900.034520/2015-23 EM nº 0525/2018  
53900.044560/2015-83 EM nº 0526/2018  
53900.041939/2015-31 EM nº 0514/2018  
53900.024692/2014-16 EM nº 0530/2018  
53900.001273/2016-60 EM nº 0541/2018  
53900.017145/2015-57 EM nº 0521/2018  
53900.013241/2015-26 EM nº 0532/2018  
53900.009333/2014-21 EM nº 0512/2018  
53000.016596/2013-59 EM nº 0518/2018  
53900.014648/2014-90 EM nº 0519/2018  
53900.017091/2015-20 EM nº 0520/2018  
53900.043270/2015-12 EM nº 0513/2018  
53900.050381/2015-85 EM nº 0528/2018  
53900.027712/2014-01 EM nº 0524/2018  
53900.048226/2015-07 EM nº 0527/2018  
53000.007913/2014-27 EM nº 0529/2018

53900.022443/2014-88 EM nº 0485/2018  
 53000.009433/2013-10 EM nº 0499/2018  
 53900.038863/2014-86 EM nº 0722/2017  
 53900.042143/2015-04 EM nº 0724/2017  
 53000.007973/20012-88 EM nº 1054/2017  
 53900.007823/2014-92 EM nº 0413/2018  
 53000.056610/2011-95 - Exposição de Motivos 256 2017 MCTIC (0245200)  
 53900.001600/2016-83 - Exposição de Motivos 434 2018 MCTIC (0808564)  
 53000.004800/2014-70 - Exposição de Motivos 402 2018 MCTIC (0767216)  
 53000.056630/2011-66 - Exposição de Motivos 465 2018 MCTIC (0837828)  
 53000.065990/2005-19 - Exposição de Motivos 436 2018 MCTIC (0808669)  
 53000.066680/2011-51 - Exposição de Motivos 258 2016 MCTIC (0122481)  
 53900.042394/2016-61 - EM nº 00462/2018 MCTIC  
 01250.057354/2017-01 - EM nº 00426/2018 MCTIC  
  
 53900.029584/2016-93 - EM nº 00440/2018 MCTIC  
 53710.000474/2002-81 - EM nº 00423/2018 MCTIC  
 53900.043984/2015-21 - Exposição de Motivos 400 2018 MCTIC (0785230)  
 53000.006934/3013-44 - Exposição de Motivos 379 2018 MCTIC (0785031)  
 53900.012814/2014-13 - Exposição de Motivos 398 2018 MCTIC (0784994)  
 53900.041594/2015-16 - Exposição de Motivos 358 2018 MCTIC (0765330)  
 53900.012614/2016-22 - Exposição de Motivos 371 2018 MCTIC (0765042)  
 53900.045664/2016-96 - Exposição de Motivos 365 2018 MCTIC (0764846)  
 53900.035364/2014-37 - Exposição de Motivos 355 2018 MCTIC (0736222)  
 53900.043814/2015-46 - Exposição de Motivos 340 2018 MCTIC (0732911)  
 53900.017084/2015-28 - Exposição de Motivos 298 2018 MCTIC (0702280)  
 53000.043064/2012-11 - Exposição de Motivos 255 2018 MCTIC (0677009)  
 53900.049324/2015-53 - Exposição de Motivos 215 2018 MCTIC (0676890)  
 53900.041564/2015-18 - Exposição de Motivos 271 2018 MCTIC (0676554)  
 53000.013424/2014-12 - Exposição de Motivos 193 2018 MCTIC (0652648)  
 53000.058134/2011-47 - Exposição de Motivos 273 2017 MCTIC (0246722)  
 53000.048414/2012-28 - Exposição de Motivos 234 2017 MCTIC (0246175)  
 53000.050644/2012-57 - Exposição de Motivos 107 2018 MCTIC (0554563)  
 53000.026302/2013-05 ---- EXM 406 2017 MCTIC  
 01250.040812/2018-46 ---- EXM 498 2018 MCTIC  
 53000.006332/2012-14--- Exposição de Motivos 134/2016 (0036529)  
 53740.000282/2002-18--- Exposição de Motivos 1020 2017 MCTIC (0360501)  
 53900.010232/2014-01--- Exposição de Motivos 444 2018 MCTIC (0838630)  
 53000.069282/2013-59 --- Exposição de Motivos 461 2018 MCTIC (0838822)  
 53900.013262/2015-41--- Exposição de Motivos 447 2018 MCTIC (0837186)  
 53000.060582/2013-72--- Exposição de Motivos 446 2018 MCTIC (0836564)  
 53000.061812/2011-59--- Exposição de Motivos 972 2017 MCTIC (0358122)  
 01250.000252/2018-97 --- Exposição de Motivos 431 2018 MCTIC (0808692)  
 53900.017145/2015-57 - Exposição de Motivos 521 2018 MCTIC (0923054)  
 53000.022925/2012-10 - Exposição de Motivos 501 2018 MCTIC (0929356)  
 53000.055599/2007-60 - Exposição de Motivos 484 2017 MCTIC (0275926)  
 53000.065155/2013-81 - Exposição de Motivos 441 2017 MCTIC (0272465)  
 53000.051815/2010-01 - Exposição de Motivos 539 2018 MCTIC (0918494)  
 53000.069265/2013-11 - Exposição de Motivos 624 2017 MCTIC (0303292)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53900.073493/2015-12 EM nº 0389/2018  
 53900.011113/2014-67 Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC  
 01250.059013/2017-62 Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC  
 53000.001683/2014-92 Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC  
 53900.017343/2015-11 Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC



53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC
53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC
53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)

53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)
53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)

Att,

***Ana Carolina Tannuri Laferté***

Subchefe Adjunta de Infraestrutura

Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil

Tel. 3411 2053 / 2040



**Data de Envio:**

21/01/2019 15:11:28

**De:**

PR/Protocolo Central <codoc.protocolocentral@presidencia.gov.br>

**Para:**

codin.civil@mctic.gov.br

**Assunto:**

devolução da exm 242 2018 MCTIC

**Mensagem:**

Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

**Anexos:**

Devolução 2 - EMs Radiodifusão - SAJ.pdf

E\_mail\_0996574\_Devolucao\_1\_\_\_EMs\_Radiodifusao\_\_\_SAJ.pdf



Brasília, 22 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
GABINETE  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900  
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E  
TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**

**ASSUNTO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA, EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS.  
PORTARIA DE OUTORGA E ASSINATURA DE CONTRATO/CONVÊNIO.**

EMENTA:

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras/PB: **viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

## **I - DO RELATÓRIO**

A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC (Sei 1969959), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato de permissão com o Poder Público.

A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (Sei 0215625 - Pags. 78/84), cuja conclusão foi a seguinte, *in verbis*:

## **IV CONCLUSÃO.**

17. Diante do exposto, esta Consultoria jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade

de Cajazeiras, no Estado da Paraíba (Canal 292 E, Classe C), sagrando-se vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (Sei 0509847), na data de 15 de maio de 2015 (SEI 0509852).

Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, fora solicitada a documentação referente à aprovação de local de instalação e equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963<sup>[1]</sup> (Ofício nº 25145/2015/SEI-MC - Sei 0645405), e, posteriormente, a autoridade administrativa concluiu pela sua viabilidade, conforme Despacho Interno COTED 1090593, por meio do qual aprovou

o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB/REITORIA), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, utilizando o canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Consta, no SEI 196489, o *checklist* elaborado pela SERAD, atestando que "a documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente".

É o breve relatório.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA

Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações promovidas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012<sup>[2]</sup> (o qual "*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*"), o qual promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

Realizadas as diligências instrutórias, os autos foram remetidos a esta CONJUR, a fim de que este órgão se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato de permissão/convênio, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:

### **Decreto nº 52.795, de 1963**

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento<sup>[3]</sup> integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

Ato contínuo, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>[4]</sup>, **portaria que conterá as seguintes informações:**

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

**§1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.**

**§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.**

**§3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.**

§4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade na fase da contratação para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.



De início, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (Sei 1909558).

Quanto à representação da entidade, pessoa jurídica de direito público, verifica-se, junto às petições do protocolo nº 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pags. 2/3, a nomeação do Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes para o cargo de Reitor do referido Instituto, responsável por assinar o contrato/convênio em questão. Conforme NUP: 01250.009886/2017-24 - Sei 1690376 - Pag. 8, vê-se a qualificação de brasileiro nato do citado representante.

**No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do **representante legal** da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). **Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificada a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.**

Por sua vez, com vistas a aferir a idoneidade dos dirigentes da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, as Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, sofreram algumas alterações. A exemplo disso, o art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63 - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais-, ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38<sup>[5]</sup>. .....

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)**

Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: “*Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo*”. É exatamente a hipótese dos autos.

Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovar a idoneidade moral dos dirigentes da entidade **ficará** atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração **"de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"**. E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação.

**Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.**

Quanto à **regularidade fiscal**, observa-se a juntada de certidão de débitos relativos aos tributos federais, estaduais e municipais - o que alcança a regularidade com Seguridade Social<sup>[6]</sup> (Sei 1909558, pag. 07 e 1968626)-, bem como certidão de regularidade do FGTS, válida até 24.06.2017 (Sei 1909558, pag. 06). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.**

Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que a entidade apresentou declaração asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (Sei 0215625 Pag. 4). No entanto, entende-se que aquela declaração se encontra prejudicada, haja vista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pag. 2. **Portanto, faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.**

**Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato/convênio**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos **atualizados**, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** dos documentos em referência. Salienta-se que

cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação, **desde que atendidas as recomendações vazadas nos itens 16, 17 e 21 a 26 da presente manifestação.** Atendidas as recomendações, e **não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada ou** circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR.

No que concerne às minutas de Contrato, de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 13047/2017/SEI-MCTIC (SEI 1955415), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

É o parecer. À apreciação do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO**  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

Notas

1. <sup>^</sup>Art. 29. *A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.*

2. <sup>^</sup>Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012:Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.
3. <sup>^</sup>Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.
4. <sup>^</sup>Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, **que é condição indispensável para sua eficácia**, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
5. <sup>^</sup>Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:**[...]
6. <sup>^</sup>A certidão de regularidade com as contribuições previdenciárias, de acordo com o artigo 1º, §1º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, seção 1, página 17, que revogou a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, a Regularidade dos Créditos Tributários Relativos às Contribuições Sociais (Seguridade Social) é emitida em conjunto com a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 65939299 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 21-08-2017 13:39. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



**NOTA TÉCNICA Nº 13456/2017/SEI-MCTIC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Deferimento.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de instrução para assinatura de contrato da outorga deferida ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, pessoa jurídica de direito público interno, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

**ANÁLISE**

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27 de abril de 2016, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, do então Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (1090593), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.
3. Após a aprovação do local, a entidade interessada foi instada a apresentar a documentação adequada à correta instrução do feito, com vistas à formalização da correspondente outorga, mediante a assinatura do Convênio de Adesão de Permissão com a União, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14/09/2011 e Parecer nº 0191/2013/CGCE/CONJUR-MC/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Em resposta, a interessada apresentou os seguintes documentos:

LISTA DE DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO	OBSERVAÇÕES
<b>PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO</b>	
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	Ok Pág. 07 e 09 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24 Cícero Nicácio do Nascimento Lopes. 2014/2018
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	Ok Pág. 08 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	Ok Pág. 06 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	Ok Pág. 07 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	Ok Pág. 01 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	Ok Pág. 02 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
g) Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Convênio de Adesão de Permissão;	Ok Pág. 01/02 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
h) Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do <b>dirigente que irá assinar o contrato</b> , ou do procurador (se for o caso);	Ok Pág. 08 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
i) Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	Não se aplica.
j) Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira); se for o caso;	Não se aplica
k) Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal em questão.	Ok Pág. 01/02 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
l) Certidão de regularidade com o Fistel.	Ok Pág. 04 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
m) Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome de seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral.	Ok Anexo (1968964) Consulta em 20/06/2017 Encontradas ações que tratam de suspensão de parcelas pecuniária de remuneração

5. Conforme se verifica do quadro acima descrito (item 5), foi constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto, tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral do dirigente, razão pela qual entendemos não haver óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Convênio de Adesão de Permissão, objeto dos autos.

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com a minuta de contrato de outorga, bem como com as minutas de Portaria de Consolidação, Exposição de Motivos e Portaria Ministerial que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo e do citado instrumento contratual, com vistas à sua celebração;
- após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

## MINUTA DE CONTRATO



CONVÊNIO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e \_\_\_\_\_, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, representada pelo seu Reitor, Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes, CI nº 861.283 e CPF/MF nº 424.410.564-68, assinam o presente Convênio de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Cajazeiras/PB, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir do Decreto Legislativo.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;
- a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;
- admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para transferir a outorga;
- observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

j) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

k) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

l) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

m) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

n) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Convênio automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

**Cláusula 16ª.** A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Convênio de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

\_\_\_\_\_  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

---

#### MINUTA DE PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, que terá as seguintes características:

I - a execução do serviço será realizada pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, conforme Despacho que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho do Diretor do então Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 27 de abril de 2016; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

#### MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201\_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
- Cumpra ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
- Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº /MC, DE DE DE 2017.

- Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

- Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

- Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

- Custos.

Não há.

- Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

- Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

- Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

- Síntese do parecer do órgão jurídico.

Assinatura de contrato de concessão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 23/06/2017, às 15:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, Secretária de Radiodifusão, em 18/07/2017, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, Técnico de Nível Superior, em 19/07/2017, às 13:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1969959** e o código CRC **58127888**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO  
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 22 de outubro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: Cajazeiras/PB - FME - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.223 2019 MCTIC.

Francisco de Assis Alves da Silva  
Assistente DAS



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Alves da Silva, Gestor de Contrato**, em 22/10/2019, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1522183** e o código CRC **5C05A5DD** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Casa Civil**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 549/2019/AS/SAINF/SAG

**Assunto: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras/PB**

**Interessado: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA(CNPJ nº 10.783.898/0001-75)**

**Referência: EM nº01223/2019 MCTIC, de 22/10/2019 – Processo nº 53000.022715/2012-21**

1. Trata-se da PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018, que outorga a permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Cajazeiras/PB, pelo prazo de dez anos, com o uso do canal 292E, sem direito a exclusividade, para a INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA inscrit CNPJ(MF) sob o nº 10.783.898/0001-75, de acordo com o disposto na [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[1].

2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de outorga de permissão nos termos da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC, de 23/06/2017, (522178), que se posiciona pelo prosseguimento do pedido de outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 21/08/2017 (522173), com o registro pela viabilidade jurídica da outorga, com recomendações.

3. A matéria já havia sido encaminhada a esta Casa Civil por meio da EM nº 00242/2018 MCTIC, de 24/05/2018 (677098), a qual foi devolvida com E-mail PROTOCOLO CENTRAD996579, de 21/01/2019, em razão da necessidade de reavaliação pelo novo titular do MCTIC, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

4. O Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras/PB, foi colocado em seleção pública por meio do [Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012](#), cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA, por intermédio do [Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015](#), em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

5. No Relatório do Canal que integra o [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro \(Módulos de radiodifusão - SCR\)](#)[2], disponível em: [http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo\\_sistema.php?id=57dbac2c77965&state=FM-CS](http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac2c77965&state=FM-CS), verificou-se que não constam nos campos de Histórico de Documentos Emitidos os registros relativos aos atos de habilitação e homologação da seleção, o que deverá ser observado pelo MCTIC na implementação do [Programa SERAD Digital](#).

6. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC, bem como na Nota Técnica nº 3185/2018/SEI-MCTIC (2647075), ponderamos que não foi localizada a informação sobre a resolução das recomendações apontadas no item 27 do Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, fazendo-se necessária, pois, a oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília/DF, 10 de dezembro de 2019.

À consideração superior,

**CICERO COELHO DE ABREU ROCHA FILHO**

Assessor

De Acordo,

**JOSÉ CRUZ FILHO**

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

**MARCELO BARROS GOMES**

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[2] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

### Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.789.888/0001-75 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA		DATA DE ASSERTURA 30/12/2008	
TIPO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IFPB/REITORIA		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.55-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 110-4 - Autarquia Federal			
LOGRADOURO AV JOAO DA MATA		NÚMERO 268	COMPLEMENTO
CEP 55.015-020	CIDADE/DISTRITO JAGUARIBE	MUNICÍPIO JOAO PESSOA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO NICACIO@IFPB.EDU.BR		TELEFONE (55) 3812-8701 / (55) 3812-8703	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIAO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/12/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/12/2019 às 11:39:31 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 10/12/2019, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto ( DAS 101.5)**, em 10/12/2019, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Barros Gomes, Subchefe**, em 10/12/2019, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1613258** e o código CRC **AE912590** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 11 de maio de 2020.

**CERTIDÃO**

**Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Brasília, 11 de maio de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53000.022715/2012-21, que versa sobre OUTORGA de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: 01223/2019-MCTIC

- Tipo de Serviço:

- ☐ Rádio Comunitária - Outorga
- ☐ Rádio Comercial FM – Outorga
- ☒ Rádio Educativa – Outorga
- ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Outorga
- ☐ Outros casos

- Entidade:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

- CNPJ nº:

10.783.898/0001-75

- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à outorga:

13456/2017/SEI-MCTIC

- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à outorga:

00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

- Portaria MCTIC nº: 1085 , de \_14\_\_/\_março\_/\_2018\_\_.

- Data de publicação da Portaria MCTIC no DOU:

22 de Março de 2018

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

À consideração superior,

Erick Vinícius Leal Gonçalves  
Estagiário  
Centro de Estudos Jurídicos  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Erick Vinicius Leal Gonçalves, Estagiário(a)**, em 11/05/2020, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1878211** e o código CRC **76925B12** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)  
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)  
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.022715/2012-21 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53000.022715/2012-21.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**  
Assessor  
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970865** e o código CRC **A85AF279** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*





Diário Oficial da União - Seção

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 553/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019629/2014-50, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 13/07/2014, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Santiago, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 291E, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 123, de 31 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 8 de fevereiro de 2002.

Art. 2º A execução do Serviço de Radiodifusão, cuja Permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 614/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068261/2017-02 e da Nota Técnica nº 1738/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 618/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BAURUR, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51(cinquenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.064705/2017-22 e da Nota Técnica nº 1862/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 713/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV, da Constituição, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 3815, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2017, que extinguiu a outorga concedida à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Curitiba / PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.085/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.098/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043064/2012-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Bom Conselho - FBC, CNPJ nº 07.131.366/0001-49, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Bom Conselho, estado de Pernambuco, por meio do canal 291E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.166/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043380/2012-85, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação João Matias de Oliveira, CNPJ nº 07.448.186/0001-95, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barras, estado do Piauí, por meio do canal 290E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.111/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TAQUARITINGA, estado de São Paulo, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.006263/2018-81 e da Nota Técnica nº 3428/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.114/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITUIUTABA, estado de Minas Gerais, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049573/2017-17 e da Nota Técnica nº 3237/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.235/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028636/2017-93 e da Nota Técnica nº 4151/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.239/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARARAQUARA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059033/2017-33 e da Nota Técnica nº 3073/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.376/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.018642/2013-54, resolve:





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

**PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**  
**ASSUNTO: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, EM FREQUÊNCIA MODULADA,**  
**COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS. PORTARIA DE OUTORGA E ASSINATURA DE**  
**CONTRATO/CONVÊNIO.**

**EMENTA:**

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Cajazeiras/PB: **viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.**

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

**I - DO RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC (Sei 1969959), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato de permissão com o Poder Público.

2. A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 0576/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU (Sei 0215625 - Pags. 78/84), cuja conclusão foi a seguinte, *in verbis*:

**IV CONCLUSÃO.**

17. Diante do exposto, esta Consultoria jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Cajazeiras, no Estado da Paraíba (Canal 292 E, Classe C), sagrando-se vencedor o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA.

3. Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (Sei 0509847), na data de 15 de maio de 2015 (SEI 0509852).

4. Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, fora solicitada a documentação referente à aprovação de local de instalação e equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao

art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963<sup>[1]</sup> (Ofício nº 25145/2015/SEI-MC - Sei 0645405), e, posteriormente, a autoridade administrativa concluiu pela sua viabilidade, conforme Despacho Interno COTED 1090593, por meio do qual aprovou

o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB/REITORIA), permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, utilizando o canal 292 E (duzentos e noventa e dois Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

5. Consta, no SEI 196489, o *checklist* elaborado pela SERAD, atestando que "a documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente".

6. É o breve relatório.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA

7. Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações promovidas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012<sup>[2]</sup> (o qual "*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*"), o qual promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

8. Realizadas as diligências instrutórias, os autos foram remetidos a esta CONJUR, a fim de que este órgão se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato de permissão/convênio, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

9. Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:

### Decreto nº 52.795, de 1963

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento<sup>[3]</sup> integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

10. Ato contínuo, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>[4]</sup>, **portaria que conterá as seguintes informações:**

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

§1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.

§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.

§3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.

§4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

11. Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

12. Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

13. Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade na fase da contratação para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.

14. De início, registra-se o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (Sei 1909558).

15. Quanto à representação da entidade, pessoa jurídica de direito público, verifica-se, junto às petições do protocolo nº 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pags. 2/3, a nomeação do Sr. Cícero Nicácio do Nascimento Lopes para o cargo de Reitor do referido Instituto, responsável por assinar o contrato/convênio em questão. Conforme NUP: 01250.009886/2017-24 - Sei 1690376 - Pag. 8, vê-se a qualificação de brasileiro nato do citado representante.

16. **No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do **representante legal** da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). **Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.**

18. Por sua vez, com vistas a aferir a idoneidade **dos dirigentes** da entidade, é preciso esclarecer que, com o advento da **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**, as **Leis nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**, nº 5.785, de 23 de junho de 1972, nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, **sofreram algumas alterações**. A exemplo disso, o **art. 11 da nova lei revoga a alínea "a" do art. 34 da Lei nº 4.117/63** - que dispunha sobre a idoneidade moral e fundamentava a exigência de certidões negativas de feitos judiciais-, **ao passo que o art. 5º altera o art. 38 da Lei nº 4.117/62, passando a exigir apenas uma declaração dos sócios e dirigentes nos seguintes termos:**

Art. 5º A Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)“Art. 38<sup>[5]</sup>. .....

**j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos**



nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990". (g.n.)

19. Outrossim, o art. 8º da Lei nº 13.424/17 prevê a aplicação imediata do dispositivo supra transcrito aos processos pendentes de contratação, circunstância que alcança a hipótese dos autos: *"Aplica-se o art. 5º desta Lei aos processos pendentes de contratação com o Poder Executivo"*. É exatamente a hipótese dos autos.

20. Com efeito, entende-se que a finalidade das certidões cíveis e criminais para fins de comprovar a idoneidade moral dos dirigentes da entidade **ficará** atendida, por expressa disposição legal, pela juntada aos autos da declaração **"de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, e p do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"**. E aqui é necessário destacar que a declaração é firmada sob advertência de que a falsidade das informações nela prestadas enseja a responsabilização dos dirigentes nas esferas penal e administrativa, nos termos do §3º do art. 38 da Lei nº 4.117/63, com a novel redação.

21. **Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.**

22. Quanto à **regularidade fiscal**, observa-se a juntada de certidão de débitos relativos aos tributos federais, estaduais e municipais - o que alcança a regularidade com Seguridade Social<sup>[6]</sup> (Sei 1909558, pag. 07 e 1968626)-, bem como certidão de regularidade do FGTS, válida até 24.06.2017 (Sei 1909558, pag. 06). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.**

23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). **Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.**

24. Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que a entidade apresentou declaração asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (Sei 0215625 Pag. 4). No entanto, entende-se que aquela declaração se encontra prejudicada, haja vista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pag. 2. **Portanto, faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.**

25. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato/convênio**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos **atualizados**, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade** dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

### III – CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação, **desde que atendidas as recomendações vazadas nos itens 16, 17 e 21 a 26 da presente manifestação**. Atendidas as recomendações, e **não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada** ou circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, não há necessidade de nova remessa dos autos para esta CONJUR.

28. No que concerne às minutas de Contrato, de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº 13047/2017/SEI-MCTIC (SEI 1955415), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro. **Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.**

29. Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, para as providências cabíveis.

30. É o parecer. À apreciação do Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO**  
ADVOGADA DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

#### Notas

1. <sup>^</sup> Art. 29. *A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.*
2. <sup>^</sup> Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012: Art. 6º *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.*
3. <sup>^</sup> *Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.*
4. <sup>^</sup> Art. 61. *Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.[...]Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, **que é condição indispensável para sua eficácia**, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
5. <sup>^</sup> Art. 38. *Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, **serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:**[...]*
6. <sup>^</sup> *A certidão de regularidade com as contribuições previdenciárias, de acordo com o artigo 1º, §1º, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014, publicada no DOU de 03/10/2014, seção 1, página 17, que revogou a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, a Regularidade dos Créditos Tributários Relativos às Contribuições Sociais (Seguridade Social) é emitida em conjunto com a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.*

---

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 65939299 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 21-08-2017 13:39. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01271/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADOS: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFPB**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União, Dra. Alessandra Rodrigues de Castro.

2. Ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

**Alex Bahia Ribeiro**

Advogado da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

---

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68315918 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 21-08-2017 15:28. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01277/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.022715/2012-21**

**INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB**

**ASSUNTO: Instrução para assinatura de contrato de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB**

1. Aprovo por seus próprios fundamentos fático-jurídicos o Parecer nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Dra. Alessandra Rodrigues de Castro e o Despacho nº 01271/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que o aprova, de autoria do Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária Dr. Alex Bahia Ribeiro.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 23 de agosto de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação  
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016  
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000022715201221 e da chave de acesso 047a8fef

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68933864 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 23-08-2017 10:56. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

**NOTA TÉCNICA Nº 13456/2017/SEI-MCTIC**

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Deferimento.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de instrução para assinatura de contrato da outorga deferida ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, peessoa jurídica de direito público interno, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras/PB, por meio do canal 292E, de acordo com o Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

**ANÁLISE**

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27 de abril de 2016, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, do então Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica (1090593), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Após a aprovação do local, a entidade interessada foi instada a apresentar a documentação adequada à correta instrução do feito, com vistas à formalização da correspondente outorga, mediante a assinatura do Convênio de Adesão de Permissão com a União, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14/09/2011 e Parecer nº 0191/2013/CGCE/CONJUR-MC/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Em resposta, a interessada apresentou os seguintes documentos:

LISTA DE DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DE CONTRATO	OBSERVAÇÕES
<b>PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO</b>	
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	Ok Pág. 07 e 09 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24 Cícero Nicácio do Nascimento Lopes. 2014/2018
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;	Ok Pág. 08 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	Ok Pág. 06 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	Ok Pág. 07 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	Ok Pág. 01 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	Ok Pág. 02 do Anexo (1968626) Consulta em 20/06/2017
g) Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Convênio de Adesão de Permissão;	Ok Pág. 01/02 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
h) Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do <b>dirigente que irá assinar o contrato</b> , ou do procurador (se for o caso);	Ok Pág. 08 da Petição (1690376) do Protocolo nº 01250.009886/2017-24
i) Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	Não se aplica.
j) Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira); se for o caso;	Não se aplica
k) Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal em questão.	Ok Pág. 01/02 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017
l) Certidão de regularidade com o Fistel.	Ok Pág. 04 do Anexo (1909558) Consulta em 26/05/2017



m) Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos sites dos Tribunais, em nome de seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral.

Ok  
Anexo (1968964)  
Consulta em 20/06/2017  
Encontradas ações que tratam  
de suspensão de parcelas  
pecuniária de remuneração  
("incorporação dos quintos")  
em nome do atual Reitor.

5. Conforme se verifica do quadro acima descrito (item 5), foi constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto, tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral do dirigente, razão pela qual entendemos não haver óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Convênio de Adesão de Permissão, objeto dos autos.

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com a minuta de contrato de outorga, bem como com as minutas de Portaria de Consolidação, Exposição de Motivos e Portaria Ministerial que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo e do citado instrumento contratual, com vistas à sua celebração;
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

## MINUTA DE CONTRATO



CONVÊNIO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e \_\_\_\_\_, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, representada pelo seu Reitor, Sr. Cicero Nicácio do Nascimento Lopes, CI nº 861.283 e CPF/MF nº 424.410.564-68, assinam o presente Convênio de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Cajazeiras/PB, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir do Decreto Legislativo.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;
- c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- h) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para transferir a outorga;
- i) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;
- j) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- k) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- l) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- m) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- n) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, a entidade deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- k) manter em dia os registros da programação;
- l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 6ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 7ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 8ª.** O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

**Cláusula 9ª.** A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 10ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 11ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

**Cláusula 12ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Convênio automaticamente rescindido.

**Cláusula 13ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 14ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 15ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

**Cláusula 16ª.** A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Convênio de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

\_\_\_\_\_  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

#### MINUTA DE PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, que terá as seguintes características:

I - a execução do serviço será realizada pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, conforme Despacho que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho do Diretor do então Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 27 de abril de 2016; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

#### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº        /        /MC

Brasília,        de        de 201\_\_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº \_\_\_\_/MC, DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2017.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Assinatura de contrato de concessão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade Cajazeiras, estado da Paraíba: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 23/06/2017, às 15:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**, **Secretária de Radiodifusão**, em 18/07/2017, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, **Técnico de Nível Superior**, em 19/07/2017, às 13:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1969959** e o código CRC **58127B8B**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 1969959



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 07 de setembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 471 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 07/09/2023, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4554043** e o código CRC **D4FC6C9B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3009/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 471/2023.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 471/2023 (4554039), do Ministério das Comunicações, referente ao "procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 08/09/2023, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4554704** e o código CRC **077B655D** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.022715/2012-21

SUPER nº 4554704

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 471/2023 MCOM (4554039) e respectivos anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

**Trâmites do Processo:**

Despacho DIPUBL/CODOC/DIALOG/SA/SE/CC/PR (4554043), endereçado aos Protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 3009/GM/CC/PR (4554704), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 13/09/2023, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4567390** e o código CRC **016EB837** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 9789/2021/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Exigência Jurídica.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento posterior à publicação da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (N.SEI 2793989), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Cajazeiras/PB**, por meio do canal 292E, que adjudicou o objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - N.SEI 0509852).

## ANÁLISE

2. Primeiramente, cumpre destacar que, após instrução do feito, esta Coordenação, área responsável pela análise dos pedidos de outorga dos serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, concluiu pelo deferimento do pleito com vistas ao encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação sobre a regularidade jurídico-formal do processo, conforme Nota Técnica nº 13456/2017 (SEI nº 1969959).

3. Na análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, no entanto, conforme Nota Conjur nº 915/2017 (SEI nº 2156833), verificou-se a necessidade de esclarecimentos a respeito da instrução processual, pois, a CONJUR recomendou as seguintes diligências:

16. No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificada a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.

21. (...) sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.

22. Quanto à regularidade fiscal, (...) orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.

23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

24. (...) faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei nº 236/1967), devendo a SERAD

averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.

25. Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.

26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, por ocasião da assinatura do contrato/convênio, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos atualizados, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da regularidade dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga

4. No que concerne à observância das solicitações da CONJUR no presente caso, a área entendeu que, por própria menção da Consultoria, deveriam ser realizadas por ocasião da formalização do Contrato. Então, o processo prosseguiu, sendo publicada a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (N.SEI 2793989).

5. Contudo, dadas as exigências cada vez mais acuradas da Casa Civil, cumpre, por cautela, realizar a diligência recomendada pela Consultoria antes do novo envio dos autos para ratificação da outorga por Decreto Legislativo.

6. Desta forma, cumpre cientificar a proponente da necessidade de juntada das seguintes documentações:

a) pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato;

b) declaração dos dirigentes nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017; e declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), **conforme modelo Anexo abaixo.**

c) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;

f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;

h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;

i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

7. Por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018, que também rege o certame, **a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais.** Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3399/2018, publicada em 09/07/2018), **as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico** e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de **exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério** (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).



8. Diante do exposto, opinamos que seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 6), contados da data do seu recebimento, sob pena de indeferimento do pleito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 19/08/2021, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 19/08/2021, às 13:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7990317** e o código CRC **C839F7D5**.

## Minutas e Anexos

### Modelo de Declaração:

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica \_\_\_\_\_, CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, venho encaminhar esta declaração, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;
- (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

- (f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;
- (l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;
- (n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e
- (o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

---

Local, data

---

Assinatura do representante legal



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 17092/2021/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA,  
CNPJ nº 10.783.898/0001-75

**Assunto: Processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB - Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9789/2021/SEI-MCOM (SEI Nº 7990317)** desta Secretaria, que trata de **pendências** encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 19/08/2021, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **7990318** e o código CRC **38570353**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 17092/2021/MCOM - Processo nº 53000.022715/2012-21 - Nº SEI: 7990318

**Data de Envio:**

23/08/2021 15:27:48

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

**Para:**

NICACIO@IFPB.EDU.BR

nicacio@ifpb.edu.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53000.022715/2012-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_7990318.html

Nota\_Tecnica\_7990317.html





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Cajazeiras/PB, 18 de março de 2022.

**Ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga**

**Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**

Esplanada dos Ministérios, bloco R, Anexo, Ala Oeste, 3º andar. Sala 301, CEP 70.044-900 Brasília/DF

**Referência:** Ofício nº 17092/2021/MCOM e Nota Técnica nº 9789/2021/SEI-MCOM.

**Assunto:** Processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB

**Processo nº 53000.022715/2012-21**

Senhor Coordenador,

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA-IFPB**, personalidade jurídica de direito público, CNPJ/MF nº 10.783.898/0001-75, com sede na Rua João da Mata, nº 256, Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP: 58.015-020, vem, por seu representante legal, em atenção ao Ofício nº 17092/2021/MCOM e Nota Técnica nº 9789/2021/SEI-MCOM, **encaminhar**, em anexo, toda a documentação necessária para completa instrução do processo em epígrafe.

Desse modo, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária à instrução do processo.

Atenciosamente,

  
**Cícero Nicácio Nascimento Lopes**  
Reitor do IFPB



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

**NOTA TÉCNICA Nº 9789/2021/SEI-MCOM**

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Exigência Jurídica.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

Trata-se de procedimento posterior à publicação da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (N.SEI 2793989), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Cajazeiras/PB**, por meio do canal 292E, que adjudicou o objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - N.SEI 0509852).

**ANÁLISE**

Primeiramente, cumpre destacar que, após instrução do feito, esta Coordenação, área responsável pela análise dos pedidos de outorga dos serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, concluiu pelo deferimento do pleito com vistas ao encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação sobre a regularidade jurídico-formal do processo, conforme Nota Técnica nº 13456/2017 (SEI nº 1969959).

Na análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, no entanto, conforme Nota Conjур nº 915/2017 (SEI nº 2156833), verificou-se a necessidade de esclarecimentos a respeito da instrução processual, pois, a CONJUR recomendou as seguintes diligências:

16. No documento SEI 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.
17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.
21. (...) sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.
22. Quanto à regularidade fiscal, (...) orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.



23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.
24. (...) far-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.
25. Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.
26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, por ocasião da assinatura do contrato/convênio, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos atualizados, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da regularidade dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga

No que concerne à observância das solicitações da CONJUR no presente caso, a área entendeu que, por própria menção da Consultoria, deveriam ser realizadas por ocasião da formalização do Contrato. Então, o processo prosseguiu, sendo publicada a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (N.SEI 2793989).

Contudo, dadas as exigências cada vez mais acuradas da Casa Civil, cumpre, por cautela, realizar a diligência recomendada pela Consultoria antes do novo envio dos autos para ratificação da outorga por Decreto Legislativo.

Desta forma, cumpre cientificar a proponente da necessidade de juntada das seguintes documentações:

pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato;

declaração dos dirigentes nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017; e declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), **conforme modelo Anexo abaixo.**

prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;

prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;

certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;

prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;

prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

por fim, informamos que, nos termos do parágrafo único do art. 47 da Portaria nº 3.238/2018, que também rege o certame, a não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI, bem como eventual problema na transmissão ou recepção de dados, documentos e informações, não imputáveis à falha do referido sistema, não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos legais. Ainda, nos termos da Portaria que trata do funcionamento do Processo Eletrônico nesta Pasta (Portaria nº 3399/2018, publicada em 09/07/2018), as comunicações serão efetuadas por meio eletrônico e serão consideradas recebidas para todos os efeitos nos procedimentos em trâmite no âmbito deste Ministério, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário a consulta periódica do e-mail cadastrado e a atualização dos seus dados cadastrais no Ministério (art. 20 caput e incisos I e VII e parágrafo único §1º; e art. 27).

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos que seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, concedendo a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias, para que apresente a documentação acima listada (item 6), contados da data do seu recebimento, sob pena de indeferimento do pleito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, Analista Técnico-Administrativo, em 19/08/2021, às 13:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal, em 19/08/2021, às 13:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7990317** e o código CRC **C839F7D5**.

## Minutas e Anexos

### Modelo de Declaração:

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica \_\_\_\_\_, CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, venho encaminhar esta declaração, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;



(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasileira de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;

(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;

(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;

(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Local, data



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 202200138234**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Criminal e Execução Fiscal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**A Pessoa Jurídica**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
**CNPJ: 10.783.898/0001-75**

**NADA CONSTA** em relação a decisões judiciais transitadas em julgado, embora haja os seguintes feitos em tramitação:

Nos termos do art. 8º, § 1º, da Resolução nº 121/2010 do CNJ, informamos que também consta a distribuição dos seguintes feitos:

**0810905-58.2021.4.05.8200 - 6ª VARA FEDERAL - 19/11/2021 14:10:00 - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME**  
**0801529-58.2015.4.05.8200 - 1ª VARA FEDERAL - 06/05/2015 17:40:37 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**  
**0805856-35.2018.4.05.8202 - 1ª VARA FEDERAL - 23/10/2018 15:35:11 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**  
**0802359-77.2022.4.05.8200 - 2ª VARA FEDERAL - 21/03/2022 14:43:30 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**  
**0812039-23.2021.4.05.8200 - 1ª VARA FEDERAL - 08/11/2021 12:20:22 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA**  
**0800009-53.2021.4.05.8200 - 1ª VARA FEDERAL - 04/01/2021 15:35:09 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**  
**0812167-43.2021.4.05.8200 - 2ª VARA FEDERAL - 11/11/2021 19:23:44 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**  
**0800166-89.2022.4.05.8200 - 2ª VARA FEDERAL - 13/01/2022 10:21:09 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**  
**0800090-50.2022.4.05.8205 - 14ª VARA FEDERAL - 26/02/2022 23:59:06 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

**Observações:**

Processos em tramitação de acordo com Art. 7º, V, § 1º da Resolução 121/2010 do CNJ.

**Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis.**

Joao Pessoa, 23/03/2022 16:03:01

GILDAZIO AZEVEDO DE CARVALHO

Certidão expedida gratuitamente, referente ao pedido número 202200138234  
NOME E CPF/CNPJ DEVEM SER CONFERIDOS COM OS DOCUMENTOS ORIGINAIS.  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

Em respeito ao Art. 7º, V, §1º da Resolução 121 esta certidão não apresenta partes em benefício de Sursis.  
**A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).**



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
SECRETARIA JUDICIÁRIA  
PODER JUDICIÁRIO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA**, atendendo à solicitação de parte interessada e excluindo os processos por ventura em segredo de justiça, que em consulta ao seu acervo desde 1990 até a presente data **CONSTAM** nos sistemas de Processo Judicial Eletrônico e Processo Judicial Físico de 2º grau, feitos em nome de **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, CPF/CNPJ N° **10.783.898/0001-75**, com os seguintes dados processuais:

Nº do Processo:	Classe	Órgão Julgador	Dt.Distribuição	Relator	Polo Ativo	Polo Passivo	Critério Pesquisa
0801824-91.2014.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	TRF5			MARCIA MEIRA DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800331-46.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	25/05/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	EMILLY MARQUES CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802722-94.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/03/2020	ALEXANDRE LUNA FREIRE	ALINIANA DA SILVA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801666-48.2017.4.05.8401	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	Pleno	10/04/2018		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CLERISTON DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804642-11.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	29/05/2017	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROSANO FREIRE CARVALHO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800568-88.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	17/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MONICA SANDRA SOARES SEABRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800009-05.2011.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	25/06/2013	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	Nelma Mirian Chagas de Araújo	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800273-77.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	30/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA BEATRIZ GOMES BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808599-53.2020.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	4ª Turma	03/08/2021	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	HIDEMI SOARES MIYAMOTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803697-29.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	17/09/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	DIEGO HENRIQUE DA SILVA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804861-92.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	01/10/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA LEOPOLDINA LIMA CARDOSO ONOFRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803320-57.2018.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	02/12/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CARMEN DIVANA DE ARAUJO FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800872-45.2017.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	12/09/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA	KATIA DAVI BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA
0801891-94.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	20/07/2015	ALEXANDRE LUNA FREIRE	ALVARO MAGNUM BARBOSA NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802046-15.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SREEO	26/02/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CRER INTERMEDIACAO FINANCEIRA LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800765-05.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	30/04/2013	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	ANRAFEL DE SOUZA BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801176-52.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	17/02/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WEVERTON LISBOA DE SENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801186-87.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/02/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANDRE DE SOUZA VIANA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801657-36.2019.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	03/03/2020	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TULIO CESAR SOARES DOS SANTOS ANDRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801427-02.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	08/01/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA EDELCIDES GONDIM DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804563-41.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	09/11/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FLORA MAGNA DO MONTE VILAR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800682-18.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/02/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	EQUATORIAL CONSTRUÇOES LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0806416-47.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	10/11/2015	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803736-21.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	02/05/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	DINALDO JORGE GUEDES SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA
0802554-68.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	06/10/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE HENRIQUE BEZERRA MANTOVANI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808271-27.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	11/11/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JADER RODRIGUES DE CARVALHO ROCHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800931-03.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	10/03/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	Gedeão Costa Floriano dos Santos	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801879-12.2016.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/12/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAMON FORMIGA FIGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801851-11.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	30/08/2013	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AMANDA MAYARA SOBRAL RODRIGUES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803333-23.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/07/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	POLIANA DAYSE VASCONCELOS LEITAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805726-18.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	13/10/2015	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JULIANNA KELLY SOUZA BEZERRA DE AZEVEDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801804-95.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	07/04/2017	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEBORA CRISTINA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801122-14.2015.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	TRF5			VICTOR HUGO BRITO CANTALICE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800770-27.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/05/2013	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	VINICIUS ALBUQUERQUE DE MELO BORGES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813441-38.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/11/2020	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SUELIO FERNANDES CAROLINO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807488-35.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	15/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	ARIADNE BARROS BARKOKEBAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804921-31.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	15/07/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANRADEL DE SOUZA BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0801678-84.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	15/08/2013	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RICARDO DE SOUSA JOB	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801724-43.2015.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SREEO	14/06/2016		WELITON FREIRE BEZERRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800330-32.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	30/09/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIEL SALES CRUZ GONZAGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802491-47.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	29/10/2019	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA
0801391-19.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	03/03/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES DAS ESCOLAS FEDERAIS DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800421-25.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	18/06/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800934-89.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	21/05/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	AYRTON LINHARES NOBREGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800043-06.2013.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	12/03/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCANTONIO SOARES FIGUEIREDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800255-93.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	14/12/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	pedro victor santana nicéas de albuquerque	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801915-25.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	19/05/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TIAGO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804282-13.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/06/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANDREA GARCIA DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800478-71.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/02/2015	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JAILTON SOARES DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800980-44.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	12/03/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	MERCIA CIBELE DA CRUZ GOUVEIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810162-44.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	21/08/2020	ALEXANDRE LUNA FREIRE	JOACI DOS SANTOS CERQUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801217-15.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	26/06/2013	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	ROSA FRANCISCA ROCHA MONTENEGRO LEAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0805063-64.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	14/05/2018	ALEXANDRE LUNA FREIRE	MARIA DO SOCORRO VIANA DO NASCIMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800260-78.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	27/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	RENATO DE MACEDO PINTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802355-07.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	27/09/2021	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DARIO ROBERTO SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800239-04.2014.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	TRF5			RONYPETSON ALVES BARROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800372-12.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	29/01/2015	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RODRIGO HENRIQUE FRANCO DINIZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802487-06.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/05/2015	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	THIAGO MATHIAS NASCIMENTO DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811868-96.2019.4.05.0000	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	4ª Turma	05/09/2019	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CARLOS HENRIQUE ALENCAR ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809077-62.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	07/12/2016	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FILIFE JOSE CAVALCANTI LEITE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804221-89.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	10/08/2015	Cid Marconi Gurgel de Souza	FRANCISCA VANUBIA DE OLIVEIRA PEREIRA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800468-31.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	06/03/2017		JOSE YURI GUIMARAES VIANA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0021170-37.2007.4.05.8300	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma			LUIZ ANTONIO CALAZANS DE MOURA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801732-54.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	04/05/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE HILDERNANDO BEZERRA BARRETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801703-04.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	18/05/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANUBIO LEONARDO BERNARDINO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800338-27.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	18/01/2021	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOHNATAN FERREIRA MARQUES DO VALE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809611-69.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	11/10/2017	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	MYCHELLINE SOUTO CUNHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800839-54.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	11/02/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ROMULO VIEIRA LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804532-55.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	20/05/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RODRIGO HENRIQUE FRANCO DINIZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800733-38.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	17/03/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA KAROLINY DE SOUZA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802860-12.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	09/03/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	BRUNO DE MACEDO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800893-58.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	03/03/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GUTIERRE ALVES SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804118-19.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	09/04/2015	FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS	ALCIDES ANDRADE NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807676-95.2018.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	23/11/2020	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA LUCIA SILVA SOUZA ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801146-76.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	21/03/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	BRUNA MIRELLY BARBOSA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808669-37.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	11/09/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	DOUGLAS ANTONIO BEZERRA RAMOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800022-93.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	10/03/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802077-79.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/05/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800155-41.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	09/11/2017	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RODRIGO FASSELUAN MORAIS CORREIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800716-31.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	10/11/2015		JOSE ANTONIO GOMES CAVALCANTI JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801113-23.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	14/06/2013	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	ELLEN DA SILVA HONORIO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800734-52.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	14/12/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	LUCIANA PEREIRA OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800133-40.2015.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	16/02/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROBSON ARRUDA DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807672-54.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/08/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	NINOTICA ROSA VIEIRA DE ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800187-43.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	29/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MILTON MOREIRA RAIMUNDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802951-64.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	30/07/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOHN FIDJA FERREIRA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800563-66.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	20/08/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAIZA SANTOS DE GOIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800096-44.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	19/05/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	NILDA CRISTINA SOARES DE AQUINO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806772-42.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	15/01/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FLORA MAGNA DO MONTE VILAR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814813-94.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	22/11/2021	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VANESSA CRISTINA OLIVEIRA DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800429-59.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	20/01/2017	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CIBELLE DA SILVA SANTIAGO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805604-63.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	13/05/2019	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANIELLE SAVALA VIEIRA SOBREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801242-66.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	30/05/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	COSMO MARIANO DA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800436-65.2012.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	08/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	ANA MARIA MANGUEIRA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801272-29.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/03/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802098-93.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	08/08/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GUSTAVO OLÍMPIO RODRIGUES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806200-76.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	31/05/2021	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EUGENIA RIBEIRO TELES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0803095-33.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	11/04/2017	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SEVERINO ARAUJO DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812305-74.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	14/08/2018	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	IVONEIDE ALEXANDRE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805269-53.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	11/02/2020	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HERBERTH RIBEIRO DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800519-10.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	10/12/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807791-33.2015.4.05.8100	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	20/07/2016	IVAN LIRA DE CARVALHO	INEZ LIBERATO EVANGELISTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806650-92.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/09/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FRANCISCO GENEMES DIAS DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802015-39.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	21/05/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FLAVIA BARROS FERNANDES NUNES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813220-55.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	28/10/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	ADRIANO RODRIGUES SAMPIERI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801511-96.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	14/04/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	DACIO ALVES DE AZEVEDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810896-67.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	31/07/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WEYDEN CUNHA E SILVA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801811-33.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	20/08/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VICENTE CANDIDO DE MACEDO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803558-72.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	26/04/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PERICLES ALVES BATISTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801671-92.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	15/08/2013	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	FERNANDO COUTINHO VAN WOENSEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800301-34.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	17/01/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PAULO CESAR DANTAS DE ABRANTES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803248-03.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	18/05/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE DE ARIMATEIA ALMEIDA E SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800736-82.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	06/10/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS SEVERINO DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800658-62.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	21/07/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	VINICIUS FONSECA NOBREGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804760-45.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	30/04/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	HEBER MACEL TENORIO VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802342-22.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	14/09/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WOLHFAGON COSTA DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800350-23.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	15/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JORDY LEYKON DE OLIVEIRA PESSOA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801920-47.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	12/08/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOHN FIDJA FERREIRA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803354-71.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	23/08/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	THALITA CUNHA MOTTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800390-76.2012.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	07/01/2015		MANOEL PEREIRA DE MACEDO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0821954-67.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	25/09/2020	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801951-57.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	03/12/2021	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CHRISTIAN ALBERTO WEIK	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807567-81.2018.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	20/09/2019		KATIA SUZETTE BRAGA GURGEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800151-63.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	16/01/2014	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	CERISE DE LIMA SPINELLIS DO NASCIMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809617-13.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	20/04/2017	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RONNYLSON CESAR DE OLIVEIRA FONCECA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809290-97.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/05/2019	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PEDRO HENRIQUE TOLENTINO DE MELO NOGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802225-56.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	18/05/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	JARDEL LUCENA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0815391-19.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/11/2019	Cid Marconi Gurgel de Souza	BARBARA GICELIA DA SILVA ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800596-81.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	17/02/2014	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	ALAN DE ARAUJO DE BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804041-48.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	12/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	BRUNO CARNEIRO DA CUNHA ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803993-89.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	09/09/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	ANA GLAURA CARVALHO PEREIRA DE MELO MIRANDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800255-56.2015.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	30/06/2015	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TALITA DA SILVA RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804095-73.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	13/10/2014	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	REMO ARAUJO DO VALE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803037-69.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	17/12/2013	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	FERNANDO COUTINHO VAN WOENSEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801999-85.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	21/05/2014	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	MARCIA MEIRA DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803524-68.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	13/07/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANTONIO LEONARDO MORAIS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800154-81.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	14/01/2015	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANTONIO CLAUDIO DA SILVEIRA ALVES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801737-04.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/04/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PAMELA HELLEN GOMES VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807763-08.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/07/2021	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RENATA GARCIA DUTRA DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804335-03.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	04/02/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOAQUIM AVELINO COUTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800558-44.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	05/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ELLEN DA SILVA HONORIO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802305-20.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	21/05/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	YASMIN TALITA DA COSTA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800675-98.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	30/01/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	ERICKA ANULINA CUNHA DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812835-82.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	23/09/2020	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	NAARA QUEIROZ DE MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800111-53.2013.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	09/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	AMANDA MAYARA SOBRAL RODRIGUES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805019-50.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	14/09/2015	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	Alvaro Henriques David Neto	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802062-76.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	13/05/2015	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DAYANE GOMES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801229-96.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	09/11/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CANDIDA MARIA NOBRE DE ALMEIDA MORAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806492-37.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	08/09/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	BRUNO RODRIGUES CABRAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811358-83.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	27/08/2019	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	PEDRO DE MEDEIROS COSTA NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800677-64.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	18/04/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	LUCAS RIKELME PEREIRA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801852-93.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	30/08/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	COSMO MARIANO DA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804349-84.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	07/12/2016		JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803764-91.2014.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	2ª Turma	22/09/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	DJAILSON JOSE ALMEIDA DE QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802378-30.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	19/08/2016		AILTON JOSE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800512-11.2020.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	29/08/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANYLLO WAGNER ALBUQUERQUE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801691-82.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	01/12/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCONI ANTÃO DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802663-82.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	14/07/2016	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800201-64.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	03/12/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HALLISSON VINICIUS DE OLIVEIRA RUFINO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803032-13.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/08/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ABRAAO BEZERRA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807325-21.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	02/08/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INGRID MORGANE MEDEIROS DE LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801307-27.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	10/05/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AMANDA DE ARAUJO RODRIGUES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800132-13.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	11/01/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EWERTON VERISSIMO DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800723-86.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	19/04/2017	ALEXANDRE LUNA FREIRE	THIAGO SILVA DE BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800968-05.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	13/01/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROSA FRANCISCA ROCHA MONTENEGRO LEAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801042-84.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	17/03/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DIANA LOPES LACERDA MARTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801913-46.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	22/11/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SEVERINO FERREIRA DA SILVA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801074-30.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	20/04/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800306-36.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	19/02/2018	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	ANTONIO FELIPE ALVES MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801853-19.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	15/12/2015		PALMIRA RODRIGUES PALHANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803534-49.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	08/09/2014	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	MERCIA FRANCA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800041-93.2014.4.05.8203	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	02/03/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	JENNIFER LINNY PEREIRA TOMÉ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0803546-29.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/07/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	AMANDA BARRETO DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800199-60.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	05/10/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDMUNDO JOSE DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802329-23.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	14/08/2015	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA OSMARINA NOGUEIRA DE MENDONCA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800042-78.2014.4.05.8203	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	02/10/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	PATRICK CARDOSO DE SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802712-60.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	10/07/2014	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	ESTEFANE PEREIRA DAS NEVES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812826-48.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SREEO	20/10/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DALVA MAIZA MEDEIROS COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811975-09.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SREEO	30/09/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LUIZ PEREIRA NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800556-02.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	12/02/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	CERISE DE LIMA SPINELLIS DO NASCIMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814464-53.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/11/2019	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	GABRIELA DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808760-25.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SREEO	21/07/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	KALINY JACINTO ALMEIDA DINIZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801335-73.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	09/02/2022	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIANNA RIBEIRO DE SALES MACEDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800283-92.2013.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	27/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VANLEX GOMES GALDINO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801640-42.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	10/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE HENRIQUE BEZERRA MANTOVANI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800660-61.2016.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	4ª Turma	09/11/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	PAULO DE TARSO FIRMINO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804066-27.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	30/03/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JULIANNA KELLY SOUZA BEZERRA DE AZEVEDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800272-92.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	22/04/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	DANIEL BARBOSA VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805308-21.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	11/11/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SEVERINO FERREIRA DA SILVA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802027-57.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	09/11/2017	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA FERNANDA DE SOUZA GERMANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801139-50.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	20/03/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	RENATO DE MACEDO PINTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802660-92.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	23/10/2020		VALERIA PATRICIA ARAUJO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808449-05.2018.4.05.0000	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Pleno	29/07/2021	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FRANCISCA MOREIRA DE MOURA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800113-55.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	09/11/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JAILTON SOARES DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800384-26.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/04/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	GUILHERME DE MEDEIROS BONFIM	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800368-47.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	12/11/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	REGINA ARAUJO DOS ANJOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800192-64.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	16/05/2013	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIANA CANTISANI PADUA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804136-05.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	23/03/2020		LIBIA FREITAS DOS SANTOS OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803586-83.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	17/02/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JULIANA DE SA ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803289-08.2016.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	SREEO	25/05/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	MARIA ASSUNTA SILVA NOBRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801529-58.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	12/05/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VERA LUCIA OLIVEIRA CARDOSO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801052-31.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	18/03/2014	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	RIVANIA DE SOUSA BARROS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0808407-87.2017.4.05.0000	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	2ª Turma	01/09/2017	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	ROSANO FREIRE CARVALHO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808086-86.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	07/11/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GILMARA GOMES MEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804272-03.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/04/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	VALERIA MARIA BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802962-58.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	23/08/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EMMILY THAYNA XAVIER DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807529-36.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	07/01/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	COMPAC ENGENHARIA LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802685-09.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	27/04/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	EDRYEL YTALO PEREIRA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802044-89.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	23/05/2014	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO NUNES FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800741-06.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	24/02/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	LUCAS CAVALCANTI CRUZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800349-38.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	18/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SARA BATISTA VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800119-86.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	24/05/2021	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	FERNANDA DA SILVA DE ANDRADE MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801876-28.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	18/08/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LEONARDO BARBOZA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813597-98.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	06/07/2021	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS LAZARO DE ANDRADE QUIRINO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802917-20.2020.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	01/12/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	NILBERTE MUNIZ DE SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807374-57.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	23/06/2020	Cid Marconi Gurgel de Souza	LUIS AUGUSTO DE MENDONCA RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805052-74.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	09/12/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	Gustavo Soares Vieira	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802667-56.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	07/07/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	RENNATA SILVA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800684-85.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	22/04/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PALOMA PEREIRA BORBA PEDROSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813694-89.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	23/11/2021	PAULO MACHADO CORDEIRO	ESEQUIAS ARAUJO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801817-74.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/10/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA SUELY SOARES BATISTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801809-63.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	12/05/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800627-04.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/02/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RODRIGO FASSELUAN MORAIS CORREIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0820719-65.2019.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	1ª Turma	09/06/2021	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	BRUNO ALMEIDA DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800178-36.2020.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	4ª Turma	13/01/2020	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ANALIA CRISTINA BEZERRA TIBURTINO MEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801142-39.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	19/11/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	Severino Alexandre Alves Filho e Marcelo Ruan Moura Araújo	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802913-56.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	07/07/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	DINALDO JORGE GUEDES SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800474-09.2014.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	2ª Turma	16/10/2015	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	pedro victor santana nicéas de albuquerque	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805961-14.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	30/06/2017	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	MAYARA DE SOUSA GUIMARAES FONSECA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806528-16.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	13/11/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDLAINE CORREIA SINEZIO MARTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802806-08.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	18/07/2014	IVAN LIRA DE CARVALHO	JANDERSON FERREIRA DUTRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801122-04.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	06/02/2021	PAULO MACHADO CORDEIRO	THALYNE KEILA MENEZES DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802874-55.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	23/07/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LEONARDO BARBOZA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811621-56.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/09/2020	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALEXANDRA CHAVES BRAGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801520-33.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	14/04/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	MARILENE NASCIMENTO MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800992-17.2019.4.05.8202	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	20/10/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALDENIR MARTINS DE MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808775-57.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/07/2021	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	MB COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800039-35.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	02/10/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	STENIO FARIAS DAVILA LINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804441-53.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	01/07/2016	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WESLLEY DANIEL MARTINS MENDES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800659-73.2016.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	24/03/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JEAN LUIS GOMES DE MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804399-04.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	30/06/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	ISAAC BARBOSA SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800010-05.2016.4.05.8203	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	23/08/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	HEITOR JERONIMO DE SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800528-95.2016.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	25/05/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FRANCISCO GENEMES DIAS DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802843-39.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	29/07/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCELLO ARAUJO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0002512-66.2010.4.05.8200	APELREEX14363-PB	SEGUNDA TURMA	02/12/2010	DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO CARVALHO	IFET PB INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E	SAYONARA ABRANTES DE OLIVEIRA	10783898000175
0002512-66.2010.4.05.8200/02	EDEC166793/02-PB	SEGUNDA TURMA	10/07/2018	DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO CARVALHO	IFET PB INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E	SAYONARA ABRANTES DE OLIVEIRA	10783898000175
0805593-43.2017.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	08/11/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	NINOTICA ROSA VIEIRA DE ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0800831-43.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	02/02/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JANDERSON FERREIRA DUTRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801252-04.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	06/05/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA BEATRIZ GOMES BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802087-26.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/05/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802422-79.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	21/10/2013	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	LUIZ GONZAGA FIRMINO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800611-40.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	27/01/2020	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	DANIEL FERREIRA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803095-42.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	16/08/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA LEOPOLDINA LIMA CARDOSO ONOFRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803659-41.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	29/03/2019	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801357-39.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	11/02/2019	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	VALDIELIO JOAQUIM MENEZES MELO DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802291-36.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	08/01/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS MICHAEL GONCALVES FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800291-38.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	31/05/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	ALAN DE ARAUJO DE BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0820769-91.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	03/12/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ADONY S BEZERRA BARRETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802939-20.2016.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	29/11/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDINILZA BARBOSA DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802493-76.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	19/04/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WELLINTON SILVA LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801074-93.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	16/06/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANTONIO LEONARDO MORAIS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809791-21.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	04/08/2021	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	WALTER BELARMINO DA SILVA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802540-88.2016.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	20/04/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEISE SILVA SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802420-31.2021.4.05.0000	AÇÃO RESCISÓRIA	Pleno	07/03/2021	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA JEUSDENIA TEODORO DE OLIVEIRA CASIMIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807124-97.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	07/01/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	JOSE DE ARIMATEIA AUGUSTO DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802144-39.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	14/03/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	VIRGINIA CELIA PESSOA DE FREITAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803507-66.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	04/09/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	KARIN HERCULANO PICADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804547-24.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	10/08/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROMULO COSTA DE MENEZES JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800974-07.2016.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	27/09/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO LEITE FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800375-64.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	29/01/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	ANA GLAURA CARVALHO PEREIRA DE MELO MIRANDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802013-06.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	16/09/2013	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	VILLENEVE DE OLIVEIRA SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801363-85.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	06/04/2015	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE GONCALVES RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800027-12.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	08/04/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIEL BATISTA DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802508-69.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	09/03/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RICARDO HENRIQUE SERRAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812778-89.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	20/10/2020	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ISABELLA DE MEDEIROS BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808354-47.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	02/04/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	JACKSON BRUNO CHISSOLUCOMBE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804400-86.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	30/06/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	ISAAC BARBOSA SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800215-48.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	30/06/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	JOSE GREGORIUS GONZALEZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807213-86.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	04/10/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SEVERINO RAMOS DOS SANTOS MAIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803727-05.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	08/01/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FERNANDA CONCEICAO DE MELO NASCIMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800577-16.2014.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	Pleno	22/01/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MERCIA CIBELE DA CRUZ GOUVEIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800347-68.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	09/06/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DENILSON SILVA MONTEIRO FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800021-05.2014.4.05.8203	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	1ª Turma	31/07/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	YASMIN ELOI DE FREITAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803453-66.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	23/09/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WELITON FREIRE BEZERRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806888-09.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	16/10/2020	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800328-22.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	17/01/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARLENE DA SILVA CAVALCANTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805112-76.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	21/07/2016	IVAN LIRA DE CARVALHO	GERALDO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802273-53.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	21/07/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ARIELLE PINTO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802896-78.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	04/02/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	ANTHONY VICENTE ALVES DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804747-56.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	01/09/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA FERNANDA DE SOUZA GERMANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813049-64.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	08/11/2021	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TIAGO ADONIAS ROCHAEL SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801176-14.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	25/03/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SAMIRES EDUARDA RAPOSO NASCIMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802603-84.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	13/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	KARIN HERCULANO PICADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801704-82.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/08/2013	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ALMIR DE ALMEIDA SALES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0012338-10.2012.4.05.0000	AÇÃO RESCISÓRIA	SREEO	29/07/2019		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LEILA LAUREANO DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800132-55.2015.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	09/11/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS MICHAEL GONCALVES FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804983-71.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	18/07/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ANDRE DE CASTRO PEREIRA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806645-65.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	03/06/2019	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	ITALBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE ACO LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800046-90.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	23/04/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	ARIELLE PINTO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803705-59.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/04/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	ARTHUR BARBOSA DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801363-51.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/03/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	JOSE YURI GUIMARAES VIANA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803057-26.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	06/08/2014	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FELIPPE GUIMARAES MACIEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802558-42.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	01/07/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	EUGENIO PACELLI FERREIRA PASSOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802426-86.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	08/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	BRENO JOSE SANTOS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804152-57.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	16/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	BRENO JOSE SANTOS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800272-66.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	10/04/2015	FRANCISCO BARROS DIAS	MARIA CLARA DE LIMA MARINHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812111-06.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	04/10/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	ROBEVANIA CRISTINA LOPES MARACAJA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800380-21.2015.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	14/04/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA DAS NEVES DE ARAUJO LISBOA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803084-72.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	19/06/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANIELA BATISTA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800396-96.2020.4.05.8202	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	14/08/2021	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	GLAD SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804188-74.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	01/06/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ZUILA KELLY DA COSTA COUTO FERNANDES DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801221-85.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	08/05/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ELIWERTON LUIZ DE MESQUITA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808486-95.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/09/2021	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA VILMA MATOS JUREMA MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802206-54.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	11/04/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CLAUDIANA MARIA DA SILVA LEAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804487-51.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	08/05/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PALOMA PEREIRA BORBA PEDROSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813803-74.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/10/2019	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	DIOGO MEDEIROS DE ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801513-04.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	18/01/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	TATIANA APARECIDA LOPES GAIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812884-85.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	27/09/2019	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	T K S REFRIGERAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA -	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801784-41.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	31/03/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	MARCELO OLIVEIRA SERRANO DE ANDRADE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807024-10.2020.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	02/09/2021	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CARLOS JORDANIS DINIZ NUNES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801268-26.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	02/07/2013	LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA EDUARDA SOARES DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814069-95.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	22/09/2018	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA LUCIA SILVA SOUZA ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0800761-56.2020.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	09/09/2020	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	BRENO ROMERO MENDES DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801117-98.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	12/05/2014	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EUGENIO PACELLI FERREIRA PASSOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800942-22.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/02/2020	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	DALMO VINICIO DE QUEIROZ SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800112-03.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/01/2013	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	GUILHERME VINICIUS CARNEIRO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800768-90.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	20/04/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GILBERTO GOMES FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803279-91.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	20/08/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	MARTA DA SILVA AGUIAR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800659-38.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	01/02/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	RAQUEL FRAGOSO PEREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801897-97.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/09/2013	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	BEATRIZ MATIAS PEREIRA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809911-64.2020.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	12/11/2021	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIANNY JESSICA DE BRITO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800281-82.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/01/2016	ALEXANDRE LUNA FREIRE	MARIO LIMEIRA DE LYRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801901-03.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	13/05/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801118-83.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	05/04/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	ALMIR LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801211-46.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	07/04/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FERNANDO COUTINHO VAN WOENSEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0002512-66.2010.4.05.8200/03	EDEC169746/03-PB	SEGUNDA TURMA	16/04/2019	DESEMBARGADOR FEDERAL LEONARDO CARVALHO	IFET PB INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E	SAYONARA ABRANTES DE OLIVEIRA	10783898000175
0801674-47.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	15/08/2013	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	ALMIR LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0808654-68.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	08/09/2017	ALEXANDRE LUNA FREIRE	LUCAS CAVALCANTI CRUZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802290-80.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	17/03/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA LUCIA RAMALHO MARINHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801699-98.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	20/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	BEATRIZ MATIAS PEREIRA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809074-73.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	20/09/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	MAGNA CELI TAVARES BISPO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801001-54.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	29/05/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	RAIZA SANTOS DE GOIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804657-38.2021.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	3ª Turma	28/04/2021	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	EUGENIA RIBEIRO TELES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801786-49.2016.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	16/01/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA THERESA TARGINO DE ARAUJO RANGEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806306-72.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	SREEO	03/06/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	KLEBER DA FONSECA FURTADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801256-75.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	28/03/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	HENRIQUE VIANA BRANDAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802721-80.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	20/03/2018	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	ALEXANDRE FAUSTINO LEITE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800116-40.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	25/07/2014		KARLA VANESSA CUNHA DE ARAÚJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802552-64.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	22/04/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO LEITE FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800183-06.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	07/07/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA BEATRIZ DA COSTA SILVA CRUZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801572-25.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	05/08/2013	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	MIRNA CARELLI OLIVEIRA MAIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801216-30.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	26/06/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	MONICA SANDRA SOARES SEABRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0812430-08.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	17/09/2019	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	LUCAS PINHEIRO DE MOURA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803352-04.2014.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	2ª Turma	01/02/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DJAILSON JOSE ALMEIDA DE QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802478-19.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	19/04/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MICHEL PORDEUS DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808094-63.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	07/11/2016	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ALVES DO NASCIMENTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801136-32.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	21/03/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800100-16.2016.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	29/09/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ELANE ALMEIDA MEIRELES VERAS DE QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809427-83.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	16/12/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROSIANE FERREIRA MARTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804403-41.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	30/06/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	ISAAC BARBOSA SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805056-14.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	10/12/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA VIRGINIA MOURA RAMOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804843-66.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	09/05/2018	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ASDRUBAL NOBREGA MONTENEGRO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800023-86.2011.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	4ª Turma	27/02/2013	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 19ª REGIÃO PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800829-68.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	31/01/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FERNANDA DA SILVA DE ANDRADE MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800657-77.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	28/10/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DIANA LOPES LACERDA MARTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802056-78.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/05/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIEL DE SOUZA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808447-06.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	21/11/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALEXANDRE SOUSA NEVES DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0814089-52.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	19/08/2021	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEUSALINA ABRANTES DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801726-09.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	29/04/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	MARBYN SANTOS MONTENEGRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801188-66.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	08/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE WEYBER LEANDRO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0001882-73.2011.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	16/03/2018	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800184-85.2014.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	09/11/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JANDERSON FERREIRA DUTRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803396-48.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	08/07/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	SILVIO LUCAS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803555-25.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	18/01/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ENILTON CUNHA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802448-81.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	08/01/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	GABRIEL QUEIROGA PORDEUS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803757-65.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	22/07/2015	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ARIELLE PINTO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801414-37.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	27/04/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	THIAGO MATHIAS NASCIMENTO DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801740-34.2019.4.05.8401	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	22/11/2019	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802922-04.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	23/03/2020	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ESPEDITO PEREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806944-08.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	16/06/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	VALERIA PATRICIA ARAUJO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804015-02.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/04/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	MARIA DAS GRACAS NEGREIROS DE MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802663-19.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	07/07/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	pedro victor santana nicéas de albuquerque	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0803202-14.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	17/10/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ADALBERTO MOREIRA DE MEDEIROS JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802314-45.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/09/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA JEUSDENIA TEODORO DE OLIVEIRA CASIMIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806833-33.2018.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	19/06/2020	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	IVONEIDE ALEXANDRE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802549-46.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	01/06/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VERA LUCIA OLIVEIRA CARDOSO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805872-25.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	16/08/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	CAIO TACITO MIRANDA CASTRO BEZERRA DE MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801187-08.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	27/07/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANNA CECILIA CHAVES GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801743-20.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	19/05/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	LUIZ GONZAGA FIRMINO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801008-40.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	15/06/2021	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JANICE ALBUQUERQUE BURITI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802000-70.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	20/05/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	ANA CRISTINA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805258-54.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	23/09/2015	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	KATIA SUZETTE BRAGA GURGEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800627-33.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	28/01/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	LUIS AUGUSTO DE MENDONCA RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811480-71.2018.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	16/09/2020	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALICE INES GUIMARAES ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804685-54.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	01/06/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CARLOS DIEGO QUIRINO LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800794-59.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	02/07/2015	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	WALLYSON BERTOLDO DE ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808287-82.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/08/2018	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CELENA SOARES ROCHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0809122-70.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	14/08/2018		GLAD SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801283-92.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	04/07/2013	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	JOAO IGOR DE OLIVEIRA MORAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800493-83.2012.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	05/09/2013	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIANA CANTISANI PADUA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801640-76.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	04/10/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	WOLHFAGON COSTA DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805196-14.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/04/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	ALUSKA KALLYNE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802682-54.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	27/04/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	MARCIO DE AZEVEDO MORAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801944-75.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	02/08/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RENNATA SILVA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804694-74.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	20/08/2020	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE VALENTIM DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802834-05.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	03/05/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LUPERCIA JEANE SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801451-64.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	24/08/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	YASMIN TALITA DA COSTA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800547-78.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	27/08/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	RIVANIA DE SOUSA BARROS DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805240-96.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	26/07/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	HERON BARROSO BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802034-15.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	25/04/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SABRINA DA COSTA ROCHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802149-36.2016.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	09/11/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEBORA AUXILIADORA GUEDES SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804073-53.2014.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	01/12/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA VIRGINIA MOURA RAMOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0801336-43.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	13/11/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DAYANE GOMES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801580-65.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	22/04/2014	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CLOVES DOS SANTOS MIRANDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809501-07.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	09/01/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	MARIO LIMEIRA DE LYRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801709-70.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	28/04/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALANA FERNANDES TRAJANO DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801448-42.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/07/2013	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOAO PAULO FERNANDES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801902-89.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	07/04/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804613-29.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	26/08/2015	PAULO MACHADO CORDEIRO	ELAINE GONCALVES SOARES DE MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802873-70.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	22/07/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TIAGO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800335-91.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/10/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	LUCAS BARBOSA ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804393-94.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	30/06/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ALEXANDRE MARCOS DE HOLANDA RAMOS JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802278-12.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	22/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803371-59.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	02/04/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	JOSE WELLINGTON ALVES BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802343-66.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	11/06/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANA CAROLINA PEREIRA DE MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814487-28.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	14/12/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	MIRNA CARELLI OLIVEIRA MAIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802645-02.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	25/08/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AMANDA BARRETO DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802578-33.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	01/07/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEBORA CRISTINA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808030-53.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	03/11/2016	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LUCAS CAVALCANTI CRUZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801342-21.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	12/05/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804636-72.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	27/08/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	DINALDO JORGE GUEDES SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805709-69.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/05/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	ISRAEL AIRES COSTA LEAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800325-28.2019.4.05.8203	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	20/05/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCELA MARIA RABELO PINTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800387-79.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	04/04/2017	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	ALUSKA PERES ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814718-26.2019.4.05.0000	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	11/11/2019	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	ANNA CECILIA CHAVES GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805033-97.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	19/07/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	ELAINE GONCALVES SOARES DE MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800863-53.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	07/03/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	JOSE WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800747-13.2015.4.05.0000	OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS	TRF5			SABRINA EMILLY EVANGELISTA RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800344-16.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	25/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SOLANGE SALVIANO DE SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800283-84.2016.4.05.8202	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	06/05/2020		FRANCISCA ESTRELA DE OLIVEIRA TRAJANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803520-69.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	14/09/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDLAINE CORREIA SINEZIO MARTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801155-38.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	24/03/2014	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	FERNANDO AUGUSTO FERREIRA LORDAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0804743-43.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	06/05/2020	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807633-57.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	14/08/2017	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	HERBERTH RIBEIRO DE SOUZA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801466-67.2014.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	04/09/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HERMANNY ALEXANDRE DOS SANTOS LIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0002512-66.2010.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	01/03/2018	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SAYONARA ABRANTES DE OLIVEIRA UCHOA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805311-35.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	25/09/2015	PAULO MACHADO CORDEIRO	NICOMEDES LOPES CAVALCANTI JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801759-33.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	21/08/2013	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EUGENIO PACELLI FERREIRA PASSOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801346-50.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	08/05/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROMULO SOUSA TORRES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804375-48.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	16/06/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800146-70.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	12/01/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	GABRIELA JORDAO LYRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800067-28.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	08/01/2015	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ZUILA KELLY DA COSTA COUTO FERNANDES DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0002467-91.2012.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	03/03/2022	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	FILIFE JOSE CAVALCANTI LEITE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802281-21.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	12/05/2017	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO BELTRAO DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802592-41.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	18/05/2020	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FRANCISCO MEDEIROS DE AZEVEDO FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800029-79.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	06/05/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANNAELY OLIVEIRA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804032-77.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	17/06/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	ANIELY DUARTE FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802085-56.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	28/05/2014	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	MARBYN SANTOS MONTENEGRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802908-25.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/04/2017	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	RAFAELA THAYNNES FERNANDES DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0821338-92.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	24/09/2020		DALMO VINICIO DE QUEIROZ SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801860-74.2014.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	2ª Turma	20/11/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	JOAO LUIS SAMPAIO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802189-48.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	12/04/2018	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PEDRO SERGIO ALMEIDA BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805059-94.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/11/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AMADEUS LOPES FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813025-70.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	26/10/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	JOSE AURINO ARRUDA CAMPOS FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800034-41.2013.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	09/11/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOAO PAULO FERNANDES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808545-20.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/05/2018	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	CAMILLY VITORIA GOMES DOMINGOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0815778-34.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	06/12/2019	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCELA MARIA RABELO PINTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811228-59.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	15/09/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	IRACEMA GOMES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800447-86.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	31/07/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	PAMELA HELLEN GOMES VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801159-75.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	24/03/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	CAIO VICTOR COUTINHO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802158-47.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	01/03/2022	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	CAMILA MATOS VIANA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800604-93.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	03/09/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EVERALDO SOARES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0804281-37.2014.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	SREEO	11/04/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ELBER MARQUES BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801904-93.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	30/04/2015	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EVADIO PEREIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809009-15.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	04/04/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	DJANICE MARINHO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800528-98.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	30/08/2016		ANIELY DUARTE FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805407-16.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	29/07/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEBORA AUXILIADORA GUEDES SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807277-96.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	06/10/2016	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LARISSA LIMA DE SOUSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800017-31.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/06/2019	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PATRICIA CAMPOS DE ARRUDA QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810580-79.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	01/09/2020	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	PEDRO HENRIQUE TOLENTINO DE MELO NOGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801710-59.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	22/07/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	POLIANA DAYSE VASCONCELOS LEITAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800971-18.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	28/08/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	BRENO HENRIQUE DA SILVA ANDRADE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800325-76.2015.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	1ª Turma	11/03/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	LUCIANA AGUIAR DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803966-30.2019.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	24/07/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FLAVIO TORRES FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800167-89.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	03/07/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	ANRAFAEL DE SOUZA BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800814-84.2013.4.05.8200	EMBARGOS INFRINGENTES	SREEO	11/10/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	JOAO IGOR DE OLIVEIRA MORAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806572-98.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	12/09/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	JUCIENE ANDRADE DE FIGUEIREDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0809418-88.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	04/04/2017	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	ALLAN GIUSEPPE DE ARAUJO CALDAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801447-23.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	09/04/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	WALLYSON BERTOLDO DE ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801698-41.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	25/04/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	pedro victor santana nicéas de albuquerque	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804398-19.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	30/06/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	ISAAC BARBOSA SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801033-60.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	10/11/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	OHANA TRAJANO BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0816369-30.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	22/11/2018	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCOS CAVALCANTE MEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805663-90.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	09/10/2015	CARLOS REBELO JUNIOR	MARCELLO ARAUJO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806223-32.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	07/01/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	FREDERICO COSTA GUEDES PEREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800494-49.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	23/01/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ADONYS BEZERRA BARRETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800191-06.2018.4.05.0000	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	4ª Turma	16/01/2018	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	JACKSON BRUNO CHISSOLUCOMBE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800235-87.2014.4.05.8205	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	20/01/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	WAGNER ALEX DE MEDEIROS SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801830-20.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	20/02/2022	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EPITACIO BRONZEADO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800023-72.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	25/07/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOAO EMMANUEL GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811072-37.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	20/09/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO MYCAEL MOTA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801859-80.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/03/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	THIAGO SILVA DE BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800661-35.2019.4.05.8202	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	16/10/2020	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	T K S REFRIGERAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA -	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800589-64.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	25/02/2014	MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AYRTON LINHARES NOBREGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0809030-15.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	03/08/2021	PAULO MACHADO CORDEIRO	MARCIO JOSE DE CARVALHO LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0008813-92.2011.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	4ª Turma	15/07/2014		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE BEZERRA DE MENEZES FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804941-90.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	01/12/2014	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANGELA ARAUJO NUNES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801530-77.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	17/11/2017	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO NUNES FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802358-35.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	10/03/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	SANTIAGO HAMILTON	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802136-86.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/02/2022	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	ALAN CARLOS MONTEIRO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814079-71.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	17/11/2020	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALISSON DE OLIVEIRA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803130-27.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	13/05/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	MARIO LIMEIRA DE LYRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807162-36.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/06/2020	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	GUSTAVO RODRIGUES BREDER BENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801119-34.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	09/01/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	EWERTON LOPES DA SILVA BARROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800993-02.2019.4.05.8202	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	14/02/2020	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	MAYZA ORNELLA GRANGEIRO FERREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810365-06.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	27/08/2020	ALEXANDRE LUNA FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AIRTON SILVA BRITO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804360-75.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	28/10/2014	JOANA CAROLINA LINS PEREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAFAELA MABEL SILVA GUEDES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0806666-12.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	18/07/2017	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CLAUDIA LUCIENE DE MELO SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801160-60.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	24/03/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	LUZIVONE LOPES GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803483-76.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	31/05/2016		MARLUCE VASCONCELOS DE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800209-38.2013.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	10/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CLODOALDO DA SILVA NOBREGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802893-90.2016.4.05.0000	AÇÃO RESCISÓRIA	SREEO	24/02/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA JEUSDENIA TEODORO DE OLIVEIRA CASIMIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801915-11.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	21/02/2019		MARCOS CAVALCANTE MEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801191-12.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	24/02/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	AQUILA SAMUEL AZEVEDO DIAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802264-87.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	06/06/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	BOAZ ANTONIO DE VASCONCELOS LOPES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801433-77.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	30/03/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	AILTON RIBEIRO DE ASSIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801774-65.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	02/05/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PEDRO RODRIGUES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800902-78.2020.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	08/03/2022	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	ISABELLA DO VALE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800026-27.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	04/02/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	THAYNARA CAVALCANTE MOREIRA ROMAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801923-31.2016.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	03/10/2017	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANRADEL DE SOUZA BARBOSA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800572-88.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/10/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GLEDSON MORAIS DE ASSUNCAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805242-66.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	26/07/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	OTAVIA MONTINI DOS SANTOS RIBEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800254-08.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	28/08/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801290-45.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/02/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	RENNATA SILVA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801233-36.2015.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	09/10/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO BORGES ANDRADE DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800616-67.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	17/04/2017	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	EDSON CARDOSO DOS SANTOS FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804835-31.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	22/04/2015	IVAN LIRA DE CARVALHO	BRUNO CARNEIRO DA CUNHA ALMEIDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811796-84.2018.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	03/03/2021	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DOUGLAS ANTONIO BEZERRA RAMOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805247-63.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	05/12/2016	ALEXANDRE LUNA FREIRE	MARIO LIMEIRA DE LYRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800652-52.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	10/02/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	KEILA MACHADO DE MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800351-08.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	08/09/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FANNY BATISTA VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800345-64.2015.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	24/07/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	RAYSSA HONORINA ARAUJO MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802193-22.2013.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	TRF5			LUIZ GONZAGA FIRMINO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811800-78.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	05/10/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	AURISTELIO MARQUES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805499-52.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	21/05/2020	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802880-62.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	23/07/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	VICENTE CANDIDO DE MACEDO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802258-80.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	05/06/2014	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	LIDIANY KARLA PEREIRA AZEVEDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0800002-31.2016.4.05.8202	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	18/09/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ROMULO VIEIRA LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801266-26.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	11/01/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DAYENA MEDEIROS LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801506-35.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	13/02/2019	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	STELLA CHIDIMMA LIMA EZEAKA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801511-97.2016.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/03/2017		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ELIAS ANTONIO FREIRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800120-81.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	22/07/2015	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ROMULO NAVEGA VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801421-54.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/03/2016	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PAULO DE TARSO FIRMINO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801811-58.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	04/05/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CANDIDA MARIA NOBRE DE ALMEIDA MORAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811723-78.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	20/01/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800284-43.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	01/08/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ANA CRISTINA DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803018-92.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/04/2017	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	JOSE WEYBER LEANDRO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807041-47.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	01/10/2019	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARIA ASSUNTA SILVA NOBRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801009-69.2013.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	16/06/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE ALMIR DE ALMEIDA SALES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804917-28.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	09/09/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	WASHINGTON LUIZ PINTO FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804069-75.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	10/10/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE HILDERNANDO BEZERRA BARRETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807572-40.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	28/01/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RANIERI SILVA LEITE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0804136-69.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	22/06/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	PATRICIA CAMPOS DE ARRUDA QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801640-13.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	15/01/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	PATRICIA LINS GOMES DE MEDEIROS MOTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803417-96.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	27/05/2016	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	POLIANA SOUSA EPAMINONDAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801371-33.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	15/07/2013	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	IVONE FERREIRA DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800284-12.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	18/01/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA FURTADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800491-70.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	06/02/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	VALDIELIO JOAQUIM MENEZES MELO DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800910-56.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	12/02/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HUMBERTO BORGES ANDRADE DE VASCONCELOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802544-92.2013.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	31/10/2013	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	MARGARIDA MARIA DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801308-37.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	30/03/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ENILSON RIBEIRO DA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801887-57.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	20/08/2015		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FELIPPE GUIMARAES MACIEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810928-72.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	1ª Turma	17/06/2021	ROBERTO WANDERLEY NOGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GUILHERME AUGUSTO VAZ DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800024-57.2014.4.05.8203	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	28/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	PALOMA GREICY PEREIRA GALVAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800712-52.2019.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	22/10/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JEANE MEDEIROS MARTINS DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800468-70.2012.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	05/08/2015	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	ANA BEATRIZ RIBEIRO BARROS SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800233-60.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	20/01/2015	FRANCISCO GERALDO APOLIANO DIAS	JIMMY DE ALMEIDA LELLIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0800373-66.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	10/09/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIELA RAMOS VENTURA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805860-11.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	16/08/2016	ALEXANDRE LUNA FREIRE	THAYNA MARIA COSTA FERNANDES DE MOURA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813777-08.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	24/11/2021	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	LEIA SOUSA CARREIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805003-33.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/12/2014	IVAN LIRA DE CARVALHO	ADRIANO BARROS CARNEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802616-45.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	02/07/2014	MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANUBIO LEONARDO BERNARDINO DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0814437-07.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/10/2018	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	SERVEBEM CONSERVACAO E LIMPEZA DE PREDIOS EIRELI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801345-64.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	29/05/2015	FRANCISCO WILDO LACERDA DANTAS	JOSE ANTONIO GOMES CAVALCANTI JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801271-44.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	28/03/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800290-05.2020.4.05.0000	PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO	1ª Turma	17/01/2020	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAYSSA VITÓRIA MARQUES DE MORAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801422-39.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	04/03/2016	MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO	HUMBERTO GONCALVES ARAUJO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800480-13.2014.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	25/07/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	HENRIQUE DE ARAUJO FERREIRA PORTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804317-41.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	24/10/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	POLIANA SOUSA EPAMINONDAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807195-65.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	04/10/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAIHA INFORMATICA LTDA - ME	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810593-44.2021.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	10/09/2021	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SHEILA NOGUEIRA RIBEIRO KNUPP	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800188-28.2014.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	25/08/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	MARCELO RUAN MOURA ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0801997-90.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	02/03/2016	CARLOS REBELO JUNIOR	FERNANDO COUTINHO VAN WOENSEL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801984-82.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	02/02/2016	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	LUISMAR CARDOSO DE QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801838-41.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	05/05/2015	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DAVID WILKER DE SOUSA MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803666-38.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	03/06/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ELIWERTON LUIZ DE MESQUITA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804443-32.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	13/01/2017	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	VALDIELIO JOAQUIM MENEZES MELO DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800618-80.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	31/10/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANIEL THIAGO FREIRE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810659-58.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	02/09/2020	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	ANDREZZA RODRIGUES NOGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803808-08.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	03/05/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	KAROLAYNE RIBEIRO DE GOES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801923-02.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	2ª Turma	01/06/2016	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	EUGENIO PACELLI FERREIRA PASSOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801275-09.2020.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	01/03/2021		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	CARLA DE ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800221-11.2020.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	15/09/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ERISSON SOARES PINTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801455-63.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	09/04/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	RAYSSA HONORINA ARAUJO MELO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803041-38.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	18/06/2015	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FILIFE JOSE CAVALCANTI LEITE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801174-44.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	24/03/2014	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIEL BATISTA DOS SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802451-95.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/11/2016	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	GLEDSON MORAIS DE ASSUNCAO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0802870-56.2014.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	4ª Turma	03/05/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	REMO ARAUJO DO VALE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802387-47.2019.4.05.8201	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/12/2019	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ALBERTO GUSTAVO PAASHAUS JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802032-41.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	12/05/2015	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DAYENA MEDEIROS LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804042-33.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/03/2016	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANGELA ARAUJO NUNES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802269-12.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	06/06/2014	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	BOAZ ANTONIO DE VASCONCELOS LOPES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802083-61.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	13/11/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	LIDIA PEREIRA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0813189-69.2019.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	04/10/2019	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	Antônio Carlos Gomes Varela	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800656-24.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	19/05/2017	Cid Marconi Gurgel de Souza	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDMUNDO JOSE DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0811472-94.2018.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	02/09/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800897-28.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/03/2014	JOSE MARIA DE OLIVEIRA LUCENA	JOSE WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800550-58.2015.4.05.0000	SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	TRF5			EQUATORIAL CONSTRUCOES LTDA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801233-02.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	16/02/2017		WELLINTON SILVA LIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800829-45.2016.4.05.8201	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	21/11/2016		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	SAMUEL DUARTE DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802687-47.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	08/07/2014	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	EVADIO PEREIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808161-28.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	09/11/2016	PAULO MACHADO CORDEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TARCISIO OLIVEIRA DE MORAES JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0



0804499-65.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	SREEO	12/08/2015	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ANTONIO CLAUDIO DA SILVEIRA ALVES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0808128-38.2016.4.05.0000	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	2ª Turma	08/11/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	GEISIO LIMA VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803983-07.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	06/10/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOAO LUIS SAMPAIO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801759-03.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	13/11/2017	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DANIELA BATISTA DA COSTA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810280-88.2018.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	06/07/2018	LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EMANUELL FAUSTINO HENRIQUE DE LUCENA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800798-33.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	29/09/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	MARIA EDUARDA SOARES DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801992-25.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	31/05/2017	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	ELANE ALMEIDA MEIRELES VERAS DE QUEIROZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804070-89.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	20/06/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	RAMON FORMIGA FIGUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0805245-89.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	19/12/2014	VLADIMIR SOUZA CARVALHO	JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800822-27.2019.4.05.8402	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	29/07/2020		MICHELLE MENEZES DE OLIVEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803949-95.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	19/07/2018	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	AILTON JOSE DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0812832-55.2020.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	20/10/2020		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	HIDEMI SOARES MIYAMOTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802482-47.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	25/06/2018	CARLOS REBELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	EDUARDO VIEIRA DA CUNHA FERRAZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800841-92.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	06/03/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	REGINA ARAUJO DOS ANJOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0806291-11.2017.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3ª Turma	10/07/2017	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	TIAGO BRASILEIRO ARAUJO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

0801577-32.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	14/02/2022	MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	WANDERLEY ALMEIDA DE MELO JUNIOR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800253-85.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	21/01/2014	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	DANYLLO GUIMARAES MORAIS BARROS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0800775-34.2022.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	2ª Turma	27/01/2022	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	CAIO MARCO DOS SANTOS JUNQUEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801852-34.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	09/10/2014	EDILSON PEREIRA NOBRE JUNIOR	ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801850-30.2014.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	2ª Turma	09/11/2017	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	DEBORA CRISTINA SANTOS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0810384-84.2019.4.05.8200	APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA	3ª Turma	15/12/2020	FERNANDO BRAGA DAMASCENO	UNIÃO FEDERAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802266-27.2016.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	06/03/2017		GEISIO LIMA VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804060-54.2014.4.05.8200	REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL	2ª Turma	02/03/2016	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA	GUSTAVO SOARES VIEIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0807356-75.2016.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	1ª Turma	10/10/2016	ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	FERNANDA MARIA ALMEIDA FLORIANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0803240-60.2015.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	26/06/2015	ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	GABRIEL QUEIROGA PORDEUS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0804844-94.2015.4.05.8200	AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL	Pleno	13/09/2017	RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	JOSE DE ARIMATEIA AUGUSTO DE LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801555-27.2013.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	SREEO	12/11/2014	FRANCISCO ROBERTO MACHADO	MAXWELL ANDERSON IELPO DO AMARAL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802658-98.2015.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	3ª Turma	06/10/2016	Cid Marconi Gurgel de Souza	VITORIA MARIAH DE OLIVEIRA PEREIRA GOMES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0802571-74.2017.4.05.8200	APELAÇÃO CÍVEL	1ª Turma	07/05/2018	ALEXANDRE LUNA FREIRE	FRANCISCO SALES NEVES DE SOUZA LIMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
0801262-82.2014.4.05.0000	AGRAVO DE INSTRUMENTO	4ª Turma	28/03/2014	JOSE LAZARO ALFREDO GUIMARAES	VINICIUS FONSECA NOBREGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Março de 2022 (dois mil e vinte e dois) às 16:39:58.

Crítérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Não foram consultados processos sigilosos.
- d) Foram consultados apenas processos em tramitação.
- e) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-3733-6854-0

Página 45 de 45



## *Superior Tribunal de Justiça*

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos e, tendo como critério de pesquisa o nome indicado pelo interessado e suas possíveis variações de grafia,

### **CERTIFICA**

não constar processos em nome da pessoa jurídica INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA-IFPB.

Certidão gerada via internet com validade de 30 dias corridos.

**Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:**

Número da Certidão: **2860319**

Código de Segurança: **BD6F.D96B.6414.CFF3**

Data de geração: **25 de Março de 2022, às 07:48:05**

*Certidão de número 2860319, de código de segurança BD6F.D96B.6414.CFF3, Página 1 de 1 gerada em 25/03/2022 07:48:05.*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

**DECLARAÇÃO**

Eu, **CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**, inscrito no CPF sob o nº **424.410.564-68**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA – IFAL**, CNPJ/MF nº **10.783.898/0001-75**, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, venho encaminhar esta declaração, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;
- (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;



(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;

(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Cajazeiras/PB, 18 de março de 2022.

  
**CÍCERO NICÁCIO DO NASCIMENTO LOPES**  
**CPF/MF nº 424.410.564-68**



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.783.898/0001-75</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>30/12/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IFPB/REITORIA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>110-4 - Autarquia Federal</b>		
LOGRADOURO <b>AV JOAO DA MATA</b>	NÚMERO <b>256</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>58.015-020</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JAGUARIBE</b>	MUNICÍPIO <b>JOAO PESSOA</b>
UF <b>PB</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NICACIO@IFPB.EDU.BR</b>	
TELEFONE <b>(83) 3612-9701/ (83) 3612-9703</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>UNIÃO</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>30/12/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **23/03/2022** às **16:15:33** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.783.898/0001-75

**Razão Social:** INST FED DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

**Endereço:** AV PRIMEIRO DE MAIO 720 EDIFICIO / JAGUARIBE / JOAO PESSOA / PB / 58015-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 10/03/2022 a 08/04/2022

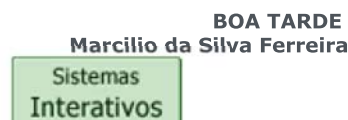
**Certificação Número:** 2022031001065570460918

Informação obtida em 23/03/2022 16:18:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Menu Principal ▾

BOLETO »» **Nada Consta** | menu ajuda

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

**CNPJ:** 10.783.898/0001-75

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:19:46 do dia 23/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA**  
**CNPJ: 10.783.898/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:28:29 do dia 08/10/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 06/04/2022.

Código de controle da certidão: **A94E.CA8D.1EB3.4150**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# **C E R T I D ã O**

CÓDIGO: **6302.51DE.B83C.C96E**

Emitida no dia 23/03/2022 às 16:24:25

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.783.898/0001-75**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 23/03/2022

Hora: 16:26

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Número da Certidão

2022/029856

Nº de Controle de Autenticação

595.576.516.486

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

C.N.P.J./C.P.F. <b>10783898000175</b>	Nome do Contribuinte <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TEC DA PARAIBA</b>				
Endereço <b>AV DR JOAO DA MATA</b>	Número <b>256</b>	Apto/Sala	Bloco	Complemento	
Bairro <b>JAGUARIBE</b>	CEP <b>58015020</b>	Cidade <b>JOAO PESSOA</b>			UF <b>PB</b>

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

### INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE

MERCANTIS: 135229-6

IMOBILIÁRIAS: 207696-9, 207697-7, 206428-6, 000272-1

### OBSERVAÇÕES

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).  
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>.  
Certidão emitida gratuitamente em 23/03/2022 16:26:09



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAIBA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Certidão nº: 9401902/2022

Expedição: 23/03/2022, às 16:27:44

Validade: 19/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.783.898/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos cíveis ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Nome Fantasia: IFPB REITORIA

**Certidão emitida** às 11:16 de 25/03/2022.

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM, SISCOMW.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **HTFj.iX1Z**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos criminais ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Nome Fantasia: IFPB REITORIA

**Certidão emitida** às 12:04 de 25/03/2022.

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM, SISCOMW, SEEU.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **hzNC.WKiG**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA EXECUÇÃO FISCAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de execução fiscal ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Nome Fantasia: IFPB REITORIA

**Certidão emitida às 11:16 de 25/03/2022.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G, SISCOM, SISCOMW.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **68ZR.2Vef**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Nome Fantasia: IFPB REITORIA

**Certidão emitida** às 11:16 de 25/03/2022.

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: SISCOM, SISCOMW, PJE1G.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **v3g0.fhHR**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



**Essa certidão não pode ser emitida.**

**Consta débito para o CNPJ/CPF: 10783898000175**

Emitida às 14:28:04 do dia 08/07/2022 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)







**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# **C E R T I D ã O**

CÓDIGO: **28DA.E500.DED7.908C**

Emitida no dia 08/07/2022 às 14:24:37

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **10.783.898/0001-75**

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Data: 08/07/2022

Hora: 14:24

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**

Número da Certidão

2022/072381

Nº de Controle de Autenticação

541.576.569.445

### **IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

C.N.P.J./C.P.F. <b>10783898000175</b>	Nome do Contribuinte <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TEC DA PARAIBA</b>				
Endereço <b>AV DR JOAO DA MATA</b>	Número <b>256</b>	Apto/Sala	Bloco	Complemento	
Bairro <b>JAGUARIBE</b>	CEP <b>58015020</b>	Cidade <b>JOAO PESSOA</b>			UF <b>PB</b>

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal lançar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, fica certificado que, até a presente data, não constam em nome do requerente acima qualificado pendências relativas às receitas municipais, inclusive as de natureza tributária ou não, inscritas ou não no Registro da Dívida Ativa do Municipal.

### **INSCRIÇÕES VINCULADAS AO REQUERENTE**

MERCANTIS: 135229-6

IMOBILIÁRIAS: 206428-6, 207697-7, 207696-9, 000272-1

### **OBSERVAÇÕES**

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias, conforme o artigo 138, §1º, da Lei Complementar nº 53, de 23 de dezembro de 2008 (Código Tributário Municipal).  
A aceitação desta certidão está condicionada à inexistência de emendas ou rasuras, bem como à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>.  
Certidão emitida gratuitamente em 08/07/2022 14:24:18

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.783.898/0001-75

**Razão Social:** INST FED DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

**Endereço:** AV PRIMEIRO DE MAIO 720 EDIFICIO / JAGUARIBE / JOAO PESSOA / PB / 58015-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/07/2022 a 31/07/2022

**Certificação Número:** 2022070201024709419049

Informação obtida em 08/07/2022 14:23:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAIBA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.783.898/0001-75

Certidão nº: 21528845/2022

Expedição: 08/07/2022, às 14:23:10

Validade: 04/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data  
de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAIBA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**10.783.898/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de  
Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação  
das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e  
13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.  
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos  
Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação  
a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua  
autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na  
Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados  
necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas  
inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações  
estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em  
acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos  
recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a  
emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes  
de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do  
Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por  
disposição legal, contiver força executiva.



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.783.898/0001-75</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>30/12/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IFPB/REITORIA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>85.42-2-00 - Educação profissional de nível tecnológico</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>85.33-3-00 - Educação superior - pós-graduação e extensão</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>110-4 - Autarquia Federal</b>		
LOGRADOURO <b>AV JOAO DA MATA</b>	NÚMERO <b>256</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>58.015-020</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JAGUARIBE</b>	MUNICÍPIO <b>JOAO PESSOA</b>
UF <b>PB</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NICACIO@IFPB.EDU.BR</b>		TELEFONE <b>(83) 3612-9701/ (83) 3612-9703</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>UNIÃO</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>30/12/2008</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/07/2022** às **14:22:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA**  
**CNPJ: 10.783.898/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:22:01 do dia 08/07/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/01/2023.

Código de controle da certidão: **6CA9.6275.8C46.C43F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 9508/2022/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Indeferimento.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento posterior à publicação da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Cajazeiras/PB**, por meio do canal 292E, que adjudicou o objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - SEI nº 0509852).

### ANÁLISE

2. Conforme narrado na Nota Técnica nº 9789/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7990317), na última análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, conforme Parecer Jurídico nº 915/2017 (SEI nº 2156833), verificou-se a necessidade de esclarecimentos a respeito da instrução processual, pois, a CONJUR recomendou as seguintes diligências:

16. No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de se verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.

21. (...) sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.

22. Quanto à regularidade fiscal, (...) orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.

23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

24. (...) faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio.

25. Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.

26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, por

ocasião da assinatura do contrato/convênio, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos atualizados, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da regularidade dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga

3. No que concerne à observância das solicitações da CONJUR no presente caso, a área entendeu que, por própria menção da Consultoria, deveriam ser realizadas por ocasião da formalização do Contrato. Então, o processo prosseguiu, sendo publicada a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989).

4. Contudo, dadas as exigências cada vez mais acuradas da Casa Civil, cumpre, por cautela, realizar a diligência recomendada pela Consultoria antes do novo envio dos autos para ratificação da outorga por Decreto Legislativo. Desta forma, a proponente foi notificada (Ofício nº 17092/2021 - SEI nº 7990318, com prazo de 30 dias de 23/08/2021) da necessidade de juntada de documento explicitados Nota Técnica nº 9789/2021 (SEI nº 7990317). Foram apresentados **intempestivamente** em 25/03/2022 (53115.007705/2022-41) os seguintes documentos (Petição SEI nº 9609541):

- a) pesquisa na Justiça Federal e no STJ feita em nome da própria entidade, a fim de se verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato;
- b) declaração dos dirigentes nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017; e declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967);
- c) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;
- f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;
- h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;
- i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

5. No entanto, em razão da intempestividade, os documentos não podem ser conhecidos. Ressalte-se que, conforme o art 5º da Portaria nº 3.238/2018, as exigências feitas por este Ministério deverão ser cumpridas nos prazos estabelecidos nesta Portaria ou no prazo assinalado no expediente encaminhado à entidade, sob pena de **indeferimento** da solicitação e arquivamento do processo. Esta pena foi também reiterada no item 8 da Nota Técnica nº 9789/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7990317).

6. Assim cabe aplicar a pena administrativa acima exposta, frente a demora da interessada na instrução do processo.

7. Cumpre então previamente cientificar o Instituto sobre as razões expostas que ensejam a retirada de efeitos da outorga, para manifestação da entidade, havendo interesse, em sede de ampla defesa e contraditório. Ressalte-se que a inércia (sem resposta no prazo assinalado), importará em falta de interesse da entidade, com o consequente prosseguimento do processo de retirada de efeito de ato de adjudicação da presente outorga.

**CONCLUSÃO**

8. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos pelo indeferimento do pleito e a entidade notificada sobre a decisão acima explanada, oportunizando-se ampla defesa e contraditório.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 12/07/2022, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 12/07/2022, às 14:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 13/07/2022, às 10:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10149511** e o código CRC **B3FC6F24**.

## Minutas e Anexos

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

SEI nº 10149511



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 572 / 2022

O **DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 9508/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10149511), constante do processo nº 53000.022715/2012-21, do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, participante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em razão do não atendimento tempestivo à exigência documental.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 15/07/2022, às 19:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10149758** e o código CRC **F97A740B**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Outorgas  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 16537/2022/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA  
CNPJ nº 10.783.898/0001-75

**Assunto: Processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB - Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da NOTA TÉCNICA Nº 9508/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10149511) e do DESPACHO DE DECISÃO (SEI nº 10149758) informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade, apresente recurso (caso discorde da decisão), fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência. O prazo será contado excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, conforme art. 45 Capítulo VII, da Portaria 3.238/2018, observado o disposto nos artigos 66 e 67 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e regulamentação própria do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito deste Ministério), para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,  
**Coordenador-Geral de Outorgas**, em 25/07/2022, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com  
fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10149761** e o código CRC **F3FAE808**.

---

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16537/2022/MCOM - Processo nº 53000.022715/2012-21 - Nº SEI: 10149761

**Data de Envio:**

25/07/2022 15:18:37

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal <corec@mctic.gov.br>

**Para:**

NICACIO@IFPB.EDU.BR

nicacio@ifpb.edu.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53000.022715/2012-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10149761.html

Despacho\_de\_Decisao\_10149758.html

Nota\_Tecnica\_10149511.html

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

## NOTA TÉCNICA Nº 11283/2023/SEI-MCOM

Referência: **Processo nº 53000.022715/2012-21**

Assunto: **Fase de publicação de Ato de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos. Revisão de ato. Retratação de indeferimento.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento posterior à publicação da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Cajazeiras/PB**, por meio do canal 292E, que adjudicou o objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - SEI nº 0509852).

## ANÁLISE

2. Conforme narrado na Nota Técnica nº 9789/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7990317), na última análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, conforme Parecer Jurídico nº 915/2017 (SEI nº 2156833), verificou-se a necessidade de esclarecimentos a respeito da instrução processual, pois a CONJUR recomendou as seguintes diligências:

16. No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificada a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato.

21. (...) sugere-se que a Secretaria, **antes de assinar o contrato/convênio**, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017.

22. Quanto à regularidade fiscal, (...) orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada.

23. Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado.

24. (...) faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, **antes da assinatura do contrato/convênio**.

25. Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62.

26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, **por**

**ocasião da assinatura do contrato/convênio**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos atualizados, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da regularidade dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga

3. No que concerne à observância das solicitações da CONJUR no presente caso, a área entendeu que, por própria menção da Consultoria, deveriam ser realizadas por ocasião da formalização do Contrato. Então, o processo prosseguiu, sendo publicada a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989).

4. Contudo, dadas as exigências cada vez mais acuradas da Casa Civil, a realização da diligência recomendada pela Consultoria foi adiantada, por ideia preventiva, para antes do novo envio dos autos para ratificação da outorga por Decreto Legislativo. Desta forma, a proponente foi notificada para apresentação de documentos e esses foram apresentados intempestivamente, conforme narrado na Nota Técnica nº 9508/2022/SEI-MCOM (SEI nº 10149511).

5. O processo restou indeferido e o Instituto foi cientificado sobre as razões expostas, para manifestação da entidade, havendo interesse, em sede de ampla defesa e contraditório, e a entidade apresentou o protocolo recursal nº 53115.025494/2022-28.

6. No entanto, independentemente de recurso da entidade, foi constatado, em nova análise revisional, com fulcro na autotutela administrativa, que o momento da exigência realizada não foi oportuno, e não se pode prejudicar a entidade, tendo em vista que a própria Conjur orientou pela realização da diligência **somente** quando da instrução para assinatura do Contrato. Assim, cumpre reverter a decisão administrativa tomada e prosseguir com o envio dos autos para a Casa Civil na fase de ratificação em que se encontrava o processo.

7. Após a fase do Decreto Legislativo, a entidade será notificada para apresentação de documentos cabíveis, conforme a fase processual em que se encontrar.

## CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:
- a) pela retratação da decisão e manutenção da habilitação do pleito;
  - b) que a entidade seja notificada sobre a decisão acima explanada;
  - c) após, pela retomada do procedimento de ratificação dos atos de outorga a serem enviados à Casa Civil, com vistas à edição de Decreto Legislativo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 18/07/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/07/2023, às 14:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 18/07/2023, às 15:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11015582** e o código CRC **D2714CE3**.

---

### **Minutas e Anexos**

Não possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.022715/2012-21

Documento nº 11015582



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

### DESPACHO DE DECISÃO nº 1325 / 2023

O **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL, SUBSTITUTO**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 11283/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11015582), constante do processo nº 53000.022715/2012-21, de sorte a deferir o pedido do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Cajazeiras/PB**, tendo em vista a necessidade de **retratação da decisão anterior, com fulcro no princípio da autotutela administrativa**.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal substituto, em 19/07/2023, às 21:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11015584** e o código CRC **8E7A234F**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 20422/2023/MCOM

Ao(À) Senhor(a)  
Representante Legal do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA  
CNPJ nº 10.783.898/0001-75

**Assunto: Processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Cajazeiras/PB - Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 11283/2023/SEI-MCOM (SEI nº 11015582), e do Despacho de Decisão SEI nº 11015584, desta Secretaria, informando sobre decisões tomadas nos autos desse processo de seleção de outorga.
2. A esse respeito, informamos que o encaminhamento dos Atos se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**,  
**Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em  
20/07/2023, às 12:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>,  
informando o código verificador **11015585** e o código CRC **4726C293**.

**Data de Envio:**

20/07/2023 15:01:45

**De:**

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

NICACIO@IFPB.EDU.BR

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 53000.022715/2012-21

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11015585.html  
Nota\_Tecnica\_11015582.html  
Despacho\_de\_Decisao\_11015584.html

**MINUTA DE**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº        /        /MCOM

Brasília,        de        de 202\_.

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 25/07/2023, às 20:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/08/2023, às 12:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11027177** e o código CRC **E313EFF9**.

---

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

Documento nº 11027177

**MINUTA DE**  
**PARECER DE MÉRITO**

**1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:**

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E.

**2. Objetivos que se pretende alcançar:**

Necessidade de encaminhamento de Portaria para publicação do Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

**3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75

**4. Estratégia e prazo para implementação:**

Não há.

**5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:**

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

**6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:**

Não há.

**7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):**

Não se aplica.

**8. Síntese do Parecer Jurídico:**

Viabilidade jurídica, considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à concessão da outorga.

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/07/2023, às 20:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/08/2023, às 12:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11027179** e o código CRC **2D05FAAF**.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

## DESPACHO

**Processo nº: 53000.022715/2012-21**

**Referência: Publicação da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989)**

**Interessado: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75**

**Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.**

Ao Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (GACSE\_MCOM).

Tendo em vista a publicação da **Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, em 22 de março de 2018 (SEI nº 2793989)**, referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Cajazeiras/PB**, por meio do canal 292E, que adjudicou o objeto ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75 (Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015 - SEI nº 0509852), encaminhem-se as minutas atualizadas (devido à mudança de Ministro) de Exposição de Motivos e Parecer de Mérito, para as providências consecutórias.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 25/07/2023, às 20:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 07/08/2023, às 12:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11027181** e o código CRC **D7097299**.

### Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (SEI nº 11027177);
- Minuta de Parecer de Mérito (SEI nº 11027179).



EM Nº 231/2023/MCOM

Brasília, 10 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### **PARECER DE MÉRITO**

#### **1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:**

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E.



**2. Objetivos que se pretende alcançar:**

Necessidade de encaminhamento de Portaria para publicação do Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

**3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75

**4. Estratégia e prazo para implementação:**

Não há.

**5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:**

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

**6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:**

Não há.

**7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):**

Não se aplica.

**8. Síntese do Parecer Jurídico:**

Viabilidade jurídica, considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à concessão da outorga.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 25/08/2023, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055351** e o código CRC **23060506**.

---

Referência: Processo nº 53000.022715/2012-21

Documento nº 11055351

Ofício Interno nº 39916/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11055351)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC (1969959) e Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2156833), encaminho a Exposição de Motivos (11055351), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055358** e o código CRC **FBC7DDF4**.

Ofício Interno nº 40702/2023/MCOM

Brasília, 29 de agosto de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11055351)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1085/2018/SEI-MCOM (10961060), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11055351), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 29/08/2023, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11086221** e o código CRC **97689C88**.

Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o processo administrativo nº 53000.022715/2012-21, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba, por meio do canal 292E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012, cujo objeto foi adjudicado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, por intermédio do Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015, em conformidade com a Portaria nº 420, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2011.

Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2018, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cajazeiras, estado da Paraíba.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 25906/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.022715/2012-21.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/09/2023, às 11:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11092436** e o código CRC **EAB5483B**.

**Usuário Externo (signatário):** Helenucia Bezerra de Araujo  
**Data e Horário:** 19/09/2023 17:33:00  
**Tipo de Peticionamento:** Intercorrente  
**Número do Processo:** 53000.022715/2012-21

**Interessados:**

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
 SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD  
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - CAJAZEIRAS/PB

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- NOTA TÉCNICA Nº 9789/2021/SEI-MCOM	4584760
- OFICIO Nº 17092/2021/MCOM	4584761
- Correspondência Eletrônica	4584762
- Anexo processo 53115.007705/2022-41	4584763
- Anexo Atualização de Atualização de certidões	4584764
- NOTA TÉCNICA Nº 9508/2022/SEI-MCOM	4584765
- Despacho DE DECISÃO nº 572 / 2022	4584766
- OFICIO Nº 16537/2022/MCOM	4584767
- Correspondência Eletrônica	4584768
- Anexo Processo 53115.025494/2022-28	4584769
- NOTA TÉCNICA Nº 11283/2023/SEI-MCOM	4584770
- Despacho DE DECISÃO nº 1325 / 2023	4584771
- OFICIO Nº 20422/2023/MCOM	4584772
- Correspondência Eletronica	4584773
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4584774
- Minuta DE PARECER DE MÉRITO	4584775
- Despacho Coordenação de Outorga de Radiodifusão P	4584776
- Exposição de Motivos Nº 231/2023/MCOM	4584777
- OFICIO Interno nº 39916/2023/MCOM	4584778
- OFICIO Interno nº 40702/2023/MCOM	4584779
- Exposição de Motivos nº 00471/2023 MCOM	4584780
- OFICIO Nº 25906/2023/MCOM	4584781

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 214/2023/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53000.022715/2012-21

**INTERESSADO:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (CNPJ nº 10.783.898/0001-75)

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00471/2023 MCOM, de 31 de agosto de 2023, do Ministério das Comunicações

**ASSUNTO:** Outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos na localidade de Cajazeiras/PB

1. Trata-se de análise de mérito da Exposição de Motivo nº 00471/2023 MCOM (584780), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.022715/2012-21, acompanhado da [Portaria nº 1.085/SEI, de 14 de março de 2018](#), que outorga, nos termos dos artigos 32 e 33 da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, uso do canal 292E na frequência 106,3 MHz, na localidade de Cajazeiras/PB em favor da Fundação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o nº 10.783.898/0001-75, sem direito de exclusividade.

2. A então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)<sup>[1]</sup>, do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio da Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC, de 18 de julho de 2017<sup>54042</sup>), informa da formalização da outorga deferida ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba de acordo com o [Despacho de Homologação de 14 de maio de 2015](#) que a declara vencedora do processo de seleção pública, posicionando-se pela inexistência de óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Convênio de Adesão de Permissão, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>[2]</sup>.

3. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00915/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 21 de agosto de 2017<sup>54041</sup>), posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito para contratação, desde que atendidas as recomendações constantes nos itens 16, 17 e 21 a 26 da presente manifestação, conforme destacado abaixo:

*"16. No documento Sei 1909558 - Pag. 08, consta o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular, em 26/05/2017. De todo modo, orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado."*

*"17. Ainda, o item 5 da referida Nota Técnica nº 13456/2017/SEI-MCTIC faz referência ao fato de ter sido "constatada a existência de ações em nome do representante legal da entidade, entretanto tais demandas não possuem o condão de prejudicar a idoneidade moral dos dirigentes" - o que se confirma na natureza jurídica das ações (que tratam de verbas remuneratórias) elencadas nos extratos de acompanhamento processual na Justiça Federal e STJ (SEI 1968964). Recomenda-se, ainda, que a mesma pesquisa na Justiça Federal e no STJ seja feita em nome da própria entidade, a fim de ser verificar a inexistência de ação de natureza penal ou outra que guarde pertinência com o serviço objeto da presente seleção que porventura inviabilizasse a assinatura do convênio/contrato."*

*(.....)*

*"21. Dessa forma, sugere-se que a Secretaria, antes de assinar o contrato/convênio, notifique os dirigentes da entidade para que apresentem a declaração nos termos do art. 38, alínea j, da Lei nº 4.117/63, alterada pela Lei nº 13.424/2017."*

*"22. Quanto à regularidade fiscal, observa-se a juntada de certidão de débitos relativos aos tributos federais, estaduais e municipais - o que alcança a regularidade com Seguridade Social (Sei 1909558, pag. 07 e 1968626)-, bem como certidão de regularidade do FGTS, válida até 24.06.2017 (Sei 1909558, pag. 06). Orienta-se a SERAD a sempre promover a juntada dos referidos documentos de forma atualizada."*

*23. "Registra-se a juntada da certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL em nome da entidade, cuja validade expirou em 25.06.2017 (pag. 04, SEI 1909558). Orienta-se a SERAD a sempre promover a junção do referido documento atualizado."*

*24. Ainda, no tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967, verifica-se que a entidade apresentou declaração asseverando que se encontra dentro dos limites legais, sem outras outorgas do serviço de radiodifusão, além de seu representante também não se constituir em dirigente de outra entidade outorgada (Sei 0215625 Pag. 4). No entanto, entende-se que aquela declaração se encontra prejudicada, haja vista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo de reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, conforme 53900.047719/2015-11 - Sei 0720946 - Pag. 2. Portanto, faz-se necessária a notificação da entidade, para que apresente declaração, assinada pelo seu atual representante legal, consignando que se compromete a manter-se dentro dos limites consubstanciados nos mencionados dispositivos legais (art. 12 e no art. 12, § 3º, do Decreto-lei no 236/1967), devendo a SERAD averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato/convênio."*

*25. Recomenda-se, ademais, incorporar à minuta de contrato/convênio a obrigação de a permissionária retransmitir a "Voz do Brasil", nos termos do art. 38, alínea "e", da Lei nº 4.117/62."*

*"26. Por fim, considerando-se a necessidade de atualização documental, orienta-se que a área técnica, por ocasião da assinatura do contrato/convênio, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos atualizados, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67[7] - uma vez que o prosseguimento desse processo depende da regularidade dos documentos em referência. Salienta-se que cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga."*

4. Atendidas as recomendações acima, e não sobrevindo mudança na regularidade da situação fática analisada ou

circunstância outra que demande análise de dúvida jurídica objetiva, o mencionado parecer conclui que não há necessidade de nova remessa dos autos para a CONJUR/MCTIC. Ressalte-se que, segundo consta na Nota Técnica nº 11283/2023/SEI-MCOM, de 18 de julho de 2023 (4584770), aquela CONJUR orientou pela realização da diligência somente quando da instrução para assinatura do Contrato, mantendo-se a entidade habilitada para o envio dos autos à Casa Civil, com vistas à edição do Decreto Legislativo.

5. A matéria já havia sido encaminhada a esta Casa Civil por meio da EM nº 00242/2018 MCTIC, de 24/05/2018 (0677098), a qual foi devolvida com E-mail PROTOCOLO CENTRAL (0996579), de 21/01/2019, em razão da necessidade de reavaliação pelo novo titular do MCTIC, bem como adequação às novas diretrizes governamentais. Em seguida, a matéria retornou à Casa Civil por meio da EM nº 01223/2019, de 22/10/2019 (1522163), de 22/10/2019, a qual foi objeto de análise mediante a Nota Informativa nº 549/2019/AS/SAINF/SAQ (1613258), de 10/12/2019. Na ocasião, a referida nota informou que não foi localizada a informação sobre a resolução das recomendações da Consultoria Jurídica do MCTIC, razão pela qual sugeriu-se a oitiva da então Subchefia para Assuntos Jurídicos. Por fim, a matéria também foi encaminhada a esta Casa Civil pela EM nº 00231/2023 MCOM, de 10/08/2023 (4584777), substituída pela EM nº 00471/2023, de 31/08/2023 (4584780), objeto de análise.

6. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#)<sup>[3]</sup>, cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações \(Anatel\)](#).

7. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do então MCTIC e ratificadas pelo atual MCOM, e ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do feito, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não têm óbices ao prosseguimento do feito**, ressaltando a necessidade de realização das diligências solicitadas pela Consultoria Jurídica para a assinatura do contrato de permissão, e conforme disposto no inciso I e no parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final sobre a constitucionalidade, legalidade e compatibilidade com o ordenamento jurídico (art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017).

À Consideração Superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE**

Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

---

[1] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações, conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 03/11/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 03/11/2023, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 03/11/2023, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4694219** e o código CRC **16BA3E54** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.022715/2012-21

SUPER nº 4694219

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.022715/2012-21

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 35 / 2023 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Outorga de rádio Educativa. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	53000.022715/2012-21

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

1. Trata-se do processo nº 53000.022715/2012-21, com **outorga** para exploração do serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos**, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, cujo interessado é **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, na localidade de Cajazeiras/PB.
2. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar.
3. Foram verificados pelo MCOM os documentos produzidos, que atestam a regularidade do procedimento.
4. Nesse contexto, encontra-se a presente Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

## II - ANÁLISE

5. De acordo com a legislação vigente, denomina-se serviço de **radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos** o serviço de rádio destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, vise à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional [\[1\]](#).
6. Destaca-se que, em regra, é necessária a realização de licitação previamente à outorga dos serviços de radiodifusão. No entanto, nos casos de execução dos serviços de radiodifusão sonora com fins exclusivamente educativos, **a licitação é dispensável**, por força do §1º do artigo 13 do Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR).
7. Nos casos de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência para exarar o ato encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem compete exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico. A análise do ato administrativo é de competência do MCOM, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.

8. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de outorga. O procedimento legal para a expedição da outorga foi devidamente cumprido.

9. Aponta-se que o direito à outorga decorre do cumprimento, pela interessada, das exigências legais, condicionado à possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e legislação complementar.

10. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por característica serem atos administrativos complexo, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

11. De fato, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "*o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

12. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.

13. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

14. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.

### III - CONCLUSÃO

15. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.022715/2012-21, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.  
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 07/11/2023, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 07/11/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 07/11/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4712357** e o código CRC **FE77FCA1** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

MENSAGEM Nº 316

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, ato constante da Portaria nº 1.085, de 14 de março de 2018, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Brasília, 13 de Junho de 2024.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by '12 A' and a long horizontal stroke.